

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E
FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

GISELLE PEREIRA NICOLAU

**HASTEANDO A BANDEIRA TRICOLOR EM OUTROS CANTOS: A
IMIGRAÇÃO FRANCESA NO RIO DE JANEIRO (1850-1914).**

TESE DE DOUTORADO

NITERÓI
2018

GISELLE PEREIRA NICOLAU

**HASTEANDO A BANDEIRA TRICOLOR EM OUTROS CANTOS: A
IMIGRAÇÃO FRANCESA NO RIO DE JANEIRO (1850-1914).**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História, da Universidade Federal Fluminense, como requisito necessário para obtenção do título de Doutor em História.

Orientadora: Prof. Dra. Ismênia de Lima Martins

NITERÓI
2018

NICOLAU, Giselle Pereira.

Hasteando a bandeira tricolor em outros cantos: a imigração francesa no Rio de Janeiro (1850-1914). 294f. (Doutorado em História Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

Orientador: Prof. Dra. Ismênia de Lima Martins

Tese de Doutorado – INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
DOUTORADO EM HISTÓRIA, 2018.

GISELLE PEREIRA NICOLAU

**HASTEANDO A BANDEIRA TRICOLOR EM OUTROS CANTOS: A
IMIGRAÇÃO FRANCESA NO RIO DE JANEIRO (1850-1914).**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História, da Universidade Federal Fluminense, como requisito necessário para obtenção do título de Doutor em História.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Ismênia de Lima Martins (presidente)

Prof. Dra. Mônica Leite Lessa (titular)

Prof. Dra. Wilma Peres Costa (titular)

Prof. Dra. Gladys Sabina Ribeiro (titular)

Prof. Dr. Paulo Terra (titular)

Prof. Dra. Andréa Telo da Corte (suplente)

Prof. Dra. Rosane Bartholazzi (suplente)

A Deus que me deste o caminho,
Aos meus avós Maria e Luiz que me apontaram
a direção. A Fernando que caminha comigo.

AGRADECIMENTOS

“*On ne voit bien qu’avec le coeur ...*” Iniciar essa seção, com a célebre frase do livro *O Pequeno Príncipe*, de Antoine Saint- Exupéry, é um convite para enxergar aquilo que é essencial e, ao mesmo tempo, invisível aos olhos, mas que somente o coração, repleto de gratidão pode enxergar e... tornar memorável. Foram 4 anos que passaram como um instante e neste doce percurso da vida, contei com o auxílio de pessoas que, direta e indiretamente, contribuíram para a elaboração desse trabalho.

Dessa forma, inicio meu agradecimento à professora Ismênia de Lima Martins, por reacender em mim o desejo de retomar a pesquisa acadêmica, trazendo à tona um projeto antigo que havia se perdido no tempo, que é o tema da imigração francesa para o Rio de Janeiro, minha primeira experiência como pesquisadora, objeto de estudo sobre o qual me debrucei durante a graduação na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Apesar de ter me dedicado arduamente a essa problemática e dedicado alguns ensaios apresentados em eventos, muitos destes sobre olhar e escuta atenta de minha atual orientadora, sua opinião após anos sem nos encontrarmos era de que deveria trocar o ponto final pelas reticências, devendo dar voz aos imigrantes franceses na cidade.

Como não poderia ser diferente, agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Primeiro aos professores que fizeram parte de minha trajetória acadêmica, como Gladys Sabina Ribeiro, a quem recorri algumas vezes, a fim de obter mais informações sobre o campo de estudo para o qual novamente me aventurava. Aos professores Luiz Fernando Saraiva e Théó Pinheiro (*in memoriam*) que contribuíram para o amadurecimento da pesquisa, através dos inúmeros questionamentos suscitados com o tema, durante a disciplina *Escravidão & Modernização, Brasil no Século XIX*. À Samantha Quadrat e Ana Maria Mauad, coordenadoras do PPGH, pela disponibilidade, compreensão e paciência durante esse percurso. Aos funcionários administrativos que, por vezes, ultrapassavam a função de prestadores de serviços técnicos e burocráticos, pronunciando-me palavras de encorajamento e otimismo, como Rafael Mello e Solange Damasceno, além de Thaís Paz.

Aos demais mestres da História, mas também da vida, os sinceros agradecimentos ao Prof. Antônio Carlos Jucá, com quem dialoguei constantemente ao longo do curso que ministrou no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS-UFRJ), intitulado *Questões de escalas: o macro e o micro na análise histórica*. À Profa. Mônica Leite Lessa, de quem fui aluna na graduação, sou grata pelas intervenções e importantes sugestões no exame de qualificação.

Ao Prof. Antonio Edmilson Martins Rodrigues em minha trajetória acadêmica, pelas preciosas indicações de livros sobre a cidade do Rio de Janeiro. À Profa. Wilma Peres Costa, importante interlocutora, na França e no Brasil, sobre o tema. Ao Prof. Hernán Otero, cujo auxílio foi indispensável para este estudo, agradeço a disponibilidade para o diálogo e o envio de textos por e-mail. A mesma gratidão se estende à Vanessa Bivar, pelo material encaminhado por correio, ainda no início do doutorado. À Profa. Lená Medeiros de Menezes, eterna mestra da arte da pesquisa histórica. À Profa. Marcia de Almeida Gonçalves, inspiração constante no ofício do historiador.

Do outro lado do Atlântico, lugar de origem dos imigrantes que aparecem na tese, minha gratidão ao Prof. François Weil, por ter aceitado o convite em me orientar, pela acolhida ao *Centre d'études nord-américaines* (CENA), na qualidade de pesquisadora associada ao laboratório por ele coordenado, e pelas inúmeras reuniões de orientação. À Profa. Sylvie Aprile, pelas recomendações de leitura e pelas conversas sobre o tema, em meio à sua transferência da Université de Lille à Paris-Nanterre, na ocasião de sua aprovação no concurso para essa instituição.

Sou muito agradecida aos funcionários das instituições visitadas durante os meses dedicados à pesquisa. No Rio de Janeiro, aos incansáveis funcionários do Arquivo Nacional, que mesmo em dias de recesso para os visitantes, permitiram a minha entrada, na qualidade de ex-funcionária da instituição, para a coleta de documentos. Neste caso, refiro-me a Christiano Cantarino e Rodrigo Queirós. Em Nantes, pela generosidade de Raphaël Froment, das informações disponibilizadas durante a consulta aos arquivos, e, principalmente por ter aumentado a minha cota de documentos de pesquisadora visitante, de 7 para 14 caixas documentais. E, finalmente, Paris, a Marco Sassu pela gentileza no atendimento ao pesquisador estrangeiro.

Ainda em relação ao universo documental, contei com o auxílio das alunas, e hoje colegas de trabalho, Karine Moreira e Letícia Santos, que foram excepcionais, enquanto estive na França. Meu agradecimento às famílias Isnard e Lambert, que viabilizaram o contato com os registros familiares.

Para aqueles que estiveram nos bastidores da produção historiográfica, sustentando com belas palavras a árdua tarefa de trabalhar e fazer doutorado simultaneamente, a estes, eu chamo de amigos! São tantos que posso cometer o erro de lista-los e esquecer um ou outro. Temendo que tal falha venha a acontecer, eu os insiro nessa rara e carinhosa qualificação, sem, porém, deixar de agradecê-los. Durante esse período em que precisei de muita força, dedico o meu muito obrigada aos meus alunos do Seminário São José, além dos inúmeros amigos que guardo no coração, que auxiliaram nesse tempo de dedicação, como Dioneia Araújo, Nilton Luiz, Zenaide Bicas, Iara Alexandre, além dos padre Jorge Carreira e Thiago Nascimento. Agradeço também à Cacilda Maesima e Isabella Gaze, colegas que a História me deu.

Aos que caminham constantemente ao meu lado, minha eterna e irrestrita gratidão pela força e apoio durante os anos de doutorado, aos meus familiares, que se alegram com os frutos da pesquisa e, principalmente, com as escolhas que tomei e os caminhos que percorri, da infância a fase adulta. O que sou hoje devo muito aos meus avós, Luiz e Maria, e à Francis, minha mãe. Agradeço, também, aos meus tios, Maris e Itamar, a meu primo, Thiago, e irmã, Gabrielle, além da minha prima Renata.

Ao companheiro que escolhi para a doce e misteriosa travessia da vida, Fernando Loureiro, o meu reconhecimento eterno pela paciência e por me tranquilizar em momentos de pesquisa e desafios intensos; pelos livros presenteados, acompanhados da frase: “isso vai ser bom para o seu trabalho”, bem como pela leitura atenta do que era produzido. Acompanhado desse agradecimento, não poderia deixar de lembrar a importância de seus pais, Nádía e Walter, e de seu irmão Felipe, além da avó Nadir, *in memoriam*, que, certamente se alegraria com resultado dessa pesquisa.

“Unissez la lumière de l’Europe au soleil de l’Amérique.
C’est au nom de la France que je vous glorifie!” Victor
Hugo, 1860

Resumo

NICOLAU, Giselle Pereira. *Hasteando a bandeira tricolor em outros cantos: a imigração francesa no Rio de Janeiro (1850-1914)*. 231f. (Doutorado em História Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

A tese investiga o processo e/imigratório francês para o Rio de Janeiro entre os anos de 1850 e 1914. Tema pouco visitado pela historiografia, o trabalho visa contribuir para preencher a lacuna desses estudos ao analisar a geografia dessa emigração para o Brasil, além de pesquisar as razões pelas quais os franceses emigraram para a capital do Império e, posteriormente, da República, no período referido.

Concomitantemente, o estudo volta-se para a compreensão das mudanças que se operavam na estrutura urbana do Rio de Janeiro, sobretudo, para entender de que maneira a cidade se inseriu na dinâmica do capitalismo financeiro, tornando-se mais atraente para os investimentos econômicos e para os imigrantes que buscavam oportunidades nos mundos do trabalho da cidade à época, particularmente os franceses.

Nesse sentido, serão analisadas as formas de inserção social e econômica dos imigrantes franceses, suas redes de sociabilidade e a atuação das diversas sociedades de origem franca de auxílio mútuo e entretenimento pesquisadas.

Palavras-chaves: Imigração Francesa – Emigração Francesa – Rio de Janeiro

Abstract

Our thesis is a research on French e/immigration to Rio de Janeiro between 1850 and 1914. With our research we aim to fill a gap in our knowledge of this subject by building a geography of French migration to Brazil at the same time as establishing the causes of French emigration to Rio during that time.

We will also analyze the changing urban structure of Rio de Janeiro to understand how the city adapted itself to a financial capitalist dynamic in an effort to become more attractive to economic investment and to migrants, especially French, searching for new opportunities.

In this sense, we will analyze the forms of social and economic insertion of French immigrants, their sociability and the many French mutual and entertainment societies formed by the French.

Keywords: French migration– French immigration – Rio de Janeiro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO 1: O MOVIMENTO EMIGRATÓRIO FRANCÊS PARA O RIO DE JANEIRO.....	27
1.1. A IMIGRAÇÃO VISTA NOS DICIONÁRIOS.....	27
1.2. A EMIGRAÇÃO FRANCESA.....	33
1.3. A INTERDIÇÃO DOS FLUXOS EMIGRATÓRIOS PARA O BRASIL.....	36
1.4. OS FLUXOS EMIGRATÓRIOS FRANCESES PARA O ULTRAMAR.....	37
1.5. AS CAUSAS DA EMIGRAÇÃO FRANCESA (1850-1914).....	42
1.6. A FRANÇA DE 1850-1870.	44
1.7. A FRANÇA DURANTE A <i>BELLE ÉPOQUE</i> (1870-1914).....	48
1.8. AS ATAS DO <i>ÉTAT CIVIL CONSULAIRE</i>	55
1.9. OS FLUXOS REGIONAIS.....	60
CAPÍTULO 2: O RIO DE JANEIRO E A IMIGRAÇÃO FRANCESA.....	68
2.1. O RIO DE JANEIRO IMPERIAL (1850-1889).....	68
2.2. A CAPITAL FEDERAL (1890-1914).....	78
2.3. OS FRANCESES NO RIO DE JANEIRO.....	91
2.4. OS FRANCESES SEGUNDO AS FREGUESIAS DO RIO DE JANEIRO.....	98
2.4.1. DE PARIS À GLÓRIA.....	104
2.5. OS FRANCESES SOB O OLHAR CONSULAR.....	106
2.5.1. NATURALIZAÇÃO.....	106
2.5.2. RECENSEAMENTO DA POPULAÇÃO FRANCESA SEGUNDO A CIRCUNSCRIÇÃO CONSULAR DA FRANÇA NO RIO DE JANEIRO.....	108
2.5.3. ALISTAMENTO MILITAR.....	112
CAPÍTULO 3: OS FRANCESES NOS OITOCENTOS SEGUNDO O ALMANAK LAEMMERT.....	116
3.1. A DÉCADA DE 1850 E OS FRANCESES.....	116
3.1.1. SETOR DE SAÚDE.....	117
3.1.2. SETOR DE MODA.....	123
3.1.3. PROFESSORES.....	128
3.1.4. CABELEIREIROS FRANCESES.....	133
3.1.5. NEGOCIANTES FRANCESES.....	135
3.1.6. OURIVES FRANCESES.....	136
3.1.7. OPERÁRIOS FRANCESES.....	137
3.2. OS FRANCESES NA DÉCADA DE 1870.....	139
3.2.1. SETOR DE SAÚDE.....	141
3.2.2. CABELEIREIROS FRANCESES.....	145
3.2.3. OPERÁRIOS FRANCESES.....	146
3.2.4. SETOR MODA.....	147
3.2.5. OURIVES FRANCESES.....	153
3.2.6. PROFESSORES FRANCESES.....	154
3.2.7. NEGOCIANTES FRANCESES.....	158

CAPÍTULO 4: OS FRANCESES NOS NOVECENTOS SEGUNDO O <i>ALMANAK LAEMMERT</i>	161
4.1. OS FRANCESES NOS PRIMEIROS ANOS DO SÉCULO XX.....	161
4.1.1. SETOR DE SAÚDE.....	163
4.1.2. SETOR DE MODA.....	165
4.1.3. OURIVES FRANCESES.....	169
4.1.4. CABELEIREIROS FRANCESES.....	170
4.1.5. OFÍCIOS MANUAIS.....	172
4.1.6. EDUCAÇÃO.....	172
4.1.7. NEGOCIANTES FRANCESES.....	177
4.2. OS FRANCESES EM 1914.	181
4.2.1. SETOR DE SAÚDE.....	182
4.2.2. SETOR DE MODA.....	183
4.2.3. OURIVES FRANCESES	188
4.2.4. PROFESSORES.....	189
4.2.5. OFÍCIOS MANUAIS.....	192
4.2.6. CABELEIREIROS	193
4.2.7. NEGOCIANTES	193
4.3 LISTAGEM DO CONSULADO FRANCÊS	201
CAPÍTULO 5: OS FRANCESES E AS FORMAS DE SOCIABILIDADE NO RIO DE JANEIRO.....	207
5. 1. AS ASSOCIAÇÕES FRANCESAS NO RIO DE JANEIRO.....	207
5.1.1. <i>A SOCIÉTÉ DE BIENFAISANCE FRANÇAISE</i> E <i>A SOCIÉTÉ FRANÇAISE DE SECOURS MUTUELS</i>	208
5.1.2. <i>SOCIÉTÉ ALSACE-LORRAINE</i>	225
5.1.3. <i>CHAMBRE DU COMMERCE FRANÇAIS</i>	230
5.2. ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE FRANCESES: <i>A SOCIÉTÉ DE GYMNASIQUE FRANÇAISE</i> E <i>O CLUB 14 JUILLET</i>	237
5.3. A CIRCULAÇÃO DOS IMIGRANTES FRANCESES	242
5.3.1. OS FILHOS DOS IMIGRANTES FRANCESES	242
5.3.2. AS RELAÇÕES MATRIMONIAIS ENTRE OS IMIGRANTES FRANCESES	244
5.3.3. AS RELAÇÕES DE COMPADRIO ENTRE OS FRANCESES	246
5.3.4. <i>AS ACTES DE DÉCÈS</i>	248
CONCLUSÃO.....	250
ANEXOS	251
FONTES E BIBLIOGRAFIA	286

INTRODUÇÃO

Entre os anos de 1850 e 1914, o Rio de Janeiro foi o destino de muitos imigrantes de origem francesa. Conforme os números computados na base de dados Estrangeiros para o Brasil do Arquivo Nacional¹ (1875-1910), 18.920 franceses entraram pelo porto do Rio de Janeiro, em um momento em que se verificou a constituição de laços familiares, redes de sociabilidade com a organização de sociedades voltadas para o atendimento aos imigrantes e também da atuação incansável do consulado francês em prol de seus cidadãos. Na capital brasileira, observou-se que, embora os franceses desempenhassem funções variadas nos negócios e demais atividades urbanas que atestam um movimento e/imigratório e, conseqüentemente um enraizamento dessa colônia na cidade, esse tema ficou à mercê dos estudos históricos.

A escolha pelo cenário do Rio de Janeiro, corte e capital federal, deu-se pelo fato de que, durante o período escolhido, a cidade se inseriu em um processo de modernização, constituindo-se, portanto, em um espaço promissor, graças à expansão da indústria cafeeira, que atraía investimentos em sua infraestrutura, despertando o interesse de trabalhadores e empresas estrangeiras, como também de franceses.

Contudo, se a conjuntura brasileira, especialmente de sua capital, era favorável à imigração, verificou-se que esse processo não pode ser descolado do contexto europeu. A dialética do *pull-push*, que envolve a relação das decisões da partida à entrada em um país estrangeiro, quando aplicada ao caso específico da e/imigração francesa para o Rio de Janeiro, revela a complexidade desse tema para a historiografia, refletindo a escassez do debate e da produção nesse campo de investigação. Nesse sentido, a pesquisa que aqui se apresenta pretende contribuir para o adensamento dos estudos sobre esse fluxo emigratório para o Brasil.

I.

Na França, o tema da e/imigração vem, paulatinamente, ganhando espaço na historiografia. Embora a inserção desse assunto tenha ocorrido tardiamente no seio da disciplina, observou-se que a preocupação, por parte dos franceses, com esse problema ocorreu logo de imediato, no início dos oitocentos, quando o Ministro do Interior encaminhou, através de circulares e instruções aos prefeitos, regras para impor

¹ Os números indicados na Base de Dados Estrangeiros no Brasil – Porto do Rio de Janeiro cobrem o período de 1875 e 1910. De acordo com esse instrumental, entraram por esse embarcadouro 18.920, dos quais 12.738 declararam o Rio de Janeiro como destino.

padrões acerca das decisões da partida. Era alertado à época, o imperativo do uso do passaporte no território francês ou em outro país. Atentava-se também, sobre as possíveis falhas em relação a esse documento, sendo apontadas pelo presidente da Sociedade de Antropologia, Gustave Lagneau, em sua obra *L'Emigration de France*, publicada em 1884.

Contudo, a historiografia francesa do século XIX, preocupada com a construção da nação, negligenciou a emigração como tema. Ao analisar esse contexto, François Dosse destacou que a “história escreve o poder, é seu horizonte, seu espelho, seu sentido, ela lhe é consubstancial”. Assim, observa-se que os historiadores ligados ao historicismo francês desejavam “reunir os franceses em torno da pátria, que se tornou a base do consenso nacional, portadora da base e da eficácia diante dos alemães”, no momento de luta pela recuperação da Alsácia e da Lorena.

A mudança de paradigmas efetuada pela *École des Annales*, não surtiu efeito no que se refere ao tema da emigração. O assunto permaneceu à margem do discurso historiográfico. A sociologia durkheimiana influenciou decisivamente o movimento dos *Annales*, sobretudo em sua primeira geração. Entretanto, não se sabe até que ponto os sociólogos dessa corrente influenciaram os historiadores em sua visão sobre as decisões da partida, já que para os durkheimianos o ato de emigrar significava a ruptura do contrato social. Portanto, para ambas as disciplinas, especialmente na década de 1930, o tema permaneceu de lado.

De fato, foi somente após a Segunda Guerra Mundial que a e/imigração encontrou espaço na escrita da história francesa. O primeiro artigo a analisar essa problemática foi o do cientista político André Siegfried, em 1946. Seguindo essa linha, Abel Chatelain dedicou alguns ensaios sobre o tema, propondo um ambicioso projeto: a criação da “demogeografia”, isto é, um saber capaz de conciliar história, demografia e geografia. O programa da nova disciplina, segundo ele, deveria dar conta das mudanças ocorridas na França do início do século XIX e das migrações para as Américas. De igual modo, Louis Chevalier analisou o fenômeno emigratório durante os oitocentos, além de propor um estudo sobre o processo de assimilação de migrantes na França.

Não obstante os esforços empreendidos pela história, através dos artigos publicados por Chatelain e Chevalier, as pesquisas na área de e/imigração permaneceram pouco estudadas. Um reflexo desse panorama foi o abandono dos pioneiros dessa área, que resolveram se dedicar a outros temas. Abel Chatelain, por exemplo, passou a se dedicar ao problema das migrações internas na França do século

XIX. Louis Chevalier, por seu turno, seguiu o mesmo destino, empenhando-se na história da população em Paris. Nesse hiato, entre as décadas de 1940 e 1960, apenas Christine Pinède e René Remond contribuíram com suas análises sobre essa temática. A primeira publicou um capítulo sobre a emigração do sudeste da França e o segundo sobre a opinião pública francesa nos Estados Unidos, nos anos de 1815 e 1852.

O processo de descolonização da África e da Ásia, nos anos de 1960, teve um papel decisivo no destino das antigas colônias e suas respectivas metrópoles. A França, que possuía possessões nesses continentes, perdeu seu status quo de potência imperialista, passando a receber grandes levas de imigrantes dessas regiões para seu território. Tal fato despertou, logo de imediato, o interesse de sociólogos para compreensão desse fenômeno.

Do ponto de vista da escrita da história, constatou-se desde o final da década de 1960, o surgimento de outras representações do passado, que colocam em evidência as questões relacionadas à memória nacional, outrora controlada pelos historiadores do século XIX. Nesse contexto, são valorizadas as narrativas de vida, os excluídos da história, os grupos dominados, enfim, aquilo que se denominou como história vista de baixo.² Embora tenham ressurgido temas que estavam à margem da historiografia, notou-se que a problemática das migrações permaneceu praticamente intocável.

Nos anos de 1980, segundo Christian Delacroix, a preocupação com a memória tornou-se recorrente entre os historiadores. Esse período apontado pelo historiador, como “tempos de raízes”, é demarcado pelo crescente interesse pela genealogia, pelo ano do Patrimônio (1980), pelas comemorações do bicentenário da Revolução Francesa, pelo surgimento de museus e pelo desejo de “tudo se guardar”.

Em *Les Lieux des Mémoires*, coletânea organizada por Pierre Nora, a memória surge como uma solução para a crise de identidade francesa, através de um novo olhar para o passado e suas representações sociais. Dessa forma, o discurso nacionalista do século XIX foi dando lugar a uma interpretação patrimonial, à medida que se delineava uma nova consciência nacional. Acompanhando essa transição, foram implementadas mudanças no ensino secundário de história, em que temas como o dever cívico e a cultura tornaram-se peças-chaves para essa finalidade.

A noção de patrimônio traz, em sua essência, a relação com a memória,

² A história vista de baixo é uma tendência da historiografia contemporânea que surgiu na Inglaterra, a partir das considerações de Edward Thompson e Nathalie Davis, que procuraram dar voz aos excluídos da história.

portanto, emergiram, nesse momento, demandas de um passado oculto e comum aos franceses, como a experiência da resistência e da guerra da Argélia, assumindo não somente um significado histórico, mas, sobretudo, político. Nessa direção, ressurge, no seio dessas discussões acerca de comunidades dominadas e oprimidos da história, o interesse pelo tema da e/imigração na França, a partir da publicação de *Le creuset français: histoire de l'immigration, XIXe-XXe siècles*, de Gérard Noiriel (1988).

É, pois, no interior das questões relativas à perspectiva patrimonialista e à problemática da identidade nacional que emerge o interesse da história, e da história francesa em particular, pelo fenômeno migratório no mundo contemporâneo. A reboque dessas discussões houve um crescente fascínio pelas origens, devido ao desenvolvimento da genealogia, ao mesmo tempo em que se forjou um discurso memorialístico acerca da partida. François Weil (2005) destaca a importância desse *boom* patrimonial para a história da imigração, não somente pela retomada do tema pela historiografia, mas por inscrevê-la em nível local, regional.

Durante certo tempo, acreditou-se que a França era uma nação que não havia exportado emigrantes para outros continentes, ao contrário de Portugal, Espanha, Itália e Alemanha. Entretanto, com o desenvolvimento de pesquisas nessa área, constatou-se que, para além dos fluxos em direção às colônias de origem francesa na África, Ásia e Oceania, houve, principalmente, levas emigratórias para o continente americano ao longo do século XIX. Conforme apontado por Henri Bule (1943), esse fenômeno teve a sua centralidade nas Américas, isso porque o número de emigrantes nesse local é o dobro do enviado para as demais áreas dominadas pelo imperialismo francês.

Apesar de o tema ainda ser pouco estudado por parte dos historiadores franceses, segundo Noiriel (1988), nos Estados Unidos o interesse é visivelmente maior, devido à maneira pela qual, ambos os países conceberam a nação.³ Tal explicação estaria intimamente ligada à consciência nacional, já que o continente americano foi formado graças ao europeu. Além disso, vale ressaltar que, no caso francês, a imigração é posterior à formação de uma identidade comum entre os cidadãos.

No que tange à produção historiográfica francesa sobre os fluxos emigratórios para o continente americano, constatou-se que nas últimas três décadas vêm se

³ Esse mesmo interesse a respeito da história dos Estados Unidos, impulsionou o historiador François Furet a criar Centre d'Études Nord-Américaines, na *École des Hautes Études en Sciences Sociales*. Atualmente, esse laboratório coordena importantes pesquisas sobre e/imigração para o Novo Mundo. O trabalho que ora se apresenta é fruto do esforço de seus coordenadores em atrair pesquisadores que contemplem outras áreas do continente.

desenvolvendo pesquisas sobre o tema. François Weil analisa as migrações francesas para as Américas dos séculos XVIII ao XX. Nicole Fouché (1992), por seu turno, ocupa-se da problemática dos franceses que emigraram para a Argélia, Canadá e Estados Unidos. Além disso, a autora contribuiu para um estudo mais localizado: a partida de alsacianos para o território norte americano entre 1815 e 1870.⁴ Somado a esses esforços, Michel Cordillot (1990) e Hubert Perrier (1990) produziram inúmeros artigos para a Enciclopédia Emigrantes políticos franceses, exílio e militância nos Estados Unidos. Já Ronald Creagh (1988), historiador do anarquismo, produziu trabalhos relacionados à influência da cultura política francesa nos Estados Unidos, a partir da presença dos imigrantes franceses. Annick Foucrier (1999) dedicou grande parte de sua trajetória acadêmica para as relações entre França e Califórnia, enfatizando o aspecto migratório ao longo dos oitocentos.

Acompanhando o ritmo dessas publicações sobre emigração, ainda nos anos de 1990, foi criada uma revista especializada no tema das migrações na França e nos demais países da Europa, intitulada *Migrance*. De publicação semestral, a revista é direcionada aos pesquisadores e estudantes de história, como também para o público que se interessa pela temática. Através da leitura dela, observamos a importância que é dada ao valor patrimonial da imigração, através da iconografia, das notícias de jornal e demais tipos de documentos. Dentre os dossiês que foram lançados ao longo das duas décadas de existência, destaca-se o fascículo 26, *Les migrations de France aux Amériques: histoire et mémoire*, o qual trata da importância deste assunto, inserindo-o no debate historiográfico dos anos de 1980 e da criação de uma cultura memorialística no continente americano e europeu.

Já no ano de 2000, a *Revue Annales de Démographie Historique* dedicou uma edição sobre os Franceses na América. Os ensaios reunidos em torno dessa publicação confirmam não só o desejo em incorporar esse assunto nos estudos históricos, como sugere o olhar para outras áreas do continente americano. Dessa forma, a contribuição de Rolande Bonnain (2000) vai de encontro às necessidades em inserir nesse debate que, até então, voltava-se tão somente para os Estados Unidos, temas que contemplassem a emigração francesa para a América do Sul, a partir do caso das cidades de Montevideo, Caracas e Buenos Aires.

Outro esforço notável na direção do desbravamento desse campo de

⁴ FOUCHÉ, Nicole. *Émigration Alsacienne aux États-Unis (1815-1870)*. Paris: Publications de la Sorbonne, 1992.

investigação se deu através da organização de um colóquio internacional, atraindo importantes estudiosos que se debruçaram sobre a problemática dos franceses nas Américas, entre os séculos XVII e XXI, ocorrido em dezembro de 2002, na *École des Hautes Études en Sciences Sociales*. Esse encontro revelou o interesse em dar conta de um longo período de história americana, como oportunizou trocas de conhecimento e também de experiência a respeito dos países sul americanos.

Ainda em relação à essa preocupação, Hernán Otero (2012) propôs um ambicioso estudo sobre a imigração francesa na Argentina. A partir da análise das causas da partida, o autor buscou observar quais regiões participaram desse movimento, a fim de compreender o processo de enraizamento desses imigrantes nos estados argentinos. Assim, Otero buscou traçar um perfil desses imigrantes e sua integração em solo estrangeiro, as diversas formas de associativismo e a criação instituições voltadas para esses imigrantes nesse país.

Quando se traça um panorama da historiografia da emigração francesa para as Américas, nota-se que, apesar da escassez de produções na área, os historiadores têm se voltado mais para a presença francesa nos Estados Unidos, Canadá e Argentina. No caso do Brasil, o tema permanece desconhecido por parte da história.

II.

Conforme alertou Boris Fausto (1999), o tema imigração foi incorporado tardiamente nos estudos históricos brasileiros. Esse atraso se deve ao fato de que o olhar da história prevaleceu sobre a escravidão e seus dilemas, o que resultou na secundarização da questão imigratória. Ainda segundo esse autor, há uma outra preocupação correlata ao desinteresse da história por essa problemática, que foi o impacto das migrações internas e sua relação com temas fundamentais para a escrita da história como, por exemplo, a abolição da escravatura, a economia cafeeira, a urbanização, a industrialização e a formação da classe operária.

Os anos de 1980 ofereceram um terreno propício para o surgimento de novas abordagens e novos métodos de pesquisa. Impulsionados pela *linguistic turn*, temáticas que contemplavam o indivíduo e as suas subjetividades passaram a surgir nesse momento, como um sintoma da crise dos modelos estruturalistas das décadas de 1960 e 1970. No interior desses debates, o gênero biográfico, as experiências ligadas ao cotidiano, à cultura popular, à história oral e das mulheres passaram a dar voz aos

excluídos da narrativa histórica.

Um importante instrumento para os estudos imigratórios, a redução de escalas tem fornecido uma gama de possibilidades de abordagens, que apontam para a complexidade do processo de e/imigração. Da variação do macro ao microsocial, tal problemática ganha dimensões estruturais que compreendem a amplitude desse fenômeno, que integra as decisões da partida e a entrada em solo estrangeiro, às análises mais aproximadas que tem se demonstrado enriquecedoras para a história, por tratar de temas sobre as trajetórias de vida, as histórias de famílias, as redes de solidariedade, as associações etc.

No que tange especificamente aos franceses no Brasil, é importante assinalar que muitos trabalhos que se debruçaram sobre esse tema. Se, de um lado, a “presença” francesa é constante na pesquisa histórica, especialmente no que se refere à influência cultural, de outro, nota-se o pouco uso do termo imigração.⁵ Tal posição leva a crer que o refinamento dos costumes e a mudança do *habitus*, é descolada do fenômeno imigratório. É de praxe notar que, apesar do elemento francês aparecer nesses trabalhos como baluarte da civilização, ele o é, ao mesmo tempo abstrato, pois não está inserido na dinâmica imigratória.

Nesse sentido, é importante destacar o estudo pioneiro de Frédéric Mauro, datado de 1974, em que, apesar de considerar pouco expressivos os números da imigração francesa, relaciona essa imigração às crises políticas e econômicas de 1815, 1848 e 1870. Para esse autor,

(...) certamente, isso pode ser explicado de diferentes maneiras, mas uma das razões parece ser o prestígio da cultura francesa; era tal que criava um a priori favorável para qualquer um vindo da França, e o imigrante se beneficiava dessa situação para, rapidamente, se fazer um lugar ao sol. [...] A França se fez presente por uma certa qualidade, sua importância não é quantitativa, mas qualitativa (MAURO, 1974 apud, LESSA & SUPPO, 2009, p. 69/70).

Mauro assinala, portanto, que a singularidade desse processo está no impacto da presença desses estrangeiros na sociedade brasileira, sobretudo, na expansão da indústria de bens culturais e no comércio de artigos de luxo.

Pode-se dizer que até o ano 2007, a produção historiográfica sobre imigração

⁵ Ver: FREYRE, Gilberto Freyre. *Um engenheiro francês no Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1940; SILVA, Maria Beatriz Nizza da. “Fazer a América: franceses no Brasil (1815-1822).” *Separata da Revista de Ciências Históricas*, nº X. Universidade Portucalense, 1995.

francesa no Brasil se restringia a alguns ensaios, dentre os quais se destacam os da historiadora carioca Lená Medeiros de Menezes, que se dedicou à temática das mulheres francesas no Rio de Janeiro, especialmente das *cocottes comédiennes*, artistas que atuavam na vida noturna da cidade, a partir da criação da casa de espetáculos Alcazar Lyrique.

Em 2009, o tema foi visitado pela autora paulista, Vanessa Bivar (2007), que sob a perspectiva macro-histórica estudou o cotidiano dos imigrantes franceses na São Paulo oitocentista. Em *Vivre à St. Paul*, Bivar refletiu sobre o crescimento e dinamismo de São Paulo graças à expansão cafeeira, à luz da presença e inserção dos franceses no cotidiano da cidade, sua rede de sociabilidade e estratégias de sobrevivência.

De acordo com Letícia Canelas (2009, p. 289-318), já na década de 1850, existia uma sólida comunidade de imigrantes franceses, que atuava na Corte. Em *O Courrier du Brésil e o conflito entre associações francesas no Rio de Janeiro*, a autora aponta para o estreitamento das relações entre a população francesa e esse periódico, o qual contava com a presença de dissidentes políticos franceses, os *quarante-huitards*. Fundaram a Sociedade de Socorros Mútuos em setembro de 1856, a qual rivalizava com a Sociedade Francesa de Beneficência, criada em 1836 por Théodore Taunay, um dos delegados da Chancelaria francesa, na capital imperial.

Em 2009, durante a comemoração do ano da França no Brasil, foi lançada a coletânea organizada por Tania de Luca e Laurent Vidal, *Franceses no Brasil: séculos XIX-XX*.⁶ Entre as questões abordadas pelos diversos autores está a problematização do tema da e/imigração francesa e as possibilidades de investigação nesse campo de pesquisa, focando em assuntos como os fluxos e/imigratórios franceses, os dissidentes políticos e religiosos que se radicaram em solo brasileiro, além das experiências em colônias agrícolas e as trajetórias de vida desses imigrantes.

Nessa direção, o presente trabalho se insere nesse conjunto de estudos influenciados pela história cultural. Busca-se afirmar a relação entre a influência francesa e imigração, algo nem sempre presente na historiografia brasileira, através da compreensão das especificidades do processo e/imigratório francês para o Rio de Janeiro e o enraizamento dos franceses na sociedade carioca, entre os anos de 1850 e 1914. Pretende-se, por meio desta pesquisa, preencher as lacunas sobre esse assunto, diferenciando-se, portanto, de interpretações recorrentes que abordaram o tema sob a

⁶ VIDAL, Laurent & DE LUCA, Tania Regina. *Franceses no Brasil: séculos XIX-XX*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

perspectiva da moda, das artes ou dos *divertissements*, algo tão bem exposto por Lessa & Suppo.

Contudo, o primeiro passo a ser dado é romper com a ideia de que não há um vínculo entre a influência francesa e o fenômeno imigratório no Brasil. Por mais que, ao longo dos oitocentos e início dos novecentos, a França tenha exercido a atração de uma elite que desejou adquirir hábitos e costumes refinados através da importação de bens culturais, não se deve negligenciar que o afluxo de imigrantes franceses que chegaram ao Brasil nesse período erigiu uma relevante colônia no Império.

Ao mesmo tempo, dar visibilidade a esses estrangeiros implica um esforço de caminhar em um terreno cujas fontes são fragmentárias e os números ainda imprecisos. Apesar desses desafios, não se deve furtar às dificuldades em relação a essa problemática que, como se mostrou mais adiante é ainda lacunar dos dois lados do Atlântico.

III.

No que tange à base empírica dessa tese, buscou-se, primeiramente, dar conta do conceito de imigração, a fim de reafirmar a existência do fenômeno e/imigratório francês ao invés de reduzi-lo a uma simples noção de “presença”. Para isso, recorreu-se aos dicionários de época, a fim de *historicizar* o termo. Através das definições analisadas, verificou-se que a palavra surgiu no século XIX, momento em que os europeus voltaram-se para outros continentes.

Compreende-se por *imigração*, a entrada de indivíduos, em caráter temporário ou permanente, em um país que não é o seu. Ampliando o conhecimento acerca dessa definição, Sayad (1998) postulou que o movimento e/imigratório é um processo indissociável e que, implica, primeiramente, as decisões da partida. Nesse sentido, tomando por base a explicação desse autor, buscou-se aplicar essa noção ao caso francês, a fim iluminar as motivações para *emigrar*.

A base de dados Entrada de Estrangeiros no Brasil – Porto do Rio de Janeiro indicam um número revelador quando se observa dentre os inúmeros imigrantes que entraram por esse porto. Com as informações obtidas através dessa ferramenta, verificaram-se os diversos embarcadouros por onde esses franceses partiram rumo ao Rio de Janeiro.

Dessa maneira, os primeiros passos para essa investigação consistiram em um

volumoso levantamento das fontes consulares e triagem das mesmas, a fim de delimitar ou ainda objetivar o material primário do *corpus* da tese doutoral. Ou seja, foram selecionados os documentos que fundamentam as hipóteses elaboradas para a execução deste trabalho. Nessa direção, as *Actes d'État Civil Consulaire*, fundo documental composto pelas certidões de nascimento, batismo, casamento e de óbito dos imigrantes que se registraram no consulado francês, fornecem alguns indícios acerca de quais regiões participaram do movimento e/migratório para o Rio de Janeiro.

A partir da análise de cerca de 460 registros que foram reproduzidos aleatoriamente, verificou-se que, em alguns desses documentos era indicada a origem dos imigrantes, especificando o departamento e a cidade e, em alguns casos, os *arrondissements* onde nasceram ou paróquia em que se batizaram. Uma vez de posse dessas informações, foi possível estabelecer uma espécie de mosaico emigratório.

Ainda em relação à mesma documentação são apontadas algumas pistas acerca das redes de sociabilidade e enraizamento no Rio de Janeiro, por intermédio das testemunhas que eram tomadas na ocasião da elaboração do registro. Por outro lado, essas mesmas certidões possibilitaram verificar os endereços onde esses imigrantes se estabeleceram na cidade e quais profissões desempenharam no mundo do trabalho da cidade.

Em seguida, analisaram-se os inquéritos censitários realizados entre os anos de 1872, 1906 e 1920, com o objetivo de levantar os números referentes à população francesa na divisão por freguesias e no quadro geral dos imigrantes residentes na cidade. No cruzamento desse material com os endereços fornecidos pelo *État Civil Consulaire*, verificou-se a predominância desses franceses na região do centro do Rio de Janeiro. Além disso, estes mesmo documentos demonstraram a tendência desse grupo à mobilidade, visto que à medida que surgiram novos bairros no Rio de Janeiro, esses estrangeiros passaram a se dirigir na direção das zonas norte e sul da cidade. Além desses dados, foram ampliadas, através dos recenseamentos, algumas noções acerca desse grupo, na divisão por gênero, estado civil e grau de instrução.

O *Almanak Laemmert* constituiu-se em uma ferramenta indispensável para esse trabalho, visto que por meio da seção destinada aos anúncios, foi verificada a presença francesa em variadas ocupações na corte e, posteriormente, capital federal. Para essa finalidade, foram selecionadas as edições de 1870, 1906 e 1914. Através desse material, foram compulsados os nomes e endereços dos franceses que anunciavam no anuário. Assim, privilegiaram-se setores, como os de moda, saúde, educação, ourivesaria,

cabeleireiros, além de operários manuais, a exemplo dos latoeiros, funileiros e marceneiros, a fim de verificar a representatividade dos franceses nesses campos profissionais.

Concomitantemente, buscou-se a verticalização das informações levantadas no Almanak Laemmert, através do cruzamento de fontes que possibilitaram não só a compreensão da representatividade dos franceses e sua atuação no mercado de trabalho da cidade. Para este fim, foram consultados documentos que compõem a série ofícios e profissões e ensino público, pertencentes ao fundo da Câmara Municipal; crônicas de época, jornais de grande circulação, como o Diário do Rio de Janeiro e o Jornal do Comércio; a Revue Franco-Brésilienne; além de registros fornecidos por descendentes de franceses que se radicaram no Brasil do XIX, a exemplo da família Isnard e Lambert.

Já as correspondências consulares e os ofícios encaminhados pelo Ministério das Relações Exteriores para os cônsules radicados no Brasil iluminaram importantes questões acerca das demandas e atribuições que lhes eram remetidas em solo estrangeiro. Organizadas sob a forma de microfilme, esses documentos trazem assuntos que dizem respeito à regularização dos imigrantes junto ao consulado. Informam as decisões tomadas pelo governo francês que, de certa forma, alcançava, mesmo à distância, esses estrangeiros, como foi o caso dos franceses oriundos da Alsácia e da Lorena, que deveria optar por manterem-se ou não franceses; ou até mesmo, as questões referentes ao alistamento militar, bem como as informações sobre o processo de naturalização para aqueles que desejassem optar pela nacionalidade brasileira.

Observou-se, também, em alguns documentos inseridos nesse conjunto, os esforços do governo francês em obter informações sobre a quantidade de nacionais por consulados e circunscrições consulares. As listas dos profissionais franceses estabelecidos no Distrito Federal de 1913 e dos franceses que mais se destacavam em suas funções, quando entrelaçados aos anúncios publicados no *Almanak Laemmert* e as *Actes d'État Civil Consulaire*, permitiram construir a trajetória de três estrangeiros de origem francesa no Rio de Janeiro.

Os boletins da *Chambre de Commerce*, os estatutos da *Société de Secours Mutuels*, da *Société de Bienfaisance Française* e da *Société Alsace-Lorraine* comprovam a existência de um grupo coeso e estruturado estabelecido no Rio de Janeiro, entre 1850 e 1914. A criação desses órgãos, acompanhados da constante preocupação do cônsul em assistir seus cidadãos, confirmam a hipótese inicial de que não houve uma simples

“presença”, mas uma imigração francesa. Para além a essas instituições, constatou-se que existiam espaços voltados para o lazer e entretenimento dos franceses na cidade, como a *Société de Gymnastique Française* e o *Club 14 juillet*, cujos anúncios publicados tanto no *Almanak Laemmert* quanto no *Jornal do Comércio* receberam análise.

IV.

O primeiro capítulo, intitulado *O movimento emigratório francês para o Rio de Janeiro*, tem por objetivo analisar as razões para as decisões da partida, através de um olhar para o contexto francês, entre os anos de 1850 e 1914.

Diante dos apontamentos indicados pela historiografia da imigração francesa, buscou-se interpelar, através das atas do *État Civil Consulaire* dos franceses que declaravam a sua origem, as regiões que mais exportaram emigrantes para o Rio de Janeiro. Dessa maneira, foi possível atentar para uma espécie de geografia da emigração, da qual contou com a participação de inúmeros departamentos da França.

Conforme esboçado acima, o Rio de Janeiro, durante o período em tela, passou por intensas transformações modernizadoras. Dessa maneira, o segundo capítulo: *O Rio de Janeiro e a imigração francesa*, a cidade tornou-se objeto de análise, sendo, portanto, pensada e sentida como um local de enraizamento desses franceses. Assim, buscou-se, compreender o movimento dessa população e a sua espacialização no cenário urbano carioca.

Em *Os franceses nos oitocentos segundo o Almanak Laemmert*, buscou-se através das informações levantadas nas edições de 1850 e 1870 do anuário, perscrutar a representação dos imigrantes dessa nacionalidade no mercado de trabalho do Rio de Janeiro. Para este fim, elegeram-se os setores de moda, saúde, educação, ofícios manuais, especificamente os latoeiros, funileiros e marceneiros, cabeleireiros, ourivesaria, além dos negociantes, com objetivo de verificar a participação francesa nestes domínios. Verificou-se, por exemplo, que no século XIX, esses estrangeiros eram majoritários em alguns ramos da moda, como as modistas da Rua do Ouvidor, nas fábricas de coletes e de acessórios, da saúde, a exemplo das parteiras, e de cabeleireiros, função outrora desempenhada por cativos africanos. Os profissionais franceses da área de educação, embora não fossem majoritários, tinham certa visibilidade social, ao

mesmo tempo em que a escolha para exercer este ofício consistia em um processo criterioso, que implicava experiência com o ensino.

Em seguida, buscou-se através do quarto capítulo, iluminar os setores analisados anteriormente, a fim de verificar a permanência francesa nos campos de trabalho, a partir das edições de 1906 e 1914 do *Almanak*. Constatou-se, por exemplo, que estes imigrantes se tornaram menos representativos em ramos que outrotara possuíam maior visibilidade social, a exemplo de determinadas áreas da moda, das parteiras e cabeleireiros. *Os franceses durante o novecentos segundo o Laemmert* estavam presentes nos negócios de brilhantes e pedras preciosas, no ano de 1914, mas também em espaços educacionais criados por iniciativa de franceses, como a Aliança Francesa e as congregações religiosas.

O último capítulo, *Os franceses e as formas de sociabilidade no Rio de Janeiro*, buscou iluminar de que maneira esse grupo se relacionava entre si e em torno das associações de origem francesa. Através de um olhar para a *Société de Secours Mutuels*, a *Société de Bienfaisance Française*, a *Société Alsace-Lorraine* e a *Chambre du Commerce*, constatou-se que durante o período que cobre a pesquisa, foram destinadas atividades que visaram o estreitamento desses imigrantes, objetivando a constituição de vínculos maiores entre os membros dessa colônia. A *Société de Gymnastique Française* e o *Club 14 juillet*, por sua vez, funcionavam como locais destinados ao lazer e entretenimento francês na cidade. O cruzamento das listas dos participantes e/ou dirigentes dessas associações com as *Actes d'État Civil Consulaire*, viabilizou a identificação de alguns de seus membros, mas também relações de vizinhança, matrimônio, compadrio e amizade.

Por fim, compreendeu-se que a e/imigração francesa para o Brasil, durante o período analisado, possuiu um caráter fragmentário, característica marcante da França e de sua estrutura espacial. Através da compreensão dos fluxos e/imigratórios, verificou-se a predominância do departamento do Sena. Tal indicativo reflete o estreitamento das relações travadas entre Paris e o Rio de Janeiro. Uma vez estabelecidos nessa cidade, os franceses desempenharam inúmeras funções no mercado de trabalho, formando uma importante colônia na capital brasileira.

Capítulo 1: O MOVIMENTO EMIGRATÓRIO FRANCÊS PARA O RIO DE JANEIRO

INTRODUÇÃO

Ao longo do século XIX, o Rio de Janeiro foi o destino escolhido por imigrantes franceses. Embora não se tenham muitas pesquisas em torno desse assunto, sabe-se, porém, que a atuação desses estrangeiros no cotidiano da cidade foi expressiva, quando se observa a “presença” dessa nacionalidade em atividades profissionais ligadas aos diversos setores da economia. Entretanto, antes de analisar o impacto dessa imigração para a Corte, e, posteriormente, Capital Federal, é necessário, em primeiro lugar entender o que os contemporâneos entendiam por imigração naquela sociedade, e em segundo lugar laçar um olhar cuidadoso para a França do século XIX e o movimento e/imigratório francês, a fim de esclarecer as especificidades das decisões da partida.

1.1. A IMIGRAÇÃO VISTA NOS DICIONÁRIOS⁷

O movimento e/imigratório de franceses para o Brasil confundiu-se, por vezes com a noção de “presença”, de tal modo que, considerar que houve e/imigração francesa para o Brasil, sobretudo o Rio de Janeiro, causa um estranhamento com o uso do termo “imigração”, pelo fato de remeter a um processo que envolve um grande fluxo de pessoas. O desconhecimento em torno da história dos franceses no país sugeriu com frequência a utilização do termo “presença”, ao invés de “imigração”, esvaziando, assim, a importância desse assunto para os estudos históricos.

A palavra imigração vem do latim *immigrare*, designando “o ato ou efeito de imigrar; entrada de indivíduos ou grupo de indivíduos em um determinado país, para trabalhar e/ou para fixar residência permanente ou não.” (HOUAISS, 2001)

Embora o deslocamento de pessoas no tempo e no espaço seja uma prática comum na história da humanidade, constatou-se que foi apenas no século XIX que esse conceito se estruturou nos dicionários de época. O que havia, antes disso, eram substantivos que pertenciam a um mesmo campo semântico, como se observou no Vocabulário Português e Latino, de Rafael Bluteau (1712-1728, p. 333).

Nesse sentido, palavras como “estrangeiro” e “estranho” partilhavam, no início do século XVIII, de um significado comum: nascimento em reino ou pátria

⁷Parte deste texto foi apresentado na XI Semana de História Política: Relações de poder: crise, democracia e possibilidades. VIII Seminário Nacional de História Política, Cultura e Sociedade.

diferente da que se encontra. Por meio da leitura desses verbetes, enriquecidos pelas referências aos autores das tradições greco-latinas e cristãs, percebe-se que, embora não apareça a palavra imigração nem seus derivados, esses termos possuem sentidos similares.

O mundo grego é repleto de casos que tangenciam à questão do estrangeiro, tanto no relato ficcional quanto na realidade. Homero, por exemplo, afirmava que “os que maltratam os estrangeiros são cães que fazem afagos ao mais vil escravo da casa (...)” (IDEM, p. 333). Já o filósofo Anístenes, nascido em Atenas, era filho de uma escrava da Trácia. E Cibele, considerada “mãe dos deuses”, natural da Frígia, das “brechas” do Monte Ida, era venerada por todos sem distinção. A partir desses casos, percebe-se que, na Grécia, a relação de identidade e alteridade coexistia de maneira pacífica, sendo que o “outro”, apesar das diferenças, era reconhecidamente respeitado pela sociedade.

Na tradição romana, Cícero, em sua obra *De Officiis*, afirmou que seus predecessores conferiam a todo estrangeiro a fama de inimigo, isso porque, anteriormente, na língua latina a palavra *hostis* não possuía carga semântica pejorativa (IDEM, p. 333). Foi, porém, nas *Lex Duodecim Tabularum*⁸, que esse termo revestiu-se de uma espécie de sentido de admoestação, na qual todos estrangeiros eram inimigos da terra que não fosse a sua pátria.

Entretanto, se na teoria, os romanos parecem ter sido rigorosos no trato com os elementos estrangeiros, na prática, agiram com maleabilidade, visto que aqueles que vinham de outra região, gozavam de dignidade durante a República. O próprio Suetônio, em *Os doze Césares*, escreve que o próprio Júlio César promoveu estrangeiros ao Consulado. O mesmo imperador, em carta a Ariovisto, chefe do povo germânico dos suevos, afirmaria que era costume entre os povos romanos receber os estrangeiros não de um modo próprio, senão por graça, dignidade e honra. Nesse caso, o critério de cidadania torna-se inadequado ao tratamento com aquele que vem de fora (IDEM, p. 333).

A população estrangeira, ainda no período romano, era impossibilitada de ocupar cargos da realeza. Bluteau, ao inferir sobre o assunto, considerou que tal privação estava de acordo com uma exortação divina, que remete ao Antigo Testamento, em que Javé havia proibido os hebreus de elegerem um rei estrangeiro. O

⁸ As doze tábuas (*lex duodecim tabularum*) formaram a legislação antiga que originou o direito romano. Constituíam o centro dos costumes e da República Romana.

autor do verbete faz, novamente, uma ponderação de ordem religiosa a qual considera que todos homens pertencem à pátria celeste. Segundo essa lógica, todos os indivíduos que habitam a terra são estrangeiros e peregrinos, pensamento que perdurou durante o medievo (IDEM, p. 333).

Embora a palavra “estrangeiro” ou “estranho” corresponda ao termo imigrante, sugere-se que essa noção perdurou ao longo do tempo, atravessando o século XVIII.⁹ Considera-se que o fenômeno e/imigratório é próprio do mundo contemporâneo, especificamente do pós-Revolução Francesa, quando inaugurado o direito de ir e vir.¹⁰ Evidentemente, esse foi um processo lento e gradual, que ganhou sentido apenas nos oitocentos. Um exemplo que ilustra essa relação na história do Brasil é o momento da vinda corte portuguesa, em 1808, quando os estrangeiros deveriam circular pela sede do governo português usufruindo de passaporte.¹¹

Na primeira edição do Dicionário da Língua Portuguesa de autoria de Rafael Bluteau, reformado por Antonio Morais Silva, de 1789, aparece a palavra transmigração, designando mudança, passagem de uma região à outra; assim como, movimento da alma para o corpo (1789, p. 482) É apenas em 1813, na segunda edição, que surge o termo emigrar e seus derivados (1813, p. 663). De maneira surpreendente, apesar da existência dessas palavras nos dicionários, nota-se que o radical migrar surge somente em 1844, como uma afirmação de um movimento em curso durante a modernidade dos oitocentos.

A primeira vez que o conceito imigração passa a existir nos dicionários portugueses é em 1873, no Grande Dicionário Português de Frei Domingos Vieira, designando o estabelecimento de estrangeiro em um país; o oposto de emigração. Já no Brasil, é apenas na oitava edição do Dicionário de Antonio de Moraes Silva, em 1890, que esse termo é considerado. Para além do significado comum às definições produzidas à época, há uma informação complementar que enriquece demasiadamente o

⁹ A definição do verbete de estrangeiro no dicionário de D. Rafael Bluteau apesar de não apresentar mais exemplos sobre esse conceito durante a Idade Média e início da Idade Moderna sugere a permanência do significado até o século XVIII.

¹⁰ A Revolução Francesa inaugurou uma nova concepção de liberdade, assegurada pelos princípios por ela instaurados. Nesse sentido, o homem configura-se como agente de sua própria história, protagonista de seu destino.

¹¹ Nesse momento, é estabelecida a Intendência Geral de Polícia da Corte, a qual deveria fiscalizar a entrada de estrangeiros suspeitos na Corte portuguesa. Ver: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. “Fazer a América: franceses no Brasil (1815-1822).” Revista de Ciências Históricas, nº X. Universidade Portucalense, 1995

verbete *imigrar*, aludindo à vinda maciça de imigrantes portugueses para o Brasil.¹²

Todavia, se o processo de circulação de indivíduos estava em curso na primeira metade dos oitocentos, foi, tão somente, nas últimas décadas que esse movimento pôde ser mensurado. Hobsbawm, ao dialogar com os dados estatísticos do período em tela, considerou que “por maior que fossem tais migrações, elas ainda eram modestas em relação às cifras posteriores. Na década de 1880, entre 700 mil e 800 mil europeus emigraram em média cada ano, e nos anos posteriores a 1900, entre 1 e 1,4 milhão por ano” (HOBSBAWM, 2014, p. 296).

Ao aludir para o caso anglo-saxão, Eric Hobsbawm chama a atenção para o fenômeno transcorrido em meados do século XIX, a “maior migração de povos na História”,

cujos detalhes exatos mal podem ser medidos, pois as estatísticas oficiais, tais como eram feitas então, não conseguem capturar todos os movimentos de homens e mulheres dentro dos países ou entre Estados: o êxodo rural em direção às cidades, a migração entre regiões e de cidade para cidade, o cruzamento de oceanos e a penetração em zonas de fronteiras todo esse fluxo de homens e mulheres movendo-se em todas as direções torna difícil uma especificação. (Eric J. Hobsbawm, 2014, p. 295/6)

Dessa maneira, compreende-se que o conceito de imigração surge na língua portuguesa na segunda metade do século XIX, como uma demanda linguística para designar um processo que está em andamento no mundo contemporâneo. De igual modo, esse mesmo fenômeno se repete nos demais idiomas neolatinos, como o francês (BERTHELOT, 1886), o italiano (PETRÒCCHI, 1932) e o espanhol (Espasa-Calpe, 1932) apontando para a constituição de uma idade de ouro das migrações.

Para Abdelmalek Sayad, o movimento e/imigratório é uma via de mão dupla, visto que a imigração só ocorre graças à emigração. São faces indissociáveis de um mesmo processo em que, um só pode ser compreendido em função de outro. Nessa direção, o autor propõe um estudo epistemológico que contempla as decisões da partida, sem que haja um discurso etnocêntrico, produzido através do olhar de quem vê o imigrante, sem levar em conta suas experiências pretéritas (SAYAD, 1998, p. 14).

¹² Em conferência proferida em 2 de abril de 2013, no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, Ismênia de Lima Martins apontou para o caráter majoritário dos lusitanos entre os estrangeiros residentes na capital federal entre 1890 e 1920, período que corresponde a Grande Imigração. Para a historiadora, a proeminência dos portugueses se evidencia através dos dados fornecidos pelo censo de 1872, em que atingiu o percentual de 66,37% da população, intensificando-se nos anos subsequentes, até alcançar a média de 72,07%, segundo pesquisa realizada nos anos de 1920.

O conceito de imigração se reveste, na atualidade, de uma nova carga semântica, isto é, novas situações são levadas em conta, que vão além do simples deslocamento territorial. Assim, o ato de imigrar significa o rompimento de limites físicos, linguísticos, culturais, étnicos e, sobretudo, nacionais. Um processo que implica dimensões de ordem política, social, cultural e econômica (NETO; FERREIRA, 2005).

Conforme apontou Sayad, o imigrante nasce em uma sociedade a partir do momento em que se insere nela. Na dialética da identidade e da alteridade, migrante e não-migrante dialogam em um mesmo processo: o da entrada e recepção em um território que não é o seu. Dessa forma, observa-se que a imigração é um fenômeno que atravessa as diversas instâncias sociais, pois atinge todos os aspectos da vida dos indivíduos (SAYAD, 1998, p. 20)

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas, migrante é “qualquer pessoa que vive temporariamente ou permanentemente em um país onde ele ou ela não foram nascidos, e que adquiriu alguns laços sociais com este país”.¹³ Entretanto, nesse mesmo documento, a ONU assinala que esse significado não atende às diversas políticas de Estado coexistentes no mundo. Assim, ampliando o sentido desse conceito, são considerados migrantes pessoas nascidas em território em que a família escolheu para viver.¹⁴

Há, porém, outras nuances para esse conceito na atualidade. A Convenção da Organização das Nações Unidas para os direitos dos migrantes considera que o trabalhador migrante é aquele que está engajado em atividade remunerada pelo Estado, sem que haja o desejo de naturalizar-se.¹⁵ Dessa conceituação, abre-se um leque de definições que, em última instância, envolvem a necessidade de distinção entre migrantes e refugiados políticos.

Abdelmalek Sayad, por seu turno, trabalha com a ideia de que a e/imigração produz “ilusões”, as quais estariam relacionadas a uma espécie de “ausência provisória” de ambos os lados. Para esse autor, o ato de emigrar é justificado por meio de uma ilusão permanente, que diz respeito à oferta de trabalho. Além disso, a regra da

¹³ UNESCO. Migrant/Migration. Definição dos termos "Migrante/Migração" segundo o glossário da UNESCO. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/en/social-and-human-sciences/themes/international-migration/glossary/migrant/> Acessado em 20 de março de 2016.

¹⁴ Idem.

¹⁵ Medidas para melhorar a situação e garantir os direitos humanos e a dignidade de todos os trabalhadores migrantes. 1998. Relatório do Grupo de Trabalho de especialistas intergovernamentais sobre os direitos humanos dos migrantes apresentados em conformidade com Resolução da Comissão de Direitos Humanos 1997/15. COMISSÃO DOS DIREITOS HUMANOS – 54ª sessão do Grupo de Trabalho intergovernamental de especialistas sobre os direitos humanos dos migrantes.

neutralidade política que rege os imigrantes funciona como um elemento também ilusório à medida que as razões políticas vêm disfarçadas por questões de ordem econômica (SAYAD, 1998, p. 55).

Se, por um lado, o ato de migrar implica a escolha consciente sem interferência externa, por outro, considera-se que as decisões da partida são, por vezes, motivadas por fatores exógenos. Por essa razão, alguns teóricos destacam a necessidade de distinguir migrações voluntárias e involuntárias, sobretudo pelos desafios enfrentados no mundo de hoje, que dizem respeito aos conflitos entre os refugiados e as políticas de Estado que ora facilitam ora restringem a circulação de estrangeiros dentro de seus limites territoriais.¹⁶

Indubitavelmente, essa é uma das grandes dificuldades: distinguir os migrantes que cruzam a fronteira de determinado Estado-nação por razões de ordem política, seja por conflitos sociais, seja por perseguições de naturezas diversas; dos que são assolados por problemas ambientais e/ou buscam melhores condições de vida e de trabalho. Nesse sentido, são admitidas novas situações que possam definir os que e/imigram.

A imigração é um constante diálogo entre o temporal e o permanente. Sendo o primeiro a condição *sine qua non* para que esse movimento ocorra, especialmente, quando atende as expectativas da sociedade que acolhe o imigrante. Nesse sentido, esse conceito está intimamente relacionado ao mundo do trabalho.

Do ponto de vista epistemológico, a imigração é uma zona de convergência, onde disciplinas como a geografia, a demografia, a história, a linguística, a psicologia, a literatura, a economia, o direito e a sociologia se encontram, conferindo ao tema um status multidisciplinar, por ser abordado sob diversos prismas (VIDAL; LUCA, 2009).¹⁷

O percurso apresentado acima, da constituição do conceito de e/imigração, a partir da experiência dos indivíduos no tempo e no espaço, corrobora com a existência de um processo e/imigratório francês. Tal reconhecimento permite, portanto, diferenciá-lo da noção de “presença” que, segundo o dicionário Aurélio, indica “lugar onde uma pessoa se acha”. Por essa razão, verificou-se que a utilização da palavra presença para designar esse movimento, negligencia a complexidade desse fluxo para o Brasil, especialmente para o Rio de Janeiro, entre os anos de 1850 e 1914.

¹⁶ UNESCO. Migrant/Migration. Definição dos termos "Migrante/Migração" segundo o glossário da UNESCO. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/en/social-and-human-sciences/themes/international-migration/glossary/migrant/> Acessado em 20 de março de 2016.

1.2. A EMIGRAÇÃO FRANCESA

Em se tratando de e/imigração francesa, acreditou-se, durante certo tempo que a França não havia enviado emigrantes para outros continentes, a exemplo de países como Portugal, Espanha e Itália, que encaminharam para o ultramar grandes levas migratórias. Diferentemente do que se pensou outrora, os primeiros fluxos emigratórios remetem ao início dos oitocentos, quando o ato de *emigrar* significava fuga.¹⁸ Por essa razão, logo na primeira década do século XIX, ultrapassar as fronteiras do território francês despertou a atenção das autoridades políticas para esse fato, que só se tornou alvo de inquietação anos mais tarde, em 1850. Apesar da preocupação com esse fenômeno ter surgido relativamente cedo nesse país, em vista das demais nações europeias, foi somente no *fin-de-siècle* que essa problemática constituiu-se, efetivamente, em uma questão de responsabilidade nacional para o governo, que passou a coordenar ações que visavam o controle da população (FOUCHÉ, 1992; WEIL, 1996).

Nesse sentido, a emigração foi se inserindo nos debates de época, assim como as informações relacionadas a esse processo passaram ser incorporadas às análises estatísticas e demográficas da população francesa durante o Segundo Império, quando esse objeto se tornou monopólio do conhecimento dessas áreas do saber. Sem dúvida, a importância do *Bureau de Statistique Générale de la France* e o protagonismo de Alfred Legoyt na organização dos censos de 1856, 1861 e 1866, destacaram a relevância do tema, que passou a ser contemplado em livros e em artigos na imprensa, especialmente na *Revue des Deux Mondes*, que publicava os dados fornecidos pelos recenseamentos, além dos documentos assinados pelo Ministério do Interior de Paris (WEIL, 1996, p. 449).

No seio dessas discussões acerca da e/imigração na França, foi publicada, em 1884, a obra *L'Emigration de France*, de autoria do médico e presidente da Sociedade de Antropologia, Gustave Lagneau, a qual apontou para as falhas na documentação produzida durante o século XIX. Para esse autor, a insuficiência de referências indica as dificuldades no controle dos índices sobre a partida de emigrantes, refletindo, assim, a descontinuidade na mediação desse processo (LAGNEAU, 1884, p. 8-9). Dessa

¹⁸ Segundo Juliette Dumont, a palavra *emigrar*, no início do século XIX era sinônimo de fuga. As autoridades francesas da época temiam a disseminação de ideais associados ao bonapartismo. Ver: DUMONT, Juliette. "Preciosos súditos, emigrantes atravancadores: a França e os franceses do Brasil no início do século XIX." *Op. Cit.*, pp. 107-117.

maneira, as fontes existentes podem tanto iluminar importantes questões sobre o movimento emigratório francês, quanto responder parcialmente a outras, isso porque o número fornecido pelos passaportes, quando cotejado aos registros concedidos pelo serviço de emigração, ao recenseamento realizado nas colônias e aos questionários elaborados pelos cônsules para os franceses radicados em outros países apresentam dados inferiores ao estimado.

Com efeito, o uso do passaporte para transitar na França e nos demais países da Europa era advertido pelas instâncias superiores logo nas primeiras décadas do século XIX, através de sucessivas circulares e instruções emitidas pelo governo francês. A princípio, o emprego dessa medida não possuía um caráter repressivo, tratando-se apenas de uma forma de identificação para viajantes. Nicole Fouché, por seu turno, destacou que, em 1815, a obtenção deste documento implicava um procedimento lento e com atrasos, no qual um indivíduo deveria requerer junto à comuna em que habitava, para então encaminhar a solicitação para a prefeitura do departamento, a fim de submetê-la à liberação do Ministério do Interior em Paris (FOUCHÉ, 1992, p. 19).

Conforme o fluxo de emigrantes se intensificava, com passar dos anos, o processo de requisição de passaportes foi se tornando mais restritivo, de sorte que, acompanhando a legislação nacional, foram emitidos ofícios redigidos pelos prefeitos dos departamentos com forte emigração, os quais disponibilizavam esse documento de acordo com a situação local. Todavia, para além dos trâmites na consignação desses registros, cumpre destacar que o preço do passaporte para transitar no interior da França era mais acessível à população, que optava por esse proceder ao invés de solicitar o de uso internacional. Assim, todo migrante que desejasse cruzar as fronteiras do território francês por menores custos, deveria se locomover de uma região a outra, rumo ao porto de embarque, o que de certa maneira dificultava o controle da saída de franceses. Além desses meios, havia, também, as migrações clandestinas que, na maioria das vezes, eram organizadas pelas agências especializadas no serviço emigratório (IDEM, p. 19-28).

Segundo Louis Chevalier (1947, p. 165), existiam 31 agências de emigração espalhadas pela França. As cidades que mais abrigavam esse tipo de função eram Havre (11), Paris (5), Bordeaux (8) e Bayonne (3), que devido à proximidade dos portos atraíam um grande número de pessoas, encarregando-se então do recrutamento e transporte dos emigrantes. A atuação dessas empresas foi mais intensa no País Basco e na Alsácia, locais em que se desenvolveram fluxos para a Argentina (IBIDEM, p. 165)

No entanto, durante a década de 1860, quando o governo francês assume sua

fase mais liberal quanto às políticas de migração, o uso do passaporte perde a sua obrigatoriedade, cabendo ao serviço de emigração o controle do número de passageiros dos navios. Dentre os portos existentes na França, apenas quatro eram especializados nessa função: Havre (Seine Maritime), Bayonne (Basses Pyrénées), Marseille (Bouches du Rhône) e Bordeaux (Gironde). Contudo, não se pode negligenciar a quantidade de navios que partiam desses locais sem a contagem dos tripulantes, já que, *regra geral*, para que houvesse a apuração dessas cifras, cada embarcação deveria possuir mais de quarenta emigrantes de uma mesma nacionalidade (LAGNEAU, 1884, p.8). Conforme observado entre os anos de 1865 e 1877, anualmente, deixavam a França uma média de 277 embarcações inspecionadas, enquanto que 607 zarpavam sem a verificação do número de viajantes (IDEM, p. 12).

Havia, entretanto, outras cidades portuárias na França que, apesar de não possuírem a incumbência de conferir a quantidade de emigrantes nos navios, podiam, ainda assim, servir de ponto de embarque para passageiros, como é o caso do porto de Rochelle, de Saint-Nazaire, de Saint-Malo, de Dunkerque, dentre outros (IDEM, p.11). Além dessas opções, existiam outras formas de emigrar sem recorrer aos portos franceses, como, por exemplo, os situados em países vizinhos, nas cidades de Bremen, Liverpool, Gênova, Barcelona, Santander e Anvers. Este último, por sua vez, era apontado como um local que atraía emigrantes de diversas regiões da Europa, especialmente de origem francesa, devido aos reduzidos custos oferecidos por seus serviços, consequência direta da diminuição dos preços das tarifas ferroviárias que ligavam o caminho entre a França e a Bélgica (IDEM, p. 11).

O movimento emigratório francês revelou-se complexo, sobretudo, pela dificuldade da mensuração dos fluxos. Segundo os apontamentos de Gustave Lagneau, tais estimativas não correspondem à realidade desse processo, como se pode observar no caso dos Estados Unidos em 1871, cujas cifras levantadas pelo serviço de imigração norte-americano foram da entrada de 5.780 franceses, portanto, superior ao que fora estimado pelo departamento francês, que verificou a partida de apenas 1.192 emigrantes (IDEM, p. 15).

Não obstante aos obstáculos impostos para a compreensão da emigração francesa nos oitocentos, o autor considerou, ainda, que os franceses que se encaminhavam para as possessões francesas no mundo afro-asiático não eram considerados emigrantes, uma vez que as autoridades do país pensavam sob a lógica imperialista do século XIX, segundo a qual os países dominados seriam extensão da

metrópole. Por isso, os índices registrados pelos recenseamentos realizados nas colônias não são mais que aproximações, já que desde 1848 tornou-se mais difícil distinguir os habitantes desses locais, a partir do critério de raça ou nacionalidade, assim como se tornou inviável o conhecimento da quantidade de colonos ou imigrantes vindos da França. Em estimativas reveladas em sua análise, Lagneau considerou que a cada 15 franceses que decidiram cruzar as fronteiras de seu país, apenas 2 se dirigiam à Argélia, enquanto que o restante tinha como destino os Estados Unidos e a América do Sul. Essa tendência demonstra que voltar-se para as colônias não foi a principal alternativa desses indivíduos (IDEM, 17-18).

1.3. A INTERDIÇÃO DOS FLUXOS EMIGRATÓRIOS PARA O BRASIL

Ainda em relação aos apontamentos indicados por Lagneau, em 1861, os fluxos emigratórios se intensificaram na França, de sorte que, se os dados estatísticos fossem fidedignos, comprovar-se-ia a ideia de que os números são maiores do que se imaginam. Tamanha foi a afluência de franceses em direção à América do Sul que, “durante o ano de 1875 a emigração para o Brasil e a Venezuela teve proporções tão elevadas,” que teve que ser interditada.” (LAGNEAU, 1884, p. 34)

Partindo dessa consideração, verificou-se que, embora o presidente da Sociedade de Medicina não tenha desenvolvido a questão da interdição, mas apenas mencionado, que aludia à circular de 31 de agosto de 1875, segundo a qual proibia a emigração para o Brasil e para a Venezuela. Tal decisão, por parte do governo francês, deu-se por conta da visão negativa que se tinha acerca dos países em questão. No caso brasileiro, a situação desfavorável de muitos europeus ligados ao projeto colonizador, que segundo Lessa & Suppo, contribuiu decisivamente para a diminuição do fluxo emigratório para essa direção.

Contudo, a política de impedimento da emigração francesa era acompanhada de forte propaganda contrária ao Brasil que, empenhado em modificar esse panorama desfavorável, buscou inúmeras formas de invalidar as publicações estrangeiras, sempre muito duras em relação ao atraso do desenvolvimento material, o regime escravista e a situação dos trabalhadores livres. Assim, a tentativa de veicular a imagem de um país promissor, com abundância em recursos naturais, contribuiu para a ideia de enriquecimento seguro em solo brasileiro (LESSA; SUPPO, 2009, p.73). Verificou-se, porém, que esse mesmo esforço era empreendido pelas autoridades brasileiras junto ao Ministério das Relações Exteriores, para obterem a revogação dessa circular, como se

observa no despacho encaminhado ao ministro em janeiro de 1892, informando as propostas que haviam sido apresentadas em Paris “pelo representante do Brasil, para obtenção da retirada da Circular ministerial de 31 de agosto de 1875 interditando a emigração francesa nesse país e as observações que sugerem os departamentos do comércio e das relações exteriores à nova iniciativa.”¹⁹ destaca a importância de uma do fim da proibição como algo vantajoso para as negociações comerciais entre os dois países.

Apesar dos impulsos, a propaganda brasileira em favor da emigração francesa caiu no vazio, tendo em vista o pequeno alcance da mesma, evidenciada através do reduzido “número de franceses no país” que “nunca alcançou índices relevantes”, como assinalou Lessa & Suppo. Eles ainda destacaram que, a circular, que vigorou entre os anos de 1875 e 1908, não foi capaz de impedir a emigração espontânea, mas certamente contribuiu para diminuição do fluxo de franceses para as terras brasileiras.

No entanto, o número apresentado por esses autores considerava que, entre 1820 e 1920, 30.500 franceses haviam ingressado no Brasil, ultrapassando a média comum de algumas centenas em determinadas épocas.²⁰ Em concordância com que Lessa & Suppo expuseram acerca da incongruência dessas cifras, recorreu-se à base de dados Entrada de Estrangeiros no Brasil, lançada pelo Arquivo Nacional em 2017. Dessa maneira, os números computados pela ferramenta indicaram que, entre 1875 e 1910, só na cidade do Rio de Janeiro, adentraram pelo embarcadouro 1.300.000 estrangeiros de diversas nacionalidades, dos quais 18.920 eram de origem francesa.

Assim, compreendeu-se que, se os documentos oficiais indicam certo recrudescimento em relação à interdição aos fluxos emigratórios para o Brasil, na prática, tal proibição parece não ter influenciado esse movimento para o país. Conforme destacado por François Weil (1996), as fontes, embora vastas acerca dessa questão, funcionavam muito mais como um alerta contra a ação de recrutadores das agências centrais de imigração existentes nas Américas do que uma proibição propriamente dita.

1.4. OS FLUXOS EMIGRATÓRIOS FRANCESES PARA O ULTRAMAR

Se por um lado, as cifras da emigração francesa apontam para um caminho, os

¹⁹ Immigration, Nouvelle Serie. 144CPCOM/ 1 – 1892 – 1896 (juin). Centre des Archives Diplomatiques du Ministère des Affaires Étrangères.

²⁰ Apesar de utilizarem esses dados, Lessa & Suppo apontaram para as inconformidades apresentadas pelas fontes do Archives de Ministère des Affaires Étrangères, visto que o *Journal Officiel* destacou que só na capital brasileira se radicaram aproximadamente 30 mil franceses.

detalhes da partida, através de uma análise dos portos em que os franceses embarcaram, apresentam as especificidades do fluxo emigratório. Hernán Otero, em sua *Historia de los franceses en la Argentina*, apontou para os diferentes destinos desses emigrantes. Dessa forma, o autor constatou que o porto de Bayonne, local de saída de bascos e bernes, enviava migrantes para as Américas; enquanto que em Marseille, cidade portuária situada mais ao sul do território francês, encaminhou correntes migratórias para as colônias na África, especialmente para a Argélia; já Havre e Bordeaux, locais de intercâmbio comercial com a América do Norte e a América do Sul, direcionaram algumas levadas para essas regiões respectivamente, com determinadas variações (OTERO, 2012, p. 30-31)

No tocante aos portos especializados na emigração para o continente americano, compreende-se que entre 1830 e 1859, saíram de Bordeaux, emigrantes rumo aos Estados Unidos. No ano seguinte, esse mesmo porto supera Bayonne, passando assim, a direcionar fluxos rumo à América do Sul, ao longo dos anos de 1860. Apesar de existirem poucas análises sobre o porto de Havre, sabe-se, porém, que na década de 1870, ele se tornou o principal local de embarque rumo a essa região (OTERO, 2012, p. 30-31). Entretanto, é imprescindível destacar que toda documentação que havia nesse embarcadouro fora destruída durante a Segunda Guerra Mundial, o que torna ainda mais desafiadora a análise desse processo sob essa perspectiva.

Entretanto, apesar das particularidades dos principais portos de embarque franceses e suas formas de encaminhamento de fluxos para as Américas, observou-se que no caso brasileiro, especialmente no do Rio de Janeiro, os apontamentos feitos por Otero não se aplicam totalmente, isso porque com o uso da base de dados disponibilizada pelo Arquivo Nacional, constatou-se que a emigração francesa se guiou por meio de uma lógica diferente da tradicional, inserindo, em sua dinâmica, outros embarcadouros franceses, como Cherbourg, Pauillac, La Pallice e Dunkerke (ver tabela 1). Além da opção pela França, muitos franceses optavam também por embarcar em Lisboa, Vigo, Antuérpia, Hamburgo, Bremen, Liverpool, Gênova e Bolonha. Certamente, o que torna esse processo ainda mais interessante é o fato de reconhecer que o movimento e/imigratório francês, rumo a capital brasileira, deu-se tanto por portos nacionais, quanto por de países da América do Sul, destacadamente de Buenos Aires.

Tabela 1: A Entrada de Franceses no Rio de Janeiro segundo a Base de Dados do Arquivo Nacional (1875-1910)

Porto de embarque - França	Rio de Janeiro	Destino não declarado
Bordeaux	2.563	4.313
Cherbourg	272	334
Dunkerque	30	30
Havre	938	1.558
La Pallice (La Rochelle)	392	471
Marseille	1.143	1.587
Pauillac	31	36
Total	5.369	8.329

Porto de embarque – América Latina	Rio de Janeiro	Destino não declarado
Buenos Aires	1.902	2.590
Montevideo	783	101
Valparaíso	11	25
Total	2.696	2.716

Porto de embarque – Europa	Rio de Janeiro	Destino não declarado
Antuérpia	53	94
Bremen	200	203
Bolonha	235	279
Gênova	362	575
Hamburgo	54	62
Lisboa	341	485
Liverpool	178	208
Southampton	171	234
Vigo	13	15
Total	1.607	2.155

Porto de embarque – Brasil	Rio de Janeiro	Destino não declarado
Bahia	364	282
Porto Alegre	3	1
Santos	230	179
Vitória	20	9
Total	622	480

Porto de embarque – Outros	Rio de Janeiro	Destino não declarado
Barbados (Antilhas)	12	13
Total	12	13

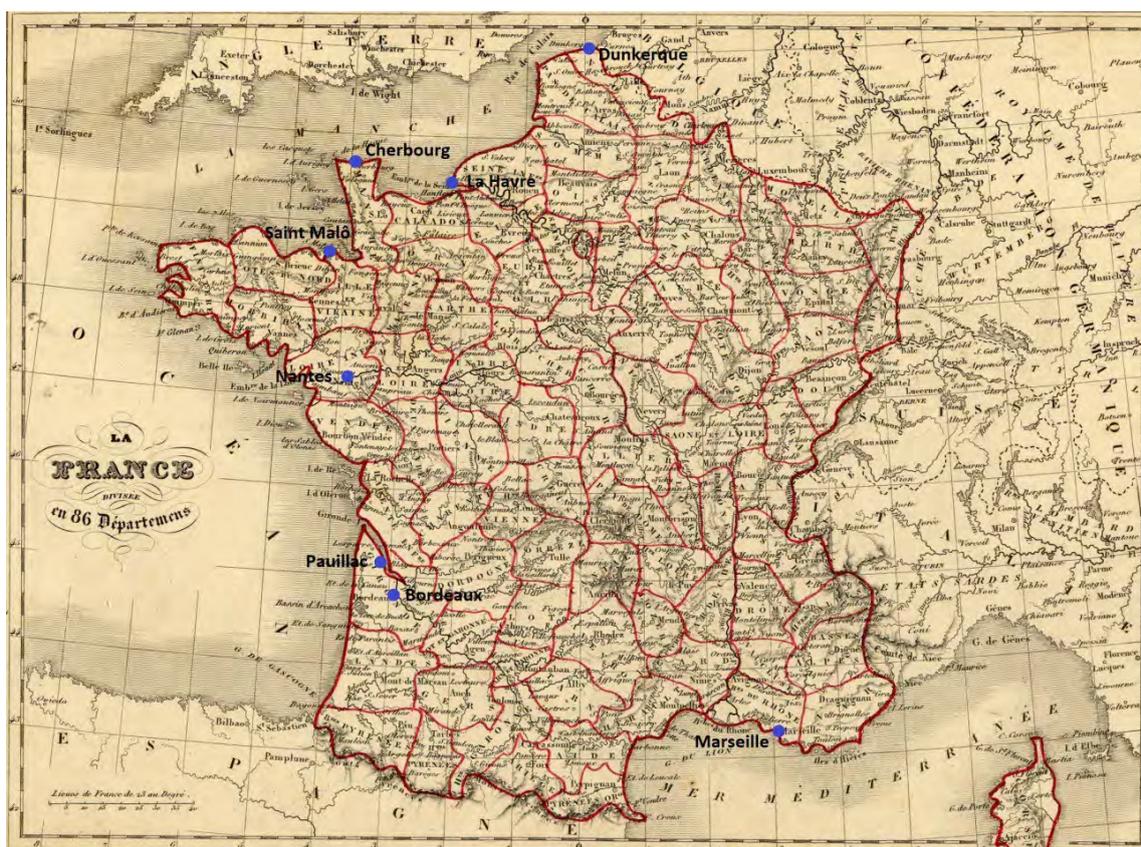
FONTE: ARQUIVO NACIONAL

Considerando os números fornecidos pelos portos franceses, observou-se que Bordeaux apresentou o maior índice de partida: dos 8.329 imigrantes que vieram para o Rio de Janeiro, 4.313 embarcaram por esse porto. Outro local de grande incidência foi Marseille com 1.587, seguido por Havre, com 1.575 indivíduos dessa nacionalidade. Ressalta-se, portanto, a importância das informações da base do Arquivo Nacional, dadas as dificuldades acerca da mensuração dos fluxos para o Brasil.

Imagem 1: Ficha da base de dados do Arquivo Nacional

DADOS IMIGRANTE						
NOME	Nº ORDEM 0008	PARENTESCO Esposa (o)	IDADE (ano)			
IDADE (mes)	IDADE (intervalo)	SEXO Feminino	NAÇÃO/NACIONALIDADE Francesa			
ESTADO CIVIL Nada consta	PROFISSÃO Nada consta	RELIGIÃO Católica	INSTRUÇÃO Nada consta			
DADOS DA VIAGEM						
DATA DE CHEGADA 14/01/1879 00:00:	PORTO DE ENTRADA Buenos Aires		NAVIO Orenoque	CLASSE		
PROCEDÊNCIA Nada consta	DESTINO Rio de Janeiro					
ACOMPANHANTES						
PRENOME	SOBRENOME	NºORDEM	PARENTESCO	IDADE (ano)	IDADE (mês)	IDADE (intervalo)
		0009	Filho (a)	11		
Jean	Boudeau	0007	Nada consta	31		
OBSERVAÇÕES						

Imagem 2: Principais portos franceses entre os anos de 1875-1910



De fato, o número apresentado pelo porto de embarque Buenos Aires, conforme apontado mais adiante na tabela 1, indica que, mesmo a capital argentina tendo exercido atração pelos franceses, tal interesse constituiu-se em apenas um lugar de parada, ainda que o quantitativo de imigrantes dessa origem tenha sido superior (ver tabela 2) que no Brasil.

Tabela 2: Distribuição dos imigrantes franceses por países

PAÍS	PERÍODO	TOTAL
Argentina	1857-1924	226.894
Brasil	1842-1924	33.304
Canadá	1900-1924	29.428
México	1909-1924	10.986
Estados Unidos	1820-1924	491.560
Uruguai	1867-1921	24.114

Fonte: FERENCZI; WILLCOX; BUNLE *Apud* WEIL (1996), *Op. Cit.*, p.454.

No que tange à composição dos fluxos de emigrantes para as Américas, observou-se a preeminência de indivíduos do sexo masculino. Em determinados períodos, a taxa de masculinidade alcançou a média de 69% no conjunto emigratório, entre os anos de 1857-1864, chegando a atingir o percentual de 72%, em 1865-1877, quando, então, se reduz para 68%, entre 1878-1890. A partir das estimativas fornecidas pelos passaportes, considerou-se que em alguns momentos, houve o predomínio de famílias, como em 1874-1877 e 1890, em que se estimou 63% e 65%, respectivamente (OTERO, 2012, p. 30-31).

Além disso, configurou-se uma emigração com maior número de homens solteiros, com faixa etária de 20 a 50 anos de idade, conforme os índices apontados em 1865-1870, quando se verificou o percentual de 58,2%, sofrendo um aumento para 66%, durante os anos de 1882-1890. Esses dados, entretanto, não obliteram a presença de crianças e idosos que tiveram, inclusive, participação nesse movimento. Contudo, a partir da década de 1880, foi constatado o envelhecimento dos fluxos emigratórios, assim como do número de famílias encaminhadas pelo porto de Bordeaux. No início do século XX, esse quadro se inverte, passando a registrar, novamente, pessoas jovens e solteiras do sexo masculino (IDEM, p. 30-31).

Ainda em relação aos dados fornecidos pelos passaportes para as Américas, foi averiguado, entre 1857-1890, um reduzido índice de trabalhadores rurais com tendências ao aumento no final desse ciclo, sendo um traço marcante dos emigrantes vindos pelo porto de Bordeaux. Por outro lado, verificou-se, em 1850-1859, uma forte influência de profissões ligadas à indústria, retornando depois ao predomínio dos setores agrícolas, atingindo em 1889, a média de 75%, decaindo para 50%, entre os anos 1898-1907. Além disso, havia uma quantidade significativa de passageiros que não declaravam profissão (IBIDEM, p. 30-31).

1.5. AS CAUSAS DA EMIGRAÇÃO FRANCESA (1850-1914)

Na década de 1940, especialmente, após a Segunda Guerra Mundial, quando os países europeus voltaram seu olhar para emergência de uma nova potência – os Estados Unidos –, houve um crescente interesse por parte dos historiadores franceses para a e/imigração francesa nas Américas. Nesse contexto, os argumentos utilizados por Gustave Lagneau (1884) são reafirmados pelas ciências humanas, pela demografia e a estatística, que se inclinaram sob esse processo, a fim de levantar as cifras de quantos

franceses emigraram rumo ao continente americano.²¹ Nessa direção, Henri Bunle, em importante estudo, intitulado *Mouvements migratoires entre la France et l'étranger*, destacou que o afluxo de emigrantes para o Novo Mundo foi superior às colônias francesas na África e na Ásia, constatando que este movimento foi instável, variando, sobretudo, nas décadas de 1840, 1880 e 1900 (BUNLE, 1943)

Tabela 3: Os principais fluxos emigratórios franceses entre os anos de 1821 – 1930

Década	Ultramar	Colônia	Europa	Total
1821-1830	14.000	2.000	9.000	25.000
1831-1840	80.000	15.000	45.000	140.000
1841-1850	130.000	50.000	80.000	260.000
1851-1860	111.000	70.000	70.000	251.000
1861-1870	72.000	35.000	70.000	177.000
1871-1880	139.000	64.000	150.000	353.000
1881-1890	213.000	79.000	180.000	472.000
1891-1900	100.000	86.000	100.000	286.000
1901-1910	160.000	45.000	240.000	445.000
1911-1920	124.000	43.000	164.000	331.000
1921-1930	104.000	143.000	155.000	402.000
Total	1.247.000	632.000	1.263.000	3.142.000

FONTE: BUNLE *Apud* WEIL, François. “Les migrants français aux Amériques (XIXe – XXe siècles), nouvel objet d’histoire.” In: *Annales de démographie historique*, 2000-1. Les Français d’Amérique, p. 10.

Louis Chevalier, por seu turno, após dedicar importantes ensaios sobre a história da população e da emigração francesa no século XIX, compreendeu o processo emigratório francês como um desdobramento da Revolução Francesa e das guerras napoleônicas. Na opinião desse autor, praticamente não houve alteração no deslocamento de franceses para outros países, salvo em alguns momentos em que esse percentual alcançou índices mais elevados que o comum, como nos anos compreendidos entre 1846-1860, 1861-1875 e 1880-1890. Ainda que o levantamento dessa estatística seja de difícil mensuração, os números podem ser maiores que o imaginado, quando se considera a possibilidade de migrações terrestres (CHEVALIER, 1947, 127-171).

Certamente, um aspecto para onde convergem as interpretações de Bunle (1943) e Chevalier (1947) é o fato da emigração francesa não ser um fenômeno de massas, como em outros países europeus que exportaram grandes fluxos emigratórios.

De fato, ao se observar os índices demográficos da França no oitocentos, logo se constatará que o país recebeu um percentual considerável de imigrantes, levando a crer que, nos anos 1851 a 1881, houve mais chegadas que saídas de migrantes.²² Portanto, por mais que tenha havido um movimento de partida do território francês, ele não o foi à altura da entrada de imigrantes, o que leva a crer que, de um modo geral, as médias populacionais eram estáveis.

1.6. A FRANÇA DE 1850-1870

O levantamento dos dados acerca da emigração francesa indica que a partir de 1846 os números desse movimento começaram a despontar, mantendo uma alta até 1860, quando sofre uma nova queda nos índices da partida (CHEVALIER, 1947, p. 134). O período de meados do século XIX é apontado pela historiografia como de instabilidade política, econômica e social na França. Devido à crise no meio rural, que contou com o crescimento demográfico no campo e o aumento do preço dos gêneros agrícolas, das más colheitas da batata e dos cereais, parte do campesinato experimentou uma situação de profunda pobreza (CHARLE, 1991, p. 60).

Os ecos dessa conjuntura desfavorável na agricultura se prolongariam às indústrias voltadas para o setor têxtil e artesanal, já que a demanda por alimentos era maior que a de produtos industrializados. Esse panorama ocasionou, entre 1846 e 1847, o desemprego de inúmeros tecelões e artesãos franceses, profissões bastante numerosas nos mundos do trabalho da França oitocentista (CHARLE, 1991, p. 60).

Frente a esse quadro de instabilidade econômica no meio rural e urbano francês, as cidades assistiram a um sensível aumento no número de indigentes e mendicantes; do desemprego e da delinquência, assim como de pilhagens. Em meio à inquietação social, as autoridades francesas agiram em favor dos departamentos em que a indústria se encontrava em fase de expansão a fim de erradicar a pobreza e a carestia; enviando militares contra possíveis motins nessas regiões (CHARLE, 1991, 61).

No plano político, a França caminhava para a eclosão de uma nova revolução. O próprio Tocqueville, ao discursar na Câmara dos Deputados, assim prognosticou: “Estamos dormindo sobre um vulcão... Os senhores não percebem que a terra treme

²² Os dados referidos à entrada de estrangeiros na França são fornecidos por Gustave Lagneau, em obra intitulada *De l'Immigration em France*, de 1884. O autor, ao se debruçar sobre a imigração francesa entre os anos de 1851-1881, se posiciona favoravelmente ao processo, visto que a população que imigrou para a França durante esse período, era do mesmo tronco étnico que os franceses (Suíços, Belgas, Italianos, etc) e que, portanto, não modificaria a composição social, assim como não ameaçariam o futuro da nação. Ver: BNF. Gustave Lagneau. *De l'Immigration em France*, 1884.

mais uma vez? Sopra o vento das revoluções, a tempestade está no horizonte.” (TOCQUEVILLE, 1848 *Apud*. HOBBSAWM, 2014, p. 31). Nesse contexto, a Monarquia francesa sofreu um duro golpe, culminando com a Proclamação da Segunda República, a qual contou com o apoio do proletariado francês (HOBBSAWM, 2014, p. 35). A nova ordem política fora bem aceita pelos franceses que, rapidamente, receberam o título de *quarante-huitards* (HOBBSAWM, 2014, p. 37). Embora esse período tenha sido de grande desenvolvimento para a nação francesa, a política externa e as inquietações políticas e sociais determinaram o fim da fase republicana.

Luís Napoleão, eleito pelo povo francês em junho de 1848²³, após um golpe de Estado apoiado pela burguesia, pelo exército e pela Igreja, autoproclamou-se Imperador da França, em 1852, sob o título de Napoleão III. Segundo Hobsbawm (2014, p. 56), o chefe de Estado buscou governar não somente com a força das armas, mas, sobretudo pela retórica demagógica, através da qual instaurou a “ordem social”, atraindo inclusive os partidários de esquerda para a participação política. Entretanto, antes mesmo que se instaurasse o Segundo Império, uma reação conservadora ocorrida no seio republicano fez com que alguns franceses buscassem o exílio em países vizinhos, como a Inglaterra. Com o passar dos anos, durante o governo de Napoleão III, a atmosfera de insatisfação política entre os “barbas de quarenta e oito”²⁴, se intensificou, de modo que esses indivíduos, insatisfeitos, migraram por razões políticas. O Brasil também foi destino de alguns desses exilados, a exemplo de Charles Ribeyrolles, que veio para o Rio de Janeiro, no final da década de 1850 (CANELAS, 2009, p. 289-318)

Contudo, se na esfera do poder as decisões tomadas por Napoleão III asseguravam os interesses daqueles que apoiavam o imperador, o meio agrícola francês fora novamente assolado por uma crise que, dessa vez, afetou o cultivo da videira, entre os anos de 1853 e 1858. O emprego dessa atividade contava com os esforços de um contingente considerável de mão-de-obra durante o ano, o qual se viu prejudicado com a queda da produtividade, motivando as migrações para o ultramar.

Outro fator que favoreceu a emigração francesa para o Novo Mundo durante a década de 1850 está intimamente associado à descoberta do ouro no território da Califórnia. Sabe-se que, em 1851, havia mais de 20.000 franceses por lá, passando para

²³ É imprescindível destacar que no pleito ocorrido em 1848, Luís Napoleão foi eleito graças ao apoio de uma massa camponesa, insatisfeita com as sucessivas crises no campo, com o aumento de impostos, e a falta de assistência das autoridades políticas no campo, em favor do operariado nas cidades. Ver: Francis Démier. *La France du XIXe siècle (1814-1914)*. Paris: Éditions du Seuil, 2000, p. 227.

²⁴ Designação romântica para os entusiastas da Revolução de 1848. Ver: Eric Hobsbawm. *A Era do Capital*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014, p. 37.

70.000 anos mais tarde, em 1856 (FOHLEN, 2000, p.29-43). *La ruée d'or* motivou a ocupação e o surgimento de núcleos urbanos na região, bem como em áreas contíguas, como em São Francisco.

Com efeito, não se deve negligenciar o envolvimento francês na mediação das questões de cunho nacionalista sob o Segundo Império. Na península Itálica, por exemplo, Napoleão III, interveio em favor da libertação da Lombardia e do Vêneto do jugo austríaco, mediante as recompensas territoriais de Nice e Sabóia (DÉMIER, 2000, p.270-272). Na região dos Balcãs, declarou apoio à Turquia, ao participar da Guerra da Criméia (1854-1859), a qual envolvia diretamente a Rússia e o Império Turco-Otomano, que era amparado tanto pela França quanto pela Inglaterra. O término do conflito dirimiu questões bastante pontuais, em um primeiro momento, enquanto que assuntos relacionados ao “sistema de poder internacional” foram solucionados posteriormente, o que implicou uma resolução mais dramática para o equilíbrio europeu (HOBSBAWM, 2014, p. 128).

Durante o Segundo Império houve uma tentativa concreta de Napoleão III de estender sua influência política e econômica sobre o continente americano. Esse projeto se deu através de uma intervenção militar francesa no México, com o estabelecimento de um regime imperial liderado por Maximiliano Habsburgo, entre anos de 1864 e 1867. Para o líder político francês, a independência mexicana sob a égide do governo francês significava não só a defesa dos interesses econômicos no Novo Mundo, assim como uma contenção ao expansionismo estado-unidense na região. No entanto, tal empreendimento representou um fracasso na política externa da França (MILZA, 2004, p.639-645).

Após o rápido desenvolvimento econômico durante o Segundo Império, houve uma queda no número de partidas do território francês para as Américas na década de 1860 (CHEVALIER, 1947, p. 134). Conforme apontou Démier, “a lei do novo regime” era “a prosperidade sem fim.” (DÉMIER, 2000, p. 259). Durante esse período houve um equilíbrio da modernidade industrial e das bases tradicionais da prosperidade nacional, comprovado pela expansão da malha ferroviária em toda a Europa, graças aos investimentos franceses.

Com efeito, outro colapso no meio rural voltou a atingir a população camponesa na França, em meio à fase de avanços na economia. Iniciada em 1865, a crise da filoxera teria uma sobrevida na década de 1890, ocasionando uma redução das áreas cultivadas. O efeito devastador do parasita causador do surto no campo implicou a

diminuição da produção e a baixa no preço da terra, levando muitos proprietários rurais a venderem suas terras e emigrar para o Novo Mundo (OTERO, 2012, p. 43).

Ainda que o Segundo Império estivesse atravessando alguns impasses em sua política interna, em decorrência da abertura ao liberalismo, que propiciou o aumento dos ataques em jornais e revistas contra o Imperador (MILZA, 2004, p.656-667), e da insatisfação da classe trabalhadora que se organizava em torno de manifestações grevistas (COBBAN, 1965, 9-12), a queda do governo se deu por razões externas. De fato, a França não estava preparada para um conflito com a Prússia, visto que se encontrava em situação de vulnerabilidade no continente europeu. Dessa forma, sua participação fora desastrosa, de modo que seu exército sofreu sucessivas perdas, até que na Batalha de Sedan, em setembro de 1870, ocorreu definitivamente a queda de Napoleão III.

Após este evento, os republicanos tomam o poder, instaurando um governo provisório, ainda longe de ser a República por eles idealizada (DÉMIER, 2000, p. 289). A Guerra Franco-Prussiana prosseguia, dividindo as opiniões sobre o destino da França. Em 20 de setembro, Paris foi sitiada pelos prussianos, deixando o poder político confinado aos limites da capital, o que dificultava a comunicação com outros estados franceses, senão por meio de balões. Frente à inaptidão dos militares franceses, a população parisiense sofreu com o bombardeamento da Prússia, perecendo também com a fome e a carestia que se instaurou na cidade.

Após sofrer com o peso das humilhações impostas pelos prussianos, dentre elas a coroação de Guilherme I, imperador do Segundo Império germânico no Palácio de Versailles, é assinado um armistício com a Prússia, que incluía a eleição de uma Assembleia Nacional Francesa. A Câmara elege Thiers como chefe do poder executivo da República, cabendo a ele solucionar a herança da Guerra Franco-Prussiana. O chanceler Otto von Bismarck impôs duras condições à França, dentre elas a perda da Alsácia e da Lorena, desagradando os radicais republicanos, mas, sobretudo, os parisienses que se organizaram em barricadas.

Assim, foi criada a Comuna de Paris, um governo autônomo com tendências socialistas, formado pela população parisiense. Apesar da durabilidade efêmera, essa forma de poder não conseguiu se irradiar para outros locais da França. Para Hobsbawm, sua existência representou não apenas uma revolução de caráter social, mas o temor à emergência do proletariado. A Comuna “foi importante não apenas por aquilo que realizou, mas também por aquilo que anunciou; foi mais formidável como símbolo do

que como de fato” (HOBSBAWM, 2014, p. 260). Seu malogro, propiciou a consolidação da Terceira República Francesa que, mesmo repleta de sobressaltos, perdurou até às vésperas da Segunda Guerra Mundial.

1.7. A FRANÇA DURANTE A *BELLE ÉPOQUE* (1870-1914)

Durante a década de 1870, houve um segundo crescimento no número de emigrantes para as Américas. O panorama social e político francês podem ser considerados elementos motivadores na decisão da partida. Conforme apontado por Pierre Milza, as razões para emigrar não se devem pautar apenas em aspectos econômicos, ainda que, em algumas regiões esses fatores tenham influenciado decisivamente. Para esse autor, havia, principalmente, motivações de ordem política, que provocaram o aumento do fluxo de emigrantes.²⁵

Nessa mesma conjuntura, a economia francesa atravessava dificuldades no setor bancário, devido à falência do crédito mobiliário, e de construções, com a desaceleração do ritmo da expansão das estradas de ferro (DÉMIER, 2000, p. 338). Além desses fatores, as indenizações impostas pela Alemanha, incluindo a perda da Alsácia e da Lorena²⁶, contribuíram para a redução de investimentos na economia. Todavia, algumas áreas receberam um novo vigor, como a indústria metalúrgica e têxtil. As exportações experimentaram nesse mesmo período um decréscimo considerável, de modo que a agricultura e o algodão enfrentaram obstáculos na produção (DÉMIER, 2000, p. 338).

Em 1872 é discutida e aprovada a Lei Militar na França. A proposta encaminhada para a Assembleia previa a duração de 7 anos para o serviço militar. Tal medida fortemente defendida por Thiers, fora redimensionada perante a Assembleia que diminuiu o tempo de serviço para 5 anos. A escolha dos membros da corporação ocorreria por meio de sorteio, dividindo os candidatos em dois grupos: um para o cumprimento do prazo estabelecido pelo governo, outro para a realização desse ofício

²⁵ Na opinião de Pierre Milza, as convulsões políticas de 1848, 1850 e 1871 foram responsáveis pelo crescimento no número de emigrantes franceses. Frédéric Mauro, por seu turno, considera aceitável a explicação de que as levas migratórias foram ocasionadas por motivos políticos e econômicos, sobretudo, durante os anos de 1815, 1848 e 1870.

²⁶ Segundo Francis Démier, a Alsácia-Lorena representava 7% da indústria francesa. Sem dúvida, a perda desse território representou uma perda para esse setor da economia. Ver: Francis Démier. *Op. Cit.*, p. 338.

em apenas 1 ano.²⁷ Eram liberados do alistamento funcionários públicos, estudantes e eclesiásticos.

Conforme apontado em estudos sobre o tema, é inquestionável a relação entre e/imigração e serviço militar. Acredita-se que os departamentos que mais encaminharam emigrantes são os locais com maior índice de insubmissão ao exército, como a linha ao sul da região Creuse-Rhône, e no norte, em Manche, Calvados, Seine e, posteriormente nos Basses Pirénées, entre 1875 e 1882. De fato, o tempo estabelecido para o cumprimento da lei militar, esteve no cerne das decisões da partida (OTERO, 2012, p. 50).

Segundo Louis Chevalier, o crescimento no número de partidas da França, rumo às Américas podem ser comprovadas através das estatísticas norte-americanas, as quais revelam, por exemplo, que a curva emigratória se prolongou até 1876, chegando a atingir a média de 14.798, em 1873. Na Argentina, ocorre de modo semelhante, visto que nesse mesmo período, alcançou-se o nível de aproximadamente 5.000 imigrantes (CHEVALIER, 1947, p. 135). Já no Brasil, no ano de 1872, segundo o registro censitário, havia 3.500 indivíduos dessa nacionalidade (Ver tabela 3).

Certamente, os números acima citados chamam a atenção devido ao elevado número de entradas de franceses nas Américas, especialmente nos Estados Unidos e na Argentina (CHEVALIER, 1947, p. 168)²⁸. Se o primeiro país experimentava, nos anos de 1870, o processo de aceleração da Revolução Industrial, em um contexto pós-guerra civil; o segundo, que estava em fase consolidação do Estado nação, era uma nova fronteira de crescimento econômico que se integrava às redes do capitalismo internacional, como fornecedora de matérias-primas e alimentos.

Todavia, o fluxo emigratório francês conheceu um aumento significativo no final da década de 1880. De acordo com Chevalier, essa tendência ocorreu especialmente entre 1888 e 1890, quando a propaganda em favor da emigração para o Novo Mundo era intensificada, no momento em que as condições políticas e econômicas na França coincidiam com a necessidade de imigrantes na América (CHEVALIER, 1947, p. 168).

²⁷ Apesar da mobilização e dos avanços nessa questão, com queda de Thiers, a lei é revogada por meio de um sufrágio que elege uma norma que visou à reorganização do exército. Como desdobramento dessa decisão, houve uma reformulação da artilharia e, posteriormente, foi criada a *École de Guerre*. Ver: Pierre Milza. *Napoléon III*. Paris: Éditions Perrin, 2004, p. 22.

²⁸ Louis Chevalier considera que a necessidade de colonizar a Argentina, coincide com a diminuição das oportunidades na Espanha. Ver: Louis Chevalier. “L’émigration française au XIXe siècle.” *Études d’histoire moderne et contemporaine*. Paris, 1947, p. 168.

Como se sabe, a França do final dos oitocentos é essencialmente agrária, visto que os negócios no campo representavam 42% de sua economia. O desafio enfrentado pelo mundo rural desse período eram os baixos preços dos produtos agrícolas vindos da América, que competiam diretamente com os gêneros cultivados pela agricultura francesa, como o vinho (afetado pela filoxera), o trigo, a beterraba, além da pecuária, que fora igualmente atingida pelo colapso na agricultura.

A crise do meio agrícola francês prejudicou inclusive as atividades econômicas do país. A queda no preço do solo e da renda oriunda da agricultura reforçaram os problemas demográficos enfrentados pela França. No início do século XX, essas condições permaneceram complicadas, especialmente nas regiões do Centro, do Oeste e do Sul da França, onde a carestia e a pobreza impulsionaram muitos camponeses a migrarem para as cidades. Somado a esses fatores, o processo de modernização das áreas rurais, possibilitou uma tomada de consciência dos pequenos proprietários de terra e dos trabalhadores rurais, especialmente os jornaleiros, que passaram se organizar em torno dos sindicatos ou então dos partidos socialistas da época (BERSTEIN; MILZA, 2008, p. 127).

No tocante aos aspectos sociais, o país enfrentava inúmeros problemas em decorrência da recessão econômica. Os operários, os maiores prejudicados com esse desequilíbrio, sofrem com a inflação e o desemprego nas cidades. Segundo os dados de época, Paris contou com cerca de 100.000 desempregados (DÉMIER, 2000, p. 342). A classe trabalhadora que se encontrava nas fábricas estava submetida a condições precárias de trabalho, as quais incluíam jornadas exaustivas e baixos salários, organizavam manifestações grevistas, a fim de reivindicarem melhores remunerações.²⁹ Nas ruas, os índices de marginalidade aumentavam, em decorrência da mendicância e das formas de vida desumanas. No campo, a crise perduraria, atingindo os agricultores que sofriam com a fome e a pobreza.

Em contraposição a esse quadro, o oitocentos assistiu à consolidação da classe burguesa e de seus ideais. Na França, seu triunfo está intimamente ligado a um processo que remete ao século anterior, como participante de embates no cenário político e econômico. Como detentora dos meios de produção, a burguesia passou a se enxergar enquanto camada social dominante no curso das transformações ocorridas ao longo do

²⁹ Frente a esse panorama social, há uma disseminação das ideias socialistas na década de 1890, momento em que o proletariado francês intensifica sua luta e com isso, o movimento sindical se firma entre os trabalhadores. Ver: Francis DÉMIER, Francis. *La France du XIXe siècle (1814-1914)*. Paris: Éditions du Seuil, 2000., p. 371

XIX, as quais a fizeram se diferenciar do proletariado.

No entanto, a partir dos anos de 1890, a indústria francesa voltou ao seu patamar de crescimento na economia, em decorrência dos esforços empreendidos na década anterior, que possibilitaram sua inserção em um processo de industrialização mais amplo. Os avanços na eletricidade, na química, no automobilismo, na aeronáutica e nos meios de comunicação, com a invenção do telefone e do rádio, projetaram a França no rol das nações que mais inovaram durante esse período.³⁰ Embora o setor industrial tenha experimentado momentos de otimismo, havia ainda períodos de incerteza em alguns setores desse ramo, em alguns departamentos franceses. Tal oscilação perdurou até 1905, quando as atividades industriais se firmaram no país, alcançando sua melhor fase entre os anos de 1910-1913 (BERSTEIN; MILZA, 2008, p.77).³¹

Tabela 4: Taxas de crescimento industrial

1885-1890	1,94%
1890-1895	2,20%
1900-1905	2,64%
1905-1910	4,57%

FONTE: Maurice Lévy-Leboyer. Apud. Serge Berstein & Pierre Milza. *Histoire de la France au XXe siècle*. 2ª ed. Tomo I: 1910-1930. Paris: Éditions Complexe, 2008, p.193.

Indubitavelmente, os resultados dessa fase de grandes invenções e de intensa atividade industrial na França, influenciaram no decréscimo do número de partidas para a América³², já que a curva emigratória sofreu um declínio nessa década (1891-1900), voltando a crescer nos anos subsequentes, até 1910 (Ver tabela 3). Tais índices estiveram, em certa medida, relacionados ao processo de industrialização francesa, visto que nos momentos de intensa industrialização houve redução nos fluxos para o Novo Mundo, assim como em períodos de retração industrial se elevou. Embora tal afirmação

³⁰ Embora a França tenha experimentado um crescimento industrial na década de 1890, observou-se que a mesma deixou de ocupar o 2º lugar no quadro das nações industrializadas, para alcançar a 4ª posição no ranking das potências industriais. Ver: Serge Berstein & Pierre Milza. *Histoire de la France au XXe siècle*. 2ª ed. Tomo I: 1910-1930. Paris: Éditions Complexe, 2008, p. 190.

³¹ Entre os anos de 1905-1913, a produção industrial francesa obteve um crescimento global de 3,56% ao ano. Os setores mais dinâmicos da indústria atingiram o percentual de 5,2%. Ver: Serge Berstein & Pierre Milza. *Histoire de la France au XXe siècle*. 2ª ed. Tomo I: 1910-1930. Paris: Éditions Complexe, 2008., p. 77.

³² Até o final da década de 1890, houve uma expansão econômica baseada na diversificação de produtos e no crescimento das exportações na Argentina. O meio rural se transformou, propiciando um aumento na produção de cereais e de gado para o mercado externo. A transformação dessas atividades foi fundamental para o país, principalmente nas décadas seguintes. Paralelamente a essas modificações, houve uma mudança no perfil social da Argentina, na medida em que se aumentou a capacidade de incorporação de mão-de-obra imigrante. Ver: SABATO, Hilda. *Historia de la Argentina (1852-1890)*. Editores Siglo Veintiuno: 2012, p. 334-335.

tenha certo fundo de razão, sabe-se, porém, que nem todos os indivíduos que emigraram estiveram envolvidos em atividades industriais. Nesse sentido, tal explicação pode ser considerada generalizante e incompleta.

Às vésperas da Primeira Guerra Mundial, a França era a segunda maior potência a constituir um império além de seus limites territoriais na Europa. Quando o Marrocos se tornou protetorado francês, em 1912, seu império já possuía cerca 11 km² e 43 milhões de habitantes (BERSTEIN; MILZA, 2008, p. 185). O primeiro continente a expandir seu domínio foi o africano, onde conquistou a Argélia, em 1830, posteriormente, o Egito e a Tunísia, além da costa do Gabão, Costa do Marfim, Guiné e Senegal. Na Ásia, o país que já havia ocupado colônias na Conchinchina e Cambodja, seguiu ocupando a região norte do atual Vietnã, em Tonkin, estabelecendo, posteriormente, protetorado em Annam, costa leste da Indochina (DÉMIER, 2000, p. 345-346).

Segundo Berstein & Milza (2008, p. 187), a política imperialista conduzida pelos franceses durante os séculos XIX e XX obteve êxito, permitindo que a França, “do ponto de vista político, militar e cultural” se projetasse, e depois tenha se mantido, apesar de “seu declínio demográfico e de sua relativa estagnação econômica”, como uma nação hegemônica frente aos demais países envolvidos no processo de incorporação de territórios.

Diferentemente da Grã-Bretanha, que empreendeu grandes esforços em seu Império colonial e nas Américas, a França, segunda nação que mais possuía investimentos no mundo, esteve voltada para o continente europeu, especialmente para a Rússia, onde financiou portos de guerra, linhas férreas e canteiros navais. O segundo local onde recebeu maior aplicação por parte dos franceses foi a América Latina, seguida da África, de suas colônias, e, por fim, da América do Norte (IDEM, 2008, p. 195).

Tabela 5: Os capitais franceses no estrangeiro

EUROPA	
Rússia	6.966
Espanha	2.974
Áustria-Hungria	2.850
Turquia	1.818
Itália	1.430
Inglaterra	1.000
Portugal	900
Bélgica	600
Suíça	455
Romênia	438
Noruega	290
Grécia	283
Sérvia	201
Holanda	200
Mônaco	158
Dinamarca	131
Suécia	123

ÁSIA	
China	651
Ásia-Turquia	354

ÁFRICA	
África Britânica	1.592
Egito	1.436
Tunísia	512

AMÉRICA	
Argentina	923
Brasil	696
Estados Unidos	600
México	300
Colômbia	246
Chile	226
Uruguai	219
Canadá	138
Venezuela	130
Cuba	126
Peru	107

FONTE: R. Poidevin. *Apud*. Serge Berstein & Pierre Milza. *Histoire de la France au XXe siècle*. 2ª ed. Tomo I: 1910-1930. Paris: Éditions Complexe, 2008, p.193.

Na América Latina, a influência francesa se irradiou com maior intensidade na Argentina e no Brasil, auxiliando em diversos setores da economia desses países. Havia, entretanto, áreas em que necessitava de maior investimento do capital francês, e, portanto, o destino desse capital foi empregado de maneira diferente nas nações em questão. Se o primeiro país recebeu aplicação em terras, empréstimos públicos e ferrovias; o segundo, basicamente, obteria empréstimos públicos, além da inversão em empresas e auxílio na construção de estradas de ferro.

Tabela 6: Os investimentos franceses na América Latina em 1902 (em milhões de francos)

	Empréstimos públicos	Terras	Ferrovias	Bancos	Empresas	Outros
Argentina	310	366	100	53	94	923
Chile	8	80	-	-	138	226
Uruguai	48	138	-	8	103	297
Brasil	490	30	40	11	125	696
México	-	100	-	20	180	300
Antilhas	73	100	-	7	30	210
América Central	-	-	-	-	47	47
Outros	32	170	18	39	295	47

Fonte: J.F. Rippy. Apud. Serge Berstein & Pierre Milza. Histoire de la France au XXe siècle.

2ª ed. Tomo I: 1910-1930. Paris: Éditions Complexe, 2008, p.193.

Entretanto, a influência francesa não pode ser medida tão somente pelo seu poderio militar, industrial ou financeiro, mas também no âmbito cultural, como uma nação que propagou sua cultura política³³, através dos ideais pós – 1789, e, sobretudo, das noções de civilização e refinamento, da moda, das artes e literatura, enfim de seu *habitus*³⁴ para o mundo.

A noção de *Belle Époque* utilizada para designar o início do século XX, momento de euforia e entusiasmo por conta da riqueza e prosperidade francesa, na opinião de Raoul Girardet foi uma construção do imaginário coletivo francês, para contrastar os difíceis anos da Primeira Guerra Mundial, os quais foram atravessados por uma profunda pobreza e carestia (GIRARDET, 1986, p. 97-137). Porém, verificou-se que às vésperas do conflito, o capitalismo financeiro se desenvolvia plenamente, assim como o produto interno bruto do país, em comparação com a Inglaterra, teve um amplo crescimento (BERSTEIN & MILZA, 2008, p. 64-6). Dessa maneira, a prosperidade econômica, o inegável desenvolvimento tecnológico e social da França, desse período contribuiu para a criação, *a posteriori*, de uma imagem, por certo idealizada, mas não

³³ Segundo o Dicionário de Política, organizado por Norberto Bobbio, cultura política corresponde a um conjunto de atitudes, normas, crenças e tendências partilhadas por membros de uma determinada sociedade, a partir de uma realidade política.

³⁴ Desenvolvido pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu, o conceito de *habitus* tem por objetivo apreender o modo pelo qual a sociedade deposita nos indivíduos, modos de pensar, agir e sentir, além de elaborar as respostas dos agentes sociais às demandas do meio em que estão inseridos.

totalmente sem fundamentação real, de uma “Era Dourada” (GIRARDET, 1986, p. 97-137).

1.8. AS ATAS DO *ÉTAT CIVIL CONSULAIRE*³⁵

Uma via alternativa apontada por Gustave Lagneau, em 1884, são os relatórios elaborados pelos cónsules radicados em outros países. Esses documentos, para além de apresentarem as condições de vida fora da França, incluem questionários destinados aos emigrantes. No entanto, por mais que tal documentação revele-se interessante, na opinião desse autor, assim como os passaportes, ela pode apresentar números insuficientes sobre a quantidade de franceses fixados em outra nação, posto que, os trâmites consulares eram desconhecidos de alguns imigrantes que deixavam de efetuar suas matrículas no consulado (LAGNEAU, 1884, p.32).

Independentemente dos desafios que a problemática da e/imigração francesa impõem, não se deve omitir sua importância histórica pela insuficiência dos dados sobre a partida, conforme alertou François Weil. Por essa razão, cada conjunto documental tem seu valor quando inquirido de acordo com o que se deseja responder. Nesse sentido, o caminho escolhido para se trilhar nas páginas seguintes será dar voz à documentação consular, por acreditar que, para além do que fora apontado por Lagneau (1884), pode-se apreender dados novos para indicar algumas direções do processo emigratório francês para o Rio de Janeiro.

Os registros do *État Civil Consulaire* quando cotejados àquilo que se produziu no passado sobre o tema, possibilitam um olhar diferenciado para a e/imigração francesa. Não se pretende, com isso, atingir a exatidão da realidade numérica desse processo, ainda que esse aspecto seja relevante para a análise, mas lançar luz sobre as razões da partida, destacando quais regiões da França, entre os anos de 1850 e 1899, mais exportou imigrantes para o Rio de Janeiro.

Embora a documentação ilumine muitos aspectos da e/imigração francesa para a capital brasileira à época, sabe-se, porém, que a mesma pode, por vezes, apresentar certas limitações. A primeira diz respeito à questão temporal, visto que há lacunas referentes aos primeiros anos do século XX. A segunda está no fato de que as atas registradas não abrangem a totalidade dos franceses que residiam na cidade à época, já que esse tipo de obrigação poderia ser do desconhecimento de alguns imigrantes ou

³⁵ A documentação do *État Civil Consulaire* foi encontrada no Arquivo diplomático de Nantes (CADN), na França.

simplesmente se tratar do descumprimento de uma obrigação para outros.

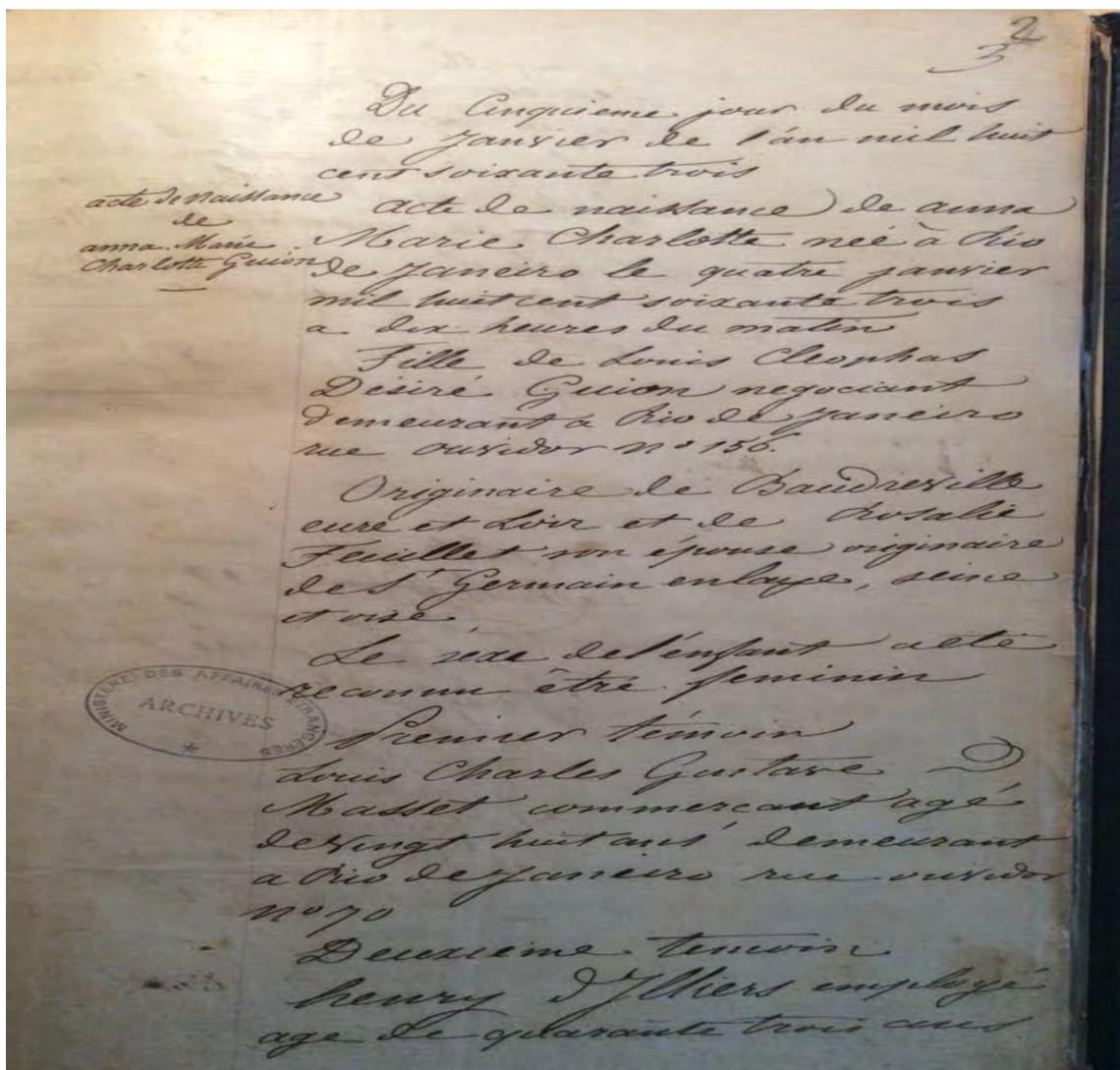
Entende-se por *État Civil Consulaire*, o serviço prestado pelo consulado da França, para o registro de indivíduos e sua situação social no país para onde imigrou. Certidões de nascimento, de batismo, de casamento e de morte se inserem nesse acervo que preserva aspectos importantes da vida de um sujeito e/ou de um grupo familiar. Para a constituição de uma cartografia da emigração francesa, tais documentos poderão apresentar informações adicionais sobre as origens desses imigrantes, como o local e porto por onde embarcaram, além de revelarem as especificidades do movimento e/imigratório francês para a cidade do Rio de Janeiro.

Para esse fim, empregou-se o método da amostragem, com seleção de cerca de 460 registros, entre 1850 e 1899, estabelecendo o rodízio de 10 atas por ano. A fim de complementar esse quadro analítico, optou-se por verificar os inventários desse mesmo fundo documental, para melhor apreensão desse processo. Apesar de os documentos disponibilizados não cobrirem o período da pesquisa, considera-se que a riqueza dos registros, quando cotejados ao que se produziu em matéria de imigração francesa, aponta a originalidade desse movimento para o Rio de Janeiro.

A partir desse tipo análise, pretende-se ir de encontro ao que fora proposto na década de 1960, por Frank Thistlethwaite (1960), de deslocar a visão do todo nacional para as particularidades locais, variando, portanto na escala analítica, do macro ao micro. Tal mudança de perspectiva nos estudos sobre e/imigração, desfaz a antiga visão que se tinha acerca desse processo, segundo o qual os fluxos migratórios eram compostos por uma massa indefinida de camponeses que partiam rumo a um novo destino.

De fato, muitas interpretações sobre esse tema assinalaram a singularidade do processo francês, em relação à e/imigração, ao considerar o caráter periférico desse movimento que exportou emigrantes de regiões fronteiriças, como o País Basco, os Alpes, a Alsácia-Lorena, por exemplo. Porém, tal fato não se trata de uma prerrogativa francesa, mas também de outros países, como a Espanha, a Itália e Alemanha, que possuem, igualmente, locais com maior número de partida, em suas respectivas fronteiras. Ao contrário do que se postulou, deve-se considerar o caráter fragmentário desse processo, que é reflexo da estrutura geopolítica da França, dividida em departamentos, estados, cidades e *arrondissements*.

Imagem 3: État civil consulaire: actes de naissance de 1863.



Os documentos do *État Civil Consulaire* reafirmam, em certa medida, a característica de emigração periférica, que encaminhou fluxos de lugares fronteiriços. O departamento do Sena constitui-se uma exceção à regra, pelo fato de não estar situado nos limites do território francês, mas por abrigar a capital Paris, local de grande circulação de pessoas e de intenso fluxo emigratório. Entretanto, a leitura desses registros aponta para a participação de outras regiões francesas no curso desse processo. Por essa razão, a e/imigração francesa para o Rio de Janeiro apresenta as particularidades de um movimento que não se restringiu apenas a localidades especializadas, mas que abrangeu outros departamentos da França, como, por exemplo, *Pas-de-Calais*, *de l'Indre*, *de la Creuse*, *Côt e d'Or*, *Manche*, dentre outros pontos.

Os dados numéricos apresentados pelo fundo documental analisado insinuam um fluxo diversificado de franceses para a Corte, composto majoritariamente por

indivíduos oriundos dos departamentos *de la Seine, Basses Pyrénées, de la Moselle, de la Gironde, de Haute Garonne, de Bas Rhin, Rhône* etc.³⁶ Entretanto, havia algumas exceções no movimento francês: e/ imigrantes oriundos de possessões francesas, que decidiram migrar para o Rio de Janeiro, como foi o caso de Marie Joséphine Genty, que nasceu e viveu parte de sua vida na província de Guelma, na Argélia. Ao chegar à capital do Brasil, durante os oitocentos, se casa com Mathieu Noé, um imigrante de origem francesa, vindo de Ville Vieille, no departamento de Gap.³⁷

O fato de a Argentina ter recebido um elevado número de imigrantes franceses no século XIX e no início do XX originados dos *Basses Pyrénées*, responde, em certa medida, porque esse país acolheu mais franceses que o Brasil. Contudo, essa não pode ser considerada a única explicação para essa questão, visto que há outros fatores que podem ter influenciado a escolha desse destino, como as redes de sociabilidade, a oferta de oportunidades, garantidas tanto no meio rural quanto nas grandes cidades, que experimentavam nesse período, um processo de remodelamento urbano. Embora a escolha pelo país platino fosse mais atraente, verificou-se que havia, inclusive, aqueles que, tendo escolhido esse local, tornavam a emigrar após certo tempo, elegendo o território brasileiro como opção secundária, a exemplo do que ocorrera com Marguerite Caroline Gay, que viveu por um tempo em Buenos Aires, decidindo, após o falecimento de seu marido Eloy Joseph Etienne, viver no Rio de Janeiro.³⁸

Uma maneira alternativa de emigrar para o Brasil, sem desembarcar nos portos nacionais, consistia na escolha pelo caminho por Montevideo, cidade que recebeu um número significativo de franceses vindos do departamento dos *Basses Pyrénées*, conforme se observa na *Acte de Décès* de Pierre Lafourcade, que embarcou no porto de *Bayonne*, descendo, então, na capital do Uruguai, rumo ao Rio de Janeiro, onde viveu antes de sua morte, quando falece em hospício em Jurujuba, no Município de Niterói, no ano de 1853.³⁹

As atas do *État Civil Consulaire* permitem, inclusive, reconhecer que nem todos os franceses que vieram para o Rio de Janeiro embarcaram em portos especializados nos serviços de contagem de tripulantes, como *Bayonne, Marseille, Gironde* e *Havre*. Embora se tenha identificado certidões com a procedência desses embarcadouros, havia, entretanto, emigrantes que partiam de cidades portuárias, como

³⁶ É imprescindível destacar que nem todas as atas possuem declaração do lugar de origem.

³⁷ État Civil Consulaire. Actes de Mariage de Marie Joséphine Genty e Mathieu Noé, 1891.

³⁸ État Civil Consulaire. Actes de Mariage de Marguerite Caroline Gay e Eloy Joseph Etienne, 1872.

³⁹ État Civil Consulaire. Actes de Décès de Pierre Lafourcade, em 1853, Rua da Ajuda, 73.

Saint Malo e Nantes, conforme se observa na certidão Luc Martin Gallène, marinheiro do navio *Laetitia*, que veio pelo último porto, comprovando a ideia de que havia possibilidades de cruzar o Atlântico por outros meios.⁴⁰

Um aspecto negligenciado pelos recenseamentos realizados pelo governo francês e que diz respeito aos emigrantes franceses, é o caso da população marítima. Nesse sentido, as atas do Estado Civil indicam, em certa medida, a quantidade de franceses ligados à Marinha, como o registro pertencente a Simon Lundy, de 22 anos, que morreu de Febre Amarela a bordo do navio “*Luzitano*”, vindo do porto de Havre para o Rio de Janeiro, em 1878. Esse não se trata de um fato isolado, visto que há tantos outros documentos que indicam que muitos imigrantes não conseguiam chegar com vida ao seu destino.⁴¹

Em relação à composição social, as *Actes de État Civil* indicam, no início da década de 1850, um predomínio da população masculina e solteira. Por se tratarem de certidões, dentre elas, as de casamento, considerou-se que ocorreram muitos enlaces, especialmente entre membros dessa mesma nacionalidade, havendo inclusive vínculo matrimonial entre franceses e brasileiros, assim como com portugueses, alemães ou belgas. Um exemplo que ilustra essa relação é o registro de matrimônio do francês originário de Neuf-Brisach, Joseph Adolph, que se casou com Caroline Seltz, alemã, proveniente de Vieux-Brisach⁴², na Capela do Asilo Saint Vincent Paul, instituição filantrópica destinada aos imigrantes de origem francesa residentes no Rio de Janeiro.⁴³

Embora a obrigação de efetuar registro no Consulado francês fosse dever dos imigrantes dessa nacionalidade, nem todos cumpriam essa exigência. Tal descumprimento parece incidir, sobretudo para os franceses que não viviam na cidade do Rio de Janeiro, tendo em vista as raras atas de imigrantes de outros municípios do Estado, como Niterói e Sapucaia. A ausência desses documentos vai na direção das hipóteses já apresentadas pela historiografia da imigração, segundo a qual considera que a população francesa se concentrou nos centros urbanos, como foi o caso específico do Rio de Janeiro. Além desse aspecto, a documentação analisada apresentou um grande número de trabalhadores ligados aos serviços urbanos, destacadamente industriais,

⁴⁰ État Civil Consulaire. Actes de Décès, Luc Martin Gallène de 1882.

⁴¹ État Civil Consulaire. Actes de Décès de Simon Lundy, de 1858.

⁴² Nome dado pelos franceses em oposição à cidade Neuf-Brisach, ao antigo Grão Ducado de Bade. Situada à margem direita do Rio Reno, a cidade que possui origem militar, surge em um contexto de construção e definição das fronteiras do Estado Moderno francês.

⁴³ État Civil Consulaire. *Actes de Mariage d'État Civil Consulaire* de Joseph Adolph et Caroline Seltz, de 1860.

comerciantes, negociantes, além de relojoeiros e joalheiros.

Essa fonte reafirma o caráter fragmentário e particularizado da e/imigração francesa. No caso específico da cidade Rio de Janeiro, configurou-se um movimento peculiar que abrangeu áreas diversificadas da França e de seu Império colonial, não se restringindo apenas aos departamentos especializados no processo emigratório, como se verá adiante. Na verdade, tal dinâmica constituiu-se em um conjunto de ações individualizadas no seio da história, distinguindo-se, assim, das demais nações europeias que experimentaram um fenômeno de massa (CHEVALIER, 1947, p.171).

1.9. OS FLUXOS REGIONAIS

A e/imigração francesa guiou-se por lógicas próprias. Por essa razão, é praticamente impossível estabelecer uma explicação unívoca para as decisões da partida, mas razões diferenciadas que estão inscritas no âmbito político, econômico, social e, até mesmo, demográfico. Tal movimento, considerado segmentário, incluiu departamentos que, até então, são pouco mencionados quando se tratam desse processo. Nessa direção, é imprescindível analisar brevemente as regiões que exportaram emigrantes para a cidade do Rio de Janeiro.

Conforme destacou Abel Chatelain, em artigo pioneiro, publicado pela *Revue des Annales*, de 1947, o processo emigratório francês para o Novo Mundo mobilizou, basicamente, quatro regiões francesas: País Basco, os Alpes, a Bretanha e a Alsácia-Lorena, locais que, segundo este historiador, são considerados “pobres ou superpopulosos” (CHATELAIN, 1947, p. 54).

Na visão de Chevalier, a emigração francesa de meados do século XIX foi alimentada principalmente por correntes numerosas dos Pirineus e da Alsácia. Além desses locais, as regiões montanhosas do sul, Gers, Aude, Haute Garonne e Ariège também se inseriram na dinâmica emigratória, que também incluiu Cantal, departamento do centro da França, e os departamentos marítimos, Bouche-Rhône, Gironde e Herault, bem como os situados no leste Doubs e Haute Saône (CHEVALIER, 1947, 146).

A predominância de imigrantes vindos do departamento de *la Seine* confirmam a hipótese de que Paris, por seu cosmopolitismo, atraía migrações internas de franceses vindos dos meios rurais, bem como de pessoas vindas de outras partes da Europa. As estatísticas levantadas à época apontam que, entre 1815 e 1824, a prefeitura da cidade liberou 34.457 passaportes, o que leva a considerar que cerca de 44.000 indivíduos

viviam na capital francesa. Nessa direção, no intervalo compreendido entre os anos de 1815 e 1845, partiram de lá, aproximadamente, 250.000 emigrantes, quantidade bastante expressiva em se tratando do movimento emigratório francês (GABOB, 1997, p. 287). Ora esses dados atentam para o fato de que este local, durante os séculos XIX e XX, foi cenário de intensas transformações políticas, sociais e econômicas. Dessa maneira, compreende-se que os fluxos emigratórios oriundos da capital francesa para a cidade do Rio de Janeiro podem estar intimamente ligados a esses fatores, como também a aspectos comerciais, devido ao estreitamento das relações entre as capitais francesa e brasileira.

Com a ascensão de Luís Bonaparte, instaurando o Segundo Império, Paris experimentou um processo de expansão comercial e de grandes transações financeiras. Esse panorama possibilitou a modificação dos costumes de parte da população parisiense, que vivenciava o arrivismo e a licenciosidade. Entretanto, havia um projeto ambicioso de remodelar a capital francesa que, à época, era repleta de cortiços e ruas estreitas e movimentadas. A insalubridade provocava com frequência surtos de epidemias, como a cólera, dizimando os moradores da cidade. Agravando problemas, havia um crescimento populacional na capital da França que, logo após a subida de Napoleão III, alcançou pouco mais de um milhão de pessoas (FRIEDRICH, 1993, p. 138).

Sob a direção do prefeito Haussmann, a cidade se modificava segundo os objetivos de “desatramancar os grandes edifícios, palácios e quartéis de modo a torná-los mais agradáveis ao olhar, facilitar o acesso em dias de comemoração e a defesa em dias de tumulto” (Barão de Haussmann. *Apud.* Otto Friedrich, 1993, p. 142). Além desse objetivo, havia também a preocupação com a saúde pública e a segurança dos moradores. O sistema de esgotos era também arcaico, sendo escoado no Rio Sena, criando, nas imediações do Pont Royal, “uma cobertura de substâncias gordurosas, rolhas velhas, cascas de frutas e legumes, montes de sujeira,” como relatou Zola, em seu romance *L`assommoir* (Zola. *Apud.* FRIEDRICH, 1993, p. 143).

À medida que as obras avançavam, destruindo cortiços e becos escuros, o setor de construção civil empregava um grande número de homens, fazendo surgir boulevares e longas avenidas. Em contrapartida, tal reformulação desagradava à classe operária, cujas moradias eram aniquiladas no ritmo das transformações da cidade planejada. Homens e mulheres eram expulsos de bairros tradicionais, buscando moradias ao redor de Paris.

A década de 1870 demarcou o fim do Segundo Império e, por conseguinte, das transformações urbanas na capital francesa. Com a eclosão da Guerra Franco-Prussiana, Paris sofreu o cerco e a derrota pelos prussianos. Seus moradores, além dos sofrimentos trazidos pelo conflito, padeceram com a fome e o rigoroso do inverno, que levou a óbito, aproximadamente, 1084 pessoas com pneumonia e demais doenças respiratórias, além de enfermidades como a varíola e a tifo. Logo em seguida, a cidade foi sede de uma revolta sangrenta que pôs fim a um governo autônomo e anticlerical que se instaurou, em 1871, e que tivera vida efêmera.

Certamente, tais eventos não podem ser negligenciados quando se pensa em motivações para os habitantes de Paris emigrarem para o Novo Mundo, durante o período. Nos anos subsequentes, a capital francesa da Terceira República refletiria os sobressaltos do novo regime, tanto política quanto economicamente. Por essa razão, acredita-se que os fluxos enviados para o Rio de Janeiro foram compostos também por indivíduos insatisfeitos com o quadro geral da cidade parisiense, bem como por negociantes que, em tempos de paz e expansão econômica, buscavam travar relações comerciais com o Brasil.

Outra região que exportou um considerável número de emigrantes para o Rio de Janeiro foi os Baixos Pirineus, fronteira entre o território francês e o espanhol. Por sua densidade demográfica, aspecto já destacado pelas estatísticas francesas no final dos oitocentos, esse departamento encaminhou grandes levadas emigratórias para o Novo Mundo. Conforme apontado por Otero, o fator linguístico contribuiu sobremaneira para a escolha do destino desses emigrantes para a América do Sul, especialmente para os países situados nas imediações do Rio da Prata (OTERO, 2012, p.36).

Na opinião de Chatelain, os fluxos encaminhados por esse departamento são motivados por razões clássicas: insuficiência de recursos, desejo de enriquecimento rápido, mas, principalmente, a já mencionada fuga do alistamento militar, que previa um longo tempo de serviço no exército francês. Tais motivações eram facilitadas pela possibilidade de emigrar clandestinamente pela Espanha, já que pela França o controle a partir do Segundo Império foi mais rigoroso (CHATELAIN, 1947, p. 55).

Outro fator que influenciou decisivamente o meio agrário francês foi o sistema de heranças, o qual provocou certo desequilíbrio na divisão da propriedade de terra. Tal problema não possuía relação com o aumento demográfico, mas com o fato de as famílias possuírem muitos membros, o que acarretava o excessivo parcelamento das terras, em tamanho reduzido. Essa lógica influenciou especialmente a região do País

Basco, área de grande emigração para a Argentina (OTERO, 2012, p. 39)

Os fluxos oriundos dessa região para o ultramar eram compostos, inicialmente por homens com faixa etária ainda jovem e por um diminuto número de mulheres. Na segunda metade do século XIX, há uma mudança no perfil dos emigrantes, são famílias inteiras, ligadas à burguesia comercial, às atividades artesanais e industriais que decidem se estabelecer no Novo Mundo, mas, sobretudo, de pequenos proprietários, jornaleiros e pequenos comerciantes e artesãos afetados pelo processo de intensa industrialização na França (CHATELAIN, 1947, p. 56).

A região do grande leste da França mobilizou fluxos emigratórios para a cidade do Rio de Janeiro. Os departamentos de *la Moselle*, de *Bas-Rhin* e de *Haute-Rhin*, durante a vigência da Guerra Franco-Prussiana, entre os anos de 1870 e 1871, foram cedidas pela França ao Império Alemão, mediante o acordo de Francfort. Posteriormente, a Alemanha anexou também o departamento de *la Meurthe* e de *Vosges*. A ocupação da Alsácia e da Lorena teve íntima relação com a emigração, visto que aqueles que não quiseram assumir a nacionalidade alemã decidiram emigrar para os Estados Unidos, Brasil e Argélia (WILLCOX, 1969, p. 113).

Em estudo sobre a população alsaciana entres os anos de 1817 e 1870, Nicole Fouché aponta que estava concentrada majoritariamente no campo. Nesse sentido, os emigrantes que partiram dos departamentos do Alto e do Baixo Reno eram ligados às atividades rurais: embora nem todos fossem camponeses, havia artesãos e operários ligados ao campo. Os fluxos exportados do Leste da França foram bastante numerosos para os Estados Unidos, local onde se encaminharam homens solteiros, só ou acompanhados, e pequenos grupos familiares (FOUCHÉ, 1992, p.39).

Na concepção de Chevalier, é impossível compreender a emigração da região da Alsácia sem concatená-la ao movimento transcorrido nos países vizinhos: Suíça e Alemanha. Desde o início dos oitocentos, os suíços emigravam para a América pelo porto de Havre. Já os alemães, por sua vez, constituíram-se em uma corrente numerosa, cuja composição se confundia com as características sociais e profissionais dos emigrantes alsacianos. Um episódio que ilustra essa relação é a quantidade de indivíduos que se direcionavam para os *Quais du Havre* à espera de embarcação. Essa atitude causava indisposição entre os que desejavam emigrar e a população portuária que os acusava de proliferarem doenças como a cólera (CHEVALIER, 1947 p. 148).

O mesmo raciocínio se aplicou ao caso dos *savoyardes*, cuja dinâmica está inserida na lógica da emigração italiana, que mobilizou indivíduos com aspectos físicos

e costumes semelhantes para as Américas (CHEVALIER, 1947 p. 148-149). Ainda que tenham poucos registros de emigrantes dos departamentos de *Savoie* e *Haute Savoie* para o Rio de Janeiro, nas atas do *État Civil Consulaire*, sabe-se que essa região cujos limites são pouco precisos em termos de Estado-nação é muito fluída, sobretudo no século XIX, quando se considera que os territórios de Nice e Sabóia se tornaram domínios franceses.

Abel Chatelain, por seu turno, considerou que os franceses que partem dos Alpes tenderam a imigrar para o Novo Mundo, quando as migrações temporárias de pequenos negociantes para a França ou para os países vizinhos se tornam mais raras (CHATELAIN, 1947, p. 56). No que tange à emigração alpina para o Rio de Janeiro, verificou-se por meio dos registros encontrados, certa confluência de emigrantes vindos dos departamentos de Hautes Alpes, Bouches du Rhône, Vancluse e Var, como também de Jura e Doubs, no norte alpino.

Os departamentos que se localizavam em zonas fronteiriças e que dependiam da agricultura, como o Baixo e Alto Reno, os Baixos e Altos Pirineus, os Baixos e Altos Alpes, e a Saboia eram regidas por uma característica comum: predomínio das pequenas propriedades rurais, população majoritariamente agrícola e altas taxas de crescimento vegetativo (OTERO, 2012, p. 37).

Todavia, há outras explicações que parecem ter igualmente influenciado nas decisões da partida e que dizem respeito aos aspectos geográficos das regiões em questão, como por exemplo, os solos montanhosos que impedem o desenvolvimento pleno da agricultura, sendo agravados pela densidade populacional e os efeitos da divisão da terra, que afetou especificamente as regiões dos Alpes, dos Pirineus e do noroeste da França, em Vosges (CHATELAIN, 1947, p. 38).

Área pouco mencionada nos estudos sobre emigração, o Maciço Central, enviou emigrantes para a América. Segundo Chatelain, o movimento emigratório dessa localidade foi raro, englobando apenas algumas regiões em direção ao continente americano (CHATELAIN, 1947, p. 60). No conjunto de indivíduos vindos da França para o Rio de Janeiro, havia alguns representantes de Haute Vienne, especialmente da capital Limoges, Corrèze, Creuse, Saône et Loire, Rhône e Aveyron. Sabe-se, porém, que os *aveyronnais* se dirigiram para a Argentina, por volta de 1884, quando a crise da filoxera e do Roquefort afetaram esse departamento. Embora tenham sido relativamente numerosos em Buenos Aires, onde chegaram a fundar a cidade de Piguë, na capital brasileira foi encontrado apenas um registro, o que mostra a atração que o país platino

exercia junto a esse grupo. Tal fato, como anteriormente mencionado, pode ser comprovado pelo prolongamento desse mesmo fluxo durante o século XX (CHATELAIN, 1947, p.60-61).

Em direção ao sudoeste francês, existiram fluxos vindos do departamento da Gironde, em maior escala, e um único registro de Charente, que se inserem na lógica apontada por Otero, segundo a qual mobilizou emigrantes para as Américas devido à proximidade do porto de Bordeaux e da existência de companhias navegadoras, que estimulavam a emigração transatlântica (OTERO, 2012, p. 37).

Há também registros de franceses vindos da área dos *Midi-Pirénées* para a capital fluminense, com maior incidência de Haute Garonne, embora existam poucos documentos das cidades de Gers e de Arriège.

A região da Bretanha, que parece ter participado tardiamente da emigração para as Américas, por volta do final do século XIX e início do XX, exportou fluxos para o Canadá e Argentina (OTERO, 2012, p. 34; CHATELAIN, 1947, p. 59). Entretanto, há registros de franceses vindos dessa área na cidade do Rio de Janeiro, especialmente de Morbihan, Maine et Loire e Ille et Vilaine. Sobre o último departamento, verificou-se a certidão de Adolphe Desiré Capdeville, nascido na cidade portuária de Saint Malo, que era capitão da Marinha Mercante. Tendo se estabelecido no Rio de Janeiro, morava na Rua da Saúde, 128, com sua esposa Hélène Marguerite Sabron, com quem tivera, em 1864, Émile Claude Desiré Capdeville.

Contudo, as razões que motivaram os bretões a emigrarem foram desde os problemas ligados ao sistema de herança, pautado “no desequilíbrio entre famílias numerosas e pequenas propriedades.” (OTERO, 2012, p.39) até problemas econômicos e às questões religiosas decorrentes da separação do Estado e da Igreja, que alimentou levas de religiosos para a América do Sul.

A emigração francesa para o Rio de Janeiro, portanto, movimentou praticamente todas as regiões da França. Abrangeu, inclusive, regiões pouco mencionadas em termos de emigração para o ultramar, como a Normandia, o Pays de Loire, Norte e Nordeste francês. Embora, aparentemente, tenham se tratado de casos específicos, tais exemplos demonstram a diversidade do processo emigratório francês para a cidade. Como se sabe, as áreas mencionadas, durante o século XIX e início do XX, participavam de uma dinâmica diversa das migrações internacionais, já que se tratava de locais que mobilizaram contingentes para migrações internas, como os departamentos de Marne, Oise, Jura, além dos que compõem o Maciço Central,

mencionado anteriormente, e da Aquitânia.

Cabe retomar, ainda, outra particularidade desse movimento para o Município Neutro: o envio de emigrantes vindos das colônias francesas, da Argélia, exemplificado acima, e do Egito, para o Rio de Janeiro, como foi o caso de Emile Erhard, solteiro, com 21 anos de idade, que vivia no Asilo de imigrantes da Beneficência Francesa. Outro exemplo emblemático é do francês, Antoine Pierre Roschiero, vindo da Ilha de Córsega, que faleceu no Hospital da Marinha de Jurujuba. Trata-se novamente de casos extraordinários, mas que demonstram a especificidade dos fluxos para a cidade.

Como dar conta de um caso tão particularizado como o processo emigratório francês? Em se tratando de escolhas específicas, é necessário um olhar para o indivíduo e suas subjetividades, conforme destacou Abel Chatelain (1947, p. 53-70). Ampliando o entendimento do que fora postulado por este historiador, Vidal & Luca destacaram que essa dimensão da pesquisa histórica só pode ser apreendida por meio de fragmentos do passado capazes de penetrar em aspectos da vida de um agente histórico (2009, p. 18): cartas, diários e fotografias, vestígios que comprovam as motivações para emigrar. Sem dúvida, esse conjunto documental é raro de ser encontrado, porém, tendo tomado contato com essas fontes, o historiador consegue responder a esse tipo de questionamento. Por essa razão, um olhar para a dimensão macrossocial, pode auxiliar na explicação desse processo.

CONCLUSÃO

O processo e/imigratório francês entre os anos de 1850 e 1914 demonstrou-se diversificado e fragmentário, refletindo as particularidades da França e de sua geografia. Se, no século XIX, postulou-se a impossibilidade da mensuração desse fenômeno devido à incongruência das informações fornecidas pelos passaportes e pelo serviço de imigração, na atualidade, apesar dos desafios impostos pelo tema e as limitações das fontes, foi possível lançar luz sobre esse assunto, revelando aspectos até então desconhecidos sobre essa problemática.

A documentação do *État Civil Consulaire*, a despeito das limitações que foram destacadas mais adiante, auxiliou na compreensão desse movimento, como destacou a participação de praticamente todas as regiões francesas, especialmente do departamento do Sena, de Paris. A capital francesa, por seu cosmopolitismo, foi cenário de disputas políticas, a exemplo da Revolução de 1848, da Guerra Franco-Prussiana e da Comuna de Paris, que se desdobraram em questões de ordem econômica e também social.

No tocante às razões da partida, foram elencadas inúmeras motivações que impulsionaram esses e/imigrantes para o Rio de Janeiro, que podiam ser de ordem política, social e econômica, mas também por questões de fuga de obrigações, como foi o caso do serviço militar. Entretanto, de acordo com a documentação consular, muitos desses franceses, atuavam como negociantes, o que ressalta o caráter eminentemente econômico desse processo.

Se a circular de 1875, proibindo a emigração para o Brasil, sugeriu a restrição os fluxos diretos da França para o país, as cifras elevadas pela base de dados Entrada de estrangeiros pelo porto do Rio de Janeiro apontaram para o fato de Buenos Aires ser o local em que mais exportou e/imigrantes franceses para o Rio, durante a vigência dessa decisão. Será que há uma relação entre esses fatos?

Capítulo 2: O RIO DE JANEIRO E A IMIGRAÇÃO FRANCESA

INTRODUÇÃO

O Rio de Janeiro que recebeu imigrantes europeus, especialmente franceses, era uma cidade em constante transformação. Sua inserção na dinâmica capitalista atraiu investimentos estrangeiros, auxiliando em seu processo de modernização. Nessa direção, a população francesa que se radicou na Corte e, posteriormente, Capital Federal se estabeleceu nas imediações do Centro, deslocando-se, com o passar dos anos no sentido norte e sul do município. Para além da visibilidade dessa colônia, sobretudo no coração do comércio da urbe, o grupo esteve na pauta das ações empreendidas pelo Consulado da França no Brasil, confirmando a existência de uma imigração.

2.1. O RIO DE JANEIRO IMPERIAL (1850-1889)

O Rio de Janeiro foi o destino escolhido por imigrantes franceses desde o início do século XIX. A cidade, que contava com a “presença” significativa desse grupo, passou a receber um maior número de indivíduos dessa nacionalidade durante a década de 1850, quando a capital do Império do Brasil experimentava um “progresso moderno e uma certa riqueza e bem-estar material” (JUNIOR, 1969, p. 166). Os lucros obtidos pela economia cafeeira do Vale do Paraíba e os capitais liberados após a assinatura da Lei Eusébio de Queirós, possibilitaram inúmeras transformações na Corte que, paulatinamente, afastava-se de seu passado colonial, ao obter uma série de investimentos em sua infraestrutura.⁴⁴

No seio das mudanças ocorridas no Rio de Janeiro, verificou-se que algumas vias da cidade experimentavam modificações desde o final da primeira metade dos oitocentos. Desse modo, as ruas da Alfândega, da Quitanda, da Vala, de São Pedro, dos Ourives, dentre outras, foram pavimentadas, com o objetivo de melhorar a circulação de transeuntes pelo espaço urbano. Seguindo o curso das transformações assinaladas, foi a partir de 1853, segundo relatos de época, que esse processo se intensificou, sendo a Rua do Ouvidor, a primeira beneficiada com o revestimento em paralelepípedo e, pouco tempo depois, as demais áreas do centro igualmente favorecidas com este tipo de

⁴⁴ O desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro, segundo Emília Viotti da Costa, esteve intimamente ligado à sua condição de centro articulador da produção escravista e agroexportadora da região sudeste ao mercado internacional. Ver: Emília Viotti da Costa. *Da Monarquia à República*. 9ª edição. São Paulo: Editora UNESP, 2010

calçamento (FILHO, 2000, 105).

Durante essa fase de transformações intensas, o sistema de recolhimento de detritos na cidade, outrora desempenhado pelos “pretos de minas”, passou a ser executado por carros alugados pelo Senado da Câmara, três vezes por semana, sendo a região do centro, local de grande concentração de pessoas, contemplada com o novo esquema, que visava à coleta de lixo em dois turnos: na parte da manhã e da tarde (IBIDEM, p.105).

O serviço de esgotos era também conduzido de maneira precária na primeira metade do século XIX, consistindo na coleta e no despejo de matérias fecais nas “praias, lagoas, charcos e terrenos baldios em barris” (IBIDEM, p.105) pelos escravos. Devido à precariedade desse procedimento, a população carioca ficava à mercê de doenças infectocontagiosas, que punham em xeque a saúde dos moradores da cidade. Entretanto, após as experiências desenvolvidas pela Companhia de Limpeza⁴⁵ e por João Francisco Russel, a quem teve o privilégio da exploração desse material, foram adotados métodos mais eficazes de retirada de esgoto pela *The Rio de Janeiro City Improvements Company* (IDEM, p. 106).

Além dessas melhorias, foi concedida à Companhia de Iluminação a Gás, pertencente a Irineu Evangelista de Souza, o futuro Barão de Mauá, a primazia na implantação de um novo equipamento na Corte, semelhante ao que iluminava as modernas capitais europeias: o lampião movido a gás. Em menos de um ano, as ruas da Direita, do Rosário, do Ouvidor, de São Pedro e do Sabão receberam esse aparato, assim como o largo do Paço e o Passeio Público, onde cerca de cem lâmpões foram instalados, além da reconstrução de pavilhões nesse local (IDEM, p. 113). Outras áreas do Rio de Janeiro foram igualmente contempladas por esse serviço que, em 1861, passou a ser fiscalizado pelo Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (IDEM, p.119). Nas últimas décadas do Império, entretanto, cerca de dez mil casas já contavam com essa novidade (RODRIGUES, 2016, p. 46).

Com o crescimento de habitantes na capital do Império e os problemas ocasionados pelo afastamento das fontes de água em relação às moradias da população fluminense, o abastecimento desse líquido, outrora restrito à coleta de 147 bicas dos 18 chafarizes espalhados pela cidade, passou a ser exercido através de um serviço

⁴⁵ Empresa incumbida de transportar toda sujeira por meio de embarcações para o despejo na Baía de Guanabara.

particular de distribuição de águas a domicílio, por meio de carroças com pipas.⁴⁶ Acompanhando esse processo, são projetados novos repuxos, como o do Largo da Carioca, de autoria do arquiteto Joaquim Guillobel; o de São Cristóvão e o do Largo do Paço, planejado por Grandjean de Montigny. Nesse mesmo período foi verificada a criação de nascentes situadas à Rua do Cano, no largo do Boticário, na Gávea, na estrada do Jardim Botânico e, por fim, a fonte da Saudade (RODRIGUES, 2016, p. 103).

Contudo, a escassez de árvores nas vias urbanas, algo frequentemente apontado pelos viajantes europeus, assemelhava o Rio de Janeiro às cidades orientais, cujas ruas estreitas e sinuosas careciam de sombreamento natural. O processo de arborização do espaço público, característica marcante dos serviços urbanos no Segundo Reinado, foi executado, ao longo das décadas de 1860 e 1870, pelo arquiteto paisagista francês, Auguste François Marie Glaziou (FILHO, 2000, p. 108).

Com efeito, os capitais liberados pela Lei Eusébio de Queirós foram empregados, também, no setor de comércio e manufaturas. Nesse sentido, criaram-se estabelecimentos de gêneros diversos, entre eles: tecidos de algodão, chapéus, vidros, sabão, velas, rapé, couros, calçados, além de metais, como o ouro e a prata (SOARES, 2002, p. 291). Embora o desenvolvimento manufatureiro não tenha sido tão expressivo, conforme considerou Luiz Eduardo Soares, esse mesmo capital fora investido de maneira significativa em serviços urbanos e comerciais, no setor bancário e em empresas de transporte (IDEM, p.302).

O comércio de artigos de luxo na Corte, introduzido no início dos oitocentos com a vinda da Família Real, floresceria ao longo do século XIX, encontrando espaço na Rua do Ouvidor, local onde se instalaram lojas de novidades francesas, costureiras, floristas, livreiros e modistas, que por sua distinção, fizeram deste “corredor”, o mais elegante e charmoso do Rio de Janeiro. Nas palavras do romancista Joaquim Manuel de Macedo,

A Rua do Ouvidor tornou-se quase logo até além da Rua dos Latoeiros comercial e principalmente francesa, e Sua Majestade a Moda de Paris, déspota de cetro de flores, sedas e fitas, fez mais do que o Marquês de Lavradio, que acabara com os *peneiros*, mais do que o Intendente Geral da Polícia Paulo Fernandes, que mandara destruir as *rótulas*, porque, num abrir e fechar de olhos, alindou a rua com graciosas, atraentes e enfeitadas lojas e criou e multiplicou aquele chamariz e laços armados que se chamaram e

⁴⁶ Contatou-se que esse tipo de serviço permaneceu no Rio de Janeiro após a Reforma Urbana do Prefeito Pereira Passos.

ainda alguns chamam – as vidraças da Rua do Ouvidor – verdadeiro *puff* plástico (MACEDO, 1988, p. 75-76)

Conforme a cidade ia recebendo uma nova configuração socioeconômica, o desejo de *afrancesamento* por parte das elites saquarema era evidenciado através da procura por produtos importados da Europa. O gosto pelo luxo e a ostentação da riqueza eram formas de legitimação dessa classe que buscava se assemelhar à aristocracia francesa. Apesar de a Inglaterra ser importante uma parceira comercial brasileira à época, era a França que esteve nos ideais dessas camadas sociais, o que pode ser evidenciado pela quantidade de anúncios de artigos franceses publicados nos jornais de grande circulação.

A construção da Estrada de Ferro Mauá, em 1852, assinalou o início da expansão ferroviária no Brasil. Nas palavras do presidente da província do Rio de Janeiro, Luis Pedreira do Couto Ferraz, o projeto considerado “vantagem para o país, não tanto por facilitar as comunicações entre a Corte e Petrópolis, mas principalmente, como um ensaio, o primeiro deste gênero no Império”, o qual serviria de inspiração para outras companhias de transporte, cuja “realização em maior escala” demarcaria uma nova era para o governo imperial (EL-KAREH, 1982, p. 132).

Pouco tempo depois, em 1858, inaugurou-se a Companhia Estrada de Ferro D. Pedro II, “o principal instrumento de sustentação do crescimento da produção cafeeira e da manutenção dos interesses econômicos” (EL-KAREH, 1982, p. 132) das elites fluminenses. A ferrovia que, inicialmente ligaria o Rio de Janeiro a Belém (atualmente Japeri), expandiu-se rapidamente, ligando o Município Neutro à região do Vale do Paraíba, assim como facilitou a locomoção entre o centro e as regiões mais distantes da cidade, os “subúrbios”.

De acordo com Antonio Edmilson Martins Rodrigues, a geografia do Rio de Janeiro, cidade costeira, “dependia de ligações pelo mar” (RODRIGUES, 2016, p. 43). Até o final da década de 1850, o grosso da população fluminense se locomovia a pé ou a barco (IDEM, p. 43). Apenas uma pequena parcela desse montante se deslocava através de transportes individuais, sendo os tálburis, as vitórias, os *timons-balancés*, as berlindas e as caleças ligeiras os mais usuais (FILHO, 2000, p. 138-139).

A ampliação da malha ferroviária após a criação da Estrada de Ferro Dom Pedro II e a conseqüente ocupação de novos sítios favoreceram não só o crescimento da cidade, modificando o desenho da urbe, como possibilitou o surgimento de novos meios

de deslocamento da população fluminense, em direção às freguesias situadas ao sul e ao norte do Município Neutro. Os bondes movidos à tração animal vieram solucionar o problema do transporte coletivo no Rio de Janeiro, até então pouco presente no cotidiano urbano (ABREU, 1997, p. 43). Os primeiros esforços para a implantação desse tipo de transporte na cidade se devem a Thomas Cochrane, fundador da Companhia de Carris de Ferro da Cidade à Boavista (RODRIGUES, 2016, p. 53)⁴⁷, que ligava o Centro ao Alto da Boa Vista (RODRIGUES, 2016, p. 46).⁴⁸ Pouco tempo depois, a empresa faria surgir o bonde a vapor, facilitando no tempo e no espaço o deslocamento dos cariocas (IBIDEM p. 46).⁴⁹

No entanto, com o surgimento de novas alternativas de locomoção, foi necessário o reordenamento dos meios de transporte por parte das autoridades municipais, que estimulavam o agrupamento de companhias menores que circulavam pelas regiões do Centro e do Porto do Rio de Janeiro. Segundo Antonio Edmilson, a criação da Companhia Carris Urbanos, se deu através da junção da Companhia Locomotora, que já não mais fazia o serviço rumo à Santa Teresa, a Companhia Ferro-Carril Fluminense e a Companhia Carioca-Riachuelo. O resultado dessa política foi o aumento de passageiros usufruindo dos serviços prestados à população (RODRIGUES, 2016, p. 69).

Todavia, essa mesma população beneficiada pelo reordenamento dos transportes públicos não contava com a medida anunciada pelo Ministro da Fazenda, em 13 de dezembro de 1879, a qual anunciava o aumento de vinte réis no preço das passagens de bondes. A notícia gerou descontentamento por parte dos moradores da cidade, especialmente os pertencentes a classes menos abastadas e os políticos ligados ao Partido Republicano, que viam a decisão do governo imperial como um meio de angariar apoio político do povo assolado pela pobreza e a carestia (JESUS, 2006, p. 73-89).

A primeira manifestação, conclamada pelo republicano Lopes Trovão, ocorrera em São Cristóvão, em frente ao Palácio Imperial, contou com a presença de cerca de

⁴⁷ A reativação da Companhia de Ferro da Cidade à Boavista viria incrementar a política de mobilidade urbana no Rio de Janeiro, ao incorporar um novo trecho que ligava o Largo de São Francisco de Paula, lugar caracterizado pelo dinamismo comercial, à Quinta da Boa Vista. Assim se inaugurou a Companhia São Cristóvão – Rio de Janeiro Street Railway Company, cujas obras se concretizaram após a conclusão de seu percurso final. Ver: Antonio Edmilson Martins Rodrigues. *Op. Cit.*, p. 53.

⁴⁸ Antonio Edmilson Martins Rodrigues. *Op. Cit.*, p. 46.

⁴⁹ Thomas Cochrane, no entanto, não havia imaginado o tempo gasto para o deslocamento do Centro ao Alto da Boa Vista, visto que se perdia muito tempo nos veículos puxados por animais. Ver: Antonio Edmilson Martins Rodrigues. *Op. Cit.*, p. 46.

cinco mil pessoas, as quais deveriam entregar a D. Pedro II uma petição pedindo a revogação do imposto. A população dispersada voltaria a se reunir em 1º de janeiro de 1880, quando o novo preço entraria em vigor, se concentrou nos Largo do Paço, dirigindo-se pacificamente para a Rua Direita e do Ouvidor, onde os revoltosos entraram em conflito com a polícia. Usando de violência, os manifestantes tomaram os bondes, atacaram os condutores e esfaqueavam os animais utilizados por esses veículos. Os trilhos da Rua Uruguaiana, por exemplo, foram arrancados, assim como as calçadas das imediações foram retiradas, formando barricadas contra as forças de coerção. O confronto que durou por cerca de 20 horas, ocasionou a morte de três pessoas e muitos feridos, sendo a maioria, imigrantes portugueses (IDEM, p. 79).

Em sua composição social, o Rio de Janeiro dos oitocentos era um verdadeiro mosaico humano, dada à diversidade de seus moradores. Além do espetáculo das raças, transitavam pela cidade tipos sociais que, presentes na paisagem urbana, comprometiam os anseios por igualar o Rio de Janeiro às nações europeias. Figuras pitorescas como capoeiras, ambulantes, vendedores de perus, cartomantes e mendicantes compunham o cenário da capital do Império, que contava, também, com as seguintes práticas: o trânsito de vacas leiteiras, os quiosques, o maxixe e o entrudo. Além dos grupos enumerados, era constante a visitação nos trópicos de sábios e naturalistas a registrar a fauna e a flora exuberante do território fluminense, além dos viajantes que imprimiam suas impressões acerca dos hábitos e costumes da população. Charles Expilly, imigrante francês, ao descrever os aspectos físicos da urbe, realizou algumas ponderações acerca da influência dos odores no comportamento dos moradores da cidade, considerando que o mau cheiro exercia grande influência, não somente sobre o corpo do homem, mas também sobre sua toda sua organização, e ainda sobre os costumes e os hábitos de um povo (EXPILLY, 1862, p. 68).⁵⁰

No tocante à vida cultural, o teatro foi o principal entretenimento da população fluminense durante os oitocentos. Nessa direção, o Rio de Janeiro assistiu a um processo similar ao das principais capitais europeias: a afluência de expectadores aos teatros. O período compreendido entre os anos de 1855 e 1865 é considerado o momento do florescimento de uma dramaturgia nacional de caráter realista, que se desenvolveu no Ginásio Dramático. Esse foi o local onde foram encenadas peças de autoria de homens das letras, como Machado de Assis e José de Alencar (SOUZA, 2002, p. 22).

Em 1859, foi inaugurado pelo empresário francês Joseph Arnaud⁵¹, o *Alcazar Lyrique*, casa de espetáculos situada na Rua da Vala, atual Uruguaiana, que ficaria imortalizada nas *Memórias da Rua do Ouvidor*, de Joaquim Manuel de Macedo. “O teatro dos trocadilhos obscenos, dos cancãs e das exhibições de mulheres seminuas corrompeu os costumes e atçou a imoralidade” (MACEDO, 1988, p.112), e, conforme assinalou esse autor, se popularizou pelas encenações de operetas francesas, como *Orphée aux Enfers* e *La fille de Marie Angot*. A primeira delas, de música de Offenbach e texto de Hector Crémieux e Ludovic Halévy, atraiu muitos espectadores, assinalando, definitivamente, a ascensão dos gêneros ligeiros no teatro brasileiro. Segundo Andrea Marzano,

O Alcazar dinamizou a vida noturna na cidade, dividindo opiniões da população: se para muitos simbolizava o progresso, trazendo o que de mais novo se produzia em Paris, outros se indignavam com a sua abertura até mesmo durante a Quaresma, pervertendo o costume tradicional de fechar os teatros naquele período de abstinências e reflexão. Para inúmeros pais e mães zelosos e preocupados, o Alcazar incomodava toda a vizinhança com suas atividades consideradas suspeitas (MARZANO, 2008, p. 39).

Nessa direção, ampliou-se o número das casas de espetáculo no Rio de Janeiro, fazendo com que a cidade se inserisse no circuito artístico das *tournées* europeias na América Latina, as quais, obrigatoriamente, incluíam Buenos Aires e Montevidéu. Seguramente, nenhuma atriz do Alcazar tivera o brilho de Mlle Aimée. Essa notável estrela ficou conhecida não só por sua atuação nos palcos, mas também pelas suas “aventuras” nos bastidores.⁵² Dona de uma fisionomia angélica, como dissera Machado de Assis, a artista permaneceu viva na memória dos frequentadores do teatro, de modo que, na ocasião de sua partida, depois de uma temporada de 4 anos no Brasil, *mães de família e esposas soltaram rojões comemorando a volta de seus maridos e filhos para casa. Contudo, do outro lado atlântico, na França, a artista não fora recebida com o mesmo entusiasmo* (Prado, 2003, 92).

Como o Alcazar, o Eldorado, também era um estabelecimento francês,

⁵¹ Joseph Arnaud foi empresário do Alcazar Lyrique. Chegou ao Rio de Janeiro na década de 1850, residindo na cidade até o seu falecimento, em 22 de fevereiro de 1878.

⁵² Ver: MENEZES, Lená Medeiros de. *Flashes Biográficos nos Escândalos da Modernidade: Aimée e as Cocottes do Alcazar*. In: Fernando Tadeu de Miranda Borges; Maria Adenir Peraro; Viviane Gonçalves da Siva Costa. (Org.). *Trajetórias de Vidas na História*. 1ed.Cuiabá: Carlini Caniato/ EdUFMT, 2008, v. 1, p. 285-302.

dirigido por M. Chéri, possuindo uma dupla função.⁵³ Pela manhã, funcionava como restaurante, o Jardin Brasserie, gerenciado pelo próprio Chéri e sua esposa Mme Chéri.⁵⁴ À noite, por exemplo, era uma casa teatral, onde os próprios donos encenavam, sendo promotores, ainda, de concursos, como o de música.⁵⁵ Com frequência, o Diário do Rio de Janeiro anunciava as peças que estavam em cartaz nas duas casas de espetáculos francesas, em seção especialmente dedicada à programação teatral. Contudo, notou-se que em relação ao Alcazar havia um maior destaque, devido à criatividade dessa companhia teatral, além, é claro, das atrizes, as *cocotes comédiennes*, as quais, segundo Lená Medeiros de Menezes (2009, p. 240), eram *a representação suprema de um meretrício envolto em luxo e glamour, condizente com os tempos nos quais os cafeicultores enriquecidos queriam aproveitar ao máximo os prazeres da vida mundana*.

A despeito das transformações ocorridas em meados do século XIX, as quais exerceram forte atração para a Corte, problemas crônicos como a insalubridade e a falta de moradia vieram a assolar a população fluminense. Para Sidney Chalhoub, a proliferação dos primeiros cortiços pelo Rio de Janeiro, na década de 1850, se deve ao aumento do preço dos alugueis, que impediam o acesso das classes menos abastadas a outros tipos de habitações que não fossem as coletivas. Esse fato, segundo o autor, estaria intimamente ligado ao expressivo crescimento demográfico na cidade, em decorrência do “fluxo imigratório de portugueses, o aumento do número de alforrias de escravos, e a prática cada vez mais comum de permitir que os cativos residissem ‘sobre si’” (CHALHOUB, 1996, p. 30).

Nesse sentido, os cortiços constituíram-se em preocupação para as autoridades administrativas à época, pois eram associados à proliferação de doenças como a cólera e a febre amarela, cujo primeiro surto ocorrera no verão de 1849-1850, “causando grande devastação”⁵⁶ na cidade, vitimando a população negra e, sobretudo, a imigrante. Se, em meados do século XIX, o surgimento da moléstia era interpretado como uma ameaça social, anos mais tarde, na década de 1870, constituiu-se como um problema de saúde pública, frequentemente denunciado em jornais de época, como a *Revista Ilustrada*, a qual reivindicava, insistentemente, uma solução para essa enfermidade, considerada um

⁵³ Ver: (Re)inventando a noite: o Alcazar Lyrique e a Cocotte Comédienne no Rio de Janeiro oitocentista. *Revista Rio de Janeiro*, v. 20-2, p. 73-91, 2007.

⁵⁴ Diário do Rio de Janeiro, 01 de outubro de 1864, p. 4.

⁵⁵ De acordo com o jornal Diário do Rio de Janeiro, no dia 4 de janeiro de 1865 ocorreria um concurso de música no Eldorado.

⁵⁶ *Revista Ilustrada*, 4 de março de 1876.

entreve na promoção da imigração para o Brasil.⁵⁷

De fato, essa problemática era aludida em uma série de correspondências encaminhadas pelos cônsules franceses, radicados no Rio de Janeiro, ao governo da França, durante os surtos da epidemia. Em fevereiro de 1870, por exemplo, o consulado redigiu uma nota informando que cerca de 30 pessoas ao dia eram vitimadas pela doença na Corte.⁵⁸ Tal fato, entretanto, não isentava os indivíduos que se encontravam à bordo dos navios ancorados no porto da cidade, o que desencadeou na fiscalização sanitária das embarcações, a fim de fazer um levantamento da quantidade de estrangeiros infectados pelo vírus da doença.⁵⁹

Sabe-se, pois, que no final do Império, a liberação da mão-de-obra escrava, o êxodo rural e o grande surto imigratório, trouxeram como consequência a acumulação de pessoas mal remuneradas e sem moradia fixa (CARVALHO, 1987, p. 16-17). Nessa direção, a população recém-chegada ao Brasil, que não tinha opção de habitação, encontrou nos cortiços a solução para esse impasse. Por essa razão, as autoridades públicas à época não só associaram esse tipo de instalação às epidemias que assolavam os imigrantes, como também consideravam esse tipo de instalação um obstáculo à realização do projeto de substituição do trabalhador cativo pelo assalariado. Um problema de ordem política que feria os interesses dos cafeicultores e fazendeiros na disputa em favor do progresso e da civilização (CHALHOUB, 1996, p. 93).

A pressão pela modernização do Rio de Janeiro, no entanto, contrastava a infraestrutura da urbe, onde o centro urbano era integrado a demais regiões do Município Neutro, com a arquitetura precária de residências e os locais de proliferação de doenças contagiosas. Nessa direção, foi estruturado o primeiro plano de intervenção urbanística, organizado pela Comissão de Melhoramentos, em 1875, a qual contava com participação de Pereira Passos e Carlos Sampaio, futuros prefeitos da cidade (RODRIGUES, 2016, p. 58). O projeto previa o ordenamento urbano, por meio da abertura de avenidas que integrassem o Centro a áreas recém-expandidas, como por exemplo, a Avenida Beira-Mar, que acompanharia o litoral da urbe, de São Cristóvão a Botafogo (AZEVEDO, 2003, p. 47).

Nos anos de 1870 assistiu-se ao florescimento da vida intelectual – e, por conseguinte, do mercado editorial e do público literário – em todo o mundo, em um

⁵⁷ Revista Ilustrada, 4 de março de 1876.

⁵⁸ Correspondance Consulaire et Commercial, 9 de fevereiro de 1870.

⁵⁹ Correspondance Consulaire et Commercial, 22 de abril de 1870.

processo que incluía a “modernização, industrialização e internacionalização das sociedades tradicionais” (SEVCENKO, 2003, p.101), cujas capitais se transformavam em verdadeiras metrópoles nutridas de grande produção literária e cultural. O resultado desse processo foi a afirmação da superioridade europeia que entrava em comum acordo com a nova ordem econômica, pois estimulava iniciativas para modernização de sociedades tradicionais, como a brasileira (IBIDEM p.101). A capital do Império do Brasil, por seu turno, centro político e cultural acolheu esse “bando de ideias novas” que punham em xeque o passado colonial da urbe, como também criticava, através da imprensa e do teatro, a escravidão e a monarquia.

Após intensa campanha em favor da abolição da escravatura, que ganhou fôlego, sobretudo, com o término da Guerra do Paraguai, o 13 de maio de 1888 foi a culminância de um processo lento e gradual que remonta a primeira metade do século XIX. A decisão foi recebida com júbilo pela população fluminense, uma vez que a *Revista Illustrada* noticiou que cerca de “quatro ou cinco mil pessoas desfilaram, em préstito imponente, pela Rua do Ouvidor, a fim de saudarem a imprensa”⁶⁰ abolicionista. Em frente ao prédio da referida folha, os manifestantes acolhidos pela janela do prédio, por Luiz de Andrade, ovacionavam a Câmara dos Deputados, o povo fluminense e a Confederação Abolicionista (AZEVEDO, 2003, p.47).⁶¹

Paulatinamente, o Império vinha sendo minado e as transformações “no campo do progressivo consentimento de uma nova concepção de mundo, na qual estava inscrito o regime republicano” se concretizavam (MELLO, 2007, 14). Segundo Maria Teresa Chaves de Mello, a propaganda política empreendida na Corte, contribuiu para a politização do povo, de tal modo que a República era vista com entusiasmo. O espaço público, para a historiadora, era revestido de um novo significado nesse contexto: era o local, por excelência, da ação daqueles que sem ter voz no parlamento, faziam da *rua* o seu lugar de discurso. O Rio de Janeiro, caixa de ressonância para o conjunto da nação, era cenário de inúmeras manifestações republicanas, de conferências em associações civis e recreativas, de debates nas redações de jornal e confeitarias, além de palco para mobilizações populares (MELLO, 2007, 14).

Nessa direção, o processo acima descrito, imprimiu ao 15 de novembro um significado diferente do qual fora privilegiado pela historiografia, de que o “povo assistiu a tudo bestilizado”, passando a ser compreendido, portanto, como um projeto

⁶⁰ Revista Illustrada, maio de 1888.

⁶¹ Revista Illustrada, maio de 1888.

político posto em marcha durante a crise do Império, através de uma cultura política difundida no espaço público (MELLO, 2007, 225-232).

2.2. A CAPITAL FEDERAL (1890-1914)

Após a Proclamação da República, instaurou-se um clima de otimismo no Rio de Janeiro. O novo regime trazia consigo a promessa de novos tempos para o Brasil (MELLO, 2007, 14). A capital federal, aberta às modificações em sua estrutura urbana, deveria dialogar com as palavras chaves que norteariam o projeto modernizador da cidade: progresso e civilização.

O processo de transformações urbanas, que foi conduzido durante o Segundo Reinado, se intensificaria com a vigência da ordem republicana. Esse foi o período que contou com o surgimento de novos bairros, a partir da incorporação de linhas de bonde e de trem recém-inaugurados; com medidas de higienização do espaço público, através da criação da Companhia de Saneamento do Rio de Janeiro, a qual atendia especialmente a área da zona sul da cidade; e, por fim, com a realização do primeiro projeto de urbanização do Rio de Janeiro (RODRIGUES, 2016, p. 84).

Por exercer forte atração, devido à atmosfera de otimismo que se instaurou com a jovem República, a cidade passou a receber um maior fluxo de pessoas, por conta das migrações internas, da entrada de imigrantes pelo Porto do Rio, além dos ex-cativos que se dirigiam em massa para a Capital Federal, agravando ainda mais os problemas habitacionais e de insalubridade. Somado a esses impasses, a questão dos transportes também se tornaria uma preocupação da época, de sorte que encontrariam dificuldades em atender as demandas da população fluminense.

Na arena política, a Constituição de 1891, que elegeu Deodoro da Fonseca para presidente da República e Floriano Peixoto para vice-presidente, consagrou o princípio da autonomia dos Estados, apontado no primeiro decreto do governo provisório de 1889. A carta promulgada prescrevia um governo representativo, controlado pelos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, cabendo ao chefe da nação instituir o corpo de ministros e o Congresso. As decisões tomadas pela Assembleia Nacional Constituinte ecoariam de maneira positiva no Rio de Janeiro, de um modo particular, pois representou o fim de meses de ditadura e de falta de liberdade.⁶²

⁶² Esse fato foi contemplado por Arthur Azevedo em seu teatro de revista. A peça “O Tribofe” alude à aprovação da Constituição de 1891, ao fim de um de seus quadros, quando a personagem Liberdade ocupa o centro do cenário, rodeada por atores representando os Estados da federação. Ver: Arthur

“A República é a riqueza” era a frase que aparecia estampada nos jornais de época, expressando as expectativas com o regime recém-inaugurado (JÚNIOR, 1957. Apud. CARVALHO, 1987, p. 26). Acreditava-se, entretanto, que novos tempos eram anunciados na capital federal, devido à prosperidade financeira, propiciada pela febre especulativa e a abundância de créditos. A própria literatura teatral da época retrataria o clima de arrivismo instaurado na cidade, ao demonstrar a atração que a mesma exercia sobre os brasileiros.

Na peça *O Tribofe*, de autoria de Arthur Azevedo, o personagem que representa esse momento, é o Sr. Gouveia, noivo de Quinota, que decide ir para o Rio de Janeiro em busca de enriquecimento.⁶³ Envolvido no encilhamento⁶⁴, entusiasma-se com os “ganhos fáceis” e a vida luxuosa, relacionando-se com a *cocotte* francesa Ernestina, com quem passa a frequentar lugares caros e a famosa Rua do Ouvidor (AZEVEDO, 2002, p. 223- 309).

A política de emissão de moedas sem lastro levou o Brasil à crescente inflação, à diminuição da taxa do câmbio e ao aumento dos preços e do custo de vida. No Rio de Janeiro, muitas empresas nacionais foram fechadas, levando os investidores e empresários brasileiros à falência. Se, por um lado, a medida empreendida pelo ministro da fazenda Rui Barbosa fomentou a industrialização brasileira⁶⁵, por outro, demonstraria a incapacidade do Estado em intervir na economia. Esse panorama propiciou o fortalecimento dos setores primários, especialmente de fazendeiros ligados à agricultura de exportação, que obtiveram um crescimento econômico em meio à crise.

Conforme assinalou Nicolau Sevcenko, os primeiros anos republicanos foram repletos de sobressaltos econômicos, mas também políticos (SEVCENKO, 2003, p. 45). Por defender um modelo mais centralizador do que federalista, como apontavam

Azevedo. “O Tribofe”. In: *Coleção Clássicos do Teatro Brasileiro – Teatro de Artur Azevedo*, Vol. 5. Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Arte, 2002, pp. 223- 309.

⁶³ Arthur Azevedo assinala através do personagem, o desenvolvimento do *smartismo* na Capital Federal. Esse conceito está associado à inteligência, podendo também receber carga semântica pejorativa, quando se refere à ideia de esperteza.

⁶⁴ A política econômica empreendida por Rui Barbosa, nos anos iniciais da República, teria sobrevida até 1893. Acreditando lançar as bases para economia brasileira, através da ampliação da emissão de papel moeda para os bancos, essa orientação teve como consequência, o aumento considerável de moeda sem lastro na praça do Rio de Janeiro, seguindo-se daí uma febre especulativa ocasionada pela facilidade de crédito.

⁶⁵ Essa política econômica não era exatamente nova no Brasil, uma vez que já havia sido posta em prática no final do Império, pelo Visconde de Ouro Preto. Segundo José Murilo de Carvalho, no momento da libertação dos escravos, houve a necessidade “de atender a uma demanda real de moeda para o pagamento de salários, o governo imperial começou a emitir dinheiro, no que foi seguido com entusiasmo pelo governo geração”. Ver: José Murilo de Carvalho. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República no Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 15-41.

seus opositores, o Marechal Deodoro da Fonseca, em 3 de novembro de 1891, dissolveu o Congresso e decretou estado de sítio na cidade do Rio de Janeiro, determinando a censura e a falta de liberdade civil. A jovem República, diferentemente do Império, lançou mão de meios coercitivos para controlar as críticas que vinham ocorrendo através da imprensa. Os militares que estavam à frente do poder, segundo Fernando Henrique Cardoso, valeriam-se de meios truculentos, como a prisão e morte de alguns profissionais da área de jornalismo, além do empastelamento de jornais (CARDOSO, 1975, p. 39).

Com a renúncia do então presidente da República, sobe ao poder Floriano Peixoto. Se o quadro político em 1891 era de instabilidade, o surto de epidemias como a malária, a influenza, a varíola, além da febre amarela que assolava com frequência o Rio de Janeiro, deixariam a população fluminense em situação de vulnerabilidade, especialmente os menos abastados (RODRIGUES, 2016, p. 84).

A partir de 1892, o município do Rio de Janeiro passou a gozar de autonomia restrita em relação ao Distrito Federal. Essa decisão, já prevista pela constituição, possibilitou o desenvolvimento da cidade, de modo que, nesse mesmo ano, foi ampliada a linha de bonde da Companhia Ferro-Carril Carioca, que passou a contemplar a estação do Morro de Santo Antônio. Já a Companhia Jardim Botânico, a primeira a introduzir o bonde elétrico, estimulou a construção do Túnel Velho, facilitando o deslocamento de Botafogo a Copacabana (RODRIGUES, *Op. Cit.*, p. 86).

A atmosfera de autoritarismo durante os anos iniciais da República com Deodoro da Fonseca se estenderiam ao governo de Floriano Peixoto. Como se sabe, a Revolta da Armada, conflito deflagrado na Baía de Guanabara foi um sintoma do difícil processo de enraizamento do regime republicano no Brasil.⁶⁶ O “cenário de terror” no Rio de Janeiro, após o primeiro bombardeio, em 13 de setembro de 1893, se prolongaria até o ano seguinte, disseminando instabilidade e pânico entre os habitantes da cidade.

Mesmo em meio à onda de instabilidade provocada pela Revolta da Armada, a cidade passou por um importante processo de industrialização. Os bairros de Laranjeiras, Jardim Botânico, Vila Isabel e, também, de São Cristóvão passariam a sediar indústrias que, segundo Antonio Edmilson Martins Rodrigues, surgiram a partir

⁶⁶ A Revolta da Armada se iniciou após o manifesto endereçado à nação pelo Almirante Custódio José de Melo acusava Floriano Peixoto e seu governo de ilegítimo. Segundo Suely Robles, esse confronto, que mudou o cotidiano da cidade do Rio de Janeiro, foi agravado após a adesão do Almirante Luiz Felipe de Saldanha da Gama, que propôs um plebiscito em favor da monarquia, imprimindo ao conflito um caráter restaurador, levando a perda de adesão de alguns revoltosos. Ver: QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Os radicais da República. Jacobinismo: ideologia e ação (1893-1897)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

da ampliação dos meios de transporte. Sem dúvida, a inauguração da estrada de ferro Melhoramentos do Brasil, a qual mais adiante seria anexada à Central do Brasil, exemplifica esse processo de expansão.

Contudo, a população fluminense permaneceria à mercê dos conflitos armados na Capital Federal, em decorrência da Revolta da Armada. Com a decretação do estado de sítio e demais medidas de exceção; além do medo que envolvia os moradores da cidade. Para se resguardar dos bombardeios que assolavam o Rio de Janeiro, os cariocas decidiram abrir mão, inclusive, de suas formas de divertimento. No mês de fevereiro, por exemplo, foram canceladas as atividades carnavalescas, segundo decreto publicado na imprensa à época.⁶⁷

O fim da Revolta da Armada restabeleceria a paz e o dinamismo na cidade, que permanecia atraindo gente para capital da República, como pode ser verificada através do *boom* demográfico, cuja população de 266.831 habitantes, em 1872, aumentou para 522.651, em 1890, durante a chamada Grande Imigração. Esse fator, além proporcionar o crescimento do custo de vida e a oferta de mão-de-obra na cidade, agravou ainda mais a disputa por trabalho. Tal fato serviria de estímulo para forte perseguição aos estrangeiros⁶⁸, uma vez que eles passaram a se sentir ameaçados com a presença dos imigrantes, especialmente os de origem lusa, considerados “usurpadores de empregos e exploradores de brasileiros através do controle que exerciam sobre grande parte do comércio e das casas de aluguel” (CARVALHO, 1987, p. 23).

No Rio de Janeiro, o movimento de Canudos ganhava repercussão na imprensa da época, intensificando as disputas políticas entre republicanos e restauradores. O conflito ocorrido na região do Arraial do Bom Jesus, na Bahia, mobilizou a ida de tropas federais à Bahia, a fim de reprimir os revoltosos. Com o término da guerra e a vitória sobre os manifestantes, os soldados que lutaram em nome da República, sem ter onde se instalar no Distrito Federal, ocuparam o Morro da Providência, dando surgimento à primeira favela na cidade.

Ao final dos oitocentos, o Rio de Janeiro vinha perdendo consideravelmente o seu prestígio. Após as experiências com o encilhamento, a Revolta da Armada e Canudos, o regime republicano atravessou revezes que punham em xeque

⁶⁷ Jornal *O País*, 02 de fevereiro de 1894.

⁶⁸ Ver: Gladys Sabina Ribeiro. *Mata galegos: os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

a sua longevidade. Apesar da atmosfera política menos conturbada, o ano de 1898, registrou a subida de Campos Sales à presidência, o qual se encarregaria da afirmação dos valores republicanos no Brasil.⁶⁹

Dessa maneira, os anos da chamada Belle Époque no Rio de Janeiro criariam as condições para certa estabilidade para o governo federal, e as elites locais na medida em que social e culturalmente, continuariam promovendo e defendendo seus interesses, ao criar um sentimento de continuidade aristocrática, que a legitimava frente aos demais grupos sociais (NEEDEL, 1993, p. 11).

No alvorecer do século XX, a palavra de ordem para o regime republicano era progresso.⁷⁰ Na opinião do cronista Luís Edmundo, inserir o Rio de Janeiro nessa esfera, significava uma “guerra aberta da tradição colonial contra a ânsia e até contra o direito de um povo que desejava e não podia melhorar!” (EDMUNDO, 2003, p. 26). Para ele, a cidade que almejava o *status* de civilizada, assemelhava-se às cidades do norte da África, com ruas estreitas e sujas, com poucas árvores para fazer sombra. O calçamento, ainda precário segundo o escritor, prejudicava o curso dos bondes de tração animal, impedindo o fluxo de transeuntes pela urbe. Além desses aspectos, outras tradições que persistiam no tempo e no espaço, como o uso do tálburi e o acendedor de lampiões da *Société Anonime du Gaz*, que percorria as ruas da cidade para iluminar as gambiarras dos teatros, praças e demais logradouros públicos, ameaçavam o desejo de modernização do espaço urbano (IDEM, 93).

O comércio no início do século permaneceria localizado nas imediações do Largo de São Francisco e Rua dos Ourives, região onde estava situada uma das ruas mais famosas do Rio de Janeiro: a Rua do Ouvidor, a qual abrigava, desde a primeira metade dos oitocentos, o mais rico sortimento de novidades vindas da França. Nesses quarteirões que se constituíam em importantes artérias para a vida comercial da cidade estavam instaladas lojas de artigos de luxo, como: Notre Dame de Paris, a Trovador, a Tour Eiffel, a Leuzinger, a Casa Gomes, a Carnaval de Venise, o Palais Royal, o L’Opera, a Casa Reunier, dentre tantas outras que atraíam clientes em busca de

⁶⁹ A capital federal sairia de cena, cedendo espaço às políticas oligárquicas. O arranjo político proposto por Campos Sales deslocou o olhar da cidade do Rio de Janeiro para São Paulo. Ao consolidar o controle da ordem republicana nas mãos das oligarquias cafejeiras, a qual, a partir daí, procuraria estruturar alianças com grupos políticos estaduais, o então presidente, adotou o modelo econômico liberal e agroexportador, em que o governo exerceria a função de mediador dos interesses dessas elites.

⁷⁰ Segundo André Azevedo, tal conceito se revestiria de um novo sentido com o advento da República, passando a significar desenvolvimento material. Ver: André Nunes de Azevedo. *Da Monarquia à República. Um estudo dos conceitos de civilização e progresso na cidade do Rio de Janeiro entre 1868 e 1906*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2003. (Tese de Doutorado).

mercadorias refinadas (IBIDEM, p.44).

À medida que os elementos distintivos de classe se enraizavam no Rio de Janeiro, se consolidava um fenômeno cultural semelhante ao que ocorrera na Europa do século XIX, o *fetichismo de mercadoria*.⁷¹ Se no Velho Mundo esse processo estava intimamente ligado ao desejo de distinção social por parte da burguesia em relação à aristocracia; na Capital Federal, desenvolveu-se nas últimas décadas dos oitocentos, acompanhando o surgimento de lojas de departamentos na cidade, conforme sinalizou Jeffrey Needell. Verificou-se, ao mesmo tempo, certa idealização da cultura europeia por parte da elite carioca, que desejava o progresso e a civilização nos trópicos (NEEDELL, 1993, p. 185-208).

O cruzamento das Ruas Gonçalves Dias e do Ouvidor era considerado o “coração da cidade” por seu intenso movimento e elegância. Nas proximidades dessa região havia inúmeros estabelecimentos que serviam de ponto de encontro para a população. Eram os cafés que no alvorecer do século XX atraíam desde a “clientela mais fina e mais distinta”, conforme destacou Luís Edmundo, a uma “multidão” que, a partir de certo horário, os invadia, causando ruídos que se confundiam com os serviços prestados por esses espaços de sociabilidade. Destacavam-se, à época, o prestigiado Café do Rio e o afamado Café Paris, embora houvesse tantos outros que, sem ter a mesma pompa, dinamizaram essa região, como o café do Hotel Globo, que funcionava também como restaurante, e hospedaria no andar superior; o Café Cascata, o Café do Amorim e o Café Londres (IDEM, p. 327-342).

Ainda em relação a essas imediações, havia, também, a Confeitaria Colombo, importante ponto de encontro para as famílias fluminenses. Imortalizada nas crônicas sobre o Rio de Janeiro, esse local atraía, inclusive, jovens escritores que aspiravam à glória literária para tomar o chá das cinco da tarde, horário em que o cenário desse lugar era modificado, passando a receber ricos capitalistas e homens de prestígio ligados à Guarda Nacional e os coronéis, acompanhados das divas mais cobiçadas do início do século: Margot, Charlote, Marthe, Tina, Táti, entre outras (IDEM, p. 375).

⁷¹ O conceito de *Fetichismo de mercadoria* foi elaborado por Karl Marx, em sua obra *O Capital* (1867), designando a relação que as mercadorias, cerne do sistema capitalista, possuem com formas de exploração do trabalho. Neste sentido, a produção humana está intimamente ligada ao desejo de satisfação do capital; e o trabalho, por sua vez, é eclipsado em favor do desejo de aquisição de um bem de consumo. Ao apropriar-se desse termo à realidade carioca durante a *Belle Époque*, Jeffrey Needell considerou que este fenômeno está associado ao desejo das elites locais em se assemelharem à aristocracia europeia. Ver: Jeffrey D Needell, *Op. Cit.*, p. 185-208.

Haveria, porém, outros espaços que acentuariam as desigualdades presentes na paisagem da urbe. A Rua da Misericórdia e adjacências, por exemplo, era o local onde se viam, mendigos, capoeiras, abandonados e sem ocupação, além de ciganos, os excluídos da sociedade. O Morro do Castelo, por seu turno, foi perdendo a sua função de área com visão privilegiada, após a abertura de novos caminhos e estradas, por onde se descortinava a beleza natural do Rio de Janeiro. Esse lugar, que no passado representava pujança, no final dos oitocentos passou a significar decadência, principalmente, após ter sido condenado pelos cientificistas da época, que defendiam sua derrubada em favor da circulação de ar na cidade (IDEM, p. 375).

A vida noturna no Rio de Janeiro na *Belle Époque* permaneceria tão movimentada quanto nos oitocentos, período marcado pela expansão da indústria do entretenimento na cidade. Os cariocas permaneceriam afluindo para os espetáculos promovidos pelas companhias teatrais espalhadas pela capital e pelas *music halls*. Entretanto, constatou-se que, no início do século XX, formaram-se espaços de sociabilidade completamente distintos para a população local. Nessa direção, as elites criariam ambientes propícios para o seu divertimento em salões e *clubs*, diferenciando-se, por seus hábitos europeizados, do povo que se esbaldava no espaço público, em bares e cafés, nos jardins dos teatros e pelas ruas do centro da cidade.

O Estado do Rio de Janeiro, centro político da nação, vinha perdendo o seu prestígio frente a São Paulo e Minas Gerais, cujas oligarquias estavam inseridas no arranjo político proposto por Campos Sales. A Capital Federal, sede do governo, precisava se distinguir das demais capitais brasileiras. Ciente da decadência física da cidade, a elite carioca iniciou intensa campanha em jornais e instituições privadas para implantação de uma reforma urbana, acompanhando, assim, uma tendência geral da América Latina, segundo a qual as transformações urbanas ocorriam em função de um objetivo ideológico (NEEDELL, 1993, p. 68).

Existiram, entretanto, duas reformas urbanas no Rio de Janeiro entre os anos de 1903 e 1906, durante o governo de Rodrigues Alves.⁷² A primeira, empreendida pelo

⁷² Nos anos de 1980 houve um *boom* na historiografia sobre as cidades. Nesse contexto, o tema da Reforma Urbana na cidade do Rio de Janeiro foi contemplado em trabalhos, como os de Jayme Benchimol, Maurício de Abreu, Oswaldo Porto Rocha e Niemeyer Lamarão. Entretanto, essas obras, fruto dos anseios de uma época em que a cidade era considerada palco de manifestações políticas, consideraram apenas a existência de uma única intervenção urbanística, empreendida pelo Prefeito Pereira Passos, compreendendo-a como excludente e eminentemente burguesa. Ver: Jaime Larry Benchimol. *Pereira Passos um Hausmann Tropical. A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992; Maurício de Abreu. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLAN – Rio/Zahar, 1988; Oswaldo Porto

governo federal, que teve como ponto de partida a renovação da região portuária⁷³; enquanto que a segunda, executada no âmbito municipal, teve como objetivo primordial o remodelamento da cidade, visando integrar seu centro urbano às demais regiões da cidade, segundo os ditames do progresso e da civilização.

O plano urbanístico proposto pelo então Presidente da República concebia o Rio de Janeiro como a representação do Brasil. A partir dessa concepção, a cidade se revestiria de um status funcional, por estar vinculada às representações que vem de fora, segundo as quais destacavam o potencial econômico e comercial da Capital Federal no cenário internacional. Nessa direção, ao avaliar o projeto orientado por Lauro Müller, ministro das obras públicas, percebeu-se que não foram contemplados pontos que atendessem às necessidades básicas da população carioca. Para Müller, portanto, a reforma deveria fazer com que o Rio se assemelhasse às grandes capitais europeias, especialmente Paris.

A preocupação com os projetos urbanísticos simbolizava novos tempos para o Brasil. Em meio às discussões acerca da viabilidade da execução das obras de intervenção urbana, levantaram-se inúmeras polêmicas, entre as quais a remoção da população que habitavam o centro para as regiões mais periféricas da cidade do Rio de Janeiro. Acompanhando a execução desse planejamento, a indústria capitalista se consolidaria à luz da expansão do porto e dos subúrbios, assim como, nesse mesmo contexto, a cidade passaria a ser iluminada por energia elétrica.

A proposta de intervenção urbana empreendida pelo presidente Rodrigues Alves, segundo a qual, o Rio de Janeiro deveria se modernizar à altura das capitais europeias, considerava necessária a demolição de cortiços e de prédios insalubres e em má conservação, espalhados pela área central da cidade. Tal proposta constituía-se em uma ação de interesses variados, mas com objetivos bastante específicos: fazer da capital federal uma espécie de “cartão postal” do Brasil.⁷⁴

Símbolo máximo da reforma urbana federal, a construção da Avenida Central

Rocha. *A era das demolições*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Cultura. Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1995; Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão. *Dos Trapiches do Porto. Um estudo sobre a zona portuária do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1991. Posteriormente o tema foi retomado por André Nunes de Azevedo. “A Reforma de Pereira Passos: uma tentativa de integração urbana” In: *Revista Rio de Janeiro*, n. 10, maio-agosto 2003.

⁷³ A Reforma Urbana empreendida pelo governo federal se restringiu à região do Porto do Rio de Janeiro. Dessa forma, Lauro Müller, então ministro das obras públicas, procurou, em seu projeto tornar a região portuária mais atraente para os investimentos no Brasil, sobretudo no processo de desenvolvimento das áreas do café.

⁷⁴ Essa foi a primeira intervenção sistemática e direta do Estado sobre o espaço urbano carioca.

tinha como pretensão atender às necessidades de escoamento de produtos da região portuária ao “coração do comércio” da cidade, situado no Centro do Rio. Entretanto, seu planejamento, pensado e sentido a partir da noção de progresso e civilização, superaria o problema de infraestrutura da urbe, fazendo desse espaço a representação dos anseios das elites, por se valer de técnicas e inovações modernas para a época. Olavo Bilac, cronista que traduzia os valores burgueses da sociedade carioca, ao ver concluída a obra de seus sonhos, diante de seus “olhos deslumbrados”, os quais “relampejavam jatos de luz elétrica”, vislumbrava “a cidade futura, resplandecente e rica, mais bela de que todas as suas irmãs, irradiante na glória da civilização” (BILAC [1904], 2006, P.641).

Com efeito, o planejamento urbano proposto pela prefeitura do Rio de Janeiro, segundo André Nunes de Azevedo, tomaria “por base outras referências, que a inscreviam para além daquela do progresso material” (AZEVEDO, 2003, p. 41) Dessa maneira, a reforma assinada pelo Prefeito Pereira Passos propunha uma reformulação do sistema viário da cidade, através da abertura, prolongamento e alargamento de ruas que não se restringiriam apenas à região do centro e da zona sul, mas se estenderiam aos bairros do subúrbio⁷⁵ e da zona norte.⁷⁶

Evidentemente que, para a execução das obras do sistema viário da urbe, o diálogo entre as reformas urbanas – federal e municipal – foi fundamental. De um ponto ao outro, a cidade era remodelada, perdendo suas antigas referências, em nome da modernização do espaço público. Nessa direção, a criação da Avenida Beira-Mar, promovendo a ligação do centro ao sul do Rio de Janeiro, e da Avenida Mem de Sá, que integrava a região sul e leste, articular-se-ia às avenidas Central e do Cais, realizadas por iniciativa do governo federal.

No entanto, o planejamento municipal não se restringiria às modificações viárias, que ligavam a região central aos demais sentidos da cidade, mas incluiria o embelezamento da Praça Quinze de Novembro, alguns pontos dos bairros da Glória e Largo do Machado, da Praça São Salvador, da Praça Onze, do Passeio Público e da Praça Tiradentes que receberam estátuas e melhoria em seus jardins. Algumas ruas do Centro, de Botafogo e de Laranjeiras foram arborizadas, assim como as estradas do Alto

⁷⁵ O Prefeito Pereira Passos reparou, ainda, diversos trechos das estradas de Santa Cruz, Pavuna, Areal, Portella, Porto de Irajá, Bicas, Penha, Marechal Rangel, Sapobemba, Otaviano e Colégio, muitas das quais integravam diversos bairros do subúrbio carioca. Ver: André Nunes de Azevedo. André Nunes de Azevedo. “A Reforma de Pereira Passos: uma tentativa de integração urbana”. In: *Revista Rio de Janeiro*, n. 10, maio-agosto 2003.

⁷⁶ O prefeito Pereira Passos projetou, ainda, uma avenida que ligaria a Avenida Francisco Bicalho, recém-aberta pelo governo federal como a Rua Barão de Mesquita, articulando o centro com os bairros da Tijuca, Andaraí e Vila Isabel.

da Boa Vista passaram por modificações em inúmeros trechos.

O bairro de Copacabana, outrora reduto de pescadores, foi contemplado no planejamento municipal. As obras de perfuração do Túnel Velho, dirigidas pela Companhia Jardim Botânico, foram adiantadas a pedido da prefeitura do Rio de Janeiro, a fim de tornar a região integrada aos demais bairros da zona sul, através da circulação dos bondes elétricos. Tal esforço foi acompanhado pela construção da Avenida Atlântica que, embora humilde e um pouco estreita, cumpria seu papel de pavimentar a orla da praia.

Acompanhando o processo de desapropriação de prédios e cortiços para a abertura de novos espaços, foram tomadas importantes medidas de higienização da cidade. Havia, entretanto, um projeto de vacinação contra a varíola, coordenada pelo médico sanitarista Oswaldo Cruz, que tinha por objetivo erradicar essa epidemia e a febre amarela, doenças que, desde o século XIX, vinham assolando a população fluminense. Contudo, essa política era empreendida através do uso da força, de maneira autoritária, desrespeitando as famílias mais humildes: ora aplicando-lhes multas, ora fazendo uso da violência.

Era comum à época das reformas urbanas, comparar as obras de remodelamento da cidade do Rio de Janeiro às intervenções urbanísticas ocorridas em Paris. Brito Broca, através de sua pena, apontaria as diferenças entre uma e outra, destacando que o Barão de Haussmann tinha “objetivos político-militares, dando aos bulevares um traçado estratégico, a fim de evitar as barricadas das revoluções liberais de 1830 e 48; enquanto o plano de Pereira Passos se orientava pelos fins exclusivamente progressistas”, buscando imprimir à capital federal um “aspecto de cidade europeia” (BROCA, 1975, p. 3).

Ao longo de sua gestão, Pereira Passos emitiu uma série de restrições ao comportamento da população local à época. Assim, foi proibido o cuspe no espaço público, especialmente nos bondes e ruas, o trânsito de vacas leiteiras, a exposição de carnes para a venda, soltar balões, as loterias na cidade, a vadiagem de caninos, o entrudo, além de hábitos comuns entre os cariocas, como andar de descalços e sem camisas. Tais sanções contribuíram para uma espécie de “código de ética urbano”, que deveria ser seguido pela população fluminense. Acompanhando esse processo de reeducação social, estimulou-se a abertura de lojas de chá, o derrubamento de quiosques vendendo alimentos, a batalha de flores, etc (AZEVEDO, 2003, p. 49-50).

Na concepção de Pereira Passos, o centro do Rio de Janeiro, deveria ser o

“pólo irradiador” de civilização, por excelência, para os habitantes dos mais diversos pontos da cidade. André Azevedo, por seu turno, considerou que os novos costumes deveriam ser disseminados por toda a sociedade, através de uma espécie de “pedagogia” proposta pela prefeitura, segundo a qual os frequentadores dessa área levariam para seus lares e subúrbios ideais civilizatórios (IBIDEM, p. 49-50).

Seguindo essa perspectiva, o trecho da Avenida Central que fazia ligação com a zona sul, através da Avenida Beira-Mar, foi ressignificado segundo os padrões europeus. Certamente, o planejamento que incluía a presença de prédios em estilo neoclássico, como a Escola de Belas – Artes e a Biblioteca Nacional; e em arquitetura eclética, como o Palácio Monroe e o Teatro Municipal, assemelhavam essa área do Centro do Rio de Janeiro à Paris, todos inaugurados após a gestão de Pereira Passos.

As modificações no sistema viário da urbe, acompanhado do embelezamento da cidade, deram surgimento ao processo que nos dias de hoje chamaríamos de *gentrificação*⁷⁷ da região do centro do Rio de Janeiro, que afetou diretamente a população que vivia nas imediações. Com a derrubada de prédios antigos e de cortiços da área, os moradores, sem ter aonde se instalar, deram sequência à ocupação iniciada no final do século XIX, do Morro da Providência e, incluindo agora no rol de possibilidades de habitação, os Morros de São Carlos e de Santo Antônio. Dessa forma, assistiu-se um fenômeno que não estava descolado das transformações na paisagem urbana na Capital Federal: a favelização do espaço público.

Em 1906, apenas parte das obras da reforma havia sido concluída, ficando para os anos subsequentes a finalização das construções da região portuária e demais pontos da cidade. Os moradores da urbe não estavam, portanto, isentos dos barulhos de demolição e das britadeiras, assim como dos problemas estruturais, ainda longe de serem solucionados, como por exemplo, as enchentes periódicas que assolavam o Rio de Janeiro. Crítico ferrenho das intervenções urbanísticas, Lima Barreto denunciaria anos mais tarde os efeitos das transformações ocorridas no início do século XX, as quais, nas palavras desse autor, “se restringiram à preocupação com os aspectos externos, com as fachadas, e não com o que há de essencial nos problemas de nossa vida

⁷⁷ Compreende-se por *gentrificação*, o processo que não se restringe à transformação social, mas, sobretudo física de habitação local, combinando mudanças de caráter estrutural, como, por exemplo, a higienização do espaço público, com vistas a atender os anseios da classe média. Tal processo traz como consequência o encarecimento no custo de vida e a especulação imobiliária. Ver: SMITH, Neil. A *gentrificação* generalizada. In: BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine. Introdução. De volta à cidade: dos processos de *gentrificação* às políticas de “revitalização” dos centros urbanos. São Paulo: Annablume, 2006, p. 59-87.

urbana, econômica, financeira e social.” (BARRETO, 1915, p. 17-18).

No entanto, a cidade permaneceria desenvolvendo-se na direção sul. Os bairros de Copacabana e Ipanema, por exemplo, continuariam em crescimento, atraindo moradores para essa região, graças às obras de saneamento, que preparavam a área para loteamentos luxuosos. Paulatinamente, a Capital Federal se tornava um lugar de contrastes, de espaços voltados para as elites, que habitavam nos palacetes e casarões; e, de locais destinados ao grosso da população fluminense, especialmente a mais prejudicada pela reforma urbana, buscava alternativas nos morros, mas, sobretudo nos subúrbios do Rio de Janeiro.

O início da década de 1910 seria marcado por realizações importantes, como inauguração do porto do Rio de Janeiro, durante a gestão do presidente Afonso Pena. Entretanto, esse mesmo período determinou algumas avaliações acerca das reformas urbanas, as quais dividiam as opiniões e os interesses dos grupos envolvidos com o projeto de modernização da Capital Federal. As obras, diferentemente do que se imaginou, não foram concluídas em sua totalidade, ficando apenas o Centro do Rio com os resultados alcançados segundo o planejamento urbanístico. Conforme apontou Rodrigues, “a própria reforma ficou velha ao ser concluída. No fundo, ela pertencia ao século XIX e não ao novo século. Isso fez com que seus resultados fossem mínimos e a cidade requisitasse, novamente, mudanças” (RODRIGUES, 2016, p. 119).

Indubitavelmente, o porto do Rio de Janeiro permaneceu se desenvolvendo devido à economia cafeeira. Com o acordo firmado em 1906, o qual previa a solução para a crise da superprodução do café e a redução dos preços do produto em escala mundial, o governo brasileiro empreendeu uma política de valorização do gênero, através da compra de estoques e do estímulo à exportação do gênero. Deste modo, a cidade, mais dependente da administração dos cafeicultores, experimentou um aumento do custo de vida, gerando insatisfação por parte da população fluminense.

Nessa mesma época, a Baía de Guanabara seria, mais uma vez, cenário de um conflito envolvendo a Marinha do Brasil e o Governo Federal.⁷⁸ A rebelião que durou cerca de cinco dias, refletia o descontentamento de membros da corporação contra a alimentação inadequada nos navios e os castigos que os marinheiros vinham sofrendo.

⁷⁸ Após a publicação do livro do jornalista Edmar Morel, intitulado *A Revolta da Chibata*, publicado em 1959, a historiografia se apropriou desse título, para nomear o evento transcrito na cidade do Rio de Janeiro, na primeira década do século XX. Ver: Edmar Morel. *A Revolta da Chibata: subsídios para a história da sublevação na Esquadra pelo marinheiro João Cândido em 1910*. 5ª edição comemorativa do centenário da Revolta da Chibata, organizada por Marco Morel. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

O incidente que ganhou repercussão na imprensa mobilizou a sociedade e alguns políticos em favor dos rebeldes. Contudo, os comandantes da armada, com o auxílio do Presidente da República, empregaram duras medidas aos revoltosos, assinalando o desfecho do conflito na cidade.⁷⁹

No tocante à continuidade do processo de modernização do Rio de Janeiro, foi possível constatar o avanço da rede de energia elétrica na cidade, contemplando a movimentada Rua do Ouvidor, mas também os bondes, que passaram a receber eletrificação por meio de uma passagem subterrânea, que contemplava o centro, alguns pontos do subúrbio e da zona sul. Porém, com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, em 1914, o desenvolvimento do país encontraria alguns obstáculos. Isso porque o início do conflito dificultou o comércio em âmbito nacional, gerando cortes de gastos destinados à infraestrutura urbana e em políticas sociais, o que propiciou descontentamento popular.

Mesmo em meio às dificuldades em decorrência do conflito mundial, o Rio de Janeiro permaneceu se beneficiando com algumas mudanças, como o calçamento das ruas, por exemplo, que visava melhorar a circulação dos automóveis. Do mesmo modo, as freguesias mais distantes do centro da cidade iam se abrindo, pouco a pouco, para atender as demandas impostas pela guerra, em razão do cultivo de gêneros primários para o mercado interno. Em um contexto de contenção de importações, o país recebeu impulso para industrialização, especialmente na Capital Federal.⁸⁰ Todavia, se, por um lado, as indústrias atingiam seu desenvolvimento pleno, de outro, a economia cafeeira permaneceria com dificuldades de exportação. Era um sintoma de novos tempos para o Brasil e sua vida política, cujas fissuras do modelo oligárquico se evidenciavam em meio à crise.

Após um período de intensa modernização de suas estruturas, o Rio de Janeiro atravessou um período no qual a perda de prestígio de suas oligarquias culminou com enfraquecimento da capital federal no cenário político nacional. Esse era, sem dúvida, um sintoma de que a *Belle Époque Tropical* anunciava o seu fim. Tal como ocorrera na Europa, esse processo se encerrou após a eclosão da Primeira Guerra Mundial, deixando

⁷⁹ Ver: CAPANEMA, Silvia. “Do marinheiro João Cândido ao Almirante Negro: conflitos memoriais na construção do herói de uma revolta centenária.” *Revista Brasileira de História*. vol. 31 n. 61 São Paulo 2011.

⁸⁰ Durante a vigência da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) foi constatada uma mudança substancial na produção interna de manufaturados, expandindo-se o sistema fabril e aumentando a produção de mercadorias que até então eram objeto quase exclusivo de importações, principalmente da Europa. Esse processo ficou conhecido como substituição de importações.

marcas indeléveis na cidade e, sobretudo, na sociedade fluminense.

2.3. OS FRANCESES NO RIO DE JANEIRO

A segunda metade do século XIX deu início a um período de grande mobilidade de pessoas em direção ao continente americano, com destaque para países como a Argentina e o Brasil. O avanço do capitalismo, não apenas em sua forma industrial, mas, sobretudo agrária ou rural, atingiu milhares de pessoas logo transformadas em despossuídos, o que desencadeou um intenso processo e/imigratório. Paralelamente a esse fato, a expansão imperialista e o desenvolvimento tecnológico propiciaram uma revolução no setor de transportes e no aperfeiçoamento náutico, culminando com a criação da navegação a vapor, que acelerou o escoamento de produtos industrializados e o deslocamento de indivíduos.

Longe de ser a cidade ideal, o Rio de Janeiro, que recepcionou imigrantes vindos de outros continentes, especialmente o europeu, era um espaço de constantes mutações em seu cenário político, social, econômico e, sobretudo, urbano. Por ser a capital do Império do Brasil, e, posteriormente, da República, exerceu a atração de pessoas em busca de melhores condições sociais e de oportunidades no mercado de trabalho em expansão, constituindo, assim, um verdadeiro mosaico de raças e de etnias distintas.

Nesse sentido, a entrada de franceses no Rio de Janeiro, intensificada a partir da década de 1850, é parte integrante desse movimento e/imigratório para a cidade, que recebia imigrantes de diversas nacionalidades. Embora tenha sido pouco analisado o número de indivíduos de origem francesa que viviam na capital brasileira, sabe-se que essa “presença” foi bastante significativa no cotidiano da urbe, devido à expansão da indústria de bens culturais e no comércio de artigos de luxo, que influenciava o *habitus*⁸¹ das elites locais à época.

Os recenseamentos realizados na segunda metade do século XIX⁸² e no início do século XX permitem compreender o impacto do fenômeno imigratório no Rio de Janeiro. Os dados fornecidos por esses materiais iluminam importantes questões sobre a imigração francesa no conjunto da população carioca, seu percentual no quadro geral

⁸¹ Desenvolvido pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu, o conceito de *habitus* tem por objetivo apreender o modo pelo qual a sociedade deposita nos indivíduos, modos de pensar, agir e sentir, além de elaborar as respostas dos agentes sociais às demandas do meio em que estão inseridos.

⁸² Em seguida, foram desenvolvidos ao longo dos oitocentos 8 censos (1821, 1838, 1849, 1856, 1870, 1872, 1890 e 1900).

demográfico da cidade e divisão por bairros; além de informações relacionadas à condição social, religião, estado civil e sexo dos imigrantes dessa nacionalidade. Em vista do que foi produzido em matéria de censo durante o período mencionado, serão privilegiados os que foram elaborados nos anos de 1872, 1906 e 1920, visto que, produzidos em contextos distintos, esses documentos possibilitam analisar a presença desse grupo no Município Neutro.

Considerado a radiografia social do Brasil, o censo de 1872 foi o primeiro esforço de mensuração da população brasileira elaborado durante o Segundo Reinado, que abrangia toda extensão nacional. Na opinião de Manoel Francisco Correia, conselheiro e diretor da Diretoria Geral de Estatística, a execução do recenseamento “em um Estado de vasta extensão e cuja população, comparativamente dimuta, acha-se disseminada por todo o território, não pode pretender o cunho de um trabalho perfeito (...). Não sendo perfeito é o melhor que nas circunstâncias se poderia alcançar.”⁸³

Produzido em um contexto de crise do Império, esse documento reflete a preocupação do governo imperial em estipular o número de escravos para o tempo que restava do sistema escravista no Brasil. Era necessário à época avaliar a diminuição da população escrava para “conseguir-se aproximadamente calcular o número de anos precisos para a completa extinção” (IDEM) da escravidão. Por essa razão, o recenseamento de 1872 contemplou, no conjunto dos estrangeiros, os africanos na condição de cativos, avaliados segundo os critérios de idade, estado civil, instrução e profissão.

Além desse aspecto, a pesquisa realizada sinalizou o impacto da entrada de estrangeiros no Brasil, processo que ganhava vigor durante as últimas décadas do século XIX. Dessa maneira, o censo de 1872 ampliou o campo de investigação acerca da demografia nacional, ao interpelar a procedência dos imigrantes, agrupando-os em 27 nacionalidades, a partir da divisão por bairros que compõem o Município Neutro. Nesse conjunto, a população estrangeira de cada paróquia, era analisada pelos mesmos aspectos mencionados anteriormente.

Entretanto, esse documento não está isento de falhas. Longe de representar com exatidão a realidade numérica da população brasileira, o recenseamento indica, inclusive, os ausentes que, organizados por paróquias, através dos fatores de raça, idade,

⁸³ Manoel Francisco Correia (Conselheiro e diretor do DGE), em 31 de dezembro de 1876. In: Censo de 1872: o retrato do Brasil da escravidão. Link para matéria: <https://www.nexojournal.com.br/especial/2017/07/07/Censo-de-1872-o-retrato-do-Brasil-da-escravid%C3%A3o>

sexo e estado civil, aparecem sem nacionalidade, o que inviabiliza uma apreensão precisa e verdadeira dos dados demográficos no momento da elaboração do inquérito censitário por freguesia do Rio de Janeiro.⁸⁴

A partir dos números fornecidos pelo censo, observa-se que os franceses aparecem como o 3º grupo mais numeroso da Corte, perdendo apenas para os portugueses, grupo majoritário, e para os africanos, compreendidos tanto na condição de livres quanto na de escravos. No rol das nações europeias que emigraram para a Corte, os imigrantes de origem francesa ocupam o segundo lugar, com 2.884 estrangeiros, atingindo o percentual de 3,42% no quadro geral de estrangeiros da capital do Império. Essa constatação contradiz aquilo que foi apontado pelos historiadores, de que a imigração francesa foi numericamente inexpressiva. Evidentemente que, em comparação aos lusitanos, cuja predominância é visível, o percentual de gauleses não se sobressai. Em vista dos italianos, alemães e espanhóis, os índices parecem caminhar ao lado oposto do que historiografia indica.

Tabela 7: Nacionalidades na Corte conforme o censo de 1872

Nacionalidade	Número	Percentual
Portugueses	545.933	66,37%
Africanos Escravos	10.973	13,02%
Africanos Livres	7.092	8,41%
Franceses	2.884	3,42%
Italianos	1.738	2,06%
Alemães	1.459	1,73%
Espanhóis	1.451	1,72%
Inglese	966	1,15%
Paraguaios	310	0,37%
Suiços	275	0,33%
Orientais	238	0,28%
Chineses	225	0,27%
Norte-americanos	211	0,25%
Belgas	145	0,17%
Argentinos	104	0,21%
Austríacos	71	0,08%
Dinamarqueses	54	0,06%
Suecos	33	0,04%

⁸⁴O Censo de 1906 do Rio de Janeiro. Apresentação Nelson de Castro Senra. Rio de Janeiro: Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP), 2012, p. 116.

Holandeses	29	0,03%
Bolivianos	26	0,03%
Russos	14	0,01%
Gregos	11	0,01%
Peruanos	10	0,01%
Japoneses	09	0,01%
Persas	08	- de 0,01%
Húngaros	05	- de 0,01%
Turcos	03	- de 0,01%
Mexicanos	02	- de 0,01%
Total	82.279	100%

Fonte: Recenseamento de 1872

No tocante à divisão por gênero e estado civil, foi verificada a predominância da população masculina (1.656) sobre a feminina (1.228). Em ambos os grupos, sobressaem-se os solteiros, atingindo a média de 1.580, dos imigrantes franceses, seguido 1.025 casados e 279 viúvos de ambos os sexos.

Anos mais tarde, em 1906, era realizado, por iniciativa do governo municipal, o recenseamento do Rio de Janeiro. Em um contexto emblemático, do ponto de vista da história da cidade, a apuração censitária demarcava o encerramento da gestão do prefeito Pereira Passos e de suas intervenções urbanísticas na capital federal. Era importante à época, levantar informações acerca da solução dos problemas sanitários, que assolavam a população fluminense, bem como da erradicação de doenças, como a febre amarela.

Através da leitura desse documento, verifica-se a importância dada à imigração europeia para o Rio de Janeiro que, “assim como a outras cidades cuja população é, em **parte, formada pela absorção de grandes massas de imigrantes, poder-se-ia aplicar** a espirituosa frase que Bertillon aplicou aos Estados Unidos: ‘Um país que recebe homens feitos não precisa fazê-los’.”⁸⁵

Nessa direção, é comprovada a mudança significativa no panorama dos estrangeiros no Brasil, através do aumento significativo no número de italianos e espanhóis, que passaram a ocupar, respectivamente, o segundo e o terceiro lugar nas estimativas. Embora o quantitativo de franceses na cidade tenha sofrido um aumento, de 590 estrangeiros, em relação ao censo de 1872, quando comparados aos números que antecedem este grupo, parecem pouco numerosos.

⁸⁵ O Censo de 1906 do Rio de Janeiro.

Tabela 8: Nacionalidades presentes na Capital Federal em 1906

Nacionalidade	Número	Percentual
Portugueses	133.393	66,36%
Italianos	25.557	12,14%
Espanhois	20.699	9,83%
Franceses	3.474	1,65%
Alemães	2.575	1,22%
Ingleses	1.671	0,79%
Outros europeus	2.781	1,32%
Turco-árabes	2.827	1,34%
Hispano-americanos	1.297	0,62%
Africanos	702	0,33%
Anglo-americanos	405	0,19%
Outros asiáticos	512	0,24%
Ignorada	14.621	6,9%
Total	210.515	100%

Fonte: Recenseamento de 1906

Um aspecto que pode ser destacado em relação ao censo de 1906 e à população francesa durante esse período é o predomínio de pessoas do sexo feminino (1796), em relação à população masculina (1.678), que no censo de 1872 era majoritária, sobretudo solteira. Além disso, verificou-se a quantidade de não casados de ambos os sexos em relação aos casados e viúvos dessa nacionalidade.

Todavia, a inexistência de um inquérito censitário na primeira década do século XX impossibilita apurar com exatidão o número de franceses residentes no Rio de Janeiro. Por essa razão, as cifras que indicam esse quantitativo durante o período em questão são meras aproximações. Nesse sentido, o *Bulletin de Statistique Générale de la France*, após reunir as informações fornecidas pelas agências consulares sediadas no Brasil, estimou que havia cerca de 14.000 imigrantes dessa nacionalidade no país, dos quais 6.000, ou um pouco mais da metade, no Estado de São Paulo, e 4.000 no Distrito Federal do Rio de Janeiro. No Estado do Rio Grande do Sul, por exemplo, contava com aproximadamente 1.000 pessoas dessa nacionalidade, enquanto que no Estado do Paraná, 700, e no Estado da Bahia, 350.⁸⁶

Uma alternativa interessante para a ausência de dados efetivos acerca dos franceses durante os primeiros anos da década de 1910 é o recenseamento de 1920.

⁸⁶ Rapport du directeur de la statistique générale de la France sur le nombre des Français à l'étranger et sur les institutions qui leur viennent en aide. Paris: Librairie Felix Alcan, 1915.

Embora a realização dessa investigação ultrapasse os limites propostos pela pesquisa, considera-se que o intervalo de quatorze anos que sucede a última apuração, em 1906, revela informações importantes acerca desse grupo no Rio de Janeiro, acerca do fato de que se houve permanência na cidade ou retorno para o país de origem. Nessa direção, considerou-se que os dados fornecidos pelo censo possibilitaram aproximações interessantes acerca da população francesa no quadro geral dos estrangeiros na capital federal.

Assim, observou-se que no interregno entre os anos de 1906 e 1920 houve um crescimento demográfico no Distrito Federal, sobretudo no que diz respeito à população imigrante. Tal fato se deve, primeiramente, à política de expulsão de estrangeiros, que culminou com a Lei Adolfo Gordo, e à eclosão da Primeira Guerra Mundial, a qual “não só extinguiu quase completamente a imigração para a América do Sul, como interrompeu por um espaço de 4 anos (1914-1917), a considerável corrente imigratória dos portugueses para o Rio de Janeiro.”⁸⁷

Ainda que tenha ocorrido um decréscimo no fluxo de estrangeiros para a capital comprovou-se que as colônias mais numerosas na cidade eram de portugueses, italianos, espanhóis, turco-árabes, franceses, alemães, ingleses e russos. Os lusitanos, por exemplo, permaneceram em uma posição privilegiada no quadro geral da imigração desde o censo de 1872, com a média de 66% em relação ao grosso da população estrangeira naquele ano. Esse percentual se mantém em 1906, sendo posteriormente ampliado em 1920, quando atinge o índice de 72%. A primazia da imigração portuguesa para o Rio de Janeiro se deve à identificação com o elemento colonizador, perpassando pela própria história da independência política brasileira, que fez desse processo um ciclo ininterrupto. Além desse aspecto, a identidade e a proximidade cultural que projetava o imigrante português em uma posição socialmente privilegiada nos mundos do trabalho e na interação com os demais grupos étnicos na cidade, serviam de estímulo para a vinda ao Brasil.

Verificou-se, contudo, que no intervalo entre os anos de 1906 e 1920, a população francesa permaneceu predominantemente feminina, alcançando a média de 3.975 no conjunto dos imigrantes franceses, enquanto que a masculina atingia o índice de 2.917. Nota-se que a imigração francesa, nas primeiras décadas do século XX, foi um fenômeno atípico, pois, em vista de outras nacionalidades, o número de homens sobre o

⁸⁷ Recenseamento de 1920, p. 37.

de mulheres no Rio de Janeiro era bastante expressivo, conforme indicou os dados coletados pelos recenseamentos de época, em que a soma de portugueses, italianos e espanhóis atingia a média de 88% da população não brasileira (CARMO, 2015 , p. 102)

No que diz respeito ao estado civil dos franceses, havia uma predominância de solteiros sobre o número de casados e viúvos de ambos os gêneros. Entretanto, observou-se uma forte tendência durante esse período: o aumento no número de viúvas, demonstrando que os homens dessa nacionalidade viviam menos que as mulheres, como se observou nos inquéritos censitários.

Quanto à faixa etária desses imigrantes constatou-se o predomínio de pessoas com idade entre 30-39 anos, especificamente do sexo feminino. Além disso, foi comprovado que a população francesa no Rio de Janeiro tinha maior expectativa de vida, chegando a atingir a média de 80 anos. Ora, isso significa que esses estrangeiros durante as primeiras décadas do século XX, estavam mais propensos a uma vida mais longa. Outra característica marcante é a baixa fecundidade, comprovada pelo índice reduzido de bebês e crianças no conjunto dos habitantes dessa origem.

Tabela 9: Nacionalidades na Capital Federal conforme o censo de 1920

Nacionalidade	Número	Percentual
Portugueses	172.338	72,07%
Italianos	21.929	9,17%
Espanhóis	18.221	7,62%
Turcos-árabes	6.121	2,56%
Franceses	3.538	1,48%
Alemães	2.885	1,21%
Ingleses	2.057	0,60%
Russos	1.989	0,83%
Austríacos	838	0,35%
Suíços	612	0,26%
Belgas	459	0,19%
Outros Europeus	2.446	1,02%
Argentinos	1.551	0,65%
Norte-americanos	1.066	0,45%
Uruguaios	584	0,25%
Outros americanos	891	0,37%
Chineses	464	0,19%
Japoneses	244	0,10%
Outros asiáticos	447	0,17%
Africanos	352	0,15%
Oceania e não identificanos	99	0,04%
Total	239.131	100%

Fonte: Recenseamento de 1920

Em 1920, porém, era visível a presença de outras etnias no Rio de Janeiro, conforme se observa no censo realizado nesse ano. O número de imigrantes turcos-árabes que residiam na cidade se ampliou, após o desmantelamento do Império Turco-Otomano, projetando esse grupo em uma posição privilegiada, abaixo dos portugueses, italianos e espanhóis. O percentual de franceses residentes na capital brasileira sofreu pouca variação, alcançando a média de 1,48% no conjunto da população imigrante. Não obstante ao pouco crescimento do número de estrangeiros dessa nacionalidade, compreendeu-se que devido à imponência de sua cultura e preeminência em alguns setores que movimentavam a economia brasileira à época, eles permaneciam se sobressaindo frente aos demais grupos. Reforçando esse argumento, Ismênia de Lima Martins considerou que tal proeminência se explica pelo fato dos habitantes da capital fluminense, especialmente das elites, em se *afrancesar*.

2.4. OS FRANCESES SEGUNDO AS FREGUESIAS DO RIO DE JANEIRO

Conforme apontado no capítulo anterior, o fluxo e/imigratório francês para o Rio de Janeiro, apesar de diversificado do ponto de vista dos locais de partida, foi composto majoritariamente por imigrantes vindos de Paris, centro cosmopolita europeu. Devido à estreiteza nas relações da metrópole francesa com a cidade, somada às oportunidades oferecidas pelo mercado em expansão e às possibilidades de enriquecimento, que a projetava frente às demais cidades brasileiras, a cidade do Rio de Janeiro foi o destino escolhido por muitos franceses durante o período em tela.⁸⁸

Entretanto, analisar os locais onde se concentraram esses imigrantes no Rio de Janeiro, tornou-se indispensável para a compreensão desse movimento na cidade. Através das informações disponibilizadas pelos inquéritos censitários realizados em 1872, 1906 e 1920 foi possível observar as áreas em que esses estrangeiros se instalaram no Município Neutro. Além dessa documentação, os endereços indicados nas atas do *État Civil Consulaire*, quando cotejados a esses recenseamentos, sugerem algumas pistas relacionadas à espacialização dessa população (ver tabela 6).

⁸⁸ Os franceses durante o século XIX tinham como destino privilegiado os Estados da Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro. Entretanto, a partir de meados dos oitocentos, observou-se a intensificação dessa imigração para a Capital brasileira, devido ao processo de modernização do espaço urbano e das oportunidades oferecidas pelo mercado em expansão. Tal supremacia permaneceria até o advento do regime republicano, quando São Paulo se tornou mais atraente para os imigrantes, devido aos lucros obtidos pelo café.

Em seu espaço geográfico, o Rio de Janeiro dos oitocentos e do início dos novecentos era dividido em áreas urbanas e suburbanas. Tal dicotomia pode ser observada nos censos de época, através das características de cada região da cidade. Os locais contíguos ao Centro, por sua densidade populacional e diversidade de profissões, eram considerados urbanos, ao passo que as terras mais distantes da área central, eram consideradas subúrbios.⁸⁹ A organização espacial da cidade no tempo e no espaço pode ser observada através do quadro abaixo, que exemplifica as mudanças operadas em relação à divisão de freguesias.

Tabela 10: Divisão das freguesias segundo o critério de cidade e subúrbios

1799	1821	1838	1849	1856	1870	1872	1890
CIDADE							
Sé	Sé.	Sacramento	Sacramento	Sacramento	Sacramento	Sacramento	Sacramento
Candelaria	Candelaria	Candelaria	Candelaria	Candelaria	Candelaria	Candelaria	Candelaria
S. José	S. José	S. José	S. José	S. José	S. José	S. José	S. José
Santa Rita	Santa Rita	Santa Rita	Santa Rita	Santa Rita	Santa Rita	Santa Rita	Santa Rita
	Sant'Anna	Sant'Anna	Sant'Anna	Sant'Anna	Sant'Anna	Sant'Anna	Sant'Anna
		Lagôa	Lagôa	Lagôa	Lagôa	Lagôa	Lagôa
		Gloria	Gloria	Gloria	Gloria	Gloria	Gloria
		Eng. Velho.	Eng. Velho	Eng. Velho	Eng. Velho	Eng. Velho	Eng. Velho
				Santo Antonio	Santo Antonio	Santo Antonio	Santo Antonio
					S. Christovão	S. Christovão	S. Christovão
					Espirito Santo	Espirito Santo	Espirito Santo
							Gavea
							Eng. Novo
SUBURBIOS							
Eng. Velho	Eng. Velho	Irajá	Irajá	Irajá	Irajá	Irajá	Irajá
Irajá	Lagôa	Jacarépaguá	Jacarépaguá	Jacarépaguá	Jacarépaguá	Jacarépaguá	Jacarépaguá
Jacarépaguá	Irajá	Campo Grande	Campo Grande	Campo Grande	Campo Grande	Campo Grande	Campo Grande
Campo Grande	Jacarépaguá	Inhaúma	Inhaúma	Inhaúma	Inhaúma	Inhaúma	Inhaúma
Inhaúma	Campo Grande	Guaratiba	Guaratiba	Guaratiba	Guaratiba	Guaratiba	Guaratiba
Guaratiba	Inhaúma	Santa Cruz	Santa Cruz	Santa Cruz	Santa Cruz	Santa Cruz	Santa Cruz
I. Governador	Guaratiba	I. Governador	I. Governador	I. Governador	I. Governador	I. Governador	I. Governador
I. Paquetá	I. Governador	I. Paquetá	I. Paquetá	I. Paquetá	I. Paquetá	I. Paquetá	I. Paquetá
	I. Paquetá						

Fonte: Recenseamento de 1906

⁸⁹ De acordo com Julia O'Donnell, o conceito de subúrbio se modificou na história. Se nos dias atuais designa local periférico, nos oitocentos, designava localidade distante da área central, caracterizado por áreas destinadas ao cultivo da terra e à pesca.

Os imigrantes franceses, em sua maioria, se instalaram nas áreas urbanas do Rio de Janeiro. Segundo o censo de 1872, os estrangeiros dessa nacionalidade estavam situados em praticamente todas as regiões da cidade, especialmente nas áreas mais próximas ao centro, como as paróquias do Santíssimo Sacramento, de São José, de Nossa Senhora da Glória, da Candelária e de Santo Antônio, locais cujo número de imigrantes dessa nacionalidade era considerável, dividindo com os portugueses e africanos, tanto em condições de libertos quanto de cativos, a preeminência nesses espaços.

Tabela 11: Franceses segundo as freguesias 1872, 1906 e 1920

FREGUESIAS	1872	1906	1920
Candelária	256	43	23
Santa Rita	103	91	61
Sacramento	745	211	144
São José	693	468	321
Santo Antônio	167	339	296
Santa Teresa	-	82	112
Glória	305	571	1.047
Lagoa	163	292	241
Gávea	-	46	22
Sant`Anna	94	56	53
Gamboa	-	54	36
Espírito Santo	66	196	182
São Cristóvão	50	148	102
Engenho Velho	144	154	136
Andaraí	-	90	177
Tijuca	-	48	68

Engenho Novo	-	62	51
Méier	-	58	91
Inhaúma	45	83	102
Irajá	2	49	74
Jacarepaguá	36	16	13
Campo Grande	1	26	19

Guaratiba	2	2	0
Santa Cruz	-	8	3
Paquetá	7	4	9
Ilha do Governador	5		1
Copacabana	-	-	148
Total	2.884	3.474	3.538*

Fonte: Recenseamentos de 1872, 1906 e 1920.

As atas do *État Civil Consulaire*, para além de comprovarem o predomínio dos indivíduos de origem francesa nas imediações do centro, assinalam a tendência ao deslocamento desses imigrantes a outros bairros da cidade, a exemplo do Jardim Botânico, Lagoa, Catete, Botafogo e Laranjeiras, que passam a figurar nesses registros, como um indicativo de mobilidade social. Para além desses locais, a documentação assinala outra possibilidade de locomoção desses estrangeiros, como o Engenho Novo, Engenho Velho e Andaraí, movimento que se intensificará no início do século XX.

* O número de 3.538 é superior que a soma dos franceses por freguesia que apresenta um total de 3.532. Ver: Recenseamento de 1920: 4º censo geral da população do Brasil, 1º da Agricultura e das Indústrias e o 11º da população da cidade do Rio de Janeiro (Distrito Federal), p. 59.

Tabela 12: Localização residencial dos franceses segundo *État Civil Consulaire*

NOME	ENDEREÇO
Marie Eugénie Costrejean	Rua do Ouvidor, 70
Jacques Auguste Daveau	Rua do Ouvidor, 88
Henry Désiré Domére	Rua do Ouvidor, 102
Rosalie Feuille	Rua do Ouvidor, 156
Pierre Eugène Louis David	Rua Nova do Ouvidor, 19
Jean Saupiquet	Rua Sete de Setembro, 29
Marie Valpone	Rua Sete de Setembro, 74
Emilienne Marie Poirson	Rua de São José, 101
Célestine Bonn	Rua São José, 16
Auguste Celestin Eugène Lebreton	Rua da Assembleia, 85
Victoire Catherine Boulay	Rua dos Ourives, 125
Alexandre Honoré Bailly-Comte	Rua dos Ourives, 71
François Blanchard	Rua do Rosário, 109
Alexandre Saturnin Pelletier	Rua Gonçalves Dias, 56
Jules Vautrain	Rua da Ajuda, 30
Paul Gaumain	Rua da Carioca, 97
Auguste Marie Renoult	Rua do Cano, 42
Eleonore Cerf	Rua Santo Amaro, 5
Amedée François Augustin Carruette	Ladeira da Glória
Marguerite Segadas Vianna	Glória
Eugénie Leutzinger	Glória
Florimond Delespaul	Rua do Catete, 109
Marie Theodore Body	Rua Dona Anna, 1

Henri Binoche	Caminho Velho de Botafogo, 37
Hélène Rose Dreyfus	Rua das Laranjeiras, 16B
Lucie Salingre	Rua do Sapé, 13
Léonard Rouchon	Lagoa
Alice Morel	Rua do Andarahy Pequeno, 8
Marie Dumas	Rua Souza Franco, 9
Augustin Mallemont	Quinta da Boa Vista

Fonte: État Civil Consulaire

Segundo o recenseamento de 1906 (ver tabela 5), a população francesa se localizava com constância nas freguesias da Glória, de São José, de Santo Antônio, da Lagoa e do Santíssimo Sacramento. Em comparação à apuração de 1872, foi constatada a redução no número de residentes desse grupo no último distrito, que de 745, caiu para 211 franceses. Esse mesmo decréscimo permaneceu em 1920, quando esses estrangeiros atingiram a cifra de 144 imigrantes. Tal fato pode ser explicado pela noção de ascensão social, que impulsionou a mudança desse local rumo a outros bairros.

Após as intervenções urbanísticas no Rio de Janeiro, houve uma diminuição considerável no percentual de moradores das regiões urbanas em detrimento do aumento de habitantes no subúrbio. Esse fenômeno, que é ampliado nos anos subsequentes, pode ser explicado através da valorização da área do Centro após a abertura e construção da Avenida Central e o desaparecimento das moradias coletivas, que impulsionaram o deslocamento de pessoas para os locais mais distantes da cidade. Entretanto, observou-se que esse movimento foi predominante entre os brasileiros, ao passo que os estrangeiros, especialmente aqueles envolvidos em atividades comerciais, permaneceram localizados nos distritos centrais.

Embora a região central tenha sofrido uma diminuição populacional, foi observado que os bairros de Sacramento e São José constituíram-se exceção à regra, visto que esses locais receberam, ao longo das primeiras décadas do século XX, um maior número de imigrantes, especialmente de origem síria, que se instalaram nesses distritos. Por ser uma região eminentemente comercial, coexistiam nessa área outras etnias, sendo os portugueses, espanhóis, italianos, turco-asiáticos e franceses, os

majoritários.

Os bairros localizados na zona sul do Rio de Janeiro que, desde o final do século XIX, foram beneficiados com a integração urbana, tornaram-se espaços habitados pela população mais abastada, com o enriquecimento de alguns imigrantes e o consequente processo de ascensão social, essa área da cidade passou a sofrer especulação imobiliária por parte desses estrangeiros, que passaram a ocupar lugares, como Lagoa, Copacabana e Gávea⁹⁰, cujo aumento no número de pessoas de outra nacionalidade foi comprovado pelas estatísticas da época.

2.4.1. DE PARIS À GLÓRIA

A população francesa, por seu turno, estava concentrada nos bairros da Glória, São José, Santo Antônio, Lagoa e Andaraí. Segundo a divisão por bairros, proposta pelo inquérito censitário de 1920, observou-se que no distrito recém-criado de Copacabana, já havia a presença de franceses, sendo esse, o quinto grupo mais numeroso de estrangeiros nesse lugar.⁹¹ No sentido subúrbio, esses imigrantes ocuparam especificamente, Inhaúma e Irajá⁹², áreas suburbanas que, desde o final do século XIX, vem experimentando crescimento demográfico, por serem zonas suburbanas próximas ao Centro.

A Glória era o bairro onde os franceses mais se concentravam. No censo de 1872, por exemplo, se observa que os imigrantes dessa nacionalidade ocupavam o 3º lugar no conjunto da população deste local, ficando, portanto, atrás apenas dos brasileiros e portugueses. Em 1906, eles passam a atingir o 4º lugar, permanecendo nessa posição no intervalo de tempo, que compreende o censo realizado nesse ano e o de 1920. Segundo Ismênia Martins, essa área era escolhida especialmente por estrangeiros ligados às atividades comerciais, financeiras e industriais na cidade, em estágio de ascensão social, assim como pela elite carioca (MARTINS, 2013, p. 90).

De acordo com Noronha Santos, a freguesia da Glória foi criada na primeira

⁹⁰ A Gávea, por exemplo, foi um bairro procurado pelos imigrantes no século XX, devido à expansão da indústria têxtil no Rio de Janeiro, conforme apontado no intervalo dos anos de 1906 e 1920. Ver: Recenseamento de 1920, p. 25.

⁹¹ No conjunto da população imigrante no Rio de Janeiro, estavam concentrados em Copacabana com constância, portugueses (3.154), italianos (343), espanhóis (327), ingleses (237) e franceses (148). Ver: Recenseamento de 1920, p. 106 e 107.

⁹² O bairro de Irajá, durante as primeiras décadas do regime republicano obteve um crescimento demográfico, graças ao deslocamento da população brasileira, em maior quantidade, e estrangeira para esse local, após as intervenções urbanas e destruição de cortiços e instalações populares. Ver: Recenseamento de 1920, p. 25.

metade do século XIX, pelo Decreto da Assembleia Geral, a partir do desmembramento do território pertencente ao distrito de São José (SANTOS, 1965, p. 57). Entretanto, desde o período joanino, esse local já gozava de prestígio. As festividades na Igreja de Nossa Senhora da Glória do Outeiro, “eram ofuscantes de brilho pelo lado religioso, de grandeza desusada como pompa exterior, e de verdadeiro caráter principesco, como conclusão aristocrática” (FILHO. *Apud* SANTOS. 1965, p.66).

Com o passar dos anos, a Glória foi assumindo grande importância, sobretudo pelas chácaras e solares onde habitavam homens de prestígio (FILHO, 2000, p. 355), assim como passou a receber melhoramentos, através da criação do Mercado da Glória (SANTOS, 1965, p. 59). Além disso, a freguesia era muito procurada por estrangeiros para residência em hotéis e casas de pensão. Por sua proximidade com o Centro da cidade, o bairro foi agraciado com a política de integração urbana, a qual facilitava, por meio das linhas de bondes da Companhia Ferro Carril do Jardim Botânico, das linhas do Catete, das Águas Férreas, entre outras, o acesso ao bairro (SANTOS, 1965, p. 63). O Hospital da Beneficência Portuguesa se instalou nesse local, atraindo ainda mais imigrantes para os arredores. Em edifício imponente, situado à Rua Santo Amaro, a sede da instituição fora projetada pelo arquiteto francês, Louis Hosxe⁹³, em 1856, a fim de atender a população portuguesa no Rio de Janeiro (IDEM, p. 57).

Tabela 13: A população da Glória de 1872 a 1920

Nacionalidades	1872	1906	1920
Brasileiros	15.388	41.079	49.963
Portugueses	4.337	10.260	11.332
Italianos	58	1.559	1.486
Espanhóis	111	1.611	1.299
Franceses	305	571	1.047
Total de estrangeiros	7.097	15.614	18.331
Total de habitantes	22.485	57.477	68.330

Fonte: Recenseamentos de 1872, 1906 e 1920.

⁹³ De acordo com a documentação do État Civil Consulaire, Louis Hosxe nasceu na cidade de Napoléonville, em Pontivy, no departamento de Morbihan, na França. No Rio de Janeiro, morou com sua esposa, Félicité Rouveyrole e seus filhos, nascidos no Brasil, Léopold, Marie Amélie, Angèle, Jean e Eulalie, na R. Sete de Setembro, 72. Morre aos 53 anos de idade, nesse mesmo endereço.

No que tange à presença francesa na Glória, observou-se um contínuo aumento no número desses imigrantes ao longo do século XIX e nas primeiras décadas do XX. O próprio Joachim Lebreton, chefe da Missão Artística Francesa, fixou-se nas imediações do morro da Glória (FILHO, 2000, p. 356), o que demonstra que esse bairro foi, desde o início dos oitocentos, escolhido pelos franceses. De acordo com os registros do *État Civil Consulaire*, muitos estrangeiros dessa nacionalidade, ao imigrarem para o Rio de Janeiro, estabeleceram-se nessa freguesia. Esse panorama se ampliou, à medida que esses indivíduos prosperavam na cidade, alcançando um nível de vida mais elevado graças às atividades desempenhadas nos mundos do trabalho.

2.5. OS FRANCESES SOB O OLHAR CONSULAR

Os imigrantes de origem francesa radicados no Brasil, durante os séculos XIX e XX, tiveram um lugar central no conjunto de atribuições consulares e do *Ministère des Affaires Étrangères* que, frequentemente, correspondiam-se por meio de ofícios sobre a situação desses estrangeiros no país. Assim, a partir da análise desse material, foi observado o modo pelo qual as ações empreendidas pelo consulado do Rio de Janeiro, alcançaram os franceses, especialmente no que diz respeito ao processo de naturalização, recenseamentos e alistamento militar.

2.5.1. NATURALIZAÇÃO

Conforme dito anteriormente, os oitocentos são, por excelência, o século das grandes migrações de diversos povos pelo mundo. Entretanto, acompanhado desse fenômeno, foram acompanhadas inúmeras questões acerca de assuntos como a nacionalidade e os processos de naturalização. Nesse sentido, entre os governos da França e do Brasil foi comum a emissão de ofícios tratando de temas relacionados às leis de reconhecimento de cidadania.

. Assim, um documento bastante revelador acerca do procedimento a ser adotado no Brasil em torno da questão da naturalidade foi a proposta por Pimenta Bueno, sobre o status de crianças nascidas no país, em caso de pais estrangeiros. O diplomata apresentou três pontos essenciais a serem considerados em seu projeto e que ressalta as diferentes categorias de imigrantes: 1) Os negociantes, profissionais liberais e pessoas que fizeram fortuna de maneira independente, cujos filhos tendo nascido em território brasileiro, declaram após a maioridade dentro de 6 meses seguidos o que eles quiserem que seja para eles; 2) Os industriais poderiam permanecer com a mesma

nacionalidade que o pai durante a menoridade, se esse for o desejo da família, deverá, durante 6 meses declarar seu interesse em mantê-lo sob essa forma. Em caso de mudança de adoção da cidadania brasileira, isso só poderia ocorrer na maioria, ao expressar seu desejo também durante 6 meses consecutivos. 3) A terceira, por fim, considerava que os filhos de pais agricultores de profissão ou estabelecido agricultores são brasileiros durante sua menoridade, mas eles poderão responder a nacionalidade de seu pai após sua maioria se nos 6 meses que a seguem eles declaram que tal é a sua vontade

Vê-se, portanto, que a proposição de Pimenta Bueno privilegia claramente os imigrantes que desempenhavam funções nos negócios e na indústria, preterindo os agricultores. Na concepção desse diplomata, tanto negociantes quanto industriais possuíam maior probabilidade de retorno que os estrangeiros ligados à agricultura. Embora não se tenha encontrados quaisquer outras menções a essa proposta, alguns fragmentos indicam que foi adotada uma lei “que tem para a França um interesse direto”, como relatou o fragmento de jornal que, mesmo sem data ou nome do periódico, apontou para a seguinte decisão: todo indivíduo nascido no Brasil se tornaria brasileiro.

Embora os documentos acima citados pareçam indicar certa lógica, é no final da década de 1880, com a proclamação da República, que o assunto naturalização de estrangeiros constitui-se em preocupação para o governo francês, especialmente no que pese à proposta do governo provisório em tornar brasileiro os estrangeiros residentes no país, com mais de dois anos de vivência nesse território. Tal decisão pareceu pouco compreensível por parte das autoridades francesas que, certas de seus cidadãos não mudariam de nacionalidade, questionaram se os imigrantes deixariam de ser franceses, buscando amparo nos argumentos da legislação franca.

Os debates relacionados em torno da lei se estenderam nos anos subsequentes, de modo que, em 1895, o assunto era novamente reiterado: “todo estrangeiro residente no Brasil em 15 de novembro e que não tiver declarado 6 meses antes que gostaria de conservar (1º artigo) e todo estrangeiro que após dois anos de residência não fez a mesma declaração serão considerados como brasileiros (2º artigo)”. Certamente, essa decisão atingia a todas as “potências” que possuíam estrangeiros no país, como Portugal, Itália, Alemanha e Espanha, de sorte que, empreenderam esforços para “protestar” contra essa legislação. A França, por seu turno, “que possuía com o novo regime apenas relações oficiais, entretanto cordiais, encarregou seu representante para

fazer as “reservas necessárias”⁹⁴.

É possível estabelecer, nessa documentação desconexa, com ofícios trocados pelas duas nações, alguns dos quais sem título ou remetente, um paralelo entre as políticas de naturalização empreendidas tanto pela França quanto pelo Brasil, durante o século XIX. Se no primeiro país tal decisão implicava um procedimento aparentemente menos complexo, por meio de uma “simples declaração”; já o segundo apresentou as imprecisões relacionadas ao contexto de transição política e embates acerca da imigração. Com o advento do novo regime, tal questão se tornaria mais complexa, dado o alcance da decisão em naturalização dos imigrantes. Será que todos os estrangeiros conseguiram expressar o desejo em manterem-se ou não franceses?

2.5.2. REENSEMANENTO DA POPULAÇÃO FRANCESA SEGUNDO A CIRCUNSCRIÇÃO CONSULAR DA FRANÇA NO RIO DE JANEIRO

Logo no início da primeira década do século XX, foram remetidos ao Consulado Francês no Brasil, uma série de ofícios encaminhados pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, solicitando um recenseamento da população francesa estabelecida nos países do ultramar. Mesmo ciente das “dificuldades que apresenta(va) um exame desse gênero”, o ministro solicitou essa informação ao cônsul Gaillard-Lacombe, sem, porém esconder “o fato de que os registros das matrículas não serem suficientes para indicar de forma alguma o número de nacionais”.

É interessante observar o total desconhecimento do governo francês em relação aos nacionais, de sorte que o solicitante dessa informação, o ministro, destacou, ainda, que “as estatísticas locais nem sempre dão qualquer indicação sobre este ponto”. Reconhecendo as limitações para a execução dessa demanda, o ministro sugere ao cônsul que se limite a “dar uma estimativa do número de nossos compatriotas que, em sua opinião, estarão mais próximos da verdade, especificando o número daqueles registrados”⁹⁵.

A resposta do consulado francês ao ministro Stéphen Pichon viria após os primeiros esforços acerca do total de franceses no Brasil, em fevereiro de 1911, quando é encaminhado ao *Ministère des Affaires Étrangères* o número de imigrantes no Distrito Federal, em São Paulo, Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Paraíba, considerando que havia nesse conjunto 11.435 imigrantes.

⁹⁴ Microfilme, notação: 2MI3171, p. 386.

⁹⁵ Documento redigido em 15 de outubro de 1910; Microfilme, notação: 2MI3171, p. 60.

Tabela 14: Número aproximativo de Franceses residentes no Brasil

Circunscrição Consular	Cidades	Número de Franceses	Total	
Rio de Janeiro	Distrito Federal	3.474	3.624	
	Circunscrição (não matriculados: 447)	150		
São Paulo (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul)	Cidade de São Paulo	2.000	5.000	
	Santos	40		
	Demais cidades do Estado de São Paulo (não matriculados: 1045)	2.960		
	Curitiba (inscritos nessa agência: 120)		120	380
		Demais cidades do Estado do Paraná	260	
	Santa Catarina (inscritos em Florianópolis)	25	25	
	Porto Alegre		880	2.000
		Pelotas	400	
		Rio Grande	100	
		Demais cidades do Estado do Rio Grande do Sul	620	
	Bahia	Bahia não matriculados: 72)	237	406
Pernambuco (não matriculados: 52)		80		

	Alagoas (não matriculados: 48)	48	
	Paraíba (não matriculados: 41)	41	

Fonte: Recenseamento de 1911 (CADN)

Nessa direção, verificou-se que os números apresentados pelo cônsul responsável pela circunscrição consular do Rio de Janeiro apontaram para a mesma quantidade de imigrantes no Distrito Federal, 3.474 estrangeiros, existente no censo de 1906, sem que houvesse variação em relação ao número apresentado a Pichon, a fim de que esse encaminhasse as cifras relativas aos nacionais radicados junto ao Parlamento francês. No ano seguinte, em 1912, uma nova solicitação era encaminhada para aos Consulados Franceses, pedindo “o mais breve possível, o número de franceses estabelecidos, em toda extensão” das circunscrições consulares francesas no Brasil. O recenseamento, dessa vez, deveria vir acompanhado do cumprimento de outras duas exigências: a organização em ordem alfabética e profissões desempenhadas.⁹⁶ A resposta para essa demanda veio em setembro, por parte do cônsul do Rio de Janeiro, que encaminhou para o ministro francês, uma carta relatando ter realizado uma nova contagem a cerca da população franca nas circunscrições do Rio de Janeiro, Goiás e Minas Gerais, facultando, portanto, o Espírito Santo e Mato Grosso.

As investidas do *Ministério des Affaires Étrangères*, com o passar dos meses, foram se tornando mais exigentes de modo que, em 26 de maio de 1913, sob a rubrica da direção dos negócios administrativos e técnicos, foi enviado um questionário elaborado pelo Ministério do Trabalho, a fim de avaliar as condições dos franceses estabelecidos no exterior. Embora as respostas tenham sido encaminhadas diretamente ao ministro do trabalho, o representante dos negócios estrangeiros reivindicou o mesmo documento, argumentando que seu departamento era o mais interessado em possuir tais informações, solicitando também uma folha distinta “correspondendo a um dos capítulos seguintes: situação geral dos franceses, instituições da beneficência, *chambre de commerce*, estabelecimentos hospitalares, estabelecimentos de instruções, instituições destinadas à facilitar o estabelecimento ou o repatriação de franceses,

⁹⁶ Documento redigido em 28 de maio de 1912; Microfilme, notação: 2MI3171, p. 71.

associações de previdência”⁹⁷. Ao final do documento, diferentemente dos anteriores, era pedido precisão e, em caso de ausência de “números rigorosamente exatos”, deveriam ser indicados, ao menos, elementos que serviram de base para suas avaliações⁹⁸.

Nessa direção, é encaminhado pelos consulados franceses e suas respectivas agências, uma série de documentos que, compõem o conjunto de informações solicitadas pelo *Ministère des Affaires Étrangères*, os boletins da *Chambre de Commerce*, da *Association de Prévoyance*, da *Société de Secours Mutuels* (ver: capítulo 5), uma lista composta pelas empresas francesas, industriais, agrícolas e bancos, as quais serão analisadas mais adiante Além disso, são apresentadas as listas dos estabelecimentos de instrução francesa no Rio de Janeiro e a dos trabalhadores franceses estabelecidos na circunscrição consular do Distrito Federal (ver tabela 8).⁹⁹

Tabela 15: Lista por profissionais franceses estabelecidos na circunscrição consular do Consulado da França no Rio de Janeiro

Professions ou Établissements	Noms et Prénoms	Residence	Observations
Agence Havas	Gazet, Clément	Rio de Janeiro	Directeur
	Guiomard, André	Rio de Janeiro	Employé
	Picauron, Pierre	Rio de Janeiro	Employé
Agent de Brevet	Leclerc	Rio de Janeiro	
Aide ingénieur	Pourtier, François	Rio de Janeiro	
	Boutrand, Pierre	Rio de Janeiro	
	Dugas, Charles	Rio de Janeiro	
	Pourroy, Louis	Rio de Janeiro	
	Rousselot, Félix	Rio de Janeiro	
Architectes	Duval, Roland	Rio de Janeiro	Paysagiste
	Marmorat, Gabriel	Rio de Janeiro	
	Raffin, Antonin	Rio de Janeiro	
	Rémy, Lucien	Rio de Janeiro	

⁹⁷ Documento redigido em 01 de fevereiro de 1914; Microfilme, notação: 2MI3171, p. 121.

⁹⁸ Documento redigido em 01 de fevereiro de 1914; Microfilme, notação: 2MI3171, p. 121.

⁹⁹ A circunscrição consular do Consulado da França no Rio de Janeiro incluía os estados de Goiás, Minas Gerais, Espírito Santo e Mato Grosso.

	Viel, Adolphe	Rio de Janeiro	
	Viret, Emile	Rio de Janeiro	
Armes négociants	De Geslin, René	Rio de Janeiro	
	Lassere, Jean	Rio de Janeiro	associés
	Vannier, Hippolyte	Rio de Janeiro	associés
Arrummeurs	François, Edgard	Rio de Janeiro	
	François, Emile	Rio de Janeiro	
	Reynier, Urbain	Rio de Janeiro	
Artistes Peintres	Dumont, Louis	Rio de Janeiro	
	Petit, Auguste	Rio de Janeiro	
Assurances	Haguenaner, Alfred	Rio de Janeiro	S/Dr. de Compagnie
	Haguenaner, Jules	Rio de Janeiro	Agent

Fonte: CADN

A partir dos esforços empreendidos pelo *Ministère des Affaires Étrangères*, a pedido do parlamento ou do Ministério do Trabalho francês, junto aos cônsules radicados no Brasil, verificou-se que durante a primeira década do século XX, foram canalizados para um objetivo maior que uma simples burocracia. Qual era o objetivo da França em enumerar os franceses em outros países, seus estabelecimentos e instituições?

2.5.3. ALISTAMENTO MILITAR

Sabe-se que, ao longo do século XIX e início do XX, a questão do alistamento militar francês ocupou um importante papel na política francesa, constituindo, inclusive em razão para a emigração, conforme foi apontado no capítulo anterior. Nessa direção, algumas ações e inquietações por parte do governo francês ecoariam no Brasil, especialmente no Rio de Janeiro, desde os oitocentos, quando foram encaminhados ofícios destinados aos reservistas que residiam na cidade. Todavia, foi na primeira década dos novecentos que tais interpelações por parte do governo francês se intensificariam, conforme sugerem os documentos encontrados, que datam dos anos de 1912 e 1914, no acervo documental no *Centre des Archives Diplomatiques de Nantes* (CADN).

Dessa maneira, foram encaminhados dois questionários elaborados pela

Comissão do Congresso Nacional para a Defesa e Desenvolvimento do Comércio Exterior ao consulado francês no Rio de Janeiro, a fim de obter informações a respeito do serviço militar direcionado aos estrangeiros, nessa circunscrição consular. Os documentos, redigidos em francês, perguntam, por exemplo, se os franceses são submetidos a obrigações militares na armada, na reserva ou nas milícias e guardas civis; o tempo de duração e as outras modalidades de serviços militares; qual o número de franceses incorporados sob esse título, nesse contingente, entre os anos de 1900 e 1912. Além dessas questões, o governo franco busca investigar se, no Brasil, a legislação investe na nacionalidade dos indivíduos que se tornam franceses de acordo com a lei francesa (filhos de imigrantes, etc), o número de indivíduos que possuem essa dupla nacionalidade e quantos deles estão incorporados; como se daria a aplicabilidade dessa regra para os estrangeiros e quais seriam as obrigações em caso de guerra.

O cônsul, por sua vez, respondeu ao governo da França, que a lei de serviço militar brasileiro de 1908 não prevê o alistamento obrigatório, e que o modo de recrutamento é apenas voluntário e que, nesse sentido, não representa nenhuma imposição aos estrangeiros. Ademais, o representante do consulado ao retrucar sobre a aplicabilidade do código francês para aqueles que desejaram se tornar portadores de dupla cidadania, apresentou as dificuldades para essa categoria de imigrantes, em razão da legislação brasileira sobre a nacionalidade. “No momento da proclamação da República, uma lei naturalizou todos os estrangeiros residentes nesse momento no Brasil e os que em certo atraso não puderam protestar contra sua naturalização”¹⁰⁰. Assim, conclui-se que a regra se restringia somente aos brasileiros e seus filhos nascidos no estrangeiro.

O segundo questionário, entretanto, levanta questões relacionadas à dispensa ao serviço militar. Busca certificar quais seriam, em caso de guerra, as obrigações militares dos franceses residentes no Brasil, bem como se a lei militar do país onde o cônsul se radicou concede isenção aos nacionais que lá residem e suas disposições para o alistamento. Novamente, evoca-se a lei de 1908, destacando as dificuldades de sua aplicação em território nacional, mas, sobretudo fora do Brasil e, dessa forma, sugere-se certa negligência por parte do legislador em relação para o segundo caso.

Embora os documentos tratem diretamente da questão militar, verifica-se, através das perguntas encaminhadas ao consulado francês, certa preocupação em

¹⁰⁰ Microfilme, notação: 2MI3171, p. 569.

relação à iminência de guerra, hipótese que veio a se confirmar com o telegrama encaminhado ao consulado francês, em março de 1913, quando é encaminhada a reforma da lei do serviço militar francês, ocorrida em 1905, que trata desse assunto e seus efeitos no estrangeiro.¹⁰¹ Dessa maneira, a mensagem veiculada trata da “necessidade em assegurar um maior contingente de forças” para a defesa da França “nas circunstâncias presentes e de ter sem interrupções nesse momento de despedimento da classe efetiva suficientemente numerosa e instruída”, o acolhimento recebido no Parlamento e à opinião pública, por parte dessa iniciativa do governo.

Todavia, esse documento não só torna cristalino o desejo de recrutamento por parte do governo francês para com seus cidadãos no estrangeiro, nesse caso, no Brasil, como trata diretamente da questão imigratória, de modo que se dirige aos jovens franceses que são chamados ao expatriamento precocemente, por razões de negócios, decidindo residir por muitos anos no exterior. Reconhece-se que o fim da isenção do alistamento e toda obrigação que implica esse assunto poderia vir a ferir os interesses desses imigrantes, mas que é do dever da França evitar conflitos entre as questões nacionais e particulares, mas que não vê outra forma, senão a de se colocar-se à disposição de sua comunidade nacional.

Ainda em relação ao mesmo telegrama, foi ressaltado que, de acordo com a legislação vigente, há circunstâncias que se repetem com certa frequência, como é o caso dos jovens franceses que possuem a tendência a evitar os encargos militares, sobretudo aos filhos de franceses que residem fora da França. Segundo o documento, de acordo com a taxa de natalidade francesa à época nos regulamentos, deve aumentar o “número de insubmissos ou refratários e de diminuir o de franceses que podem reivindicar nacionalidade”.¹⁰² Tal fragmento sugere um crescimento da população franca na América, fato que se observou, ao cotejar com o número de *Actes de naissance* existentes na amostragem do fundo documental do *État Civil Consulaire*: dos 460 registros, 214 são nascimentos, enquanto que o restante se divide em casamento (120) e de óbito (131).

Esses mesmos franceses radicados no Novo Mundo, na visão do governo francês, tinham um “propósito útil”, uma vez tendo pouca inclinação à influência e

¹⁰¹ O novo projeto de lei submetido ao parlamento pelo ministro da guerra francês previa a redução da duração de três anos pelo serviço militar, previsto pela lei de 16 de julho de 1889, para dois em 21 de março. Microfilme, notação: 2MI3171, p. 572.

¹⁰² Microfilme, notação: 2MI3171, p. 569.

propagação da cultura, da língua e das ideias francesas, eram indispensáveis na realização do comércio e da indústria. Contudo, reconhecendo à estrutura francesa estabelecida no exterior, com bancos e casas comerciais, o telegrama destacou a posição da França no cenário mundial, na ocasião da aprovação dessa legislação, sendo, portanto, uma alternativa encontrada para “um recrutamento que é indispensável”, já que a “raça” não os “favoreceria”.

Em face de uma iminência de guerra, negligenciar o status econômico francês no Novo Mundo, seria, em certa medida, compreensível, de modo que os jovens que “beneficiariam de uma disposição mais benevolente” e pelos serviços que “eles prestam a nossa sessão comercial e moral no exterior”, serviriam a uma causa pública de maneira igual e aproveitável.

Conforme se observou, o documento foi encaminhado ao governo brasileiro em um momento bastante emblemático da França que, necessitando de contingente militar, voltou-se para as nações em que exercia sua hegemonia comercial e industrial. Nesse caso, os esforços empreendidos pelo *Ministère des Affaires Étrangères*, no encaminhamento de questionários e ofícios ao consulado do Rio de Janeiro, quando analisado em concomitância aos recenseamentos e listas de profissionais estabelecidos no Brasil, comprovam a preocupação da França às vésperas da Primeira Grande Guerra.

CONCLUSÃO

O Rio de Janeiro de 1850 e 1914 foi cenário de decisões políticas, sociais e econômicas. Durante esse período, verificou-se que a cidade passou por um intenso processo de modernização de suas estruturas. Foi nesse contexto de mudanças, que a capital do Império recebeu imigrantes europeus, especialmente franceses. Esses estrangeiros que se enraizaram na capital brasileira, concentraram-se em um primeiro momento, nas freguesias urbanas, sobretudo as mais próximas ao centro, ao longo dos oitocentos, deslocando-se para outros locais do município, como as zonas sul e norte.

O enraizamento dos franceses no Rio de Janeiro foi acompanhado de ações empreendidas pelo Consulado da França na cidade, as quais visavam alcançar os franceses radicados na cidade. Tais esforços confirmaram a hipótese inicial de que não houve apenas uma presença francesa, mas uma imigração que mereceu espaço na política empreendida pelo governo francês.

Capítulo 3: OS FRANCESES NOS OITOCENTOS SEGUNDO O *ALMANAK LAEMMERT*

INTRODUÇÃO:

Para analisar a “presença” francesa durante o século XIX, foram privilegiados o período de 1850, considerado emblemático para esse estudo devido a conjuntura econômica brasileira, que favoreceu a liberação de capitais e a intensificação dos padrões urbanos, 1870, devido à publicação do primeiro inquérito censitário oficial da Corte, em 1872, mas também por ser a década que marcou o início da grande imigração. Da mesma forma, após o exame de todo o manual, nos anos já indicados os setores de saúde, moda, educação e negócios, além dos ofícios manuais, todos selecionados segundo o critério de sua visibilidade apreendida através da memória social, literatura de época, bem como os jornais de grande circulação, como o Diário do Rio de Janeiro. Além disso, foi indispensável o cruzamento dessas informações com os documentos oficiais, a exemplo da *Série Ofícios e Profissões*, as *Actes d'État Civil Consulaire* e a Junta Comercial.

3.1. A DÉCADA DE 1850 E OS FRANCESES

Em meados do século XIX, o Rio de Janeiro passou por um intenso processo de modernização de suas estruturas urbanas. A cidade, que vivenciava as transformações possibilitadas pela liberação de capital através da assinatura da Lei Eusébio de Queirós e dos lucros advindos do café, experimentava a expansão econômica e comercial da Corte. Com efeito, o novo tempo que se instaurava no Brasil trazia consigo novas demandas, entre as quais o consumo de produtos importados da Europa, por parte de uma elite que se espelhava nos hábitos e costumes difundidos no Velho Mundo, especialmente da França, modelo de refinamento e civilização para a América Latina.

Ferramenta indispensável para a percepção das mudanças operadas no seio da Corte e Capital federal dos séculos XIX e XX, os almanaques fornecem a chave para a compressão do cotidiano do Rio de Janeiro, vislumbrando os aspectos econômicos e até políticos. Essas publicações cumpriam um importante papel na cidade que apressadamente se urbanizava. Eram, portanto, das páginas desses manuais que se anunciavam os diversos ofícios e seus respectivos endereços, onde se encontravam os

profissionais da saúde, as renomadas modistas da Rua do Ouvidor, além dos representantes das casas de comércio espalhadas pela Corte e, posteriormente Distrito Federal.

O *Almanak Laemmert* surgiu em 1844, por iniciativa dos irmãos Eduardo e Henrique Laemmert, deixando de existir somente na década de 1940. Editado no Rio de Janeiro, o manual gozava de prestígio entre os moradores da cidade, pois veiculava informes oficiais, avisos e anúncios de serviços oferecidos, sendo um importante espaço para onde convergiam dois mundos que se complementavam durante o período imperial: a sociedade de corte e a sociedade capitalista que se delineava a época. Sobre os anúncios, convém destacar que se tratavam de matéria paga e, sendo assim, refletiam as necessidades de um tempo específico.

A leitura do *Almanak* revelou-se de particular interesse para esse estudo, pois demonstrou uma expressiva presença francesa na cidade do Rio de Janeiro, através dos anúncios de serviços de diversos ofícios, comércio de artigos importados e negociantes dessa nacionalidade que pululam nas folhas desse manual entre os anos de 1850 e 1914. Importante observar que tal quadro sugere uma grande visibilidade no espaço urbano carioca, desproporcional, inclusive, à sua participação quantitativa no conjunto daquela população (conforme demonstrado no capítulo anterior).

Para testar tal hipótese, propõe-se a verticalização da pesquisa através da análise de diferentes ramos e categorias profissionais veiculadas neste anuário, nas diferentes conjunturas privilegiadas neste estudo, a fim de observar a representatividade dos imigrantes franceses nos diversos setores financeiros, comerciais e do mercado de trabalho da cidade.

3.1. SETOR DE SAÚDE

De acordo com o *Laemmert* de 1850, o setor de saúde era representado por médicos, parteiras, dentistas e boticários que atuavam no cotidiano do Rio de Janeiro, registrando-se o seguinte quadro:

Tabela 16: Os profissionais do setor de saúde segundo o *Almanak Laemmert de 1850*.

Categorias	Total de profissionais	Franceses	Percentual de Franceses
Boticários	73	2	2,73%
Dentistas	14	7	50%
Médicos	236	6	2,54%
Parteiras	14	11	78,5%
Total	339	37	10,91%

Fonte: *Almanak Laemmert*

Tal conjunto era composto por 339 anunciantes, dos quais 37 eram franceses, o que correspondia a um percentual de 10,91%. Apesar da ausência de registros oficiais sobre o número de franceses no início da década de 1850, se compararmos como o período posterior, pode-se inferir que, mesmo não sendo aquela uma proporção elevada, ela é importante, pois em 1872 o primeiro censo do Império registra o total de 2.884 imigrantes dessa nacionalidade, correspondendo a 3,42% daquela população. Se considerarmos, ainda, que esse intervalo compreende uma fase de intensificação dos padrões urbanos e aumento do contingente populacional, esse número chegou a apresentar uma taxa de crescimento superior a 95%.

De outra parte, o exame do quadro merece atenção particularizada, uma vez que as diversas categorias apresentam uma participação muito diferenciada no ramo da saúde. Assim, por exemplo, *as parteiras*, profissão cuja participação de membros dessa nacionalidade era majoritária, contava à época com 11 anunciantes de origem francesa, de um total de 14 profissionais, o que alcançava o índice de 78,5%.¹⁰³ Os documentos relacionados à profissão de parteira, existente na Série Ofícios e Profissões, compreendem os anos de 1820 e 1878. Eles registram o pedido de licença e a permissão da câmara municipal para o exercício dessa ocupação na cidade. Dessa forma, verificou-se que o conjunto das solicitações que cobrem esse período confirma a predominância francesa nesta atividade, visto que dos 16 requerimentos contidos na documentação, 13 são de francesas, enquanto que apenas 3 são de brasileiras.¹⁰⁴

Na mesma série, foi possível identificar como requerentes, nomes que,

¹⁰³ Almanak Laemmert, 1850, p. 298.

¹⁰⁴ BR RJ AGCRJ 47. 1. 47 Fundo Câmara Municipal. Série Ofícios e Profissões (1820-1873)

posteriormente, apareceriam listados no Laemmert, em 1850. Madame Pourtoir, professora de parto, que se mudara da Rua dos Ourives para a Rua da Ajuda, 55, em meados dos oitocentos¹⁰⁵, abriu um processo de reconhecimento de seu diploma junto à Câmara Municipal, em 1837, a fim de obter autorização para exercer sua profissão na cidade.¹⁰⁶ Madame Gault, também anunciante do almanaque, recorreu ao mesmo órgão para exercer sua profissão, em 1843.¹⁰⁷ Anos depois, a mesma senhora abriria um novo processo para registrar seu certificado, *na secretaria da ilustríssima câmara*, obtendo parecer favorável em 20 de outubro de 1846.¹⁰⁸

A expressividade dessa ocupação nas páginas do anuário, que seguiu durante a década de 1850, fora questionada, em 1862, no *Diário do Rio de Janeiro*, quando foi destacada a ausência de vigilância do *Almanack do Sr. Laemmert* que publicava anúncios de especialistas em parto sem que essas possuíssem *diplomas das faculdades de medicina do império*, conforme prescrevia a lei em vigor.¹⁰⁹ De fato, a nota publicada no jornal, quando cotejada à Série Ofícios e Profissões, reflete a escassez de solicitações de licenças de parteiras na Corte. Entre as décadas de 1850-1860, foram encontrados apenas dois registros, dentre eles o de *Mme Felicité Ronveirolle Hosxe, francesa, moradora na rua dos Ourives nº 23*, que solicitava o registro de *seu diploma de parteira*, obtendo sua licença, em 03 de janeiro de 1852.¹¹⁰ Todavia, o nome dessa profissional em anúncio publicado na referida edição do *Laemmert*, indicou que Mme. Felicia Hosxe atuava nessa função antes de receber autorização para a atividade.¹¹¹

A despeito da existência da maioria de profissionais francesas nessa área, nenhuma gozou da mesma reputação e prestígio que Mme. Durocher, parteira da Casa Imperial e da princesa D. Leopoldina, duquesa de Saxe. Tendo emigrado para o Brasil ainda criança, em 1816, acompanhando sua mãe, a florista Anne Nicolle Colette Durocher, Marie Josephine Mathilde Durocher desenvolveu suas primeiras habilidades na corte, recebendo, inicialmente formação profissional, *noções de escrituração mercantil, história e geografia*.¹¹² Trabalhou como caixeira na loja de modas de sua

¹⁰⁵ Almanak Laemmert, 1850, p. 298.

¹⁰⁶BR RJ AGCRJ 47. 1. 47 Fundo Câmara Municipal. Série Ofícios e Profissões (1820-1873), p.7.

¹⁰⁷BR RJ AGCRJ 47. 1. 47 Fundo Câmara Municipal. Série Ofícios e Profissões (1820-1873), p. 8.

¹⁰⁸BR RJ AGCRJ 47. 1. 47 Fundo Câmara Municipal. Série Ofícios e Profissões (1820-1873), p. 11.

¹⁰⁹Diário do Rio de Janeiro, 26 de abril de 1862, p.2.

¹¹⁰BR RJ AGCRJ 47. 1. 47 Fundo Câmara Municipal. Série Ofícios e Profissões (1820-1873), p.14.

¹¹¹ Almanak Laemmert, 1850, p. 298.

¹¹² Maria Lucia de Marros Mott. “Madame Durocher, modista e parteira.” *Estudos Feministas*, volume 1, n.º1. Florianópolis, 1994, p.12 Ver: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewFile/16292/14833>, Acessado em: 26/01/2018.

mãe, à Rua dos Ourives, passando a dirigir o estabelecimento com o adoecimento e, posteriormente, o falecimento da mesma, em 1829.¹¹³ Abandonou esse ofício em 1831, ingressando dois anos depois na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, para receber formação em partos. Naturalizou-se brasileira, em 1834, exercendo seu ofício na área de saúde durante décadas.

Em 1850, Mme. Durocher anunciou seu serviço como parteira no Almanak Laemmert, à Rua da Alfândega, 106. Por abrigar a repartição da Alfândega, esse logradouro foi ponto de chegada de estrangeiros no Rio de Janeiro. No início dos oitocentos, destacou-se pela presença de comerciantes ingleses, sobretudo pelos leiloeiros, e de negros ambulantes que circulavam por este local.¹¹⁴

O *Diário do Rio de Janeiro*, em 1863, publicaria uma nota assinada por Mme. Durocher, informando sobre questões relativas ao funcionamento da *maternidade ou enfermaria de partos contígua à casa de saúde de Nossa Senhora da Ajuda*. O atendimento fornecido pela clínica em que atuava incluía *todas as pessoas, a quem isto por uma ou outra circunstância possa interessar*, sem distinção, destacando que o mesmo edifício possuía *salas próprias para escravas, fornecendo-se tudo que for mister, inclusive roupa*. Na ausência de Durocher, as parturientes poderiam recorrer-se à Tygna, também especialista em partos, ou em caso de maior seriedade ao Dr. Feijó, bem como ao Dr. Eiras, *proprietário do estabelecimento*.¹¹⁵

Já o ramo da medicina, majoritário nesse campo profissional, possuía à época 236 nomes em seção dedicada a esse ofício no *Laemmert*.¹¹⁶ Contudo, no que diz respeito aos imigrantes de origem francesa, verificou-se que havia apenas 6, o que equivalia a 2,54% desses profissionais, que apareciam, também, como membros do comitê e funcionários da *Société de Bienfaisance Française*, a exemplo do Dr. Julio Level, que atendia à Rua do Rosário 106; o Dr. Lallemant, que oferecia serviços à Rua da Alfândega, 27, além do Dr. Lacaille, que possuía consultório à Rua da Quitanda, 54.

Anos mais tarde, tais nomes não só constaram na *Relação de médicos e cirurgiões residentes na cidade do Rio de Janeiro*, por freguesia, realizada em 1855, mas também foram acrescentados por médicos e cirurgiões, como o Dr. Bonjean, o Dr.

¹¹³ Idem Ibidem.

¹¹⁴ GERSON, Brasil. História das Ruas do Rio (e da sua liderança na história política do Brasil). Rio de Janeiro: Ed. Bem-Te-Vi, 2013. 6ª edição, p. 73, 74 e 75.

¹¹⁵ Diário do Rio de Janeiro, 19 de maio de 1863, p.3.

¹¹⁶ Almanak Laemmert, 1850, p. 29.

Barrondon, Dr. Chomet, Dr. Garnier e Dr. Jogand.¹¹⁷ Em 1858, uma nova listagem indicaria a permanência destes especialistas na capital imperial, registrando apenas um novo médico, o Dr. Emilio Germin, que dava consultas à Rua dos Ourives, 82.¹¹⁸

Dr. Chomet, cujo nome fora listado em ambos os documentos, destacava-se na Corte, por suas especialidades como médico que atuava na *cura de moléstias das mulheres – leucorrea, prolapso, inflamação, schirro canero do útero etc.* –, e de *moléstias das vias genito urinárias e venéreas – como inflamação na bexiga, urinas albuminosas, blenorragia, espermatorreia, estreitamento de canal da ureia, sífilis etc.* Ele anunciava seus serviços no *Diário do Rio de Janeiro*, informando que suas consultas ocorriam em todos os dias úteis, à Rua dos Ourives, 41, do meio-dia às 3 horas da tarde, podendo, inclusive, *acompanhar o tratamento por correspondência para doentes do interior.*¹¹⁹

Uma transformação ocorrida nesse intervalo de três anos entre uma listagem e outra foi a mudança de endereços de alguns desses profissionais no centro urbano, conforme o caso de Drº Bonjean, que deixou de oferecer seus serviços na Rua do Sabão, 39, para atender na Rua das Violas, 51.¹²⁰ Tal fato representava a alteração do *status* do médico que deixara seu consultório localizado em um logradouro mais modesto, para dar consultas em um espaço mais elitizado, nas imediações dos consulados da Dinamarca e das três cidades-estados alemãs: Baviera, Hanover e Lubeck.¹²¹ Já em 1861, o mesmo doutor apareceu como proprietário da *Imperial Casa de Saúde*, na praia de Botafogo, 26, em anúncio no *Diário do Rio de Janeiro*. O estabelecimento, que era dirigido por Bonjean, e que também funcionava como sua residência, era aberto para receber *doentes ou convalescentes, tanto livres como escravos.*¹²² A clínica, ainda, contava com o auxílio e atuação dos médicos-cirurgiões Dr. Ferreira de Abreu e Dr. Pertence, que davam consultas e operavam nesse local. O diretor, por sua vez, atendia todos os dias úteis de 1 às 2 horas, em seu *escritório à Rua Direita, 77.*

Quanto aos boticários que anunciaram no *Almanak* de 1850, verificou-se que

¹¹⁷ BR AGCRJ CI OEP 46. 2. 44 (1850-1913). Coleção Conselho de Intendência. Série Ofícios e Profissões.

¹¹⁸ BR AGCRJ CI OEP 46. 2. 45 (1850-1913). Coleção Conselho de Intendência. Série Ofícios e Profissões.

¹¹⁹ *Diário do Rio de Janeiro*, 8 de fevereiro de 1854, p. 3.

¹²⁰ BR AGCRJ CI OEP 46. 2. 45 (1850-1913). Coleção Conselho de Intendência. Série Ofícios e Profissões.

¹²¹ GERSON, Brasil. *Op. Cit.*, p. 84.

¹²² *Diário do Rio de Janeiro*, 26 de maio de 1861, p. 3

dos 73 profissionais desta área, 2 eram franceses, indicando a média de 2,73% do total.¹²³No conjunto de farmacêuticos registrados em 1858, que constam na Série Ofícios e Profissões, destaca-se o aumento desses em relação ao início de tal década. Na freguesia de Sacramento, por exemplo, foi constatado que Loursel atuava nessa função à Rua dos Ourives, 87; enquanto que João Maria Soullié e João Francisco Alexandre Blanc à Rua do Ouvidor, nos números 146 e 163, respectivamente.¹²⁴ Na freguesia da Glória, Eduardo Julio Janvrot oferecia seus serviços à Rua da Lapa, 24, área contígua à praia. Já no início do século XIX, o logradouro fora endereço de importantes nomes ligados à saúde, como o professor Morais e Vale e o professor Paula Cândido, que se destacam no combate ao surto da febre amarela.¹²⁵

Certamente, J.M. Soullié, proprietário da *J.M. Soullié, farmacêutico, 146 Pharmacie Française 146*, destacou-se por seus anúncios publicados no Diário do Rio de Janeiro, os quais divulgavam sua maior invenção: *as pastilhas de Soullié* que, de acordo com a propaganda, eram *de composição puramente vegetal, única e verdadeira panacea contra as lombrigas*. Tornaram-se conhecidas nas províncias do Brasil, a partir de 1815, sendo, portanto aprovadas pela *junta central de higiene pública* e receitadas para a cura de *moléstias verminosas*. Contudo, havia um alerta quanto à circulação de comprimidos falsificados desse produto que eram enviados para todo o Império. Atentava-se para um distintivo: as novas embalagens passariam a circular envolvidas em *papel amarelo estampado em relevo com a seguinte inscrição, em forma de ovado – J.M.Soullié, farmacêutico - Rio de Janeiro, Rua do Ouvidor, 146*.¹²⁶ Cumpre destacar que, pela especificidade das demandas em relação a esse ofício, as quais tornam os profissionais desse ramo muito mais próximos das necessidades do conjunto da população o cotejamento do Laemmert com as demais fontes oficiais e hemerográficas, por exemplo, revelou a importância bem maior desse grupo do que a listagem desse almanaque faz apreender.

Em 1850, os franceses representavam 50% da seção dedicada aos dentistas no Laemmert, cuja proporção era de 7 para 14 do conjunto de tais profissionais.¹²⁷ Dentre os anúncios publicados nesse anuário, o de Henrique Lemale se destacava pela forma como se apresentava aos leitores, como cirurgião-dentista da Casa Imperial, que atendia

¹²³ Almanak Laemmert, 1850, p. 298.

¹²⁴ BR AGCRJ CI OEP 46. 2. 45 (1850-1913). Coleção Conselho de Intendência. Série Ofícios e Profissões.

¹²⁵ GERSON, Brasil. *Op. Cit.*, p. 268.

¹²⁶ Diário do Rio de Janeiro, 8 de fevereiro de 1854, p.3

¹²⁷ Almanak Laemmert, 1850, p. 297.

à Rua Direita, 27. Dez anos depois, no Diário do Rio de Janeiro, o mesmo Lemale permanecia ostentando as insígnias do regime monárquico em sua propaganda, a qual informava seus serviços na Corte. Empregava procedimentos e métodos específicos para *a colocação de dentaduras completas e parciais, enchimento dos dentes cariados e aplicação de obturações*, atividades desempenhadas com eficiência e disponibilidade, em consultório à Rua Direita, 29, onde atendia diariamente, pela manhã e tarde, incluindo os domingos e dias santos até às 12 horas.¹²⁸

Ainda em relação à listagem dos anunciantes do *Laemmert* de 1850, observou-se que era possível estabelecer estratégias de inserção de profissionais no mercado de trabalho da cidade, através de indicações, como foi o caso de Eugenio Guertin, cirurgião-dentista das Faculdades de Paris e do Rio de Janeiro, e do *S.M. o Imperador e de SS. AA.II*, que fazia sociedade com seu *futuro sucessor* Eugenio Delcambre.¹²⁹ Em 1853, Delcambre passou a anunciar seus serviços no *Diário do Rio de Janeiro*, em mesmo endereço utilizado por seu antecessor, à Rua do Ouvidor, 126.¹³⁰ Anos mais tarde, em 1862, suas propagandas passaram a serem veiculadas com o nome de seu novo sócio, Napoleón Certain.¹³¹ Ambos foram premiados com *uma rica medalha* na Exposição Universal de Londres, pela invenção de uma nova técnica já empregada anteriormente por Delcambre¹³²: *a vulcanite cor de rosa*, que imitava *perfeitamente a gengiva*. Nessa mesma publicação, ressaltava-se *o progresso e aperfeiçoamento na arte dentária*, demonstrando que os dentistas estavam habilitados para pôr em prática esse procedimento, com *a mesma perfeição e segurança como em Londres e Paris*.¹³³ Pelo pequeno número, verifica-se que a importância dos franceses no setor era emblemática nos anúncios de jornal e crônicas de época.

3.2. SETOR DE MODA

No que diz respeito às profissões ligadas à moda, observou-se que havia 363 anunciantes no *Almanak Laemmert*. Desse total, 94 eram franceses, representando, portanto, um percentual de 26% deste conjunto. Tal percentual indica o destaque dos franceses nesse ramo, uma vez que representavam um índice muito superior ao da sua

¹²⁸ Diário do Rio de Janeiro. 31 de março de 1861, p. 4.

¹²⁹ Almanak Laemmert, 1850, p. 297.

¹³⁰ Diário do Rio de Janeiro, 28 de outubro de 1853, p. 3.

¹³¹ Diário do Rio de Janeiro, 30 de maio de 1862, p. 3.

¹³² Em anúncio publicado em

¹³³ Diário do Rio de Janeiro, 16 e 17 de agosto de 1862, p.4.

participação no conjunto da população da cidade do Rio de Janeiro que era aproximadamente de 2%. Esse grupo era majoritário em lojas de modas e fazendas francesas, alcançando a média de 91%, cujos estabelecimentos se localizavam majoritariamente à Rua do Ouvidor, apresentando o algarismo de 100%. Nesse mesmo logradouro, encontravam-se profissionais do ramo de alfaiataria, sendo que, dos 20 franceses, 10 se encontravam no referido endereço, representando 53%.

Tabela 17: Os profissionais do setor de moda segundo o *Almanak Laemmert de 1850*.

Categorias	Total de profissionais	Franceses	Percentual de Franceses
Alfaiates	95	20	21%
Cortadeiras de camisas	3	3	100%
Costureiras-modistas	25	22	88%
Fábricas de coletes	5	5	100%
Fábricas de chapéus de palha	2	2	100%
Fábricas de chapéus de sol	12	7	58%
Fábricas e lojas de chapéus finos de castor	27	7	26%
Fábrica de primeira ordem, de chapéus finos	6	2	33%
Lojas de calçados	17	3	18%
Lojas de chapéus de Chile	5	0	0
Lojas de fazendas	143	3	2%
Lojas de modas e	23	20	9%

fazendas francesas			
Total	363	94	26%

Fonte: *Alamanak Laemmert*

De acordo com Joaquim Manuel de Macedo, os franceses se firmaram na cidade à guisa das imigrantes de mesma origem.¹³⁴ As francesas, que sob a designação de modistas, se estabeleceram inicialmente na Rua da Direita, dos Ourives e do Cano.¹³⁵ Contudo, segundo o mesmo autor, no início da década de 1820, ocorreu a *hégira das modistas francesas para a Rua do Ouvidor, momento de florescimento, de encantamento, de espavento e de esbanjamento*¹³⁶ desse logradouro que, até então era ocupado por portugueses e ingleses. À medida que o mercado da moda se estabelecia nesse espaço, através da criação de lojas de fazendas e de objetos de indumentária, eram também criadas lojas de perfumaria, salões de beleza e tabacarias que fizeram do local, a rua mais francesa do Rio de Janeiro.

Já no que diz respeito a outras atividades do setor de modas, ainda que se observe a mesma predominância de profissionais de origem francesa à inscrição no espaço urbano, apresenta-se de forma muito diversa. Assim, as propagandas assinalam como dessa nacionalidade do conjunto das cortadeiras de camisas 100%, das costureiras-modistas 88% e quanto a fabricantes de coletes era a totalidade, ou seja, 100%. Quanto aos endereços, apesar registrarem-se alguns estabelecimentos à Rua do Ouvidor, a maioria das instalações se localizam em diversas ruas do centro da cidade, como da Ajuda, São José, Belas Artes, São Pedro, do Cano, Matacavallos, Latoeiros, Quitanda, Alfandega, Ourives.

Em 1850, Madame Fournel anunciou no *Laemmert*, em seção dedicada às *Fábricas de Coletes*, à Rua dos Ourives, 61, 1ª andar. Dez anos depois, a mesma fabricante veiculou suas propagandas no *Diário do Rio de Janeiro*, em mesmo endereço, no prédio de número 56, à *Imperial Fábrica de Coletes*. Nesse período, a francesa, que gozava de boa reputação por fornecer vestes para a *S.M. Imperatriz e cuja a casa era muito conhecida no Rio de Janeiro*, informava seus inúmeros fregueses e aqueles que *a quiserem honrar com a sua confiança*, que havia estabelecido relações com as *casas mais afamadas de modas de Paris*, recebendo *as fazendas do último*

¹³⁴ Joaquim Manuel de Macedo *Memórias da Rua do Ouvidor*. Brasília: Editora UnB, 1988, p. 70.

¹³⁵ *Idem*, p. 71.

¹³⁶ *Idem*, p. 72.

*gosto, a saber: chapéus de seda para senhoras e crianças, ditos de palha de Itália, ditos à amazona, ditos à pastora, mantelletes de seda preta e cassa bordada, basquines brancas e pretas, colarinhos de guipure brancos e pretos, flores finas e de veludo, plumas e marabouts, e grande variedade de enfeites de cabelos de flores, veludo, chenille e pérolas de todas as cores.*¹³⁷ Além desses produtos, Mme. Fournel dispunha também da venda de *pulseiras, colares, pentes e alfinetes de pérolas de fantasia*, oferecendo ainda a limpeza e o embelezamento de chapéus usados. Observa-se, nesse intervalo que compreende a publicação das propagandas, que a imigrante ampliou seu comércio, vendendo outros artigos ligados à moda, como chapéus, enfeites de cabelo, além de acessórios.

Seguindo essa mesma tendência, as fábricas de calçados e acessórios, como chapéus finos, de palha e de seda, também se encontravam em endereços diversificados, como a Rua do Sabão, do Rosário, do Espírito Santo, Ourives, Largo do Capim, do Hospício, por exemplo.

Dentre os anunciantes, houve poucas repetições de nomes, sendo os mais recorrentes Bernardo Wallerstein & M. Masset, fornecedores da Casa Imperial, em diferentes especificações do setor de moda, como as lojas de fazendas e de modas e fazendas francesas, localizadas à Rua do Ouvidor. Compreende-se, através das diferentes seções em que a dupla publicou no *Almanak Laemmert*, o predomínio de atividades comerciais ligadas à indumentária. Em seu ensaio sobre os *Judeus-Franceses no Rio de Janeiro do século XIX*, Fania Fridman destacou o protagonismo de Wallerstein nesse ramo. Em 1828, o comerciante se desvinculou da P. Saisset e Cia para fundar seu próprio estabelecimento, a *B. Wallerstein e Cia*, à Rua do Ouvidor, 98 e 103.

¹³⁸ Era possível observar o nome de Wallerstein nas páginas do *Diário do Rio de Janeiro*, na área destinada aos despachos de exportação, enviando para Europa sacas de café. Ao mesmo tempo, o imigrante importava de Paris: *sedas, calçados, camisas, joias, cristais, porcelanas, quadros, artigos de palha, champagnes, além dos charutos de Havana.* ¹³⁹ Ainda segundo Fridman, foi por volta de meados dos oitocentos que viera a estabelecer sociedade com M. Masset, mudando a razão social para B. Wallerstein e M. Masset.¹⁴⁰

¹³⁷ Diário do Rio de Janeiro, 11 de junho de 1860, p.4.

¹³⁸ Fania Fridman. *Judeus-Franceses no Rio de Janeiro do século XIX*. In: VIDAL, Laurent & DE LUCA, Tania Regina. *Franceses no Brasil. Séculos XIX-XX*. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p.180.

¹³⁹ Idem Ibidem.

¹⁴⁰ Idem Ibidem.

Madame Heruville, por exemplo, que anuncia no Almanak em 1850¹⁴¹, como costureira-modista, estabelecida à Rua do Ouvidor, número 25, aparece, igualmente no mesmo ano, no setor de anúncios do jornal *Diário do Rio de Janeiro*, solicitando *boas costureiras e também um preto cozinheiro* ¹⁴² Dez anos depois, anuncia no mesmo periódico de forma bem mais destacada, oferecendo serviços *às suas antigas freguesas*, ressaltando a qualidade e pontualidade dos mesmos e especificando não apenas os materiais disponíveis para a confecção, mas ainda a competência para a produção de trajes próprios para ocasiões festivas, como *bailes, batizados e casamentos*. Observa-se, no entanto, que seu estabelecimento situa-se à mesma Rua do Ouvidor, porém em outro prédio de número 46. Pode-se inferir que, em 1850, estaria se estabelecendo como costureira-modista e que se manteve no ofício com sucesso por todo esse período.

Mme. Honorine Cabaret, por exemplo, destacava-se no setor de moda, por receber mercadorias vindas de Paris em primeira mão. Publicou, em 1854, um anúncio no *Diário do Rio de Janeiro*, informando o *respeitável público* e, especialmente, seus fregueses que abria uma casa de *Modas e fazendas francesas*, à Rua dos Ourives, nº52, primeiro andar. Vendia o mais *rico sortimento* de variedades que poderia ser encontrado em seu estabelecimento, como *rendas pretas para manteletes, cortes de vestido de seda preta ditos de cor, ricos babados de renda preta, barrége, cassa de lã, chapéus de seda, ditos de palha, ricas grinaldas para baile, toucas, camisinhas de luto, luvas de seda, ditas de pelica etc.* Além desses produtos, era possível encontrar nessa mesma loja, *bordados de Nancy, lenços, colarinhos, camisinhas com mangas, muito ricos entremeios, aviamentos para as modistas etc.* ¹⁴³

Conforme observado acima, a modista, antes de se estabelecer definitivamente na Corte, já atuava nesse ramo, firmando-se com a criação de seu próprio estabelecimento. Embora seus anúncios no *Diário do Rio de Janeiro* tenham sido datados de 1854, observou-se que foi apenas em 31 de março de 1856, Honorine Cabaret requereu junto à Câmara Municipal uma licença *para mascatear fazendas de algodão, linho, lã e seda* na cidade,¹⁴⁴ o que sugere que essa profissional atuava sem o registro de autorização da prefeitura. Ano em que, pela primeira vez, passou a veicular seus serviços, na seção *Armazéns e lojas de modas e fazendas francesas*, permanecendo como anunciante deste anuário nos anos subsequentes, quando, por volta da década de

¹⁴¹ Almanak Laemmert 1850, p.389.

¹⁴² *Diário do Rio de Janeiro*, 5 de fevereiro de 1850, p. 4.

¹⁴³ *Diário do Rio de Janeiro*, 3 de maio de 1854, p. 3.

¹⁴⁴ BR RJAGCRJ 58.3.54 – Fundo Câmara Municipal. Série Casas de Negócios (1843-1894), p. 252.

1860 deixou de publicar seus serviços.¹⁴⁵

3.3. PROFESSORES

O grupo dos professores que anunciavam no *Laemmert* de 1850 era diversificado, compreendendo especialistas em línguas estrangeiras, desenho, pintura, bordados, ciências da natureza, ginástica, dança e música. Os anúncios nessa área contabilizavam 124 profissionais, para um total aproximado de 30 franceses. Compreende-se, portanto, que 24% desse conjunto são dessa nacionalidade.¹⁴⁶ Esses números indicam a crescente inserção desses imigrantes no mercado de trabalho da cidade, através do ensino de sua língua materna. Concomitantemente, a presença desses estrangeiros desempenhando tal função significou as demandas de um tempo em que a língua francesa despertava o interesse dos moradores da capital do Império, especialmente das classes mais abastadas.

Tabela 18: Setor de Educação segundo o Almanak Laemmert de 1850

Categorias	Total de profissionais	Franceses	Percentual de Franceses
Colégios	79	14	18%
Professores de dança	15	6	40%
Professores de desenho, pintura, bordados, etc.	14	4	28%
Professor de ginástica	3	1	33%
Professores de música	44	8	18%
Professor de diversas ciências	13	2	15%
Professor de línguas	35	9	26%

¹⁴⁵ Almanak Laemmert, 1856, p. 571.

¹⁴⁶ Almanak Laemmert, 1850, p. 301-304.

Total	203	44	22%
-------	-----	----	-----

Fonte: Almanak Laemmert

A tendência em destinar espaços para o ensino do idioma francês remete às primeiras décadas do século XIX, quando os imigrantes dessa origem buscavam se estabelecer na Corte, a exemplo de J.B. Clément, professor diplomado pela Academia de Paris, que chegou ao Rio de Janeiro em 1825 para lecionar em casas de família. Em 1828, fundou o Colégio Francês, que *tinha por base de instrução o idioma nacional, o francês e o latim, formando nos diversos ramos de instrução primária e secundária, alunos que ocupavam honrosas posições na sociedade.*¹⁴⁷

Por essa razão, era comum deparar-se com anúncios dessa instituição, em jornais de grande circulação como o *Diário do Rio de Janeiro*, o qual destacava que, já na 1ª classe, os alunos falam e escrevem francês com muita facilidade. No *Laemmert* de 1850, por exemplo, apareceriam dois anúncios vinculados à instituição: um na seção destinada aos *Colégios de meninos* e outro na de *Professores de línguas*, ambos constando de endereço à Rua do Rosário, 67.

De acordo com o registro encontrado na Série Instrução Pública, J.B.Clément, em 1854, em idade avançada para dirigir o Colégio Francês, havia optado por manter o ensino primário. Através da aplicação do *Método Simultâneo*, o qual, por sua experiência no magistério, *acrescentou um sistema de emulação, que tem por fim excitar a atenção e o amor próprio dos estudantes, e de dar conta todas semanas aos pais de famílias, do comportamento e adiantamento de seus filhos*. Nesse período, a escola funcionava em *sala independente e bem arejada*, à Rua do Cano, 92. Era *frequentada por 35 meninos*, na faixa etária entre 12 e 13 anos, cuja *maior parte são filhos de pais franceses*, que desejavam educa-los em língua francesa. Porém, *sendo todos naturais do Brasil*, buscava-se conciliar o ensino das línguas portuguesa e francesa, além da formação moral e religiosa. Havia, ainda, cursos especiais de *escrituração das partidas dobradas, pelo método simplificado; da aritmética aplicada ao comércio e banco, câmbios estrangeiros, e caligrafia dos diversos caracteres de letras indispensáveis nos escritórios, inglês, francês e geografia*, para jovens que almejavam atuar no setor de comércio e administração.

A instituição, que gozava de respeito entre os nacionais e imigrantes franceses,

¹⁴⁷ BR RJ AGCRJ 12.3.37. Fundo Câmara Municipal. Série Instrução Pública, 1854, p.133.

foi cenário de polêmica noticiada no Diário do Rio de Janeiro, em 20 de maio de 1856. O proprietário do colégio, J.B. Clément, havia se envolvido em discussão com uma francesa que morava nos fundos do estabelecimento. Embora não se tenha revelado o motivo da briga, o confronto ocasionou a prisão dos envolvidos, que tiveram seus *queixos quebrados por bofetões hercúleos*. De acordo com a notícia, tamanha era força da mulher que participou do conflito que até o inspetor, acionado para apartar a contenda, ficou amedrontado com as cenas de pânico do local.¹⁴⁸

Havia, entretanto, professores franceses nos quadros docentes de instituições dirigidas por estrangeiros e nacionais, a exemplo de J.L. Alexandre Autret, que, tendo se expatriado da França por razões políticas, chegou ao Brasil em 1850, aos 38 anos de idade, lecionou durante dois anos no Colégio Vitório. Sua experiência como professor de *todos os ramos, como as línguas mortas, as matemáticas e a história*, no Colégio de Pont-Leroy, em Paris, por mais de uma década, conferiram-lhe respeito e confiabilidade no Rio de Janeiro, tornando-se instrutor dos filhos de políticos como *Visconde de Baependy, Dr. Valladão, Ottoni, Souto, etc.*, nomes que enriqueceram sua experiência na cidade.¹⁴⁹

Após a permissão concedida aos estrangeiros para admissão como educadores no Colégio Pedro II, o mesmo Autret, buscou cartas de recomendação junto ao governo francês, através da pessoa do ministro radicado no Brasil, M.de L`Isle, a fim encaminhá-lo ao Visconde d`Abrantes, diretor da instituição. De acordo com o memorial para pleitear sua vaga para o colégio, o professor francês possuía vantagens que facilitavam sua inserção ao corpo docente, como a familiaridade com o idioma nacional, além do fato de ter constituído família no Brasil.

Em memorial para obtenção da vaga de professor, foi apontada a necessidade de *um poderoso apoio*, de uma pessoa que demonstrasse interesse em interceder pela causa de Autret junto ao Imperador Dom Pedro II. Nesse mesmo documento, eram ressaltados seus anseios em fazer parte do colégio, menos pelo *interesse do que a honra*. Ele considerava que sua atuação como professor particular traziam-lhe *benefícios assaz consideráveis*, o que conferiam a ele certa paciência em relação ao preenchimento da vaga para essa cadeira em tempo oportuno. *Animado dos melhores sentimentos para corresponder dignamente a confiança do Governo e o Colégio Pedro*

¹⁴⁸ Diário do Rio de Janeiro. 20 de maio de 1856, p. 1.

¹⁴⁹ BR RJAGCRJ 10.4.23 Fundo Câmara Municipal. Série Instrução Pública, p. 278-279

Segundo, foram exaltados adjetivos que destacavam sua *experiência, zelo e dedicação por inclinação à educação da mocidade*.

Era comum encontrar propagandas de instituições de ensino e/ou de professores de idiomas nos jornais de grande circulação, diferentemente de outras especialidades, como pintura, desenho, bordado, ginástica, dança, música e ciências em geral, que apareciam com menos frequência. Por essa razão, o *Almanak Laemmert* fornece um panorama privilegiado dessa profissão, ao abranger as diversas habilidades que eram desempenhadas por nacionais e estrangeiros. Bernardo Urbano de Bidegorry, por exemplo, que fora condecorado com três medalhas francesas de ouro e prata de salvação de vidas, era professor-diretor do Ginásio Normal Militar do Arsenal de Guerra e dava aula de ginástica para ambos os sexos nesse estabelecimento, anunciava seu ofício nesse mesmo anuário, em 1850. O professor admitia alunos com deficiências corpóreas e fraquezas em articulações, enfermidades que poderiam ser curadas pela *ginástica ortopédica*, podendo, inclusive, prestar esse serviço em domicílio.¹⁵⁰ Esse profissional havia requerido junto à Inspetoria Geral de Obras Públicas, nesse mesmo ano, a organização *de uma companhia de bombeiros à moda de Paris*.¹⁵¹

Os franceses eram representativos no ensino de dança, atingindo a média de 40% do conjunto dos anunciantes dessa área. Concentravam-se especialmente na região do Centro do Rio, em endereços como a Rua do Ouvidor, do Rosário, Beco dos Ferreiros e do Sacramento, mas também em freguesias situadas ao sul, a exemplo de Madame Lacombe, que se encontrava à Rua do Catete, 173, que também anunciava como professora de música, nas especialidades de piano e canto. Quanto a esse domínio, os imigrantes dessa mesma nacionalidade, representavam 15% do conjunto de professores nessa área, que contava, também, com profissionais de origem italiana, como Marziani Bruni, professor de harpa, piano, canto e violão, na Rua de São José, 60.¹⁵²

Ainda que a presença francesa nos meios educacionais da Corte fosse representativa para a formação de uma civilização dos trópicos, era necessário o cumprimento de um requerimento para a obtenção da licença para lecionar na cidade. Como a profissão de professor era a alternativa primeira para imigrantes que haviam cruzado o Atlântico sem muitos recursos, lançavam-se nesse ofício após submeterem-se

¹⁵⁰ Almanak Laemmert, 1850, p. 304.

¹⁵¹ Diário do Rio de Janeiro. 31 de agosto de 1850, p. 1.

¹⁵² Almanak Laemmert, 1850, p. 304.

ao crivo de uma instância superior, isto é, da direção de Instrução Pública. Um exemplo significativo foi de Mme. Clémence de la Guichardière, que constava de duas cartas de recomendação, sendo uma dessas redigida pela Viscondessa de Condeixa, as quais destacavam suas habilidades como professora de língua francesa, *bordados e fantasias*, mais a indicação do cônsul francês Théodore Taunay, a qual ampliava suas especialidades para *dar lições de francês e gramática, história, geografia e aritmética*. Entretanto, mesmo tendo recebido tais indicações, a requerente teve seu processo indeferido, sem muitas explicações, em 9 de fevereiro de 1861.¹⁵³

Já Carolina Zoé Paulina Taulois, *natural da França*, tivera outra sorte. Tendo emigrado para o Brasil, acompanhada de seu marido Pierre Taulois, na década de 1820. Dirigiu *colégios de educação de meninas tanto na Corte, como em Niterói, Petrópolis e na província do Paraná*. Em 1860, *com 62 anos de idade e moradora à rua do Catete, nº 177*, abriu um processo para obter de *V^a M. Imperial, a graça de ser dispensada* dos exames que permitiriam o estabelecimento de um colégio de meninas no Rio de Janeiro.¹⁵⁴ Reforçando esse pedido, o documento fazia inferência ao atestado que fora redigido pelo Cônsul da França, o qual comprovava o estado civil da requerente, que sendo *casada há quarenta e dois anos*, poderia utilizar o documento consular *para substituir a certidão de idade que se perdeu na ocasião do naufrágio do navio em que foi com a sua família do Rio de Janeiro a Rio Grande*.¹⁵⁵ Tal comprovação, de acordo com o requerimento, pouparia a professora de viajar à França *em tempo conveniente* para obter outro registro.¹⁵⁶ A requerente que, dias depois obteve a licença para não cumprir uma das etapas necessárias para a abertura de sua instituição, isto é, sua avaliação, passou por outros trâmites que implicaram, também, a comprovação de sua conduta pelo vigário da freguesia da Glória¹⁵⁷, bem como do subdelegado da região¹⁵⁸ e do juiz da 1^a Vara¹⁵⁹. Esses documentos revelam o modo pelo qual os educadores deveriam se submeter para obter o licenciamento para abertura de escolas. Ao contrário do que se imaginou, tal procedimento demandava certa burocracia, devido a uma série de comprovações de comportamento, tempo de estadia na cidade, experiência, estado civil, além da boa reputação na cidade.

¹⁵³ BR RJAGCRJ 12.2.27. FUNDO CÂMARA MUNICIPAL. SÉRIE INSTRUÇÃO PÚBLICA, p. 97.

¹⁵⁴ BR RJAGCRJ 12.2.27. FUNDO CÂMARA MUNICIPAL. SÉRIE INSTRUÇÃO PÚBLICA, p. 102.

¹⁵⁵ Idem.

¹⁵⁶ Idem.

¹⁵⁷ Idem.

¹⁵⁸ Idem.

¹⁵⁹ Idem.

3.4. CABELEIREIROS FRANCESES

*Quem quiser comprar para fora da Capitania um bom escravo cabra escuro, moço, bem feito, forçoso, cabeleireiro, bom pajem. Dirija-se à R. dos Arcos na casa 2, que achará com quem tratar.*¹⁶⁰

Nas primeiras décadas do século XIX, anúncios como esse, que foi publicado no *Diário do Rio de Janeiro* de 26 de março de 1825, dividiam o mesmo espaço com propagandas de cabeleireiros que atuavam na condição de trabalhadores livres. Nesse sentido, a presença de profissionais de origem francesa nesse ramo foi tornando-se mais comum nas páginas dos jornais de grande circulação, de modo que se pode atentar para a delimitação socioeconômica desse ofício. Os escravos, que desempenhavam essas atividades no espaço público, conforme descrito por Debret, atendiam a população mais modesta, ao passo que os imigrantes que se inseriam neste mercado na Corte, fixavam-se à Rua do Ouvidor, local onde se instalavam salões de beleza, voltados para população mais abastada.

Em 1850, a seção *Cabeleireiros e Entrançadores* do *Laemmert* contava com 16 anunciantes, sendo 13 do sexo masculino, o que equivalia a 83%, e 3 do sexo feminino, representando 17% desse conjunto. No tocante aos franceses, observou-se que havia 12 profissionais dessa nacionalidade, alcançando o percentual de 75% desse setor. Estavam concentrados na região do centro urbano, especialmente à Rua do Ouvidor e dos Ourives, locais de maior concentração de estabelecimentos de imigrantes de origem francesa, mas também se localizavam às Ruas do Sabão, da Assembleia, de São Pedro e do Lavradio, logradouros onde se concentravam os nacionais dessa área.¹⁶¹

O francês Augusto Claude, cabeleireiro na *casa do Silvain Jugan*, informava, em outubro de 1843, seus clientes através do *Diário do Rio de Janeiro*, que abria uma loja na rua d'Ajuda, nº 5, onde fazia as cabeleiras por um método novo que se costuma usar Paris. Além desse procedimento, a casa possuía um bonito sortimento de perfumarias, flores etc., além de cordões de todos os feitios e qualidades.¹⁶² No *Almanak* de 1850, Claude exercia sua profissão em outro endereço, à Rua do Ouvidor, nº 73¹⁶³, em espaço intitulado *A Rainha das Flores – casa de Augusto Claude, cabeleireiro*, onde vendia a verdadeira água romana e óleo de Alcebiade, que impedia a queda dos cabelos e faz desaparecer a caspa, além do leite de Lírio, também

¹⁶⁰ *Diário do Rio de Janeiro*, 26 de março de 1825, p. 2.

¹⁶¹ *Almanak Laemmert*, 1850, p. 383-384.

¹⁶² *Diário do Rio de Janeiro*, 11 de outubro de 1843, p.3.

¹⁶³ *Diário do Rio de Janeiro*, 11 de outubro de 1843, p.3.

conhecido como *água dos amantes*, que auxiliava no desaparecimento de *botões, manchas, inflamações, brotoejas e rugas*, também utilizado para *toilette de senhoras*.¹⁶⁴ Anos depois, esse mesmo profissional requereu uma licença junto à Câmara Municipal para abrir *Casa de Barbeiro e Cabeleireiro*, na freguesia da Candelária, em sobrado localizado no número 76, do mesmo logradouro.¹⁶⁵

Ainda em relação ao *Laemmert*, constatou-se que os mesmos anunciantes dessa seção se encontravam em outros segmentos do almanaque, a exemplo de Alexandre & Francisco Desmarais, que ofereciam seus serviços na parte de *Lojas de charutos e Lojas de perfumarias*, em um só endereço, à Rua do Ouvidor 86. O mesmo ocorria com o cabeleireiro e entrançador Cassemajou, cujo estabelecimento se encontrava no mesmo logradouro, ao número 54. Observa-se, através desses casos, que no século XIX, o salão de beleza não era apenas um local de embelezamento, mas um espaço de sociabilidade e venda de produtos ligados à beleza e perfumaria, bem como no comércio de tabaco.

Um importante nome nesse ramo profissional na Corte durante esse período foi o de Charles Guignard, que, no início da década de 1850, era sócio de A. Baumely.¹⁶⁶ Eles possuíam um estabelecimento à Rua do Ouvidor, nº 110, onde atuavam como cabeleireiros e no comércio de perfumarias e objetos de fantasia, charutos, ornamentos para *casa com bom gosto e ao mesmo tempo economia*, além de *luminárias de diversas cores*.¹⁶⁷ Em 1860, Guignard, único proprietário de *A Cabeça de ouro – Cabeleireiros de Paris*, veiculava em seus anúncios no *Diário do Rio de Janeiro* sua especialidade como cabeleireiro de senhoras. Informava a suas clientes que trazia *os penteados mais modernos: Sevigné Pompadour e Luiz XIII*, os quais tinham *a vantagem de modificar ao gosto e fisionomia das pessoas*. O salão, que disponibilizava de outros três cabeleireiros parisienses, caso o quisessem mandar chamar para *penteados de bailes, soirées e casamentos*, era referência na aplicação de *postiches* diversos e *de tinturas para cabelos, pomadas e água para os mesmos*. Além desses serviços, os clientes poderiam encontrar bijouterias, bem como as *mais finas e variadas perfumarias*. À medida que os negócios de Guignard prosperavam na cidade, seu salão passava por modificações que visavam atender melhor ao público¹⁶⁸. Inaugurou outros três salões, na festa da Independência do Brasil, em 07 de setembro, organizando estes ambientes

¹⁶⁴ Diário do Rio de Janeiro, 13 de novembro de 1854, p. 4.

¹⁶⁵ BR RJ AGCRJ 60.1.5. Fundo Câmara Municipal. Série Licenças comerciais e industriais, p. 257.

¹⁶⁶ Almanak Laemmert, 1855, p. 568.

¹⁶⁷ Diário do Rio de Janeiro, 6 de janeiro de 1857, p. 4.

¹⁶⁸ Diário do Rio de Janeiro, 27 de agosto de 1860, p. 3.

da seguinte maneira:

1º O salão à Pompadour, ricamente ornado, é destinado ao penteado do BELLO SEXO desta corte, segundo a escolha dos figurinos ultimamente vindos de Paris.

2º O salão Luiz XV, destinado ao penteado dos AMANTES DO BOM GOSTO, será franqueado também para a barba, gratuitamente somente nos dias 7, 8 e 9 de setembro.

3º O salão que não está completamente armado, será destinado ao corte dos cabelos.¹⁶⁹

3.5. NEGOCIANTES FRANCESES

A seção dedicada aos *negociantes estrangeiros* do *Laemmert* de 1850 contava com um total de 254 agentes. Isso reflete o crescente interesse estrangeiro pelos negócios da Corte, durante o processo de modernização da cidade do Rio de Janeiro. Nesse conjunto, verificou-se que os portugueses eram majoritários, alcançando a média aproximada de 44 %, seguidos pelos anglo-americanos, que correspondiam a 24% do grupo, pelos alemães, que em 20%, e pelos franceses, que atingiam o percentual de 12% do conjunto.

Augusto Lehéricy, imigrante francês, que se radicou no Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX, atuava em negócios de importação e exportação na cidade. Ao longo da década de 1840, verificou-se que o nome do negociante aparecia com frequência nas páginas no *Diário do Rio de Janeiro*, em seção dedicada aos Despachos de Exportação, enviando para Europa sacas de café, a exemplo do informe publicado pelo jornal, de 19 de dezembro de 1848, em que Lehéricy, através da embarcação francesa *Ocean*, encaminharia 417 sacas do produto, através do porto de Marseille.¹⁷⁰ Além desse gênero, o imigrante destinava couros¹⁷¹ e couceiras de jacarandá¹⁷² para o continente europeu. Em 1850, veiculou seu anúncio no *Almanak Laemmert*, em endereço à Rua da Alfândega, 34.¹⁷³ Nesse mesmo ano, de acordo com as *Actes d'État Civil Consulaire*, casou sua filha adotiva, em 16 de setembro, Eulalie Auguste Lehéricy com o proprietário francês Alberie Charles Robillard.¹⁷⁴ Anos mais tarde, o mesmo Lehéricy aparece como tesoureiro da Sociedade Francesa de Socorros

¹⁶⁹ Diário do Rio de Janeiro, 7 de setembro de 1860, p. 4

¹⁷⁰ Diário do Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1848, p. 3.

¹⁷¹ Diário do Rio de Janeiro, 01 de maio de 1849, p. 4.

¹⁷² Diário do Rio de Janeiro, 29 de setembro de 1849, p. 4.

¹⁷³ Almanak Laemmert de 1850, p. 318.

¹⁷⁴ Actes d'État Civil Consulaire. Actes de Mariage de Alberie Charles Robillard e Eulalie Auguste Lehéricy. 16 de setembro de 1850.

Mútuos, órgão criado em 1855 pelos franceses na cidade.¹⁷⁵

Já Vicente Sigaux, negociante estabelecido à Rua do Ouvidor, 76, publicou seus anúncios no *Laemmert*, em 1850, em diferentes seções, como por exemplo, a de Lojas de Casquinhas, Lojas de instrumentos óticos, matemáticos e cirúrgicos, Lojas de Quinquilharias, além do comércio com ferragens francesas.

3.6. OURIVES FRANCESES

No que se refere ao ramo da ouriversaria, verificou-se, através dos anúncios publicados no *Almanak Laemmert*, em 1850, que havia 77 profissionais nessa área. Desse total, 64 se concentravam majoritariamente à Rua dos Ourives, o que representava o percentual de 83% desse grupo. De acordo com Brasil Gerson, esse logradouro, já desde o período colonial, era identificado como um espaço de atuação desses artífices. Isso porque, durante o período da exploração aurífera em Minas Gerais, algumas medidas fiscais que eram aplicadas lá, passaram a ecoar com o mesmo rigor no Rio de Janeiro. Dessa maneira, a partir de 1742, foram agrupados em um só endereço ourives e joalheiros com a finalidade de facilitar o controle e fiscalização dessas atividades.¹⁷⁶

Com a vinda da família real portuguesa para o Brasil, a profissão passou a ter mais visibilidade e projeção social, bem como o endereço, que despertou a atenção do francês Gustave Aimard, em sua obra *Le Brésil Nouveau*, foi por ele descrito como um local de “irradiação de ouro e de prata: candelabros, lâmpadas, ostensórios, relicários, toda ourivesaria de igrejas”, além da produção de “braceletes, presilhas e diademas.”¹⁷⁷ O mesmo cronista destacou que, nesse período, suíços, franceses e alemães estabeleceram-se à Rua dos Ourives para exercer tal ofício ao lado de brasileiros e portugueses.¹⁷⁸

Os franceses, por sua vez, alcançavam a média de 20,7% do conjunto dos ourives que anunciavam no *Laemmert* de 1850. Segundo Aimard, as atividades no setor eram intensas, porém as maiores obras-primas vinham “sempre de Paris”¹⁷⁹, demonstrando a importância de seus concidadãos nesse setor. Buland e Ducommen, franceses, moradores na Rua dos Ourives, 97, sobrado, requereram junto à Câmara

¹⁷⁵ Almanak Laemmert, 1860, p. 434.

¹⁷⁶ GERSON, Brasil. *Op. Cit.* p. 65

¹⁷⁷ AIMARD, Gustave Aimard. *Le Brésil Nouveau*. Paris: E. Dentu Paris, 1886, p. 124.

¹⁷⁸ Idem, p. 125

¹⁷⁹ Idem Ibidem.

Municipal uma licença para abrir uma oficina de ouriversaria, em 1º setembro de 1856.¹⁸⁰ Dias depois, D. Parcoz, imigrante da mesma nacionalidade, conseguiu uma autorização para a criação de uma loja de Ourives nesse mesmo prédio.¹⁸¹ Tais documentos revelam não só a existência de uma relação entre os requerentes desse estabelecimento, como apontam para existência de ramificações no interior dessa profissão, a exemplo da distinção entre artífices e comerciante.

Ernest Lavessiere chegou ao Rio de Janeiro, em 05 de dezembro de 1845, a bordo da embarcação francesa Emile, após viagem de 41 dias, acompanhado de sua irmã Eliza.¹⁸² Embora não se tenham encontrado vestígios sobre suas atividades iniciais na cidade, verificou-se que em 1856, o imigrante solicitou uma permissão para abertura de uma *casa com oficina de ourives*, à Rua d’Ajuda, 21, sobrado, recebendo dias depois a autorização da Câmara Municipal. Anos depois, conforme observou-se em notícia publicada no Diário do Rio de Janeiro, de 6 de setembro de 1862, que o artífice que estava fixado à Rua do Rosário, *entre a dos Ourives e a dos Latoeiros*, teve seu estabelecimento atingido por uma parede *que tombou sobre a casa baixa que fica da parte de cima*, no momento em que se construía uma residência ao lado da oficina do ourives.¹⁸³ Lavessiere que trabalhava *com dois operários debaixo de um telheiro, levantado no quintal e contíguo aos fundos da casa, quando sucedeu o desastre*. Ele e um de seus funcionários *puderam fugir por uma das janelas*; enquanto que o outro, *ficou esmagado debaixo das ruínas*.¹⁸⁴ Além desse prejuízo, Ernest, que manuseava pedras preciosas *que não lhe pertenciam*, teve que arcar com a perda desse material.¹⁸⁵ Ao final da década de 1860, o francês, que passou a publicar anúncios nesse mesmo jornal, apresentou um novo endereço: Rua da Assembleia, 90. Ele informava aos leitores da folha seus serviços com brilhantes, que cravava *à vista das pessoas*, além de consertos *de quaisquer joias e pitadeiras*.

3.7. OPERÁRIOS FRANCESES

A seção dedicada aos marceneiros, no Laemmert de 1850, era composta por 54 profissionais, que estavam concentrados no centro urbano, especialmente à Rua da Ajuda, que abrigava cerca 26% do conjunto desses artífices. Já no início do século XIX,

¹⁸⁰ BR RJAGCRJ 58.3.54 – Fundo Câmara Municipal. Série Casas de Negócios (1843-1894), p. 253.

¹⁸¹ BR RJAGCRJ 58.3.54 – Fundo Câmara Municipal. Série Casas de Negócios (1843-1894), p. 255.

¹⁸² Diário do Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 1845, p. 4.

¹⁸³ Diário do Rio de Janeiro, 6 de setembro de 1862, p. 1.

¹⁸⁴ Diário do Rio de Janeiro, 6 de setembro de 1862, p. 1.

¹⁸⁵ Diário do Rio de Janeiro, 6 de setembro de 1862, p. 1.

após a Abertura dos Portos às nações amigas, esse logradouro, conforme assinalou Brasil Gerson, foi o local onde se instalou o maior número de profissionais liberais de origem francesa, a exemplo do pintor e retratista Jean Baptiste Debret, que se estabeleceu nesse local.¹⁸⁶ Além desse espaço, 22 % estavam localizados à Rua da Alfândega, 7 % Rua do Cano, 5% Latoeiros, dentre outras.

Do conjunto de marceneiros que anunciavam no anuário, os franceses correspondiam ao percentual de 18 % ¹⁸⁷, estando fixados majoritariamente à Rua da Ajuda e da Assembleia. João Cassou, imigrante francês, na década de 1840 possuía um armazém à Rua do Rosário, 106, onde sedia espaço a Carlos Tanière, para realizações de leilões de trastes e outros objetos.¹⁸⁸ As atividades que exercia no ramo da marcenaria não se restringiam à Corte, ao contrário, eram também exportadas para a França, conforme se observou na seção de despachos de exportação, do *Diário do Rio de Janeiro*, de 1842. Enviava para seu país de origem, através da embarcação *Jeune Pauline*, 84 couceiras de jacarandá, para chegar no porto de Havre.¹⁸⁹ Em 1850, Cassou aparece no Almanak, como marceneiro com lojas às Ruas da Alfândega, 73, e dos Ourives, 16, como um indicativo de que o artífice se destacava em sua profissão. Em dezembro de 1851, requereu junto à Câmara Municipal para comutação de multa, a qual fora *condenado como infrator de posturas*¹⁹⁰, obtendo a transferência da infração de cem mil réis para o Hospital dos Lázarus.¹⁹¹

Já a seção de *Funileiros, Latoeiros e Picheleiros* que publicavam no Laemmert, contava com cerca de 40 anunciantes, incluindo mulheres nesse conjunto, a exemplo de Adelaide Maria da Anunciação e Polydora Ludovina Gonçalves, que atuavam nesta profissão.¹⁹² Esses artífices estavam localizados no centro, onde 32,5% se encontravam à Rua dos Latoeiros, 10 % do Ouvidor, 12,5 % do Rosário, 7, 5% da Quitanda etc.

Esses ofícios eram desempenhados em sua maioria por nacionais, tendo uma diminuta participação de estrangeiros que desenvolviam esta atividade na cidade, dos quais 2 eram franceses, o que correspondia a 7, 69% deste grupo. Claudio Capdeville, por exemplo, possuía estabelecimentos à Rua dos Latoeiros, 78, e a de São José. Já

¹⁸⁶ GERSON, Brasil. *Op. Cit.*, p. 117.

¹⁸⁷ Almanak Laemmert de 1850, p. 406 e 407.

¹⁸⁸ Diário do Rio de Janeiro, 04 de abril de 1849, p. 4.

¹⁸⁹ Diário do Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 1842, p. 3.

¹⁹⁰ Diário do Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 1851, p. 1.

¹⁹¹ Diário do Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 1852, p. 1.

¹⁹² Almanak Laemmert de 1850, p. 402 e 403.

Carlos Beau, que fora detido em 12 de julho de 1850 pelo subdelegado da freguesia de Santa Rita por não apresentar seu nome às autoridades municipais¹⁹³, estava fixado na Rua da Quitanda, 65.¹⁹⁴

3.2. OS FRANCESES NA DÉCADA DE 1870

Um importante instrumental para o cruzamento das informações contidas no *Almanak Laemmert* é o censo de 1872. Por fornecer um panorama de cada paróquia do Município Neutro quanto à relação das profissões e o número de habitantes, o inquérito auxiliou traçar o perfil de cada freguesia do Rio de Janeiro, ressaltando suas características do mercado de trabalho da Corte. Ademais, a fonte propicia uma análise bastante precisa no que concerne à quantidade de trabalhadores brasileiros e estrangeiros, livres ou cativos, de acordo com a divisão por gênero e estado civil.

Assim, apresentam-se registros de profissionais liberais; militares, marítimos e pescadores; profissões industriais e comerciais, manuais e mecânicas; profissionais agrícolas; assalariados; pessoas ligadas ao serviço doméstico, além do contingente de indivíduos sem profissão que aparecia no inquérito. Tal quadro permite concluir que o universo profissional oitocentista era extenso e diversificado, caracterizando que o país, outrora eminentemente rural vivenciava mudanças aceleradas no espaço urbano, com o alargamento dos setores médios, fenômenos representativos das mudanças processadas através do desenvolvimento do sistema capitalista no país.

O grupo dos *profissionais liberais* compreendia os religiosos seculares e regulares; juristas, cujo conjunto era composto por: advogados, juízes, notários e escrivães, procuradores e oficiais de justiça; médicos, cirurgiões, farmacêuticos, parteiras, professores e homens das letras, empregados públicos e artistas. Em seguida, os militares, marítimos e pescadores, bem como capitalistas e proprietários, ocupações que apareciam sem maiores especificações. Já as profissões industriais e comerciantes, eram divididas entre fabricantes e comerciantes, guarda-livros e caixeiros. Um setor diversificado era o das profissões manuais ou mecânicas, composto por costureiras e operários, como canteiros, calceteiros, mineiros e cavouqueiros, além de artífices em metais, madeiras, tecidos, edificações, couros e peles, tinturaria, vestuários, chapéus e calçados; profissões agrícolas, compostos pelos lavradores e

¹⁹³ Diário do Rio de Janeiro, 15 de julho de 1850, p. 2.

¹⁹⁴ Almanak Laemmert de 1850, p. 403.

criadores; e, finalmente, por pessoas assalariadas (criados e jornaleiros).

Tendo em vista os objetivos desta pesquisa privilegiou-se a análise das seções que correspondiam a atividades transmitidas pela memória social como emblemática da presença francesa. Por outro lado, considerou-se oportuna a sondagem sobre a participação desse grupo de imigrantes em outras profissões de visibilidade social, mas também dentro da classe trabalhadora em geral, cujo panorama se evidencia o quadro a seguir.

De acordo com os números apresentados pelo censo, os franceses eram mais numerosos nas freguesias urbanas, especialmente em Santíssimo Sacramento (745), São José (693), Glória (305), Candelária (256) e Santo Antônio (167). Tais locais, segundo a divisão por profissões, eram expressivos no que diz respeito às *Profissões Manuais ou Mecânicas*, as quais se destacavam pela presença de costureiras, operários em madeiras, vestuários, metais, calçados e edificações. Além disso, outro conjunto que se sobressaía nesses espaços era o das *Profissões Industriais e Comerciais*, especialmente os comerciantes, guarda-livros e caixeiros. Os setores apresentados além de serem pontos em comum nas localidades em questão, dialogavam com outras atividades profissionais, como o *Serviço Doméstico, Assalariados*, bem como *Profissionais Liberais*. Sobre esse último grupo, cumpre destacar que era majoritário em Santo Antônio, onde havia artistas, empregados públicos, *professores e homens de Letras*, advogados, procuradores, etc. Em comparação aos demais espaços do Município Neutro, era o espaço em que mais possuía parteiras (12).

Ao cruzar as informações que permitiram traçar o perfil dos locais da presença francesa no Rio de Janeiro quanto ao mercado de trabalho, com as seções analisadas no *Laemmert*, os documentos oficiais, crônicas e anúncios de jornais, foi possível sondar a participação desses imigrantes a partir das profissões existentes no interior das categorias propostas pelo censo de 1872. Nas *Profissões Manuais ou Mecânicas*, por exemplo, os imigrantes dessa nacionalidade estavam voltados para ocupações ligadas à moda e ao vestuário. Além disso, outro setor em se que observou a predominância dos franceses foi no comércio, de modo que as demais ocupações que caracterizavam as *Profissões Industriais e Comerciais* não eram representativas para esse grupo. Se a documentação não indicou casos expressivos quanto ao serviço doméstico e assalariados, as mesmas fontes indicam casos significativos de profissionais liberais, sobretudo de professores franceses, artistas e parteiras.

Escolhi permanecer aprofundando os setores onde a presença francesa já se

impunha em períodos anteriores ao censo de 1872 assim como sondar referidos em outras fontes além do Laemmert.

Tabela 19: As categorias profissionais segundo a divisão por freguesias do Almanak Laemmert de 1870

SETORES	FREGUESIA	TOTAL	FRANCESES
Saúde	São José /Candelária	316	8
Educação	São José/Glória/São João Batista da Lagoa	191	36
Moda	São José /Candelária	752	105
Cabeleireiros	Candelária/Sacramento	26	10
Negociantes	São José /Candelária	846	45
Ourives	Candelária/ Santa Rita	128	19
Operários manuais	São José	94	7

3.2.1. SETOR DE SAÚDE

A seção dedicada aos Médicos e Cirurgiões, a mais numerosa no setor de saúde, era composta por 316 anunciantes, dos quais 8 eram franceses, o que correspondia a 2% desse conjunto. Desse diminuto percentual de profissionais de origem francesa, verificou-se a permanência de anunciantes que aparecem neste mesmo almanaque, em 1850, a exemplo do Dr. Bonjean. No exemplar do anuário de 1870, o médico, que aparece como especialista em moléstias nos olhos, prestava consultas em seu gabinete à Rua Direita, nº 15. Ao cruzar essas informações com o periódico Diário do Rio de Janeiro, verificou-se que o médico deixou de veicular seus anúncios no periódico, bem como da Clínica Imperial. Foi possível, por outro lado, observar o nome de Bonjean, em campanhas como a de arrecadação de recursos para os soldados que disputavam a Guerra Franco-Prussiana, em 1871.

Os farmacêuticos, por seu turno, apresentavam o número de 96 anunciados, sendo 4 de origem francesa, o que representava 4% do total. Permanência de JM Soullié, em mesmo endereço Rua do Ouvidor, 146. Ao cruzar as informações no Diário do Rio de Janeiro, verificou-se que, embora o farmacêutico permanecesse exercendo essa função, deixou de veicular seus anúncios na folha, isso porque em 1869 fora considerado pelo periódico como desumano, por negar o atendimento ao maquinista João Rodrigues Alves.¹⁹⁵

O ofício de parteiras na Corte, segundo os anúncios publicados no Laemmert

¹⁹⁵ Diário do Rio de Janeiro, 7 de agosto de 1869, p. 1.

de 1870, permanecia desempenhado majoritariamente por francesas, visto que das 22 inscritas à seção, 16 eram dessa nacionalidade, atingindo o percentual de 72% do total de profissionais nesse ramo. Em vista da edição do almanaque de 1850, houve pouca variação no índice de representantes da profissão, sofrendo um aumento de especialistas na área, bem como de imigrantes desempenhando esta função. Concomitantemente, era possível notar a permanência de anunciantes como Mme. Felicia Hosxe, Mme. Clémentine Somjean, Mme. Gault e Mme. Maria Victória Meunier, de maneira que é possível observar a longevidade da atuação dessas profissionais no Rio de Janeiro, por mais de duas décadas. Um importante nome ligado a essa atividade, também observado nos exemplares em questão, é o de Mme. Durocher, que ainda na década de 1870, permanecia com o título de parteira da Casa Imperial e da finada Princesa D. Leopoldina, Duquesa de Saxe, membro da Academia Imperial de Medicina. Ela era referência nesse ramo.

Contudo, a atuação de Mme. Durocher não se restringiu ao campo da saúde, mas que se estendiam a causas sociais, como a questão escravista. A parteira que, conforme visto, anteriormente, atendia mulheres escravas, publicou no ano de 1870, suas *Ideias por coordenar a respeito da emancipação*. A obra dedicada ao Barão de Cotegipe, propunha um método seguro para o fim do sistema, visto que na opinião de Durocher, mesmo que houvesse uma teoria por mais sedutora, era praticamente impossível impedir que um escravo ao se tornar liberto, optasse por uma vida idônea, visto que se tornavam preguiçosos ou ladrões, ébrios ou assassinos. Ao mesmo tempo, a especialista reconhecia uma emancipação repentina prejudicaria a lavoura, fonte de riqueza para o país. Acreditava que as causas da escravidão estavam intimamente ligadas ao hábito português de encarar o cativo como coisa, a falta de educação moral e de virtude. Dessa maneira, considerou que o período mais propício para a abolição foi durante a proclamação da independência, momento em que paradoxalmente a liberdade que se pregava era incompatível a permanência do trabalho compulsório. Sugeria um caminho a ser trilhado rumo a abolição gradual, sem, porém, deixar de elaborar respostas a possíveis questões que eram levantadas à época, assim como abriu mão de propostas que visavam o término da venda de homens, melhora nas organizações administrativas e nos assuntos ministeriais.¹⁹⁶

Em dezembro de 1878, Durocher, que à época morava à Rua do General

¹⁹⁶ DUROCHER, Maria Josefina Matildes. *Ideias por coordenar a respeito da emancipação*. Rio de Janeiro: Typ. do Diário do Rio de Janeiro, 1871.

Camara, 97, foi intimada pelo fiscal da freguesia do Sacramento para pagar uma multa por ter Casa de Maternidade em sua residência. Dessa forma, a parteira contestou a sanção junto à Câmara Municipal, pois, desde que começou a exercer sua profissão nunca se entregou especulações. O documento ainda destacava que a especialista, ao contrário do que se imaginava, dividia um consultório conjuntamente com um médico. A resposta ao pedido de anulação da multa saiu em 16 de dezembro, após a inspeção de Joaquim Antunes Lopes pessoalmente examinar se a mesma funcionava como clínica, concluindo que sua residência era apenas o local onde exercia a arte de parteira do que apresentou o Comte, que revogou a sentença da especialista.¹⁹⁷

Enquanto membro da Academia Imperial de Medicina, Mme. Durocher reforçou, através de sessões do comitê, a necessidade de melhorar, de ampliar a instrução da parteira e, nesse sentido, ofereceu um esboço, não só das matérias que deveria conter no curso, como da divisão dos anos e que submeteu à apreciação da instituição. Em nota publicada no *Jornal do Comércio* em 1881, era destacada a mudança ocorrida no currículo do curso, por sugestão da especialista, ressaltando não só a qualidade da faculdade de medicina, mas também de suas alunas-parteias que recebiam instrução bastante sólida para o exercício da profissão. Tal elogio fazia uma contraposição à crítica logo exposta ao final do texto que, destacava a existência de profissionais dessa área que atuavam sem qualificação e/ou habilitação para essa função.

Aos 80 anos, Mme. Durocher permanecia atuante como parteira na cidade, inclusive como profissional que se dedicava tanto aos ricos como para os pobres. Embora já em idade avançada, a profissional não estava isenta de abusos sofridos por mais de 56 anos de experiência clínica. Por essa razão, o *Jornal do Comércio* de 1888, publicou um ultimato, no qual prevenia suas pacientes de que as visitas feitas durante a gravidez seriam feitas em separado, pedia aos despossuídos de dinheiro utilizassem atestado do inspetor, quanto aos militares e empregados públicos, buscaria proceder conforme as posses dos membros desses segmentos sociais.

Na década de 1890, Durocher prestava atendimento à Rua da Estrela, 5, no Rio Comprido, deslocando-se, portanto, das freguesias do centro para a zona norte, fenômeno que se intensifica no início da República. Além da mudança do local onde

¹⁹⁷ BR RJ AGCRJ 47. 1. 47. Fundo da Câmara Municipal. Série Ofícios e Profissões (1820-1873), p. 17 e 18.

prestava suas consultas, verificou-se que os anúncios veiculados à parteira durante esse período foram se tornando mais escassos. Na busca por maiores informações acerca da vida de Durocher, recorreu-se à sua biógrafa, Lucia Mott, a qual destacou que a especialista faleceu no ano de 1893.

Os dentistas que anunciavam no Laemmert de 1870 correspondiam a um total de 27 profissionais, que se localizavam majoritariamente nas freguesias do centro, em endereços como a Rua do Rosário, Sete de Setembro, dos Ourives, da Direita, entre outras. Assinalavam a passagem para a zona sul, instalando-se em freguesias como o Catete e Botafogo. No que tange aos franceses, foi observada a existência de 4 profissionais dessa nacionalidade, o que equivalia a média de 15% do conjunto dos anunciantes dessa seção. Foi possível observar entre os profissionais deste ramo a prática da indicação, mas também a permanência de profissionais que apareceram na edição de 1850. Napoleón Certain, anunciante do Laemmert de 1850 e 1870, publicou no Diário do Rio de Janeiro de 1863, que possuía consultório à Rua do Ouvidor, 126, atendendo diariamente das 8 horas às 4 da tarde, *consultas e operações dentárias, colocando dentes artificiais com a maior perfeição*.¹⁹⁸ Para além dos registros publicitários de autoria do interessado, é possível captar o prestígio e visibilidade social que alcançou como profissional em outras fontes. Exemplo significativo são as referências que lhe são feitas por Machado de Assis em crônica publicada em *O Cruzeiro*, em 30 de junho de 1878, o cronista comenta a aprovação de uma “uma senhora que fez exame para dentista” e afirma que “vai-se acabando a tradição, que excluía o belo sexo do exercício de funções, até agora unicamente masculinas”. A seguir, destaca a figura de Napoleón Certain e apesar de afirmar que considerava saudável a concorrência, ironizava a índole feminina para o exercício do ofício: “... há de ser preciosa e muito rígida a virtude para que uma mulher não despoeve a boca de outra”.¹⁹⁹

¹⁹⁸ Diário do Rio de Janeiro, 4 de abril de 1864, p. 4.

¹⁹⁹ ASSIS, Joaquim Maria Machado de. “Chronicas 4”, publicada em *O Cruzeiro*, 30/6/1878. *Chronicas*. 4º. Volume (1878-1888). Rio de Janeiro/ São Paulo/ Porto Alegre. W.M. Jackson Inc., 1938.

Tabela 20: Os profissionais do setor de saúde segundo o *Almanak Laemmert de 1870*.

Categorias	Total de profissionais	Franceses	Percentual de Franceses
Boticários	96	4	4%
Dentistas	27	4	15%
Médicos	316	8	3%
Parteiras	22	16	72 %
Total	461	32	7%

Fonte: Almanak Laemmert

3.2.2. CABELEIREIROS FRANCESES

De acordo com Almanak Laemmert de 1870, a seção destinada aos *Cabeleireiros e lojas de objetos de gosto para presentes, festas e ornamentos de sala* era composta por 26 anunciantes, dos quais 10 eram franceses, correspondendo, portanto, a média de 38% dos profissionais dessa área. Em vista dos números apresentados no item anterior, a respeito dos anunciantes na edição desse mesmo anuário, em 1850, verificou-se que houve um aumento de propagandistas nesse setor, que permanecia majoritariamente exercido por indivíduos do sexo masculino, que correspondiam a um total de 23 cabeleireiros, ou seja, 88% desse conjunto. Já as mulheres que desempenhavam essa função na cidade eram apenas 3, alcançando a média de aproximadamente 12%.

No tocante à especialização desse ofício na cidade, verificou-se que os cabeleireiros e entrançadores estavam inscritos no centro urbano, sobretudo, à Rua do Ouvidor, da Quitanda, Sete de Setembro, dos Ourives e do Teatro. Quanto aos profissionais de origem francesa que atuavam nesse ramo, observou-se que a maioria, isto é, 70% desse grupo, possuía estabelecimento à Rua do Ouvidor, demonstrando que este local permanecia sendo privilegiado para a criação de salões de beleza.

Auguste Claude, anunciante do *Almanak* em 1850, permanecia como cabeleireiro no mesmo endereço, porém em um novo número, à Rua do Ouvidor, 83. Charles Guignard, também propagandista da folha em edições passadas, mantinha-se no mesmo logradouro que Claude, mas em prédio de número 57. Já Cassemajou, não mudou de estabelecimento, mantendo-se localizado em seu salão à Rua do Ouvidor, 54.

3.2.3. OPERÁRIOS FRANCESES

No *Laemmert* de 1870, a seção de *Funileiros, latoeiros, fundidores e picheleiros* era composta por 76 anunciantes. Tais profissionais estavam localizados, sobretudo, nas freguesias do centro, às Ruas Gonçalves Dias, do Rosário, São Pedro, São José, do Sabão, alcançando o percentual de 88% do grupo. Os outros 12%, por seu turno, estavam inscritos em outros locais do espaço urbano, como em São Cristóvão, Botafogo e Catete. Em relação aos artífices de origem francesa, foi constatada a presença de apenas J.L. Madei & Irmão, Funileiros-Lampista de Paris (Casa do Anjo), que possuía estabelecimento à R. do Ouvidor, 109. Tal exemplo indicava que esse campo de trabalho era pouco procurado pelos imigrantes, de modo que este registro não foi encontrado em demais fontes impressas.

De acordo com o *Almanak* de 1870, a seção destinada às *Fábricas, Lojas e Oficinas de Marceneiros*, havia 94 marceneiros dos quais 7 eram franceses, representando 7,4% do conjunto. Laurent Ganget, por exemplo, *querendo continuar coma sua oficina de marceneiro*, localizada à Rua da Ajuda, 85, solicitou ao administrador da recebedoria do Rio de Janeiro, para saber se estava ou não *sujeito a imposto, a fim de tirar licença na Câmara Municipal*, em janeiro de 1872.²⁰⁰ Embora essa petição tenha sido encontrada na *Série Comércio Estrangeiro*, indicando a presença francesa neste ramo, não foi possível encontrar quaisquer anúncios ligados a Ganget no *Laemmert* e tampouco em periódicos de grande circulação, como o *Diário do Rio de Janeiro* e o *Jornal do Comércio*. Já os nomes dos sócios Pradié & Baudou²⁰¹, fabricantes, lojistas e operários de marcenaria, aparecem no anuário com endereço à Rua Sete de setembro, 74 e 75.²⁰² Ao cruzar esse anúncio com as informações contidas nos jornais acima citados, constatou-se que ambos moveram uma ação judicial a José Maria Vieira, *por virtude da qual foi penhorada a boca do cofre público de 790\$755*.²⁰³ De acordo com a nota, os exequentes deveriam se apresentar dentro de 6 dias ao juizado da municipal da 1ª vara da Corte para fazer *precatória de levantamento da referida quantia*.²⁰⁴ A mesma dupla, ainda segundo as fontes hemerográficas, parecia estar a par das ações e campanhas empreendidas pela colônia francesa na cidade, visto que identificou-se na listagem dos imigrantes que colaboraram financeiramente com

²⁰⁰ BR-RJAGCRRJ 58.4.33. Fundo Câmara Municipal – Série Comércio Estrangeiro.

²⁰¹ Observou-se que no *Jornal do Comércio*, o nome que aparece é Baudon, portanto diferente da grafia adotada pelo *Almanak Laemmert* de 1870.

²⁰² *Almanak Laemmert*, 1870, p. 665.

²⁰³ *Jornal do Comércio*, 29 de julho de 1870, p. 1.

²⁰⁴ *Jornal do Comércio*, 29 de julho de 1870, p. 1.

campanha promovida pelo consulado francês no Rio de Janeiro para socorrer as vítimas da Guerra Franco-Prussiana.²⁰⁵ Após alguns meses, entretanto, J. Pradié veio a falecer na França, notícia que foi recebida com muito pesar por seu amigo H. Baudou que, mandou encomendar uma missa na intenção de seu parceiro, a acontecer na Igreja de São Francisco de Paula, em 17 de outubro de 1871.²⁰⁶

3.2.4. SETOR DE MODA

De acordo com a edição do *Laemmert* de 1870, a seção dedicada à moda era composta por 752 anunciantes, demonstrando que esse setor, em comparação com os números levantados na publicação de 1850, sofreu um aumento considerável de 107%. Esse universo na cidade permanecia diversificado, sendo representado pelas modistas-costureiras e alfaiates, compreendidos como o local da criação e venda de vestimentas; *armazéns e lojas de modas*, lojas de chapéus variados e de calçados nacionais e estrangeiros, *lojas de fazendas e de roupas de todas as qualidades*, representado pelos espaços voltados para a compra e venda de vestuário e demais acessórios; fábricas de coletes, mas também de enformar e produzir chapéus, lugares de produção de indumentária.

Tabela 21: Setor de moda segundo o Almanak Laemmert de 1870

Categorias	Total de profissionais	Franceses	Percentual de Franceses
Alfaiates	130	15	11%
Armazéns e lojas de modas	52	20	38%
Fábricas de coletes	6	5	83%
Fábricas de primeira ordem de chapéus finos de seda, castor e lebre de todas as qualidades.	21	0	0%
Fábricas de enformar chapéus	15	4	27%
Fábricas e lojas de	43	4	9%

²⁰⁵ Jornal do Comércio, 11 de fevereiro de 1871, 2.

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_06&PagFis=3450&Pesq=pradi%C3%A9

²⁰⁶ Jornal do Comércio, 16 de outubro de 1871, 3.

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_06&PagFis=3450&Pesq=pradi%C3%A9

chapéus finos de castor, seda e lebre de todas as qualidades.			
Lojas de calçados nacional e estrangeiro de todas as qualidades	81	3	4%
Lojas de chapéus de Chile, da Itália e outras qualidades.	6	3	50%
Lojas de chapéus de sol, bengalas.	5	4	80%
Lojas de fazendas e roupas de todas as qualidades	187	7	4%
Lojas de fazendas	163	7	4%
Modistas e costureiras	58	37	64%
Total	752	109	14%

FONTE: Almanak Laemmert

Embora tenha se observado o crescimento desse setor na Corte, constatou-se que o número de franceses variou pouco, sofrendo um pequeno aumento. Os imigrantes dessa nacionalidade que estavam inscritos no *Almanak* totalizavam 105 anunciantes, o que correspondia a um percentual de aproximadamente 14% dos propagandistas. Nesse sentido, foi possível compreender que tal acréscimo não foi proporcional à ampliação desse campo, ainda que esse grupo permanecesse se sobressaindo frente aos demais representantes do ramo, através do distintivo “moda francesa”.

A seção de *modistas e costureiras* do *Laemmert* de 1870, por exemplo, fornece um panorama muito representativo da presença francesa no mundo da moda, de modo que dos 58 nomes inscritos, 37 eram de imigrantes dessa nacionalidade, o que correspondia ao percentual de 64 %. Em vista da edição desse mesmo almanaque, em 1850, verificou-se houve uma redução no número dessas profissionais desse universo. Quanto à inscrição das anunciantes francesas, foi observado que estavam localizadas em endereços diversificados do centro urbano, especialmente às Ruas do Ouvidor, dos Ourives e Sete de Setembro. Ainda que pouco representativo, a listagem constava de um

estabelecimento, a loja La Ville de Nancy, localizada à Rua do Catete, 140, na freguesia da Glória.²⁰⁷

Mme. Etienne Cannard, modista francesa que anunciava no *Laemmert*, iniciou sua trajetória nesse setor nos anos de 1860, trazendo ao *respeitável público* e as suas *numerosas freguesas* as últimas novidades de Paris. Possuía em seu estoque *chapéus de todas as qualidades para meninos, meninas e senhoras*, além de *rendas, fitas, veludos, botinas, meias e toucas para criança*, dentre outros artigos ligados à indumentária. Inicialmente, estava estabelecida à Rua dos Ourives, 35, local que permaneceu durante a década de 1860.²⁰⁸ Ao comparar os anúncios veiculados à profissional no *Diário do Rio de Janeiro*, verificou que houve uma variação na forma através da qual se apresentava aos leitores do jornal. Em suas primeiras propagandas publicadas nesse periódico, a comerciante que se encontrava em fase de afirmação no mercado de trabalho da cidade, reforçava a procedência das roupas e acessórios que vendia, indicando que se tratavam de *modas francesas*.²⁰⁹ Posteriormente, o conteúdo dos reclames passou a vir em tamanhos menores, deixando de lado o discurso que privilegiava o *último gosto parisiense*, informando às clientes que tinha disponíveis *camisas, calças, saias bordadas, grenadines, nobrezas, colarinhos com mangas, cetins flores, plumas fitas, carcasses*, camisas de flanelas.²¹⁰ Pode-se inferir que o abandono de tal estratégia indicava que Etienne possuía certa projeção em sua profissão. Na edição de 1870 do almanaque, por exemplo, Canard estava localizada em outro endereço, à Rua Sete de Setembro, 74, 1º andar.²¹¹ A mudança representava a inserção da profissional em um espaço destinado à moda, visto que se tratava de um logradouro situado nas imediações da Rua do Ouvidor.

Outros nomes que aparecem no *Almanak* em 1870 são os de Mme. Creten e Mme. Eugenie Dol, cujas trajetórias estão intimamente ligadas no universo da moda na cidade. Ao buscar informações a respeito de ambas no *Diário do Rio de Janeiro*, verificou-se que as modistas eram irmãs e que em abril de 1855, desfizeram sua sociedade, de modo que Creten ficou *desonerada de todo ativo e passivo da mesma*

²⁰⁷Diário do Rio de Janeiro, 1 de dezembro de 1860, p. 4.

²⁰⁸Diário do Rio de Janeiro, 1 de dezembro de 1860, p. 4.

²⁰⁹Diário do Rio de Janeiro, 1 de dezembro de 1860, p. 4.

²¹⁰Diário do Rio de Janeiro, 3 de setembro de 1871, p. 4.

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_02&pesq=etienne%20canard

²¹¹ Almanak Laemmert de 1870, p. 665.

sociedade.²¹² Eugenie permaneceu à frente de sua *Grande Fábrica de camisas para homens* à Rua do Ouvidor, 110²¹³, enquanto que sua irmã, já em maio deste mesmo ano passou a anunciar na folha, como camiseira de S. M. o Imperador, em local modesto da Rua do Ouvidor, na altura do canto dos Latoeiros, 81.²¹⁴ Meses depois a empreendedora passou a produzir fazendas brancas a varejo e atacado²¹⁵, ampliando ainda mais o seu negócio, passando a vender roupas masculinas e femininas, enxovais, além de tecidos.²¹⁶ Em 1857, passou a produzir enxovais, diversificando seu leque de possibilidades no setor de moda.²¹⁷ Se seu diferencial, ao longo da década de 1850, era anunciar como fabricante da Casa Imperial, ao final dessa passou a utilizar apenas o braço do Império do Brasil, veiculando o tipo de estabelecimento que dirigia, a *Maison de blanc a l'instar de Paris*, com o novo nome *À la ville de Bruxelles*, 133 B, em mesmo endereço, porém em prédio de número 133.²¹⁸ O caso de Mme. Creten revela-se curioso, não só por seu processo de afirmação nesse campo profissional, mas também por revelar sua nacionalidade apenas depois que se consolidou enquanto fabricante e comerciante de produtos de vestuário.

Igualmente representativo no que pese à participação francesa nesse ramo, é a quantidade de anúncios na seção do *Laemmert* dedicada aos *Armazéns e lojas de modas e fazendas francesas, de seda, ditas em cassa, morim etc.*, a qual esses imigrantes representavam o percentual de 38,4% do conjunto das propagandas.²¹⁹ Ainda em relação ao comércio de moda, compreendeu-se que havia, segundo as seções publicadas no almanaque, lojas de materiais para a confecção e venda de vestimentas, contempladas em duas seções dedicadas a essa finalidade.²²⁰ Ambas totalizam 350 anúncios, dos quais 14 eram de estabelecimentos dirigidos por franceses, o que

²¹² Diário do Rio de Janeiro, 28 de abril de 1855, p. 4.

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&pesq

²¹³ Idem, p. 3.

²¹⁴ Diário do Rio de Janeiro, 9 de maio de 1855, p. 4.

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&pesq=Creten

²¹⁵ Diário do Rio de Janeiro, 8 de outubro de 1856, p. 4.

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&pesq=Creten

²¹⁶ 15 de abril de 1857, p. 4

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&pesq=Creten

²¹⁷ Diário do Rio de Janeiro, 5 de outubro de 1857, p.4

[.http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&pesq=Creten](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&pesq=Creten)

²¹⁸ Diário do Rio de Janeiro, 5 de junho de 1858, p. 4.

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&PagFis=44636&Pesq=Mme.%20Creten

²¹⁹ Almanak Laemmert de 1870, p. 595 e 596.

²²⁰ A seção de Lojas de fazenda secas de todas as qualidades de seda, lã, algodão e linho francesas, inglesas e alemãs, e Lojas de fazendas, e roupas de qualidades, p. 582- 589.

corresponde a apenas 4% desse conjunto.

No tocante ao setor fabril, haviam fábricas destinadas à confecção de coletes e chapéus dos mais variados modelos. Dessa maneira, as fábricas de coletes, permaneciam dirigidas por mulheres, especialmente de origem francesa, as quais representavam 83% dos anúncios da seção dedicada a esse campo. Embora as fabricantes dessa nacionalidade mantivessem o seu protagonismo, foi possível observar que em relação à edição do *Laemmert* de 1850, houve uma pequena redução de aproximadamente 17%. Quanto à produção de acessórios, observou-se, por exemplo, que existiam estabelecimentos voltados para a confecção de chapéus variados, compreendendo o processo de enformar e lavar. De acordo com o almanaque, os franceses representavam 10% nesse ramo²²¹, o que reflete uma pequena participação em atividades manufatureiras, diferentemente da presença desses imigrantes no comércio desses produtos, que era bastante significativa, alcançando a média de 64 %.²²²

Quanto ao setor de calçados, contabilizaram-se 81 nomes no *Laemmert* inscritos na seção *Lojas de Calçado nacional e estrangeiro de todas as qualidades*, sendo os franceses pouco representativos, visto que alcançavam o diminuto percentual de 2 %.²²³ G. Villeroy, por exemplo, anunciava no anuário como atacadista de calçados para senhoras, com estabelecimento à Rua do Ouvidor, 40 A. Já Gregório Garat & C. também propagandista da mesma edição, utilizava em seu anúncio seu distintivo de produzir calçados pelo *sistema mais moderno de maquinismo*, com comércio localizado à Rua da Alfândega, 184.

De fato, a presença desses imigrantes nesse ramo não era expressiva, frente ao número de luso-brasileiros que anunciavam no almanaque. Ainda em relação à mesma listagem, verificaram-se exemplos de nacionais como Campas & Filho e José Caetano Carreiro, que ostentavam suas respectivas condecorações na Exposição Universal de Londres e também de Paris, possuindo estabelecimentos de calçados à Rua do Ouvidor.²²⁴

Por fim, os alfaiates franceses que anunciavam no mesmo manual, em 1870, representavam 11% dos inscritos nessa seção. Tais imigrantes estavam localizados nas freguesias do centro, às Ruas do Ouvidor, dos Ourives, Sete de Setembro e da Assembleia, endereços onde se concentrava tanto a moda masculina quanto a feminina

²²¹ Almanak Laemmert, 1870, p. 639-640.

²²² Idem, p. 577 e 579.

²²³ Almanak Laemmert, 1870, p. 574-576.

²²⁴ Almanak Laemmert, 1870, p. 574-575.

francesa na cidade. A listagem, por sua vez, era composta majoritariamente por alfaiates luso-brasileiros, mas também de alemães e belgas.

João Lacurte, renomado alfaiate na Corte, tornou-se anunciante no Diário do Rio de Janeiro nesse ramo, na década de 1850, veiculando através de propagandas as novidades recebidas *do último pacote do Havre* para o seu Grande depósito de camisas, à Rua dos Ourives, 34.²²⁵ Ao longo dos anos de 1860, Lacurte permaneceu desempenhando atividades anunciando com frequência no periódico, tornando-se uma referência para o vestuário masculino. Nessa época, as propagandas veiculavam um novo endereço, Rua do Cano, 49. O estabelecimento outrora pertencente a único proprietário passou a ser administrada por ele e seu sócio, cuja razão social permanecera levando o nome do costureiro. De acordo com a publicação de 1863 do periódico, João Lacurte tinha acabado *de regressar da Europa, onde fez o mais lindo e variado sortimento de fazendas que se podia desejar, mandando também fazer nas primeiras casas de Paris roupas de qualidades e dos mais apurados gostos, sendo o trabalho com tal perfeição, que por si só torna-se recomendável.*²²⁶ Vendia roupa feita, produzida em *pano, popelina, foulard-laine e fustão*, camisas, gravatas *de seda e cetim*, de cores e feitios diversos, além de produzir vestimentas sobre medida.

No *Almanak Laemmert*, anuário em que passou a veicular suas propagandas já na década de 1850, os anúncios do alfaiate se destacavam pelo informativo de que o mesmo recebia mensalmente pelos pacotes, roupas das últimas modas de Paris.²²⁷ Na edição de 1870, Lacurte permanecia utilizando o mesmo distintivo, porém em novo endereço, à Rua Sete de Setembro, 49, esquina com a Rua dos Ourives, inserindo-se em um espaço mais próximo à Rua do Ouvidor, em um espaço destinado ao campo da moda e do vestuário.²²⁸

Em 1871, o Diário do Rio de Janeiro publicou um aviso, no qual familiares e amigos de João Lacurte, prestavam-lhe as últimas homenagens, mandando celebrar uma missa *pelo eterno repouso de sua alma*, na Igreja de São Francisco de Paula, em 5 de setembro, pela manhã. O alfaiate que faleceu na França, deixou familiares no Brasil e em seu país de nascimento.²²⁹

²²⁵ Diário do Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 1855, p. 4.

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&PagFis=41531&Pesq=Lacurte

²²⁶ Diário do Rio de Janeiro, 4 de janeiro de 1864, p. 4

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_02&pesq=jo%C3%A3o%20lacurte

²²⁷ Almanak Laemmert de 1855, p. 560.

²²⁸ Almanak Laemmert de 1870, p. 615.

²²⁹ Diário do Rio de Janeiro, 5 de setembro de 1871, p. 4.

3.2.5. OURIVES FRANCESES Em 1870, o *Almanak Laemmert* dispunha de 2 seções destinadas ao ramo de ourivesaria, as quais compreendiam negociantes, comerciantes e fabricantes de joias, bem como de especialistas em joias para cabelos. Ambas totalizavam 128 artífices, os quais estavam inscritos nas freguesias do centro urbano, especialmente à Rua dos Ourives, onde representavam cerca de 60% dos profissionais da área; São Pedro, em que constituíam 11%; e da Carioca, 6%.²³⁰

Ao comparar com a edição desse mesmo anuário, em 1850, observou que houve o crescimento de anunciantes nessa área, em 66%. Os franceses, que no mesmo manual representavam 21%, passaram a corresponder, em 1870, aproximadamente 16,4%. Tal fato revela que houve uma diminuição no número de imigrantes dessa nacionalidade que publicavam no *Laemmert*, ainda que fosse possível identificar a permanência de propagandistas, como Ernest Lavessière, artífice especializado em *obras de brilhantes*, que mantivera seu estabelecimento à Rua da Assembleia, 90. De acordo com notícia publicada no *Diário do Rio de Janeiro*, em julho de 1877, Lavessière morava à Rua Uruguaiana, 32. Seu agregado, Alfredo Teixeira Machado de 10 anos, havia sido mordido por um cachorro na perna direita, nas imediações da Rua da Quitanda. Segundo o jornal, a criança que fora imediatamente medicada em uma botica, retornou para a casa de seu protetor com inchaço no ferimento causado pelo animal, apresentando sintomas de hidrofobia, querendo morder pessoas e roupas de cama.²³¹

E. Brochard, por seu turno, já em meados da década de 1850, encontrava-se *mais que nunca em posição e com desejo de satisfazer as pessoas que quiserem honrá-lo com a sua confiança*.²³² Anunciava no *Diário do Rio de Janeiro*, em endereço à Rua dos Ourives, 131, local onde havia o *mais belo sortimento de relógios de todas as qualidades, assim como correntes, chaves e sinetes do último gosto*.²³³ Em 1855, segundo anúncio encontrado no mesmo periódico, notou-se que, nesse mesmo prédio, funcionava o ateliê de sua esposa, Mme. Sophia Brochard, modista costureira de Paris,

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_02&PagFis=27762&Pesq=jo%C3%A3o%20lacurte

²³⁰ Almanak Laemmert, 1870, p. 667, 668 e 669.

²³¹ *Diário do Rio de Janeiro*, 27 de julho de 1877.

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_02&pesq=lavessi%C3%A8re

²³² *Diário do Rio de Janeiro*, 30 de janeiro de 1855, p.4.

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&pesq=e.%20brochard

²³³ Idem.

que fazia vestidos para senhoras, em *qualquer feitio* e com *preços cômodos*.²³⁴ Ao longo dos anos de 1860, por exemplo, o nome de Brochard aparecia com frequência na folha, na seção de importação e exportação, o que demonstra que o relojoeiro e joalheiro, manteve uma posição de destaque nesse ofício, de modo que na edição do *Laemmert* de 1870, era possível encontrar propagandas veiculadas ao artífice, tanto na seção de *Negociantes de ouro, prata e pedras preciosas: lojas de joias e ourives fabricantes e cravadores*, quanto na dedicada às *Lojas de Relógio de Algibeira e de parede*.

Ainda em relação a esse grupo, foi possível verificar 52, 3% estava localizado à Rua dos Ourives, 9,5% às Ruas do Ouvidor e da Carioca, respectivamente, e o restante fixado à Rua do Catete, da Assembleia, Sete de Setembro, Lampadosa etc.

3.2.6. PROFESSORES

No exemplar do *Almanak Laemmert* de 1870, por exemplo, verificou-se que existiam 81 anúncios de instituições de educação no Rio de Janeiro, das quais 12 eram dirigidas por franceses, o que correspondia ao percentual de 15% desse conjunto. Tal algarismo, ainda que pouco expressivo frente à quantidade de colégios instalados na cidade, ressaltou a importância de espaços de instrução e difusão da cultura francesa na Corte.

Isabella Gaze (2018, p. 144-145), em trabalho recente, reproduziu uma tabela sobre a nacionalidade das professoras que desembarcaram pelo porto do Rio de Janeiro, segundo a base de dados do Arquivo Nacional, entre os anos de 1875 e 1889. A autora identificou a entrada de 23 franceses em um total de 83 educadoras em um conjunto de 12 nacionalidades. Pode-se concluir que esses imigrantes eram predominantes nesse conjunto, atingindo o percentual de 28% da totalidade seguidos pelos alemães que em número eram 17, significando, portanto, 20%; pelas austríacas que eram 16, correspondendo a 19%; e pelas italianas que eram 8, correspondendo a 9%.

Ainda em relação à edição do ano de 1870 do manual, observou-se que havia professores de diversas especialidades a oferecerem seus serviços na cidade, como nas áreas de desenho, pintura e bordado, de idiomas, de História e Geografia, de ginástica,

²³⁴ Diário do Rio de Janeiro, 20 de junho de 1855, p.4.

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&PagFis=40907&Pesq=e.%20brochard

dança, ginástica, música e instrumentos musicais, além de ciências, que eram desempenhadas tanto por homens quanto por mulheres na cidade.

No que diz respeito aos *Professores de várias línguas*, verificou-se que havia 46 anunciantes, que atuavam no ensino de inglês, francês, alemão, latim, português e italiano. Tais profissionais estavam localizados majoritariamente nas freguesias do Centro urbano, alcançando a média de 86%, enquanto que 6 % desse grupo se encontrava na zona sul, o mesmo percentual correspondente à zona norte e, por fim, havia também o diminuto percentual de 1 % correspondente aos que não indicavam o endereço. Do conjunto de docentes, 13 são de origem francesa, o que correspondia a 28% do conjunto, o que demonstra um aumento em relação ao *Almanak de 1850* no número de franceses que anunciavam no anuário. Luiz Antônio Burgain, professor de francês, português, geografia, história e literatura, publicou sua propaganda nas edições de 1850 e 1870 do *Laemmert*. Seu anúncio desperta a atenção pelo fato de aparecer tanto na seção dedicada aos *Professores de várias línguas* quanto na de *Professores de várias ciências*, mas também pelas informações que são veiculadas em seu anúncio, que, para além de suas habilitações, era respaldado pelas obras que por ele foram produzidas, como o *Novo Método Prático e teórico da língua francesa*, o *Novíssimo guia de Conversação com a pronúncia figurada*, o *Livro dos estudantes da língua francesa*, *Os três fabulistas franceses*; o *Ensino prático de língua inglesa*, além da criação de um novo método sistematizado em sua obra *Novas lições de geografia sem decorar*. Além dessas informações, a publicação demonstrava a credibilidade que Burgain tinha nos meios educacionais da Corte, ao destacar que seus livros *eram adotados em diversos estabelecimentos e professores distintos*, podendo ser encontrados em *casa comercial de Eduardo e Henrique Laemmert, na Rua do Ouvidor, 68*. Através do mesmo anuário, verificou-se que J.J. Augusto Burgain, professor de francês, *lente no Lyceu Minerva, no Retiro Literário Português e no Colégio Sant'Anna*, e que também atuava como professor de geografia, e Mlle. Burgain, professora de francês, de história, geografia, piano e canto, anunciavam, em mesmo endereço de Luiz Antônio Burgain, à Rua da Quitanda, 21. Tal fato supõe a existência de um estabelecimento familiar, prática comum no campo da educação na Corte. Reforçando esta ideia, Isabella Gaze (2018, p. 181) considerou que “tratar a instrução e educação da mocidade como um negócio de família era outro atributo importante para atrair a confiança dos responsáveis”.

Assim, a primeira instituição feminina no Império foi o Colégio Providência, fundado pelas lazaristas, em 1849, em Minas Gerais. A Congregação Filhas da

Caridade, que se encontravam no Brasil desde 1850, à frente da Santa Casa de Misericórdia, fundaram a pedido de D. Pedro II, em 1853 que assumissem um importante papel de educar jovens moças brasileiras.²³⁵

Em dezembro de 1853 formalizou-se o acordo entre a Associação São Vicente de Paulo, sociedade leiga cujo patrono è São Vicente de Paulo, e as Irmãs Francesas para a criação do Colégio da Imaculada Conceição, de modo que no ano subsequente os trâmites se desenrolariam, culminando com a fundação propriamente dita da escola.²³⁶

Inicialmente instalado à Rua do Livramento números 122 e 124, com a participação de cerca de doze freiras, a instituição era parte de um conjunto de ações encabeçadas pela ordem religiosa francesa, a qual compreendia também o Colégio Francês (Instituto São Vicente de Paulo do Matoso), a Primeira Casa Comercial (Casa da Providência). Com passar dos anos, o CIC transferiu-se para o Caminho Novo de Botafogo, em estabelecimento arrendado pela Associação São Vicente De Paulo.²³⁷

No cruzamento com as informações contidas no Diário do Rio de Janeiro, verificou-se que Burgain aparece na folha nos anos de 1830, associado ao mundo das artes, dedicando seus esforços no teatro, tendo peças encenadas em casas de espetáculos como no Teatro São Pedro Alcântara, onde foi encenado o drama *O amor de um padre ou a Inquisição em Roma*,²³⁸ e no de São Januário, em que foi representada *A casa maldita*²³⁹. Embora não se saiba ao certo quando inicia a carreira no magistério, notou-se que seus anúncios como professor aparecem apenas nos anos de 1840, portanto posterior ao período que iniciou sua trajetória como autor de obras teatrais. Fazia parte do Conservatório Dramático, órgão responsável por aprovar ou censurar o material teatral. Burgain, por exemplo, ficou encarregado de analisar o conteúdo da comédia *Sylphide et Berger*, a sendo aprovada em 18 de junho de 1862.

Se, no *Almanak*, o número de anunciantes no campo da educação parece expressivo, na série *Instrução pública*, dedicada ao *Ensino particular*, foi possível observar apenas alguns casos de renovação e/ou pedidos de licença, a exemplo de Augustine E. Catinot que, após expirado o prazo da licença para dirigir o seu *Colégio de Meninas*, localizado à Rua do Espírito Santo, 2, requereu junto ao órgão um pedido de

²³⁵ CUNHA, Irmã Lucy. O Colégio da Imaculada Conceição. In: História das Filhas da Caridade da Providência do Rio de Janeiro (1849-2003). Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2006, p. 104.

²³⁶ Idem Ibidem..

²³⁷ Idem, p 104-105.

²³⁸ Diário do Rio de Janeiro, 35 de novembro de 1844, p. 2

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&pesq=luiz%20Antonio%20Burgain

²³⁹ Diário do Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1858, p. 4.

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&pesq=luiz%20Antonio%20Burgain

renovação de sua autorização, em 8 de abril de 1873, recebendo parecer favorável 6 dias depois da petição.²⁴⁰ No mesmo fundo, havia, também, o processo de Joseph Brochard, *natural da França, professor aprovado pelo Conselho da Instrução pública da Corte em Francês, História e Filosofia, que desejando dirigir um Colégio de Instrução primária e secundária, que desejava permissão para atuar na corte.*²⁴¹ Existia, entretanto, o caso de Mademoiselle Viennet dit Bourdin (Marie – Louise), nascida em Dôle, no Departamento do Jura, em 15 de agosto de 1855, que *estava habilitada para lecionar as matérias que constituem a instrução primária e a língua francesa que, submissa e respeitosa, solicitava à Vossa majestade Imperial a graça de lhe conceder dispensa das provas de capacidade.*²⁴² Meses depois da abertura desse recurso, a requerente retirou a solicitação, desistindo, por sua vez, *desta pretensão.*²⁴³

Maria Besnard, natural de França, idade de 19 anos, achando-se habilitada para lecionar francês, história, geografia e aritmética, como provam os documentos que foram anexados em seu processo, pedia respeitosa a vossa Majestade Imperial que a dispensasse das provas de capacidade para lecionar as mesmas matérias, em março de 1877. Para obtenção da licença, a requerente apresentou um certificado de estudos primários, documento escrito pelo próprio punho expressando suas aptidões como aluna mestra e bolsista da Escola Normal de Paris, bem como uma carta de recomendação escrita por Pierre Besnard, pai da professora, comprovando as habilidades de sua filha e outra assinada pelo diretor da escola que frequentou, do mês de junho de 1871 a julho de 1872, em La Varenne, que a qualificava como *aluna muito inteligente.*

Quanto aos professores de outras habilitações, verificou-se que, nas áreas destinadas ao ensino de *desenho pintura, bordados etc.*, os franceses eram 31% desse conjunto, enquanto que na seção destinada às aulas de *Piano e Canto*, os imigrantes de origem francesa correspondiam ao percentual de 18%. No tocante ao aprendizado de *dança e de esgrima e ginástica* notou-se que não havia representantes dessa nacionalidade.

A. Baguet era o único anunciante francês que apareceu no espaço dedicado aos *professores de música e de diversos instrumentos* do almanaque de 1870. Essa seção que constava de 28 inscritos à época refletia a pouca participação francesa nesta área.

²⁴⁰ BR AGCRJ 12.4.19 – FUNDO MUNICIPAL- SÉRIE INSTRUÇÃO PÚBLICA- 1874, p. 29.

²⁴¹ BR AGCRJ 12.4.20 – FUNDO MUNICIPAL- SÉRIE INSTRUÇÃO PÚBLICA- 1874 –1878, p. 145.

²⁴² Idem, p. 164.

²⁴³ Idem Ibidem.

Baguet, por exemplo, afinava e concertava pianos à Rua da Ajuda, 6, atuando também como diretor de orquestra para festas de igreja, bailes e reuniões.²⁴⁴ De acordo com o *Diário do Rio de Janeiro*, em 1874, o músico passou a veicular suas propagandas à Rua Gonçalves Dias, 56, mas também na Rua Haddock Lobo, 37, na freguesia do Engenho Velho.²⁴⁵

Tabela 22: Setor de Educação segundo o *Almanak Laemmert de 1870*

Categorias	Total de profissionais	Franceses	Percentual de Franceses
Colégios	81	12	15%
Professores de dança	11	1	9%
Professores de desenho, pintura, bordados, etc.	16	5	31%
Professor de esgrima e de ginástica	1	0	0
Professores de música e de diversos instrumentos	28	1	3%
Professores de piano e canto	54	10	18%
Professor de várias ciências.	35	6	17%
Professor de várias línguas.	46	13	28%
Total	272	48	18%

FONTE: *Almanak Laemmert*

3.2.7. NEGOCIANTES FRANCESES

Em 1870, a seção *Negociantes Estrangeiros de Importação e Exportação* do Lammert possuía 846 inscritos. Em vista da edição do anuário de 1850, verificou-se que houve um crescimento considerável de 233% nesse setor. Além disso, foi possível observar que, do ponto de vista urbano, tais profissionais estavam localizados

²⁴⁴ Almanak Laemmert de 1870, p. 480.

²⁴⁵ Diário do Rio de Janeiro, 26 de outubro de 1874, p. 3.

majoritariamente às Ruas Direita, da Quitanda e de São Pedro. A listagem dos negociantes estrangeiros, ainda que com certa limitação, possibilita a divisão por nacionalidade. Estima-se que, em 1870, havia 75% de portugueses, 10% de anglo-americanos, 7% franceses, 5% alemães e 2% de outros.

Augusto Lehéricy, nome que apareceu no almanaque em 1850, publicou seu anúncio na edição de 1870, com endereço à Rua da Alfândega, 34. Sua permanência como inscrito a essa seção revela que não apenas se manteve na cidade, mas que, sobretudo, obtivera êxito nos negócios na Corte. Outro exemplo significativo do sucesso de Lehéricy nesse setor é o fato desse imigrante se tornar representante da França na Associação Comercial do Rio de Janeiro, ao lado do também francês Alexis S. Schmolle.²⁴⁶

Augusto Lehéricy, por sua vez, matinha relações de negócios com seus concidadãos, mas também com nacionais.²⁴⁷ Em 31 de dezembro de 1882, findava-se o contrato social de sua firma A. Lehéricy & Cia, da qual Sr. A. Robillard Lepeultre de Marigny, de nacionalidade francesa, havia se retirado por razões de saúde, deixando o negócio sob a responsabilidade de sua esposa Mme. Eulalia Robillard Lepeultre de Marigny e de Carlos Robillard, ambos moradores da Rua Humaitá, 48; de Segismundo Vigneron Jousselandière, francês que possuía endereço à Rua Voluntários da Pátria, 40; além do brasileiro Antonio Augusto de Oliveira Braga, que habitava à Rua Conde de Bonfim, 85. Formavam a partir de 1º de janeiro de 1883 uma nova sociedade no mesmo ramo, sob condições estabelecidas pelos artigos que foram explicitados pelo documento. Dentre as cláusulas expressas, existiam exigências como a permanência da mesma razão social A. Lehéricy & C., entre 1 de janeiro de 1883 a 31 de dezembro de 1885, com sede fixada no Rio de Janeiro à R. da Alfândega, 35. Além disso, havia, ainda, a proposta de lucros e/ou prejuízos da empresa, bem como era discriminada a quantia empregada por cada um dos sócios da companhia.

Outra fonte que permite o cruzamento com a listagem dos negociantes estrangeiros de importação e exportação publicada pelo *Lammert* são as *Actes d'État Civil Consulaire*, as quais indicam registros desses profissionais franceses. Amedée Carruette (Amedée François Augustin Carruette), por exemplo, aparece na seção com endereço à Rua Fresca, 14.²⁴⁸ Ainda de acordo com a mesma edição do anuário, o

²⁴⁶ Almanak Laemmert de 1870, p.493.

²⁴⁷Arquivo Nacional, Junta Comercial, fundo 46, livro 142, registro 25.184.

²⁴⁸ Almanak Laemmert de 1870, p. 507.

imigrante aparece como negociante de farinha de trigo²⁴⁹, mas também como padeiro, à Rua Manoel, 19 A.²⁵⁰ Na documentação consular, obteve-se maiores informações a respeito de Carruette, de modo que foi possível constatar que, antes de emigrar para o Brasil, ele havia sido militar. Contraiu matrimônio com Armandine Eugénie Carruette em Portugal. No Rio de Janeiro, em 1870, morava na Praça do Rocio, 63, onde nascera seus filhos Camille Armand Carruette e Jean Charles Amedée Carruette.

CONCLUSÃO:

A partir da análise das seções escolhidas para perscrutar a representatividade francesa no mercado de trabalho do Rio de Janeiro dos oitocentos, através dos exemplares do Laemmert de 1850 e 1870, verificou-se que muitos desses imigrantes chegaram ao Brasil nas primeiras décadas do século XIX, estabelecendo-se em funções que outrora eram desempenhadas por cativos. Nesse processo, foi possível observar que, os ofícios desempenhados pelos imigrantes de origem francesa se destacavam devido a atração que a França exercia no imaginário social da população da cidade, se intensificando durante o período imperial. Os franceses, considerados arauto da civilização, eram significativos em determinados ramos da moda, como as modistas, imortalizadas em crônicas sobre o cotidiano da capital do Império, as parteiras e cabeleireiros. Embora fosse possível observar que o grupo desempenhava funções ligadas aos ofícios manuais, constatou-se que eram minoria nessas atividades. A educação, por seu turno, era um domínio marcado pela presença francesa, de modo que, tornar-se professor no Brasil desse momento, implicava à submissão em um processo criterioso e burocrático.

²⁴⁹ Almanak Laemmert de 1870, p. 535.

²⁵⁰ Almanak Laemmert de 1870, p. 669.

4. OS FRANCESES NOS NOVECENTOS SEGUNDO O *ALMANAK LAEMMERT*

INTRODUÇÃO:

O Almanak Laemmert foi novamente o fio condutor, através da análise dos anos de 1906 e 1914, de modo que foram privilegiados os setores de moda, beleza, educação, saúde, ourivesaria, ofícios manuais, incluindo latoeiros, funileiros, além dos marceneiros, atentando para a inscrição desses profissionais no espaço urbano do Rio de Janeiro. Nessa direção, o recenseamento de 1906 apontou para caminhos importantes em relação à quantidade de imigrantes segundo os distritos do Município Neutro, assim como a concentração desses estrangeiros no mercado de trabalho da cidade, especificamente dos franceses.

Dessa forma, a fim de obter maiores informações sobre os imigrantes de origem francesa, suas ocupações e permanências no mercado de trabalho do Rio de Janeiro, buscou-se cotejar, a partir dos números levantados pelo anuário, buscou-se o cruzamento com documentos oficiais, como as atas do *État Civil Consulaire*, documentos de familiares, além de anúncios publicados no *Jornal do Comércio*, a *Revue Franco Brésilienne* e crônicas de época. O ano de 1913, por exemplo, foi um período favorecido pela publicação de listagens elaboradas pela circunscrição consular do Rio de Janeiro: uma relacionada aos profissionais franceses e outra das Indústrias francesas, empresas agrícolas e bancos estabelecidos domínio do consulado.

4.1. OS FRANCESES NOS PRIMEIROS ANOS DO SÉCULO XX

No tocante aos recenseamentos que ocorreram no Brasil, foi observado que apenas os inquéritos de 1872, 1890 e 1900 tiveram por objetivo levantar informações sobre o país em sua totalidade, inserindo, portanto, durante o período imperial, as províncias, e, posteriormente, já no contexto da República, os Estados da federação. De um modo particular, em 1906, por iniciativa do governo municipal, houve um novo esforço de mensuração da população da cidade. Tal iniciativa se deve à necessidade de ampliar o conhecimento a cerca dos moradores do Rio de Janeiro em suas dinâmicas espaciais, no contexto do encerramento das reformas urbanas na capital federal.

A população do Distrito Federal, recenseada em 1906, atingiu o número de 811.443 habitantes, sendo 625.756 domiciliados na zona urbana e 185.687 na suburbana. Tal quadro refletia inclusive na relação dos estrangeiros com a cidade, de modo que a população imigrante que residia no Rio de Janeiro alcançava o algarismo de

210.515 indivíduos, dos quais 185.163 habitavam as áreas urbanas, enquanto que 25.352 se concentravam no subúrbio. Dessa maneira, observou-se que grande parte dos estrangeiros residentes da cidade privilegiavam as regiões próximas ao centro do Rio de Janeiro, ao invés de áreas mais longínquas.

Ainda em relação à população estrangeira, observou-se que a mesma estava distribuída em determinadas funções no mercado de trabalho características do espaço urbano, destacando-se em setores como o comércio (36.202), serviço doméstico (25.432), edificações (16.964), jornaleiros (16.015), em funções ligadas ao vestuário (13.977), em indústrias não classificadas (10.754), em profissões desconhecidas (10.238), transportes terrestres (8.752). A agricultura, por sua vez, ocupação localizada especialmente no subúrbio demonstrou um número de 6.313. Além disso, elevou-se um número significativo de indivíduos sem profissão (29.469).

Através das informações existentes nesse documento, compreendeu-se que os locais de maior presença da colônia francesa eram em distritos cujo número de estrangeiros ligados ao setor comercial, era majoritário, com ênfase para Sacramento (4.267) e São José (3.589), freguesias onde esses imigrantes ocuparam desde o século XIX. Conforme assinalado anteriormente, o deslocamento de franceses, rumo à Glória, tendência já indicada através dos anúncios publicados pelo *Almanak Laemmert* de 1872, foram também comprovados em 1906, quando se destacou a presença de indivíduos de outras nacionalidades no comércio.

De acordo com os números apresentados pelo censo de 1906, no que diz respeito ao binômio nacionalidades e profissões, foi possível verificar que os franceses eram mais numerosos em distritos cujo setor de vestuário era expressivo, como o caso dos distritos do Sacramento (1.400), São José (1.689) e Santo Antônio (1.590). Na zona sul, Glória e Lagoa, possuíam perfis distintos. O primeiro, por exemplo, contava com a quantidade expressiva de indivíduos sem profissão (3.805) e ligadas ao serviço doméstico (2.303), além das indústrias não classificadas (1.169); o segundo, por sua vez, abrigava um considerável número de domésticos (1.556) e de profissionais ligados à edificação (1.449).

Conforme dito anteriormente, os franceses, segundo o censo de 1906, apresentavam o algarismo de 3.476, representando, portanto, o percentual de 1, 65% no conjunto da população estrangeira na capital federal. Ao analisar a distribuição da colônia francesa por distritos e o perfil desses espaços quanto ao mercado de trabalho estrangeiro na cidade, a partir do material censitário, observou-se que esses imigrantes

estavam concentrados, em sua maioria, nos distritos da Glória (571), São José (468), Santo Antônio (339), Lagoa (292) e Sacramento (211).

Tabela 23: As categorias profissionais segundo a divisão por freguesias do Almanak Laemmert de 1906

CATEGORIAS	FREGUESIA	TOTAL	FRANCESES
Saúde	São José /Candelária/ Engenho Velho/ São João Batista da Lagoa	1.296	6
Educação ²⁵¹	São José/ Glória/ Engenho Velho/ São João Batista da Lagoa	673	20
Moda	São José /Candelária/ Glória	1.540	44
Cabeleireiros	Candelária/Sacramento	15	2
Negociantes	São José /Candelária	590	45
Ourives ²⁵²	Candelária/ Santa Rita	191	16
Operários manuais	São José	94	3

4.1.1. SETOR DE SAÚDE

A área de saúde no Rio de Janeiro, em 1906, permanecia composta por médicos de especialidades diversas, como os homeopatas, oftalmologistas e reumatologistas, mas também de parteiras, dentistas e farmacêuticos. Ampliando o campo de profissões nessa área, havia, ainda, na edição do *Laemmert* uma seção dedicada às casas de saúde e de convalescença na cidade, as quais contabilizavam 10, mas nenhuma era francesa.

A profissão parteira, por exemplo, constava de 25 inscritas no almanaque, as quais estavam localizadas no Centro do Rio de Janeiro, em endereços como à Rua do Hospício, Senador Dantas, Avenida Passos, do Lavradio, além de áreas que incluíam a zona norte, como o Estácio, Tijuca, São Cristóvão, e zona sul, a exemplo do Catete. Diferentemente do que foi indicado nas edições do anuário de 1850 e 1870, que apresentavam majoritariamente a participação francesa nesse ramo, através dos anúncios publicados pela folha, em 1906, houve uma redução da presença dessas imigrantes, de modo que havia apenas duas representantes dessa nacionalidade: Madame Giraud, que atendia na Rua do Catete, 86, e Mme. E. Nathalia Morand, que

²⁵¹ Operou-se a soma do número de instituições mais o dos professores na Corte para o total de profissionais e o de franceses.

²⁵² Operou-se a soma de ourives e joalheiros mais o de negociantes para o total de profissionais na cidade do Rio de Janeiro e de franceses.

possuía consultório nesse logradouro, em prédio de número 65.²⁵³

Ainda que a redução de francesas nesse ramo tenha sido expressiva, cumpre destacar que no imaginário social as profissionais dessa especialidade permaneceram, mesmo sem ser imigrantes dessa origem, utilizando o título de madame, como uma forma de angariar confiabilidade e prestígio na profissão, como foi o caso de Madame Babetti, Madame Desideratti, Madame Barreto, Madame Preciosa Pinto, por exemplo, que atendiam no Centro.²⁵⁴

Se, na seção *parteiras*, havia tão somente anúncios de profissionais do sexo feminino, o ano de 1906, por outro lado, traria uma novidade em relação a esse ramo: a presença de representantes do sexo masculino. Os parteiros, por seu turno, não foram listados em uma área específica do anuário, a exemplo das mulheres que desempenhavam essa especialidade na cidade, apareceram no domínio da medicina, os quais apresentavam o algarismo de 62 especialistas, compreendendo inclusive obstetras e cirurgiões.

Em relação aos médicos que anunciavam no Laemmert, verificou-se que houve um aumento no número de profissionais na área em 1906, de modo que contabilizavam 745, localizados em diversos locais da cidade, especialmente no Centro, Tijuca, Rio Comprido, Vila Isabel, Catete, Flamengo, Botafogo etc.²⁵⁵ Embora não se tenha logrado êxito em encontrar franceses que desempenhassem essa função, verificou-se a partir do exemplo de Eduardo Chapot Prévost, a presença/ permanência de descendentes de franceses no Rio de Janeiro. Filho do cirurgião-dentista francês Louis Chapot Prévost, se notabilizou capital brasileira, como professor de medicina da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e membro da Academia Nacional de Medicina. Apareceu listado no anuário em 2 endereços: o de seu consultório, à Rua do Rosário, 126, e de sua residência, à Rua Alice, 17, em Laranjeiras.²⁵⁶

O setor de farmácia, por sua vez, sofreu um crescimento considerável no intervalo entre a publicação de 1870 e 1906, de modo que, nesse último ano, a profissão continha 336 anunciantes, o que demonstra que essa área obteve um crescimento de 250% na cidade. Desse conjunto, havia apenas um francês, o farmacêutico A. Beaumont & C., localizado à Rua São Francisco Xavier, 22.²⁵⁷

²⁵³ Almanak Laemmert: administrativo, mercantil e industrial de 1906, p. 614.

²⁵⁴ Almanak Laemmert: administrativo, mercantil e industrial de 1906, p. 614.

²⁵⁵ Almanak Laemmert: administrativo, mercantil e industrial de 1906, p. 590-602.

²⁵⁶ Almanak Laemmert: administrativo, mercantil e industrial de 1906, p. 594.

²⁵⁷ Almanak Laemmert: administrativo, mercantil e industrial de 1906, p. 617 - 621.

Quanto aos dentistas, verificou-se que havia 190 inscritos nessa edição do *Laemmert*, o que revela o aumento do número de profissionais desta área no Rio de Janeiro, bem como do de associados à folha. Assim, o crescimento deste campo profissional entre os anos de 1870 e 1906 foi de 603%. Contudo, em relação à presença francesa, foi observada a inexistência de profissionais franceses. Observou-se, por exemplo, tal como ocorrera no setor de medicina, a existência de descendentes de imigrantes de origem francesa, como o cirurgião-dentista Chapot Prévost, cujo consultório estava localizado à Rua da Quitanda, 20.²⁵⁸

Tabela 24: Os profissionais do setor de saúde segundo o *Almanak Laemmert* de 1906.

Categorias	Total de profissionais	Franceses	Percentual de Franceses
Farmacêutico	336	1	0,3%
Dentistas	190	0	0%
Médicos	745	0	0%
Parteiras	25	2	8%
Total	1.296	3	0,2%

FONTE: Almanak Laemmert

4.1.2. SETOR DE MODA

Segundo o *Almanak Laemmert: administrativo, mercantil e industrial* de 1906, há inúmeras seções dedicadas ao universo da moda, de modo que foi possível verificar a permanência de anúncios referentes aos ramos de Alfaiataria, Calçados, Chapelarias, bengalas; Coletes para senhoras e meninas; Fazendas de lã, algodão, seda de linho; Modas; Modistas; e, por fim, uma área destinada aos Moldes, figurinos e cortes para modas.

Já a seção de modas, a qual compreendia estabelecimentos, depósitos, importadores, negociantes de fazendas e importantes lojas desse ramo, era composta por 93 anunciantes, dos quais 88 possuem estabelecimento na região do centro do Rio de Janeiro, correspondendo à média de 95% do conjunto. Os outros 5 propagandistas desse grupo, os quais alcançaram o percentual de 5%, estavam localizados nos bairros do

²⁵⁸ Almanak Laemmert: administrativo, mercantil e industrial de 1906, p. 512.

Flamengo, Laranjeiras, Méier e São Cristóvão.²⁵⁹

A seção de modistas, por seu turno, a qual incluía as costureiras e as oficinas de costuras de senhoras, possuía 53 profissionais, sendo que desse grupo havia 42 mulheres, o que equivalia ao percentual de 79%, e 11 homens, 21%.²⁶⁰ Tal estimativa indicou a mudança no perfil dessa profissão, outrora essencialmente feminina, que passou a ser desempenhada também pelo sexo masculino. Havia, neste grupo de anunciantes, 6 imigrantes de origem francesa, o que corresponde ao percentual de 11% desse conjunto.²⁶¹

No tocante à inscrição dessa profissão no espaço urbano do Rio de Janeiro, foi possível observar que 79% dos anunciantes se encontravam na região do Centro, ao passo que os 21% estavam estabelecidos nos bairros da Tijuca, Rio Comprido, São Cristóvão, Flamengo, Jardim Botânico, Catete, Glória e Botafogo.²⁶²

No que diz respeito à seção dedicada aos alfaiates, verificou-se que havia um expressivo número de 263 anunciantes no município do Rio de Janeiro. Possuíam estabelecimentos em diversos locais da cidade, especialmente nos distritos do centro da cidade, alcançando a média de 93% dos alfaiates, enquanto que aproximadamente 7% se localizavam em bairros, como Catete, Gávea, Jardim Botânico, Engenho Novo e São Cristóvão. Em relação aos franceses, foi possível observar que apenas 4 imigrantes exerciam esse ofício, o que revela o percentual de 1,5% desse grupo.²⁶³

Indubitavelmente, um importante estabelecimento nesse ramo na cidade é a Raunier & C., que estava localizada à Rua do Ouvidor, 138, com filial em São Paulo, à R. 15 de novembro, 36.²⁶⁴ A loja que gozava de reputação na cidade, por ser símbolo máximo do *smartismo*²⁶⁵, aparece anunciada em outras seções destinadas ao setor de moda. Seu surgimento no Rio de Janeiro se deu por iniciativa do francês Eduardo João Raunier, em 1855, como uma casa comercial especializada no ramo de alfaiataria. Com a morte de seu idealizador, o bazar ficou sob a responsabilidade de seus sucessores, todos naturais da França, Achilles, Jorge, Gabriel, José, bem como do sócio João Lopes Ferreira Cabral. (SENNA, 2006, p. 240)

De acordo com Ernesto Senna, João Lopes Ferreira Cabral era português e

²⁵⁹ Almanak Laemmert: administrativo, mercantil e industrial de 1906, p. 528-530.

²⁶⁰ Almanak Laemmert: administrativo, mercantil e industrial de 1906, p. 604.

²⁶¹ Almanak Laemmert: administrativo, mercantil e industrial de 1906, p. 604.

²⁶² Almanak Laemmert: administrativo, mercantil e industrial de 1906, p. 604.

²⁶³ Almanak Laemmert: administrativo, mercantil e industrial de 1906, pp. 449-452.

²⁶⁴ Almanak Laemmert: administrativo, mercantil e industrial de 1906, p. 451.

²⁶⁵

mantinha, para além das relações profissionais, vínculo familiar com os Raunier, já que sua filha era casada com Gabriel Raunier, um dos herdeiros da Raunier & C. O casal que vivia na Europa tinham a incumbência de comprar produtos ligados à moda a serem enviados para o Brasil. Com o falecimento de Cabral, em 1892, o estabelecimento passou a ser dirigido por um novo sócio, Antônio José do Rego, que segundo o cronista, abandonou a sociedade em 1897. (IDEM, p. 240-241)

Mesmo à distância, Gabriel Raunier almejava expandir seu público alvo, incorporando em sua loja uma seção dedicada a *artigos para senhoras com oficinas de costura* (IDEM, p. 241). Dessa maneira, ao retornar da França, conforme relatado pelo cronista Ernesto Senna, empreendeu seus esforços na abertura de sua filial em São Paulo, local que no final do século XIX experimentava desfrutava de certo dinamismo econômico, oriundo dos lucros do café, atraindo inclusive imigrantes de origem francesa que, desde meados dos oitocentos, participavam da vida comercial e econômica na cidade.²⁶⁶ Assim, o negócio na capital paulista se instalou em um charmoso prédio, construído pelo engenheiro Ramos de Azevedo, na Rua Quinze de novembro, 39. (p.241)

Com o início das intervenções urbanísticas no Rio de Janeiro, em 1902, e a proposta de alargamento da Rua Uruguaiana, a qual implicaria na demolição de prédios nesse logradouro, houve a necessidade da Raunier & C transferir-se para outro local, conforme apontado por Senna (p. 241). Gabriel Raunier, por sua vez, expressava seu desejo de manter-se nas imediações da primeira sede da Casa Raunier, permanecendo em espaço destinado à moda na cidade. Adquiriu junto à prefeitura *um terreno de 805 metros quadrados*, para a construção de um edifício próximo às ruas do Ouvidor, Uruguaiana e da travessa do Rosário, dando início à *construção do mais vasto e luxuoso armazém que se conhece entre tantos outros que existem nessa capital*. (p. 241-242).

O intervalo entre a construção e a inauguração do novo estabelecimento, foi o período em que Gabriel Raunier retornou à França, a fim de adquirir materiais de construção, bem como artigos de moda antecipadamente para o estoque de sua coleção que inauguraria em novo endereço. Em julho de 1907, surgiu seu novo estabelecido no Rio de Janeiro, assim descrito pelo cronista de época:

A área ocupada é de 800 metros quadrados. Tem fachada para a rua

²⁶⁶ Ver: BIVAR, Vanessa Dos Santos Bodstein. *Vivre à St. Paul: os imigrantes franceses na São Paulo oitocentista*. 1 v. Tese (Doutorado).

Uruguaiana com 44 metros, para a do Ouvidor com 20 metros, para a travessa do Rosário com 20 metros, três pavimentos e um torreão colocado no ângulo da rua do Ouvidor e Uruguaiana com a altura de 33 metros do solo à ponta da torre. O edifício revestido de mármore até ao 1º andar e possui na parte externa uma grande galeria servida por dois passadiços que dão comunicação para um e outro lado do armazém. (SENNÁ, 2006, p. 242-243)

Tabela 25: Setor de moda segundo o *Almanak Laemmert* de 1906

Categorias	Total de profissionais	Franceses	Percentual de Franceses
Alfaiatarias	262	3	1%
Calçados (fábricas, depósitos e negociantes)	507	4	1%
Camisas, colarinhos, punhos, ceroulas, etc.	35	1	3%
Chapelarias (fábricas, fabricantes e exportadores de chapéus)	24	0	0%
Chapelarias (negociantes e depósitos de chapéus para homens e meninos)	97	1	1%
Fábricas de enformar chapéus e lavar chapéus	5	1	20%
Chapéus de sol e chuvas, bengalas, etc.	59	3	5%

Chapéus para senhoras e meninas (fábricas, lojas e negociantes)	28	6	21%
Coletes para senhoras e meninas (depósitos, fábricas, lojas e negociantes)	13	3	23%
Fazendas de lã, algodão, seda de linho, etc.	121	3	2%
Fazendas de lã, de algodão, de seda, de linho, etc. (Depósitos, armazéns, lojas e negociantes)	242	5	2%
Modas	93	5	5%
Modistas	52	8	15%
Moldes, figurinos e cortes para modas.	2	1	50%
Total	1.540	44	3%

FONTE: Almanak Laemmert

4.1.3. OURIVES FRANCESES

A seção dedicada aos negociantes de diamantes e outras pedras preciosas, brutas e lapidadas era composto por 5 anúncios, dos quais 3 eram de franceses, o que representavam 60% desse grupo.²⁶⁷ Eles se concentravam nos distritos do centro do Rio de Janeiro, especialmente à Rua do Ouvidor, correspondendo, portanto, a 80% dos anunciantes. Levy Irmãos & C., anunciante dessa edição, Rua do Ouvidor, 109, sobrado, cuja matriz de sua casa comercial era em Paris, mas que possuíam também filiais em Porto Alegre e Pelotas, como também em Buenos Aires.

²⁶⁷ Almanak Laemmert: administrativo, mercantil e industrial de 1906, p. 465.

Já o espaço dedicado aos *joalheiros, ourives, relojoeiros e negociantes de joias, relógios, pedras preciosas, ouro, prata etc.* constava de 186 inscritos, dos quais 13 eram franceses, correspondendo ao percentual de aproximadamente 7%.²⁶⁸ Continham os mesmos representantes da seção, porém acréscimo de mais franceses, como Lambert Frères & C. R. do Hospício, 106, sobr., C. do Correio, 672, casa matriz em Paris, com filiais em Buenos Aires, Montevideu e Rosário.

4.1.4. CABELEIREIROS FRANCESES

De acordo com o *Laemmert* de 1906, existia a seção dedicada aos *cabeleireiros e entrançadores*, que funcionava também com depósitos de joias para cabelos. Dos 15 inscritos, 2 eram franceses, e representavam, portanto, a média de 13%. Tais profissionais estavam inscritos no espaço urbano, nas imediações do centro, especialmente às ruas dos Ourives, da Quitanda e do Ouvidor²⁶⁹.

Charles Schimitt, anunciante da edição de 1906 do almanaque, possuía estabelecimento na Rua Gonçalves Dias, 49. Imigrante francês, nascido em Massevanes, na Alsácia, em março de 1850, migrou para Paris onde iniciou suas atividades como cabeleireiro na Casa Boulay. Após ter se aperfeiçoado na “arte da tesoura”, decidiu partir para Portugal, empregando-se na Casa Godfroy. Retornou para a capital francesa, encontrando oportunidade em salão de Felix Duvignet, localizado na famosa Rue Saint – Honoré. Conviveu e aperfeiçoou seu ofício com M. Leutenrick, profissional afamado neste *métier* na cidade francesa. (SENNA, 2006, p.133)

Com a eclosão da Guerra Franco-Prussiana, Charles com idade de 21 anos, alistou-se ao 63º regimento do exercício. Com a derrota francesa no conflito, Schimitt tornou-se prisioneiro em Metz, cidade do leste francês, sendo posteriormente transferido para a Alemanha, onde permaneceu durante 5 meses em cárcere na fortaleza de Houdasberg. (IDEM, 134)

Ao conquistar sua liberdade, no mesmo ano de 1871, retornou para Paris, empregou-se no salão Doundel, decidindo, em novembro, vir para o Brasil, para se estabelecer como cabeleireiro no Rio de Janeiro. Logo que chegou à capital do Império, Schimitt encontrou emprego no salão de Charles Guignard (analisado anteriormente), mantendo-se neste posto até 1876 (IDEM, 134).

De acordo com o cronista Ernesto Senna, Charles Schimitt que havia

²⁶⁸ Almanak Laemmert administrativo, mercantil e industrial de 1906, p. 569, 570 e 571.

²⁶⁹ Almanak Laemmert: administrativo, mercantil e industrial de 1906, p. 466.

conseguido *com suas severas economias angariar a quantia de 800\$, montou em abril de 1872, um modesto estabelecimento no prédio de nº 49 da Rua Gonçalves Dias. Certamente, a experiência adquirida na França e a utilização do distintivo “cabeleireiro francês”, fizeram com que Charles rapidamente se projetasse na cidade, de modo que em pouco tempo tornou-se preferido pela aristocracia.*

Assim, foi cabeleireiro da imperatriz Teresa Cristina, durante 18 anos (indo ao Palácio da Boa Vista em carro da Casa Imperial, com vestuário de rigor), da princesa D. Isabel e dos príncipes seus filhos, da marquesa do Paraná e de Itamarati, da viscondessa de Escragnoille Taunay, das baronesas de Muritiba, São Joaquim, de Loreto (...) (IDEM, 134-135)

Em seus anúncios, Charles Schmitt carregava as insígnias do regime imperial, como cabeleireiro e fornecedor de SS. AA. RR. E II Conde e Condessa D’Eu, além das suas premiações na exposição universal de 1878 e 1880, onde representou o Brasil. Destacava-se por suas habilidades com *cabelos postiços*, com a *tinta Schimitt, de sua invenção para tingir cabelos de todas as cores*, além dos penteados que, segundo Senna, *deram-lhe uma boa fortuna orçada hoje em 800:000\$, em prédios, apólices, ações de companhias e de Municipalidade de Paris, debêntures, conta corrente nos Bancos do Brasil e de França* (IDEM, p. 138).

Em ocasião de suas viagens à França, o cabeleireiro visitava seu irmão Eduardo Schimitt, negociante de modas, pai de um dos profissionais do salão de Schimitt. Deixava seu estabelecimento aos cuidados do português Manuel de Almeida Mercês, viúvo de sua sobrinha.

Com o advento da República, a fama de Schimitt permanecera na cidade, agora capital federal. De acordo com o cronista Ernesto Senna, eram clientes do cabeleireiro francês *as esposas e filhas de todos os presidentes da República do Brasil e de muitas outras senhoras que figuraram no nosso mundo oficial e entre elas a Sra. Elihú Root, esposa do secretário de estado da América do Norte* (p. 135). O mesmo Senna, destacava, ainda, que o estoque na loja de Schimitt guardava marcas do passado de *plumas, leques e pentes de tartaruga*, itens que fizera a cabeça de jovens e senhoras *em modas passadas*. Alertava no início do século XX, a inconstância da moda, ao afirmar que *talvez ainda mais tarde reapareçam para dar mais espavento e mais ostentação ao smartismo tão decantado nesta capital, com grande gáudio dos mercadores de modas* (p. 138).

Outra seção dedicada ao ofício de cabeleireiro é dos *Salões para barbear*,

cortar, frizar e pentear cabelos, a qual aparece informando os 3 primeiros artigos do decreto da prefeitura, lançado em 19 de julho de 1899, qual prescrevia a obrigação a ser cumprida a respeito da higienização dos utensílios utilizados e seu emprego *em qualquer freguês em água fervente, estufa ou solução antisséptica*, gerando infração de 30\$ para aqueles que não cumprisse a lei.²⁷⁰

No tocante ao número de inscritos, havia 211, apenas 2 eram franceses. A. Doublet, por exemplo, anunciante dessa seção, mas também da de cabeleireiros, possuía estabelecimento à R. do Ouvidor, 119, sobrado.²⁷¹

4.1.5. OFÍCIOS MANUAIS

Em relação aos profissionais que desempenhavam os ofícios manuais, a exemplo dos funileiros e latoeiros que anunciavam no Laemmert, verificou-se a existência de anúncios que se repetiam nas duas seções. A área destinada à funilaria contabilizava 91 anunciantes, sendo que havia apenas o anúncio da Lambert, Monteiro & C., localizada à Rua da Constituição, 66. A mesma propaganda fornecia mais informações a respeito da sociedade, tratava-se de um estabelecimento dirigido pelo francês Émile Lambert (ver item 4.2.6), Gonçalo do Rego Monteiro e Juan D. Albertalli.²⁷² Já o ramo de latoaria constava de 15 profissionais, não havendo, portanto, nenhum francês.²⁷³

A seção dedicada aos *marceneiros, marcenarias e fabricantes de móveis* era composta de 93 inscritos, que estavam localizados nas imediações do centro urbano. Em vista dos profissionais dessa área que publicaram na edição de 1870, verificou-se que praticamente não houve variação na quantidade de representantes deste campo profissional, visto que constavam de 94. Os franceses, por exemplo, eram 3, o que indica uma pequena redução no número dos marceneiros que se fixavam locais distintos da cidade, R. do Lavradio, R. da Constituição, Rio Branco e Uruguaiana.²⁷⁴

4.1.6. EDUCAÇÃO

De acordo com o *Laemmert* de 1906, o campo educacional na cidade do Rio de

²⁷⁰ Almanak Laemmert: administrativo, mercantil e industrial de 1906, p. 459.

²⁷¹ Almanak Laemmert: administrativo, mercantil e industrial de 1906, p. 459-461.

²⁷² Almanak Laemmert: administrativo, mercantil e industrial de 1906, p. 543-544.

²⁷³ Almanak Laemmert: administrativo, mercantil e industrial de 1906, p.574.

²⁷⁴ Almanak Laemmert: administrativo, mercantil e industrial de 1906, p. 587-588.

Janeiro era composto por instituições diversas, tais como academias, colégios cursos, escolas, externatos, institutos e liceus. Dessa maneira, a área destinada aos anúncios desses espaços no anuário constava de 85 inscritos, que estavam localizadas nos distritos urbanos da capital federal, sobretudo nos bairros do Centro, Botafogo, Catete, Rio Comprido e Tijuca.

Tabela 26: Estabelecimentos escolares segundo o *Almanak Laemmert* de 1906

Categorias	Instituições inscritas	Instituições Franceses	Percentual de Franceses
Academias	5	2	40%
Colégios	26	3	11%
Cursos	2	0	0%
Escolas	19	0	0%
Externatos	20	0	0%
Ginásios	6	2	33%
Institutos	10	0	0%
Liceus	2	0	0%
Total	90	6	7%

FONTE: Almanak Laemmert

Em relação às academias, observou-se que foram anunciadas a Academia do Comércio, localizada no Largo de São Francisco de Paula, e a Academia de línguas vivas, cujo quadro docente era composto por professores estrangeiros, adeptos do método de ensino Berlitz, à Avenida Central, 131.²⁷⁵

Na mesma listagem a *Alliance Française (AF)* aparece com seguinte endereço: à Rua Sete de Setembro, 33. Em seus primórdios na cidade, a instituição que, inicialmente, era um comitê subvencionado pela *Société de Bienfaisance Française*, pela Legação Francesa, além do auxílio de alguns ilustres francófilos, como o próprio Dom Pedro II, tinha por objetivo difundir através do ensino da língua francesa, a influência cultural do país no Brasil (LESSA, 1996, p.123). De acordo com Mônica Leite Lessa (p. 125), a primeira sede do curso, inaugurada em 1887, em sala concedida

²⁷⁵ Almanak Laemmert: administrativo, mercantil e industrial de 1906, p. 502-504.

pelo Liceu de Artes e Ofício, era destinada aos meninos entre 7 e 15 anos. Mesmo existindo na cidade inúmeras escolas voltadas para o aprendizado do idioma, a AF possuía a vantagem *de instruir jovens que aprendem os dois idiomas simultaneamente*, já que *a instrução pública não compreende o ensino do francês e que os filhos das classes abastadas estudam onde se lhes colocam*.²⁷⁶

Em sua gênese, a Aliança Francesa constituiu-se em um esforço empreendido pelo governo francês na recuperação de sua hegemonia, em um contexto pós-Guerra Franco-Prussiana. De acordo com Mônica Lessa, as perdas ocasionadas pelo conflito e a política de isolamento promovida pela Alemanha, além dos problemas internos na França, impulsionaram o país a reverter seus esforços para a expansão de seu império neocolonial. Nesse contexto, buscou-se o desenvolvimento do campo técnico e científico, visando beneficiar a França em seus domínios coloniais. Assim, AF nasceu com essa dupla missão: de viabilizar o processo de dominação através do ensino da língua (p.117).

Em 1891, a Aliança Francesa conquistou sua autonomia, fundando *sua escola própria no Rio de Janeiro*. De acordo com nota publicada no Jornal do Comércio, a associação à época era dirigida pelo pintor e retratista Auguste Petit. *Fazia um apelo às famílias de todas as nacionalidades que quisessem que seus filhos aprendessem o idioma francês, poderiam encaminhá-los para a escola mantida pela Sociedade, na qual além da mesma língua, se ensinam outras matérias do curso primário*. Era reforçado ainda, que a mesma era *regularmente frequentada e dela têm saído alguns discípulos preparados para empregar-se no comércio*.²⁷⁷

Desde 1895, por exemplo, é possível notar a publicação de anúncios veiculados à *Alliance Française*. Eles informavam que alunos de *qualquer nacionalidade* que desejassem se enquadrar nessa *escola gratuita, língua francesa, portuguesa e ensino primário*, deveriam se dirigir à Rua Sete de Setembro, 33, sobrado, no horário entre meio dia até uma da tarde, para efetuarem sua matrícula.²⁷⁸

No ano seguinte, foi modificada a chamada, de maneira que destacava o *Ensino Gratuito*. A ênfase na aprendizagem das *línguas francesa e portuguesa* permanecia, bem como a sua localização. A propaganda da AF trazia uma novidade: a admissão de

²⁷⁶ Bulletin de l'Alliance Française n° 43. *Apud* Mônica Lessa, *Op. Cit.*, p. 125.

²⁷⁷ Jornal do Comércio, 8 de fevereiro de 1892, p1. http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_08&pesq=alian%C3%A7a%20francesa

²⁷⁸ Jornal do Comércio, 21 de abril de 1895, p. 8.

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_08&pesq=alliance%20fran%C3%A7aise

alunos tanto do sexo masculino quanto do feminino, que podiam se matricular em novo horário das 3 às 4 da tarde.²⁷⁹

De acordo com Lessa (p. 127), a leitura dos boletins publicados pela *Aliança Francesa*, especialmente do balanço de alunos nacionais, franceses e demais estrangeiros, viabilizou a construção de um quadro de discentes da instituição. Através dos números elevados pela autora, verificou-se que o maior número de estudantes eram os brasileiros, de modo que 1908, por exemplo, os 162 matriculados possuíam essa nacionalidade.

No conjunto de instituições de ensino inscritas no almanaque, havia 18 colégios voltados para diversas especialidades de ensino, dos quais 5 eram dirigidos por franceses, a exemplo do Colégio São Carlos, que sendo voltado para o ensino masculino e dirigido pelo Dr. Charles Charnaux, estava localizado à Rua Voluntários da Pátria; do Colégio Rouanet, das Milés. Rouanet, Rua Haddock Lobo, 134; além dos colégios confessionais, como o Imaculada Conceição, na praia de Botafogo, a Congregação dos Santos Anjos, na Tijuca, e o São Vicente de Paulo, à Rua do Matoso.

A Congregação dos Santos Anjos surgiu na cidade de Lons-le-Saunier, na França, em 1831. Idealizada pela Mère Marie Saint Michel Poux, a qual veio a falecer anos depois, em 1855, a ordem tem como lema “Servir e Amar”, através do *ser pobre e servir aos pobres*, por meio da educação. No final do século XIX, *em razão da forte pressão contrária de parte das leis civis e laicas então dominantes* no território francês, por iniciativa da Mère Elizabeth Maire, as irmãs francesas resolveram se estabelecer no Brasil, para fundar um colégio no Rio de Janeiro.²⁸⁰

Em 1893, as freiras se instalaram inicialmente em um solar no Andaraí, à Rua Andaraí Grande, nº 9. Com o passar dos anos, houve a necessidade de ampliar as dependências da escola, transferindo-se, em 1903, para um palacete que pertencera a Clemente Pinto²⁸¹, localizado na Tijuca, à Rua Conde de Bonfim, 135, conforme anunciado no *Laemmert* de 1906. Devido à procura pelo ensino confessional, foram criadas filiais em Vassouras, município do Rio de Janeiro, Além Paraíba, Juiz de Fora e

²⁷⁹ Jornal do Comércio, 23 de fevereiro, de 1896, p. 10.

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_08&pesq=alliance%20fran%C3%A7aise

²⁸⁰ Jornal do Comércio, 14 de junho de 1993, p. 4.

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_18&pesq=Congrega%C3%A7%C3%A3o%20dos%20Santos%20Anjos

²⁸¹ Especula-se que o mesmo Clemente Pinto que cedeu o palacete para o colégio, seja Antônio Clemente Pinto, Barão de Nova Friburgo.

Varginha, em Minas Gerais, bem como em São Paulo.²⁸²

Quanto às escolas anunciadas no *Laemmert*, foi observado através da listagem publicada que existiam 19, dentre elas a Escola de Aprendizes de Marinheiro, na Ilha das Cobras, a Escola Alemã (Deutsche Schule), a Escola Naval etc., embora nenhuma de origem francesa. O mesmo se observou em relação aos externatos, que à época constavam de 20 inscritos na seção, além dos institutos, que constavam de 9, a exemplo do Instituto Benjamin Constant, do Instituto Comercial e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Já os Liceus, foram constatados apenas dois: o Liceu de Artes e Ofício e o Liceu Literário Português, ambos localizados no centro do Rio de Janeiro.

Ainda em relação ao meio educacional, o almanaque dispunha de outras seções dedicadas ao ensino, onde se publicavam as listagens referentes aos Professores *de línguas e várias ciências*, de pintura e desenho, bem como de *música, piano e diversos instrumentos*. Conforme analisado em produções passadas do *Laemmert*, foi possível observar a permanência desses segmentos na edição de 1906, que constava de um maior número de inscritos, que juntos totalizavam 673 profissionais. Nota-se, portanto, um crescimento dessa área na capital federal, abrangendo outros distritos, que outrora não apareciam nos endereços indicados pelo anuário.²⁸³

No que diz respeito à área de idiomas e ciências diversas, verificou-se que havia 572 anunciantes que atuavam no Rio de Janeiro, dos quais apenas 9 eram de nacionalidade francesa, o que representa o percentual de 1,57% do grupo dos professores. Estavam concentrados majoritariamente na zona sul da cidade, nos bairros do Catete, Botafogo, Copacabana, Laranjeiras e Santa Teresa.²⁸⁴ Edouart Benet, anunciante do *Almanak* de 1906, lecionava latim e francês à Rua Francisco Muratori, 3.

Quanto aos professores de música e instrumentos musicais, foi constatada a presença de apenas 3 franceses em uma listagem de 65 anunciantes, o que corresponde, portanto, a 5% desse conjunto. Louis Gilland, inscrito nessa seção, ensinava canto à Rua Voluntários da Pátria, em Botafogo. Já Mademoiselle Marie Josephine Demillecamps oferecia aulas de solfejo no mesmo bairro, porém em endereço distinto, à Rua D. Mariana, 29. Paulo Chamberland, por seu turno, era professor de piano à Rua Conde Bonfim, 284.²⁸⁵

O ensino de atividades físicas anunciadas pelo *Laemmert* era composto pelas

²⁸² Idem Ibidem.

²⁸³ Almanak Laemmert: administrativo, mercantil e industrial de 1906, p. 635 – 632.

²⁸⁴ Almanak Laemmert: administrativo, mercantil e industrial de 1906, p.627.

²⁸⁵ Almanak Laemmert: administrativo, mercantil e industrial de 1906, p.633.

seguintes modalidades: *natação, ginástica, esgrima, hipismo, tiro ao alvo etc.* A seção dedicada a essas habilidades esportivas eram compostas por 10 anunciantes, apenas Paulo Lauret, era imigrante de origem francesa, o que representa 10% do grupo, dava aulas de esgrima à Rua da Lapa, 65.²⁸⁶

Já a seção destinada às competências manuais, como a pintura e o desenho, possuía 26 inscritos, constando de apenas 1 francês. Auguste Petit, retratista a óleo, anunciou no anuário de 1906 seus dois ateliês, localizados na Travessa São Francisco de Paula, 6, 1º andar e na Rua do Catete, 248, respectivamente.

Tabela 27: Setor de Educação segundo o Almanak Laemmert de 1906

Categorias	Total de profissionais	Franceses	Percentual de Franceses
Professores de desenho, pintura, bordados, etc.	26	1	4%
Professor de natação, ginástica, esgrima, hipismo, tiro ao alvo,	10	1	0
Professores de música e de diversos instrumentos	65	3	5%
Professor de várias línguas e ciências	572	9	1%
Total	673	14	2%

FONTE: Almanak Laemmert

4.1.7. NEGOCIANTES FRANCESES

Na seção de negociantes de importação e exportação do *Laemmert* de 1906, havia 590 associados, dos quais 45 eram franceses, o que correspondia a 7% do grupo.²⁸⁷ No conjunto desses profissionais, foi possível observar a inscrição J.B. Isnard,

²⁸⁶ Almanak Laemmert: administrativo, mercantil e industrial de 1906, p. 633.

²⁸⁷ Almanak Laemmert: administrativo, mercantil e industrial de 1906, pp. 554-567.

que possuía estabelecimentos à Rua do Hospício, 103. Sua trajetória enquanto imigrante francês e sua atuação no mercado de trabalho no Rio de Janeiro, no entanto, remontam ao século anterior, quando Isnard se estabeleceu na cidade. Se, através das páginas do almanaque, foi possível vê-lo inscritos em outros ramos dos negócios, foi também através das memórias e escritos familiares, das certidões do *État Civil Consulaire*, além de notícias de jornais que viabilizaram o conhecimento acerca do sujeito histórico.

Jean Baptiste Isnard nasceu em Toulouse, no departamento de Haute Garonne, em 2 de julho de 1840. Em 1856, tendo completado 16 anos, Jean Baptiste decide emigrar para o Brasil, a bordo de um veleiro, acompanhado do pai e três irmãos, a fim de trabalhar no estabelecimento de seu tio Jean Porte²⁸⁸, que anos antes da chegada de seu sobrinho, havia fundado fábrica de materiais e acessórios de seges. Além do serviço oferecido, Isnard receberia, inclusive, instruções de Jules Ernest Charbonier, guarda-livros, que morava nos fundos dessa mesma casa, situada à Rua dos Borbonos, 33 A.

De acordo com os relatos dos familiares de Isnard, parte rumo ao Chile, onde viveu 2 anos. Em seguida, vai para a Califórnia, destino de muitos franceses, ao longo da década de 1850, durante a corrida do ouro e, posteriormente, para a Austrália. Retorna para a França, onde se alistou ao exército.

Jean Baptiste retorna ao Brasil, onde já havia estabelecido uma rede de sociabilidade no passado. Embora não se tenha obtido muitas informações sobre a vida do pai de Isnard²⁸⁹, sabe-se, porém, que sua irmã Caroline, ainda vivia no Rio de Janeiro, com seu marido Théophile Proust, com quem se casara em 1859.²⁹⁰ Recém-chegado da França, o jovem ferreiro retomou suas antigas funções na fábrica de Jean Porte. Em 19 de janeiro de 1867, se casa com Marie Bibianne Dupont²⁹¹, filha de alemães de Koblenz, que haviam se estabelecido em Petrópolis, na Paróquia do Santíssimo Sacramento, no centro do Rio de Janeiro.²⁹²

No ano seguinte, em 1868, se associa a Proust, marido de sua irmã Caroline,

²⁸⁸ Jean Porte é o nome informado pela família de Jean Baptiste Isnard. Entretanto, a documentação do *État Civil Consulaire* utiliza dois nomes de pessoas próximas a Isnard: Pierre Porte e Jean François Martel.

²⁸⁹ Segundo alguns escritos de família, Jean Baptiste Isnard enviava mensalmente uma mesada para seu pai na França. Com a morte de Toussaint Isnard, sua madrasta passou a receber a ajuda vivenda do Brasil até o final de sua vida.

²⁹⁰ Estas informações foram obtidas através da Acte de Mariage de Caroline Pétronille Isnard e Théophile Proust. O enlace matrimonial que ocorrera na Paróquia de São José e há divergências sobre a data. Por essa razão, é mais seguro considerar que foi ainda na década de 1850.

²⁹¹ A família de Marie Bibianne Dupont emigrou para o Brasil, para formar os primeiros núcleos em Petrópolis. Segundo os relatos familiares, vieram sob o estímulo do Imperador Dom Pedro II, para implementar, no Rio de Janeiro, o modelo de ensino baseado nos padrões de educação europeia.

²⁹² Extraído da Acte de Mariage de Jean Baptiste Isnard e Marie Bibianne Dupont.

montando a firma Proust & Isnard, sucedendo, assim, Jean Porte, que tinha retornado para a França. Ao lado do cunhado, transfere a fábrica para Rua Sete de Setembro, 213, próximo ao Largo do Rocio. Acima desse estabelecimento, havia um sobrado, onde Isnard residiu com sua esposa.

Embora os registros e memórias da família Isnard tenham revelado que, em 1871, Théophile Proust havia retornado à França, com sua esposa Caroline, os anúncios do *Laemmert* indicam a permanência dessa parceria, até 1881. De fato, é datado dessa mesma época, o retorno de Jean Baptiste à França, onde se instalou no subúrbio de Paris, em Villemomble, próximo à Saint Denis. Acompanhado de sua esposa e de seus filhos²⁹³, ele que enriquecera na Corte, deixa seus negócios aos cuidados de Alfredo Beral.²⁹⁴ Todavia, a partir de 1885, passa-se a veicular no *Laemmert* a propaganda dos serviços de Isnard como tanoeiro na capital francesa, à Rue Deux Gares.²⁹⁵

A ausência de propagandas da Isnard & C. (J.B.) no *Laemmert*, nos últimos anos do Segundo Reinado, comprova aquilo que os registros familiares relatam a respeito da falência da firma.²⁹⁶ Somado a esse problema de ordem financeira, constatou-se que Isnard atravessava outros revezes em sua vida pessoal. Além do falecimento de sua esposa, Marie Bibianne, sua primogênita, Caroline, morre aos 21 anos. Abalado com a perda familiar, o comerciante é acometido por um ataque de bñlis, que quase o levou à morte.

De acordo com a seção do *Lammert*, dedicada aos comerciantes de balanças, era comum também observar o nome de outro imigrante francês que atuava no mesmo ramo que Isnard: era Régis Conteville, que possuía lojas na Rua de São José, 101 e Rua do Curvello, 18.²⁹⁷ Verificou-se, por exemplo, que Jean Baptiste voltou a anunciar no almanaque em 1891, em novo endereço, à Rua dos Ourives, 35. Esse mesmo anúncio trazia uma nova informação: a firma possuía uma nova filial na França, à Rue des Ecluses S. Martin, em Paris.²⁹⁸ Entretanto, os negócios do outro lado do Atlântico, tiveram durabilidade efêmera como sugerem as propagandas publicadas nos anos

²⁹³ No total, Jean Baptiste Isnard teve com Marie Bibianne 12 filhos, sendo que, até o final de sua vida, apenas 6 sobreviveram.

²⁹⁴ Essa informação passou a ser veiculada no *Almanak Laemmert*, de 1885, quando passou a publicar os anúncios da Isnard & C. (J.B.), com duas notas: uma relatando que Jean Baptista residia em Paris; outra, que Alfredo Baral atendia nos seguintes endereços: Rua Sete de Setembro, 217 e Rua Flack, 10. Ver: *Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial*. Ano 1885, p. 705.

²⁹⁵ Ver: *Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial*. Ano 1885, p. 897.

²⁹⁶ Verificou-se que a firma Isnard & Cia deixou de anunciar no *Laemmert*, em 1887.

²⁹⁷ Ver: *Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial*. Ano 1885, p. 897.

²⁹⁸ Ver: *Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial*. Ano 1891, p. 544.

posteriores a 1901.²⁹⁹

No ano seguinte, em 1892, Jean Baptiste casa sua filha Pauline Joséphine Isnard com Ferdinand Labourian, filho de um negociante parisiense. A essa altura, o Isnard já havia mudado de residência, ainda que permanecesse morando na Rua São Francisco Xavier, ele e sua família passaram então a habitar a casa de número 63, como indica a ata do *État Civil Consulaire*.³⁰⁰

De todos os registros da família do comerciante francês encontrados nesse fundo, chama a atenção para o fato da proximidade entre ele e Jules Ernest Charbonnier, a quem lhe dera formação, por meio de aulas particulares, no Brasil.³⁰¹ Este último anunciava com frequência seus serviços no *Almanak Laemmert*. Primeiramente como professor de língua francesa e, posteriormente de História e Geografia.³⁰² Após ter se estabilizado no Rio de Janeiro, são veiculados neste mesmo manual, anúncios como contador na cidade.³⁰³

Os negócios de Jean Baptiste seguem prosperando no Rio de Janeiro. No ano de 1900, notou-se que na seção de “Couros e Cortumes” do almanaque, passa a utilizar em seus anúncios o nome de um novo sócio, Rezende, que passa a atender seus clientes à Rua Florencio de Abreu, 9-B. Seguindo uma tendência da época, no ano seguinte, Isnard monta um negócio em São Paulo, à Rua 25 de Março, 31. De fato, desde o final do século XIX, esse estado já havia se tornado um importante centro político e econômico do Brasil, graças à expansão do café e da indústria. Por isso, era comum que muitos e/ou imigrantes passassem a privilegiar esse local, ao invés do Distrito Federal, ou apenas montassem suas filiais. Em 1902, pelo que se observa no Laemmert, o negociante francês obtém êxito em sua firma, passando a veicular o mesmo endereço, nos números de 30 a 36.

Os filhos de Jean Baptiste, Jules e Ernest trilharam o mesmo caminho que pai, montando a Isnard Frère & C., firma que vendia artigos para fabricação de carruagens e arreios. Entretanto, em 1903, o pai decide formar a Isnard & Cia., a qual contava com a presença desses mesmos herdeiros. Os três passaram a oferecer balanças, pesos, burras,

²⁹⁹ A partir de 1902, o Laemmert deixa de veicular o endereço da filial de Jean Baptiste Isnard na França.

³⁰⁰ Acte de Mariage de Pauline Joséphine Isnard e Ferdinand Eugène Labourian, em 1892.

³⁰¹ Além dos anúncios do Almanak Laemmert, os registros da família Isnard complementam as informações a respeito de Jean Ernest Charbonnier. Em um dos escritos, verificou-se que antes de emigrar para o Brasil, ele foi o 1º aluno da Escola Superior de Comércio da França, recebendo de Napoleão III uma medalha de ouro. Outra informação que se obteve, foi a de que, devido a amizade que nutria com Isnard, batizou de Jules Jean Isnard, filho do comerciante.

³⁰² Ver: Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial. Ano 1885, p. 897.

³⁰³ Ver: Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial. Ano 1885, p. 897.

cofres de ferro, tornos e demais utensílios, além de couros e, mais adiante com importações de “diversas fábricas e empresas estrangeiras”.

Em 1909, Jean Baptiste Isnard morre no Rio de Janeiro, aos 68 anos de idade. Segundo os relatos familiares, deixou os seus 6 filhos em condições de vida favoráveis: “100 contos a cada uma das filhas e 50 contos a cada filho, mas deixando-lhes a casa comercial”. Jules e Ernest deram sequência aos negócios do pai, no Rio de Janeiro e em São Paulo, passando a importar da França, inúmeras mercadorias, dentre elas, os primeiros modelos de automóveis e pneumáticos para o Brasil.

Não obstante às poucas informações das causas do falecimento de Jean Baptiste nos escritos elaborados por sua família, apuraram-se em jornais de grande circulação à época, a fim de obter maiores esclarecimentos sobre a morte do comerciante. Dessa maneira, verificou-se que, no *Correio da Manhã*, de março de 1909, foi publicada a notícia do óbito de Isnard, segundo a qual relatou que ele havia atentado contra a própria existência em sua residência. A folha ainda destacou que o mesmo vinha sofrendo de uma doença coronariana e que vinha levando “uma vida de constantes padecimentos, que desde então se agravavam de hora a hora”. Mesmo tendo recebido acompanhamentos médicos e de seus filhos, que demonstravam preocupação com a falta de ânimo, Jean pegou um revólver e, em seu leito, atirou em seu peito.

A memória da morte de Isnard foi velada por seus familiares, caindo em completo esquecimento/ desconhecimento ao longo das gerações. Quando a firma Isnard & C. completou seu centenário, em 1952, foi constatado que este episódio da vida de seu fundador fora completamente obliterado. Vê-se, portanto, o não-dito no discurso acerca do fim da vida deste sujeito histórico e o quase completo desconhecimento por parte dos descendentes em relação ao trágico fim do patriarca da família.

4.2. OS FRANCESES EM 1914

Para análise dos franceses no mercado de trabalho em 1914, o *Almanak Laemmert* foi novamente o fio condutor através do qual se levantaram nomes e endereços de estabelecimentos de imigrantes dessa nacionalidade, a fim iluminar os setores revisitados nos outros anos. Desse modo, o cruzamento de fontes como o *Jornal do Comércio*, a *Revue Franco Brésilienne*, crônicas de época, documentos pessoais e de familiares auxiliou na compreensão dos franceses no mercado de trabalho. Um

importante documento adicionou informações essenciais ao corpus documental exposto: trata-se da listagem elaborada pelo Consulado Francês na circunscrição consular do Rio de Janeiro, a qual consta os nomes e as profissões dos franceses.

4.2.1. SETOR DE SAÚDE

O setor de saúde, segundo o *Almanak Laemmert* de 1914, é composto por 1982 inscritos. Apesar do crescimento desse campo, observou-se que a presença francesa nesse domínio foi pouco significativa, de modo que o contingente de imigrantes nesta área era igualmente diminuto, 2%. A área de medicina, por exemplo, constava de 1369 médicos, sem ter, portanto, nenhum francês.³⁰⁴ Na listagem elaborada pelo consulado francês no Rio de Janeiro, Paulin Zélié aparece como homeopata no Rio de Janeiro.³⁰⁵ O mesmo panorama se repete em relação aos farmacêuticos, de modo que não havia representantes franceses. Em relação ao ano de 1906, o setor de saúde em 1914 teve um crescimento de 53%, aproximadamente.

Se, por um lado, observou-se a completa escassez de franceses nesses campos profissionais, por outro, foi verificado que, em relação aos dentistas havia 469, sendo apenas um anunciante de nacionalidade francesa.³⁰⁶ Tratava-se de A. Gérin, que dava consulta à Rua Gonçalves Dias, 78, sobrado.³⁰⁷ No cruzamento com a listagem consular, verificou-se apenas Edouard Mège. Já em relação ao ofício das parteiras, profissão que no século XIX era majoritariamente francesa, em 1914, era composta por 48 associadas ao *Lammert*, das quais apenas 4 eram francesas, correspondendo, portanto, a 8% do conjunto.³⁰⁸ O grupo era composto por E. Bourgeois Habema e E. Morand, que atendiam à Rua do Catete, nº. 49, sobrado, e nº 40, respectivamente; por Madame Delcher, que prestava serviço à Rua Senador Dantas, 80, além de Julia Esberard, que era membro da família da famosa fábrica de vidros Ésberard, em São Cristóvão.³⁰⁹

³⁰⁴ Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial de 1914, pp. 1119-1133.

³⁰⁵ Liste par professions des français établis dans la circonscription Consulaire du Consulat de France à Rio de Janeiro. 30p. setembro de 2012. Notação do Microfilme 2MI3171.

³⁰⁶ Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial de 1914, p.1040-1042.

³⁰⁷ Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial de 1914, p.1040.

³⁰⁸ Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial de 1914, p.1148.

³⁰⁹ Almanak Laemmert: administrativo, mercantil e industrial de 1914, p. 1148.

Tabela 28: Os profissionais do setor de saúde segundo o *Almanak Laemmert de 1914*.

Categorias	Total de profissionais	Franceses	Percentual de Franceses
Farmacêuticos	96	0	0%
Dentistas	469	0	0%
Médicos	1369	0	0%
Parteiras	48	4	8%
Total	1982	4	0,2%

FONTE: Almanak Laemmert

4.2.2. SETOR DE MODA

De acordo com as informações disponibilizadas pelo *Almanak Laemmert de 1914*, verificou-se que o setor de moda permanecia diversificado, compreendendo diversos ramos que iam desde a confecção de roupas e acessórios ao comércio de modas. Diferentemente dos anos analisados anteriormente, a edição do anuário deste ano indica uma profunda redução no número de franceses envolvidos neste domínio da economia.

Certamente, os estabelecimentos franceses que aparecem com frequência no *Laemmert de 1914* é a *Raunier & C*, já apresentada, e a *Notre Dame de Paris*, repetindo-se em mais de uma seção destinada à moda. Em relação à primeira, cumpre destacar que se trata de um estabelecimento criado em meados do século XIX. Em suas memórias sobre a Rua do Ouvidor, Joaquim Manuel de Macedo relata o surgimento da *loja lojíssima de modas*, a qual segundo o autor *ninguém calcula onde irá parar em suas conquistas ao norte, a sul, a leste e a oeste* (MACEDO, 1988, p. 127).

O cronista, ao traçar as origens do pujante estabelecimento de modas francesas, indicou que antes que M. Décap, proprietário da *Notre Dame de Paris* se fixasse no endereço, existia uma antiga loja de papéis e objetos de escritório do Sr. Passos, que entre os anos de 1840 e 1853, vendia jornais de cunho político liberal (Idem, p 127). No redemoinho das paixões políticas que pintavam o cenário da época que, segundo Macedo, aproximavam alguns liberais e republicanos dos conservadores, contribuíram para que Passos desistisse de levar adiante seu comércio. Nesse período, M. Décap, que

já estava envolvido no comércio de modas, decidiu transferir-se para esse ponto. De acordo com Macedo:

A loja de modas Notre Dame de Paris, que começou com uma porta e duas vidraças na antiga casa do Passos, tem hoje doze (contadas as portas e as vidraças), abrindo-se para a rua do Ouvidor; as casinhas térreas transformaram-se em vistoso sobrado, cuja frontaria é iluminada na linha superior por numerosa série de bicos de gás (MACEDO, 1988, p.129).

Em 20 de Janeiro de 1854, Cazaux Decap & Cia, veiculou no Diário do Rio de Janeiro, o anúncio de sua Notre Dame de Paris, *casa que pode oferecer neste momento um magnífico sortimento de sedas pretas de todas as qualidades*. A loja, que estava localizada no endereço da Rua do Ouvidor, 155, possuía um diferencial: oferecia *nobreza de todos os preços*, dos mais variados tipos de fazendas *de ultima moda e de primeira qualidade*.³¹⁰

Devido ao sucesso que vinha alcançando na capital do Império, em 1857, o Dom Pedro II concedeu à Notre Dame *a mercê do título de fornecedoras de S.M. a Imperatriz e SS. AA. Imperiais*.³¹¹

Era comum, entretanto, observar que a Notre Dame possuía relação com o teatro francês que se desenvolvia na cidade do Rio de Janeiro, sendo ponte de venda de ingressos de espetáculos teatrais, a exemplo da encenação da opereta Barbebleue, de J. Offenbach, no Teatro Lírico Fluminense, interpretada pela famosa Mlle. Aimée.³¹²

Além de Joaquim Manuel de Macedo, outro cronista que dedicou um texto sobre a Notre Dame, foi José de Alencar, que em crônica publicada no Correio Mercantil, em 2 de novembro de 1874:

Como o Desmarais, a Notre Dame de Paris abrirá brevemente as portas do seu novo salão, ornado com luxo e um bom gosto admirável. As moirées, os veludos e as casimiras, todos os estofos finos e luxuosos, e destinados aos corpinhos sedutores das nossas lindezas, terão uma moldura digna deles, entre magníficas armações de pau-cetim; e o pezinho mignon que transpuser os umbrais desse templo da moda pousará sobre macios tapetes, que não lhe deixarão nem sequer sentir que pisam sobre o chão. (ALENCAR, 2003, p.33)

³¹⁰ Diário do Rio de Janeiro, 20 de Janeiro de 1854, p. 3.

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&pesq=D%C3%A9cap

³¹¹ Diário do Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 1857, p. 1.

³¹² Diário do Rio de Janeiro, 8 de fevereiro de 1867, p. 4.

[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_02&pesq=A%20Notre%20Dam e%20de%20Paris](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_02&pesq=A%20Notre%20Dame%20de%20Paris)

Macedo destacou, ainda, a grandiosidade do empreendimento que, com passar dos anos e sem ter para onde se expandir, avançava para o “fundo em direção à Sé Velha ou à igreja do Rosário e, diante dela, abriu saída de importância estratégica com uma fortaleza de portão de ferro” (p. 129-130). Décap aparece em Joaquim Manuel de Macedo como um insaciável conquistador que buscou aumentar os domínios laterais, que abrem atrativa comunicação com a Praça São Francisco de Paula, para a qual apresenta gracioso chalé. Se, na crônica, foi apontada a questão da expansão da loja, nas páginas de jornal, o endereço veiculado nos anúncios da loja, subjaz à grandiosidade da loja de departamentos que se inscrevia no espaço da Rua do Ouvidor, Largo de São Francisco e Travessa do Rosário.³¹³

Na década de 1910, por exemplo, é possível se deparar com anúncios da Notre Dame de Paris, oferecendo *grandes saldos em todas as seções, a preços sem precedentes*.³¹⁴ Além desse informativo, a loja oferecia para quem interessasse, oficinas para formação de alfaiates e chapéus para senhoras.³¹⁵ Havia também anúncios oferecendo empregos, o que demonstra que, com certa frequência, a empresa contratava auxiliares de modistas³¹⁶, boa costureira³¹⁷, assim como *bons alfaiates para “tailleur”*.³¹⁸

A Notre Dame de Paris teve vida longa na cidade do Rio de Janeiro³¹⁹, destacando-se pela venda de importados e pela miríade de produtos ligados à moda na cidade. Se suas origens se encontram no bojo das transformações possibilitadas pela expansão econômica e urbanização advindas da consolidação da ordem imperial e dos lucros do café, durante a Belle époque carioca ela alimentou o desejo de consumo, de

³¹³ Jornal do Comércio, 8 de novembro de 1900, p.8. http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_09&pesq=A%20Notre%20Dame%20de%20Paris

³¹⁴ Jornal do Comércio, 20 de abril de 1910, p. 14. http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_10&PagFis=766&Pesq=A%20Notre%20Dame%20de%20Paris

³¹⁵ Idem.

³¹⁶ Jornal do Comércio, 5 de outubro de 1910, p. 13. http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_10&PagFis=766&Pesq=A%20Notre%20Dame%20de%20Paris

³¹⁷ Jornal do Comércio, 18 de julho de 1912, p. 14. http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_10&PagFis=766&Pesq=A%20Notre%20Dame%20de%20Paris

³¹⁸ Jornal do Comércio, 19 de janeiro de 1913, p. 15. http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_10&PagFis=766&Pesq=A%20Notre%20Dame%20de%20Paris

³¹⁹ Durante os anos de 1960, por exemplo, era possível se deparar com anúncios de desconto da Notre Dame de Paris no Jornal do Comércio. Em 30 de junho de 1971, por exemplo, a loja venceu o concurso de melhor vitrine das lojas cariocas realizado pela Federação das Indústrias do Estado da Guanabara, conforme matéria publicada no Jornal do Comércio dessa data.

andar sempre de acordo com a moda europeia, características de um *modus vivendi* tipicamente urbano, materializado pelas elites cariocas.³²⁰

Tabela 29: Setor de moda segundo o Almanak Laemmert de 1914

Categorias	Total de profissionais	Franceses	Percentual de Franceses
Alfaiates	422	2	0,5%
Calçado	95	0	0%
Calçados (depósitos e casas)	371	0	0%
Camisarias	42	1	2%
Chapelarias (fábricas, fabricantes e exportadores de chapéus)	97	1	1%
Chapéus	10	0	0%
Chapéus (Fábricas de enformar e lavar)	28	1	3%
Chapéus de sol e chuvas, etc.	57	2	3%
Chapéus para senhoras e meninas (fábricas, lojas e negociantes)	48	4	8%
Coletes para senhoras e meninas (depósitos, fábricas,	16	2	12%

³²⁰ Ver: Jeffrey Needell. *Belle Époque Tropical. Sociedade e Cultura de Elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

lojas e negociantes)			
Fazendas	166	2	1%
Fazendas e artigos para alfaiates.	34	1	3%
Modas e confecções	127	2	1%
Modistas	59	4	7%
Moldes, figurinos e cortes para modas.	6	1	16%
Total	1578	23	1%

FONTE: Almanak Laemmert

Se o *Laemmert* apresentou uma considerável redução de franceses no setor de moda, através dos anúncios, a lista produzida pelo cônsul apontou para a presença de imigrantes nesse mercado. A listagem do consulado francês apresenta, para esse setor, a seguinte divisão: costureiras (23) e modistas (4). Em relação às costureiras, verificou-se que a listagem compreendia subdivisões como casas de costuras (6), mestres de costuras (5) e operárias (13), o que se compreende como artífice. Em relação às casas de moda, reconheceram-se nomes que aparecem no almanaque em 1914, como é o caso de Geneviève Chérencq, que estava localizada à Rua Sachet, 42, sobrado e Alice Lesage, Rua Gonçalves Dias, 19, 1º andar.³²¹ As modistas costureiras não se encontravam mais à Rua do Ouvidor, mas em localidades mais modestas. Sobre as operárias, compreende-se que seus nomes não apareciam veiculados em anúncios por saber que elas se encontravam nos bastidores da produção indumentária.

Curiosamente, se se observa o crescimento do setor de modas nos anúncios de moda, confirmado pela literatura histórica de que a Belle Époque no Rio de Janeiro foi um momento marcado pelo forte desejo de estar de acordo com a moda europeia, conforme apontado Needell (p. 192), essa mesma moda dita europeia diferentemente do século XIX que era produzida na cidade, no século XX parece ter sido muito mais importada da Europa, através de lojas francesas que permaneciam na cidade como a

³²¹ Almanak Laemmert: administrativo, mercantil e industrial de 1914, p. 1135

Raunier & C. e a Notre Dame (estabelecimentos que com passar do tempo foram crescendo, ampliando o leque de produtos serem vendidos, tornando-se verdadeiros polos da moda europeia na cidade), por exemplo, do que pela permanência de modistas propriamente dita, embora o ideal de vestir-e à francesa permanecesse vivo na memória social.

4.2.3. OURIVES FRANCESES

A seção dedicada às *Joalherias, ourivesaria e relojoaria* era composta por 220 profissionais, o que demonstra que em relação ao ano de 1906, houve um crescimento aproximado de 19%. Quanto aos franceses, verificou-se que havia 7 eram franceses, o que representava 3% do conjunto deste grupo em 1914.³²² Em relação ao ano de 1906, por seu turno, houve um decréscimo de 46%.

Era possível, entretanto, encontrar praticamente os mesmos anunciantes em seção dedicada aos Negociantes de brilhantes, diamantes e outras pedras preciosas, representando 16 no total, demonstrando que entre 1906 e 1914, houve um aumento de 220 %. Quanto aos 8 franceses que aparecem em 1914, representam o percentual de 50 %.³²³

No cruzamento das informações contidas no anuário, foi possível observar os mesmos nomes listados na edição do almanaque na listagem elaborada pelo Consulado Francês do Rio de Janeiro, a qual contabilizava 7 imigrantes, nomes como o de E. Daniel, Georges e Maxime Francfort, Lambert e Cia., Léon Frères, Isidore Marx e Pierre Taur.³²⁴ Fato que demonstra que esses imigrantes eram representativos e que possuíam certa visibilidade social, visto que aparecem nas duas seções dedicadas ao setor de ourivesaria. O mesmo Lambert que possuía filiais em Paris, Buenos Aires, Montevidéu e Rosário, em 1906, anuncia na edição de 1914 em novo endereço, à R. do Hospício, 100, sobr, com casa apenas no Rio de Janeiro. Além dessa mudança, verificou-se que, anteriormente, o *bijoutier* que possuía estabelecimentos em outros países, manteve apenas casa comercial no Brasil, o que demonstra a representatividade e a preferência por seu negócio no país.

³²² Almanak Laemmert: administrativo, mercantil e industrial de 1914, p. 1098-1100.

³²³ Almanak Laemmert: administrativo, mercantil e industrial de 1914, p. 968

³²⁴ Liste par professions des français établis dans la circonscription Consulaire du Consulat de France à Rio de Janeiro. 30p. setembro de 2012. Notação do Microfilme 2MI3171.

4.2.4.. PROFESSORES FRANCESES

Em 1914, o *Almanak Laemmert* anunciou, em suas seções destinadas ao ensino e aprendizado, 169 instituições, as quais eram divididas pelas seguintes categorias: colégios (50), escolas (39), externatos (47) e institutos (33). Desse conjunto diversificado de espaços voltados para a educação no Rio de Janeiro, havia estabelecimentos franceses e/ou dirigidos por imigrantes dessa nacionalidade.³²⁵

Tabela 30: Estabelecimentos educacionais segundo o *Almanak Laemmert* de 1914

Categorias	Total de profissionais	Franceses	Percentual de Franceses
Colégios	50	5	10%
Escolas	39	1	2%
Externatos	45	2	4%
Ginásios	3	0	0
Institutos	33	2	6%
Universidades	2	0	0
Total	172	10	0,6 %

FONTE: Almanak Laemmert

A França desempenhou um papel no mundo ocidental de modelo educacional e divulgadora de princípios civilizacionais. Por essa razão, era comum entre as elites brasileiras enviar suas filhas para receberem formação na Europa. Contudo, com a consolidação da ordem imperial e o desenvolvimento urbano possibilitado através dos lucros da economia cafeeira, propiciaram o surgimento das primeiras instituições de ensino feminino no Brasil. Esses espaços foram criados a partir da iniciativa de congregações religiosas europeias, especialmente das francesas.

Contudo, foi no final dos oitocentos que os colégios religiosos femininos se firmaram no país, através da vinda de inúmeras congregações. Tal projeto constituiu-se em uma ação promovida pela Igreja Católica, que desejava participar da formação educacional da mocidade, através da implantação do ensino confessional nas grandes capitais brasileiras. Observa-se, assim, uma via de mão dupla: as religiosas, que conseguiram licença do governo republicano para criação se estabelecerem no Brasil, e

³²⁵ Almanak Laemmert: administrativo, mercantil e industrial de 1914, p. 1022-1024.

as elites, por sua vez, viam-se satisfeitas já que a presença de escolas religiosas fazia parte do desejo das elites. As jovens moças receberiam a formação religiosa, seriam formadas segundo os valores morais cristãos, a fim de se tornarem boas moças, com “possibilidade de contrair um bom casamento nas altas esferas do Estado”.³²⁶

Segundo Angela Xavier de Brito, há tempos, havia o desejo de estabelecer no Rio de Janeiro o Colégio Sacré Coeur. Apesar de haver uma demanda das antigas alunas educadas na filial em Paris, além dos bons contados da Condessa da Santa Sé e demais membros da Igreja Católica no Brasil, não foi possível tal empreitada despeito da existência de filiais espalhadas pelos países da América Latina, a escola se estabeleceu no Brasil somente em 1905.³²⁷ Por essa razão, argumenta a autora, que tal fato fez com que muitas famílias encaminhassem suas filhas para o Colégio Sion, já que na visão dos membros das elites, a instituição “gozava dos favores da família imperial.” (Needell, 1993, p. 83).

Em 1888, chegavam ao Rio de Janeiro as primeiras freiras da Ordem de Notre Dame de Sion, em viagem financiada pela Condessa De Santa Sé, Eugênia Monteiro de Barros, a qual ofereceu moradia para as religiosas em residência de sua família, no Rio Comprido.³²⁸ Todavia, a casa encontrava-se em reforma, a congregação se dirigiu para o bairro de Laranjeiras, em espaço cedido pelo Conde De Nioac, onde foram acolhidas por membros da nobreza.³²⁹

Fundado no mesmo ano da vinda da congregação, o colégio foi inicialmente dirigido pela Mère Barthélémy Rich, antiga diretora da Costa Rica, com auxílio da Mère Marie Félix. Com os sucessivos surtos de febre amarela que assolaram a cidade, foram vitimadas três religiosas, incluindo a suplente da diretora. Dessa maneira, a congregação teve que ser transferida para Petrópolis, local em que a família imperial possuía residência e onde a legação francesa se estabelecia nos meses do verão e/ou durante os surtos das epidemias, cujo clima ameno garantia a saúde das freiras. Fundam, então, em 1889, um pequeno externato de educação mista na cidade.³³⁰

Pressionada pelas elites da cidade do Rio de Janeiro, a congregação, em 1891, instalou-se novamente em Laranjeiras, com o intuito de lançar as primeiras bases do

³²⁶ Canedo, 1998, p. 24. Apud Angela Xavier de Brito, p. 100.

³²⁷ Angela Xavier de Brito. “O bairro do Cosme Velho e o Colégio.” Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. n.16, 2012, p. 100.

³²⁸ A casa deixada era da mãe da condessa, a senhora Cecília Monteiro de Barros, à Rua Barão de Itapagipe número 39, no Rio Comprido. Ver. Angela Xavier de Brito. “O bairro do Cosme Velho e o Colégio.” Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. n.16, 2012, p. 97 -113.

³²⁹ Idem, p.99.

³³⁰ Idem, p. 101.

colégio. Os esforços foram em vão, visto que novamente a epidemia de febre amarela se manifestou na cidade, impulsionando o retorno das freiras à Petrópolis. Assim, as religiosas de Sion se estabeleceram no antigo Palácio Imperial, desocupado desde a proclamação da República, com a permissão da Princesa Isabel.³³¹

Dessa maneira, foi observada a existência de colégios de origem francesa, já anunciados na edição do anuário em 1906, com exceção do Colégio Sacré Coeur, localizado à Rua Visconde Ferreira de Almeida, s/nº, localizado no distrito da Tijuca. Curiosamente, o nome do logradouro onde dá lugar à instituição, tem íntima relação com a história da congregação religiosa que estava à frente deste espaço educacional, já que, anos antes da fundação, o mesmo Ferreira de Almeida criara no ano de 1890, uma chácara voltada para os idosos que trabalharam em sua fábrica São Lázaro. Nascia assim, o asilo São Luiz, casa de repouso que era dirigida e organizada pelas freiras francesas do Sagrado Coração de Jesus.³³²

A iniciativa de criar um espaço devotado às Irmãs da Sociedade do Sagrado Coração de Jesus no Brasil remonta à segunda metade dos oitocentos, quando houve um pedido para estabelecer uma sede da congregação na capital do Império. Entretanto, as notícias dos constantes surtos de epidemias de febre amarela do outro lado do Atlântico causaram impacto na decisão das religiosas, de modo que se estabeleceram na cidade apenas no alvorecer do século XX, durante o período de profunda laicização do ensino francês. É nesse contexto, que a Mère Digby sugeriu ao então arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Joaquim Arcoverde, que viabilizasse a vinda e o estabelecimento dessas freiras para a cidade.

As religiosas do Sagrado Coração de Jesus chegaram à capital federal em 1904, sendo recepcionadas na cidade pelas suas concidadãs, a Irmãs da Caridade, estabelecidas na cidade desde a década de 1850. Madre de Potter e as irmãs Bénit, Metzger e Miranda foram as primeiras a se dirigir para a casa localizada no bairro do Alto da Boa Vista, distrito da Tijuca, onde, no ano seguinte, se tornou o Colégio Sacré Coeur.

Inicialmente, a instituição funcionava em um estabelecimento pouco espaçoso, que comportava, no ano de 1905, 21 alunas internas e 11 externas. Anos mais tarde, em 1909, houve a necessidade de criar um externato, de modo que a primeira sede do

³³¹ Idem, p. 102.

³³² Informações extraídas do blog das Religiosas do Sagrado Coração de Jesus. <http://rscjbrasil.blogspot.com/p/nossa-historia.html>. Acessado: 16 de novembro de 2018.

colégio funcionava como internato, em 1909, no bairro da Glória, um dos distritos de maior presença francesa na cidade.

Em 1908, as freiras de *Notre Dame de Sion* retornaram definitivamente para o Rio de Janeiro, à Rua São Salvador, 21, de modo que em 1910, tornou-se o espaço pequeno. Foram alugadas, em 1912, duas casas próximas, nas proximidades do Flamengo: colégio de sucesso das elites durante a Belle Époque, educando as filhas de membros das elites (NEEDELL, 1993, p. 81). Esse status jamais foi obtido na França, sólido renome que desfrutou até os anos 1970.

Tabela 31: Setor de Educação segundo o *Almanak Laemmert* de 1914

Categorias	Total de profissionais	Franceses	Percentual de Franceses
Professores de pintura, escultura e desenho, etc.	26	1	4%
Professor de dança, esgrima, ginástica, natação, etc.	7	0	0%
Professores de música, canto e instrumentos (piano e violino)	88	5	1%
Professor línguas e ciências	531	8	1%
Total	652	14	2%

4.2.5. OFÍCIOS MANUAIS

De acordo com o *Almanak Laemmert* de 1914, a seção destinada ao ofício de marcenaria, contava com 180 inscritos³³³ e a de funileiros contabilizavam 73, ambas eram representados por nacionais, luso-brasileiros, mas também de imigrantes italianos³³⁴ que passaram a aparecer com frequência nesse setor. Ampliando esse entendimento, Trento destacou que os italianos no Brasil desempenhavam profissões

³³³ *Almanak Laemmert: administrativo, mercantil e industrial de 1914*, p. 1115- 1117.

³³⁴ *Almanak Laemmert: administrativo, mercantil e industrial de 1914*, p. 1077-1078.

variadas: “alfaiates, sapateiros, pedreiros, barbeiros, carpinteiros, hoteleiros, garçons” (TRENTO IN: ROIO, 1990, 39). Além desses ofícios manuais, era comum se deparar com anúncios de funileiros italianos, como Frederico Guercini, na Rua General Polydoro, 14; J. Lanzillotti & C. R. Misericórdia, 115; Francisco di Tommaso, R. Conde de Bonfim, 279.³³⁵

4.2.6. CABELEIREIROS

Segundo o *Almanak* de 1914, havia 674 barbeiros inscritos na seção dedicada aos barbeiros, a qual não contava com a participação francesa. Na seção de cabeleireiros, existiam 16 inscritos. O francês Henri Janin, cujo anúncio aparece no Laemmert, conseguiu sua licença para exercer este ofício em julho de 1912. De acordo com o anuário de 1914, possuía estabelecimento na Rua Uruguaiana, 78, a Casa Henri.³³⁶ O mesmo Charles Schimitt, que apareceu na edição de 1906 (item 4.1.4), anuncia na folha em endereço à Rua Gonçalves Dias, 51.³³⁷

4.2.7. NEGOCIANTES

A seção dedicada aos negociantes de Importação e exportação da edição de 1914 do *Laemmert* era composta por 359 inscritos, dos quais aproximadamente 20 eram franceses, representando, portanto, 0,55%.³³⁸ Observou-se a partir dos anos analisados do anuário, que tal seção constituía-se em um esforço de sistematizar os negociantes de diversos ramos, por isso a existência de anúncios que se repetem em outros setores ligadas à moda, à ourivesaria etc. Para exemplificar tal relação, verificou-se que o anúncio de E. Daniel & Frères. R. Gonçalves Dias, 89, aparece na seção de negociantes de Importação e exportação, mas também na de *Joalherias, ourivesaria e relojoarias de brilhantes e brilhantes, diamantes e outras pedras preciosas*, em mesmo endereço, sendo o conjunto mais numeroso no setor de negócios, ou seja, os negociantes de joias, ourivesaria que são os mesmos de brilhantes.

As propagandas veiculadas aos negócios de Émile Lambert, anunciante do Laemmert de 1914, da Casa Lambert, Avenida Rio Branco, 60, quando cotejados aos registros consulares e aos documentos pessoais preservados por sua família, permitem

³³⁵ Almanak Laemmert: administrativo, mercantil e industrial de 1914, p. 1077.

³³⁶ Almanak Laemmert: administrativo, mercantil e industrial de 1914, p. 986

³³⁷ Almanak Laemmert: administrativo, mercantil e industrial de 1914, p. 986

³³⁸ Almanak Laemmert: administrativo, mercantil e industrial de 1914, p. 1086-1094

analisar as razões da partida da França e os caminhos percorridos em terra estrangeira.

Émile Lambert nasceu em Bordeaux, a 8 de junho de 1861, filho de Louis Lambert e de Louise Lambert, e veio para a América do Sul com sua família em 1876.³³⁹ Estabeleceu-se, primeiramente, no Chile, para aonde emigrou com apenas 15 anos de idade, permanecendo até os 23, onde montou os jornais *El Mercurio* e *El Ferro Carril*.³⁴⁰ Em seguida, partiu rumo à Buenos Aires, cidade de grande concentração de emigrantes franceses, para auxiliar na criação dos periódicos: *La Prensa*, *La Nación* e *América do Sul*, hebdomadários de grande circulação.³⁴¹ Por gozar de boa reputação na Argentina, tornou-se próximo de autoridades políticas, como o General Bartolomeu Mitre.³⁴² Émile vem para o Rio de Janeiro, em 1884, com a finalidade de instalar a *imprimerie* do jornal *O País* e de outros periódicos, cumprindo, a princípio, em 1889, suas atividades na capital brasileira.

Devido aos inúmeros trabalhos que desempenhou na América Latina, Lambert retornou à França 14 anos depois. Sua vida dedicada à instalação de tipografias no continente comprovaria a sua permanência no Novo Mundo. Em agosto de 1889, casa-se com a brasileira Olga de Castro, em seu país de origem, retornando para o Brasil, acompanhado de sua esposa, para seguir como industrial, no Rio de Janeiro. Uma vez estabelecido na cidade, Émile tentou alcançar hegemonia nesse setor, rivalizando com os alemães e norte-americanos, que ameaçavam as empresas francesas instaladas neste município.³⁴³

Em 1892, Émile Lambert instalou, à Rua Nova do Ouvidor, 22, ao lado da Livraria Lachaud³⁴⁴, sua casa comercial para a venda de máquinas a vapor e tintas para impressão das firmas Marinoni e Lorilleux, papéis para jornais e acessórios tipográficos. Devido à variedade de produtos que vendia na cidade, verificou-se que os anúncios veiculados a esse mesmo endereço se diferenciavam de acordo com a seção em que se destinava a publicação das propagandas. Dessa forma, foi possível observar que Lambert representava, além das já citadas empresas, a *Forges et Chantiers de la Méditerranée*, *Harlé & C.*, *Peignot & Fils*, *P. Prioux & C.*, trabalhando com o

³³⁹ Segundo informações familiares.

³⁴⁰ *Revue Franco-Brésilienne*, 15 de setembro de 1910.

³⁴¹ *Revue Franco-Brésilienne*, 15 de setembro de 1910.

³⁴² Segundo a notícia do *Jornal O Globo*, de 23 de setembro de 1949, era do desejo do presidente da Argentina a permanência de Lambert no país.

³⁴³ *Revue Franco-Brésilienne*, 15 de setembro de 1910.

³⁴⁴ Informação extraída do *Jornal O Globo*, 23 de setembro de 1949, p. 12.

fornecimento de mercadorias como bicicletas e motores a gás³⁴⁵, e aparelhos de eletricidade³⁴⁶ para os brasileiros.

É interessante observar, por meio das páginas do *Almanak Laemmert*, os anúncios de fabricantes de bicicletas na cidade. Ainda que timidamente, as propagandas vão ganhando espaço nos jornais de grande circulação, inscrevendo o Rio de Janeiro em um processo de modernidade cujos olhos se voltavam para a Europa, especialmente para a França. Na opinião de André Schetino, a utilização desse artefato na capital federal era profundamente influenciada pelos costumes parisienses e o desejo de afrancesamento das elites durante a *Belle Époque* carioca (SCHETINO, 2007, 12-32).³⁴⁷

De fato, as primeiras bicicletas vindas para o Brasil, eram de origem francesa e vendidas em lojas de representantes de casas comerciais europeias, como Émile Lambert, um dos pioneiros neste comércio. Vendia os modelos confeccionados pela marca Clement, referindo-se a esse produto, como “a mais sólida, mais elegante e barata, as únicas que resistem no Brasil” (IDEM, p. 77). Certamente, a mensagem propagada por esse anúncio exaltava as qualidades do veículo, que era capaz de suportar a precariedade do calçamento dos centros urbanos brasileiros, sobretudo do Rio de Janeiro.

Existia, entretanto, uma íntima relação no mundo dos esportes da cidade entre o turfe e a bicicleta e, portanto, era possível observar Émile Lambert transitando pelas duas esferas desportivas, direta e indiretamente, como um verdadeiro *sportsman*.³⁴⁸ Nesse caso, o uso dessa categoria não se restringia apenas aos praticantes dessas modalidades, mas designava todo àquele que se entusiasmava com a modernidade e o progresso no *fin-de-siècle* (IDEM, p.81). No caso de Lambert, a noção se adequa duplamente, pois além de importador de bicicletas, era também *turfman*, chegando a possuir um cavalo, a quem nomeou de Gamin. Foi sócio do *Turf Club* e do *Hipódromo Nacional*, além de frequentador do *Jockey Club* e do *Derby Club*, sendo que, neste último lugar, recebia o apelido de “o aprazível”.³⁴⁹

Por suas inúmeras atividades, o industrial ia com certa frequência à França, a fim de estabelecer contatos comerciais, conforme se observou na base de dados

³⁴⁵ Ver: Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial. Ano 1900, p. 1322.

³⁴⁶ Ver: Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial. Ano 1902, p. 488.

³⁴⁷ Ver: SCHETINO, André Maia. *Pedalando na modernidade: a bicicleta e o ciclismo no Rio de Janeiro e em Paris na transição dos séculos XIX-XX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. (Mestrado).

³⁴⁸ O *turf*, na concepção de Schitino, era apontado como pioneiro dentre todas as modalidades desportivas, vindo a influenciar o surgimento do ciclismo. Ver: André Maia Schitino. *Op. Cit.*, p. 81.

³⁴⁹ Jornal *O Globo*, 23 de setembro de 1949, p. 12.

“Entrada de estrangeiros no Brasil-Porto do Rio de Janeiro”, em que figura o nome de Émile Lambert pelo menos 3 vezes, embarcando no porto carioca e desembarcando em Bordeaux.³⁵⁰ Curiosamente, em uma de suas viagens de retorno ao Brasil, a bordo do navio *Atlantique*, segundo o qual “lançava denso fumo pelas duas chaminés e parecia um monstro ávido de reganhar o seu elemento predileto,”³⁵¹ Lambert publicou uma crônica sobre sua travessia do Atlântico, carregada de emoções. Segundo ele,

“os passageiros despediram-se uns alegres, outros tristes, olhos marejados de lágrimas, pelas saudades que deixavam de sua terra natal, ou pelas afeições adquiridas e daquele momento em diante, o oceano vasto e traiçoeiro iria separar para sempre, talvez por pouco tempo.”³⁵²

Dedicou-se à publicação da *Revue Franco – Brésilienne (1909-22)*³⁵³, importante veículo de divulgação dos franceses no Rio de Janeiro, cuja redação se localizava na Avenida Central, 60.³⁵⁴ Publicada quinzenalmente, ritmo alcançado somente na década de 1910, após superadas as dificuldades iniciais que impediram sua circulação, a revista possuía cerca de 30 páginas em seus primeiros números, quantidade que variou de acordo com as edições, já que o periódico chegou a possuir mais de 80 páginas.³⁵⁵

Logo em sua primeira tiragem, a *Revue* dedicou uma homenagem ao ministro plenipotenciário, Barão de Anthouard, o qual, segundo a matéria, vinha empreendendo grandes esforços na direção de despertar seus concidadãos da aparente apatia em que se encontravam antes de sua chegada. Isso porque, na opinião da revista, Anthouard vinha se empenhando na recuperação das relações comerciais entre a França e o Brasil e, conseqüentemente, na “melhora do conjunto moral da colônia”.³⁵⁶ Graças às ações empreendidas pelo embaixador, a influência francesa no comércio e na indústria recebeu um novo vigor, passando a atrair um maior número de investidores para o país.

³⁵⁰ De acordo com as listagens dos passageiros em vapores, disponibilizadas pelo Arquivo Nacional, Émile Lambert desembarcou no Rio de Janeiro, vindo da França, nos anos de 1898, 1900, 1902, 1904, 1906, 1907 e 1909.

³⁵¹ Revista da Semana, 27 de maio de 1906.

³⁵² Revista da Semana, 27 de maio de 1906.

³⁵³ Com frequência atribuem à iniciativa da publicação da *Revue Franco-Brésilienne* a Émile Lambert. Porém, segundo a nota de falecimento de Louise Lambert, verificou-se que o editor contou com o auxílio e participação de sua mãe nessa iniciativa.

³⁵⁴ A *Revue Franco-Brésilienne (1909-22)* se distingue da *Revue Franco-Brésilienne*, de 1898, de iniciativa de Alfred de Carmand, com a colaboração de intelectuais como Olavo Bilac e Alcindo Guanabara. Ver: Valéria Guimarães. *Op. Cit*, p.51.

³⁵⁵ Valéria Guimarães. *Op. Cit*, p.51.

³⁵⁶ *Revue Franco-Brésilienne*, 6 de junho de 1909, p. 3.

Certamente, tal veneração, apontava para um dos objetivos primordiais da publicação, isto é, de preencher as lacunas da falta de uma organização eminentemente franca, destinada à “defesa dos interesses financeiros, comerciais e industriais franceses”.³⁵⁷ Nessa direção, observou-se que a revista cumpriu seu papel na divulgação do comércio francês entre seus membros, ao publicar anúncios de lojas oferecendo descontos aos consumidores, bem como assuntos mais complexos, referentes à pauta de importação e exportação brasileira.

“Inimiga de polêmicas inconvenientes”, a *Revue* visava eliminar “de suas colunas, questões pessoais, de maneira a evitar promover o ódio e o desacordo”³⁵⁸, propósito que nem sempre foi cumprido, visto que, vez ou outra, eram suscitadas discussões calorosas, como a carta direcionada ao novo cônsul francês no Rio de Janeiro, publicada em 15 de setembro de 1910.

A polêmica iniciou-se com a acusação de insubmissão ao serviço militar, por parte do consulado francês a Émile Lambert que respondeu à delação com “muitas injúrias e três documentos”.³⁵⁹ Insatisfeito com o procedimento do negociante, o cônsul, após o exame minucioso da documentação de Lambert, publicou sob o pseudônimo “Conferencista”, no *Jornal do Comércio*, os argumentos que respaldavam a sua hipótese. Dessa forma, o representante considerou que os registros que o imigrante apresentou não estavam de acordo com as exigências impostas a um cidadão de origem francesa e, tampouco, comprovavam sua liberação do exército.

Dias depois, Émile Lambert destinou três páginas de sua *Revue Franco-Brésilienne* para responder aos ataques do cônsul. Buscando justificativas em seu favor, a carta apresenta alguns aspectos da trajetória de Lambert na América Latina, a fim de comprovar a sua legalidade em seu país de origem, relatando da seguinte forma:

a questão foi examinada desde minha chegada à França entre os Chefes das casas de comércio que eu representava e o Ministro da Guerra, que respondeu ao me atribuir ao 143^{ème} Territorial à Pau, acrescentando que: ‘Mr. Lambert que está em seu 29^º ano, faz mais serviço à França lá do que seria ao incorporá-lo.’³⁶⁰

De acordo com que foi exposto, na concepção de Émile Lambert, não havia irregularidades em sua condição de cidadão francês, que se radicou no continente

³⁵⁷ *Revue Franco-Brésilienne*, 6 de junho de 1909, p.3.

³⁵⁸ *Revue Franco-Brésilienne*, 6 de junho de 1909, p.3.

³⁵⁹ *Revue Franco-Brésilienne*, 15 de setembro de 1910.

³⁶⁰ *Revue Franco-Brésilienne*, 15 de setembro de 1910.

americano, em busca de melhores condições de trabalho. O próprio Lambert ressaltaria suas qualidades como representante dos interesses de seu país, no comércio com o Brasil. Em sua estimativa, ao longo de mais 20 anos estabelecido na cidade do Rio de Janeiro, ele havia importado uma quantia superior a 60 milhões de francos em mercadorias francesas. Em 1910, por exemplo, Lambert considerou que anualmente seus negócios excediam 5 milhões de francos, portanto, cerca da “metade do que é importado da França para o Rio”.³⁶¹

Lambert mencionou em suas explicações para o diplomata, a sua participação em negócios de interesses brasileiros, como a construção de um dique na Ilha das Cobras. Contudo, o negociante que buscou se beneficiar com esse argumento, parece ter obliterado a polêmica em que se envolveu a respeito dessa empreitada, que durante dias foi publicada no *Jornal do Comércio*, a respeito da legalidade do contrato com a Marinha e a existência de sociedades anônimas localizadas em Paris, usando dessa justificativa para receber dinheiro do governo federal.³⁶² Entretanto, a Inspeção de Engenharia Naval, visando defender os interesses públicos, representou um entrave na execução das obras no cais, considerando que os industriais e capitalistas franceses estariam à procura de subempreiteiros.³⁶³ Após inúmeras discussões e acusações na imprensa, a proposta encaminhada pela Societé Franco- Brasileira foi aprovada, devido os custos serem menos elevados que os da concorrência, beneficiando Émile Lambert.³⁶⁴

Além dessas informações, ele ainda considerou que a reputação da qual gozava no Brasil, possibilitou-lhe um bom relacionamento com os nacionais, grupo que privilegiou em suas transações comerciais, mas também com as autoridades francesas radicadas no Rio de Janeiro, como o ministro plenipotenciário Anthouard e do cônsul Chartat, que lhe incumbiram de agrupar os franceses residentes na cidade. Tarefa que, durante certo tempo, hesitou, mas que logo depois se engajou, a fim de criar condições para o auxílio aos imigrantes de sua nacionalidade. Nessa direção, Lambert reunia-se com os que o encarregaram dessa responsabilidade, para projetar instituições de caridades, escola e hospital³⁶⁵, além de comprometer-se com o auxílio à capacitação dos

³⁶¹ Revue Franco-Brésilienne, 15 de setembro de 1910.

³⁶² *Jornal do Comércio*, 13 de janeiro de 1910, p. 8.

³⁶³ *Jornal do Comércio*, 18 de janeiro de 1910, p. 6.

³⁶⁴ *Jornal do Comércio*, 04 de fevereiro de 1910, p. 7.

³⁶⁵ Na primeira edição da Revue Franco-Brésilienne, há uma nota intitulada *Societé des Oeuvres Philanthropiques Françaises au Brésil*, cujo comitê era presidido por E. Grandmasson e por E. Lambert, vice-presidente. Além disso, a instituição contava com 8 fundadores, 87 doadores ativos e 20 membros

trabalhadores de origem francesa, visando o melhor desenvolvimento do comércio francês na capital brasileira.³⁶⁶

Entretanto, por mais que essas medidas visassem o bem comum dos imigrantes no Rio de Janeiro, por meio da criação de grupos sérios, empenhados no acolhimento desses estrangeiros, em um contexto que, segundo Lambert, “a energia francesa metropolitana se voltava enfim para o Brasil”³⁶⁷, a mudança de uma gestão consular para outra, como sugeriu o texto do negociante, parece não ter dado continuidade ao projeto anterior, deixando ao abandono serviços importantes, para o atendimento da população francesa, como as sociedades filantrópicas e demais projetos de assistência.³⁶⁸ Nessa direção, Lambert inicia a uma série de ataques pessoais ao então cônsul, chegando até mesmo a enumerar uma série de funções que não eram atribuídas ao diplomata, dentre elas o fato de “semear a discórdia entre todos os elementos sérios da colônia”.³⁶⁹

Contudo, durante a eclosão da Primeira Guerra Mundial, em 1914, Émile Lambert intensificou suas atividades jornalísticas à frente de sua *Revue*, destinando-lhe espaço para notícias relacionadas ao conflito, ao mesmo tempo em que empreendia intensa campanha patriótica em favor das obras de auxílio aos franceses vitimados pela disputa. No Rio de Janeiro, por exemplo, foi o representante da *Association des Orphelins de la Guerre*, instituição criada em agosto de 1914, em Paris, que tinha por objetivo amparar as crianças que se tornaram órfãs com o confronto.³⁷⁰ Empenhado nessa campanha, Lambert publicava com frequência imagens dos orfanatos que se propagaram através da associação, bem como dos órfãos que eram assistidos, a fim de angariar colaboradores com a iniciativa.

A *Revue Franco-Brésilienne* manifestava-se contrariamente à presença alemã nas relações comerciais com a França, considerando não só necessário excluir os germânicos do país, como dos negócios franceses no exterior, conforme se observou na seguinte nota publicada:

Oui, nous voulons bien croire, que les Français auront à coeur d'être moins crédules et naïfs, et qu'à l'avenir ils sauront se tenir sur leur garde em expulsant toujours les hommes de cette ville race

perpétuos, que formam o capital necessário ao funcionamento da instituição. Ver: *Revue Franco-Brésilienne*, 6 de março de 1910, p. 7.

³⁶⁶ *Revue Franco-Brésilienne*, 15 de setembro de 1910.

³⁶⁷ *Revue Franco-Brésilienne*, 15 de setembro de 1910.

³⁶⁸ *Revue Franco-Brésilienne*, 15 de setembro de 1910.

³⁶⁹ *Revue Franco-Brésilienne*, 15 de setembro de 1910.

³⁷⁰ No Rio de Janeiro, a sede da associação estava localizada na Rua Gonçalves Dias, 46.

germanique, de leurs affaires, de leur milieu.

Ce n'est pas seulement de France qu'il faudra les exclure, c'est aussi de toutes les affaires françaises ou de celles qui touchent à la France à l'étranger.³⁷¹

Nessa direção, observou-se que essa mesma advertência se aplicava aos empreendedores franceses radicados no Rio de Janeiro, especialmente no que diz respeito à presença alemã no gerenciamento dos capitais franceses:

Nous avons trop souvent vu ici, dans des établissements financiers français, dans des Société d'Entreprises Françaises, dans des commissions, dans des administrations, etc., des individus de nationalité Allemande, gérer, diriger les capitaux français; ceci ne doit plus être, et tout Français qui se respecte ne doit plus le supporter, du reste nous serons à notre poste, nous veillerons à cela.³⁷²

Tamanho era o sentimento antigermânico que permeava as páginas da revista, que durante a Primeira Guerra Mundial, eram veiculadas imagens e textos, denunciando os alemães e toda “obra de destruição”³⁷³ por eles promovida na vigência do conflito. Era frequente, entretanto, aparecerem logo na capa da *Revue* figuras autoexplicativas, carregadas de repulsa aos motivadores do confronto, ora associados ao vandalismo propagado no continente europeu, ora ironizados pela divulgação de sua “kultur”.

No ano de 1918, por exemplo, a revista passou a se chamar *Revue Franco-Brésilienne et des intérêts alliés*³⁷⁴, destinando espaço para assuntos relacionados aos aliados franceses durante a Primeira Guerra. Era comum, observar em algumas edições a seção *Maisons recommandées à Rio de Janeiro*, a qual indicava estabelecimentos e casas comerciais parceiras do periódico, seguida de pequenas propagandas de caráter antialemãs.

Ao mesmo tempo em que havia um forte antigermanismo na Revista, eram exaltados os feitos gloriosos da França, do General Foch, sobretudo, após a batalha de

³⁷¹ Sim, queremos acreditar que os franceses levarão a sério ser menos crédulos e ingênuos, e que no futuro eles saberão se desconfiar sempre expulsando os homens dessa cidade de raça germânica, de seus negócios, de seu meio.

Não é somente na França que será necessário excluí-los, são também todos os negócios franceses ou daqueles que concernem à França no exterior. *Revue Franco-Brésilienne*, 15 de janeiro de 1915.

³⁷² Muito frequentemente vimos aqui, nos estabelecimentos financeiros franceses, nas Sociedades de Empresas Francesas, nas comissões, nas administrações etc, indivíduos de nacionalidade Alemã gerir, dirigir os capitais franceses; isto não deve mais ser, e todo Francês que se respeita ne deve mais suportá-lo, de resto, nós estaremos em nosso posto, nós inspecionaremos isso. *Revue Franco-Brésilienne*, 15 de janeiro de 1915.

³⁷³ *Revue Franco-Brésilienne*, 15 de janeiro de 1915.

³⁷⁴ Verificou-se que, a partir de 1º de janeiro de 2018, a *Revue Franco-Brésilienne* aparecia com um novo nome.

Marne, quando lhe dedicaram homenagens à altura de um herói nacional, como a edição de setembro de 1918, a qual reservaria ao militar “os louros desconhecidos da História e, sem dúvida, seu lugar de honra entre os defensores da civilização”.³⁷⁵

Émile Lambert se notabilizou por suas inúmeras atividades no Brasil, sobretudo no Rio de Janeiro, cidade onde estabeleceu negócios. Devido à intensidade das atividades desempenhadas como negociante de importados franceses, como proprietário da estamperia Colombo e homem da imprensa³⁷⁶, radicou-se definitivamente no país, participando de importantes redes de sociabilidade, no jornal e na política. Com o falecimento de sua esposa Olga de Castro³⁷⁷ e de sua mãe, Louise Lambert, ambas em 1920, Émile casou-se com Adozinda, jovem de origem portuguesa, com quem teve Paulo, Eduardo e Adelaide. Embora tenha desfrutado de certo conforto, devido às inúmeras atividades que exerceu, os últimos anos de sua vida foram menos abastados, visto que em sua carta-testamento não há menção aos recursos deixados aos familiares, aludindo apenas ao fato de “ter tido uma situação e posição de destaque” na sociedade carioca.

Cumprindo o pedido de Lambert, o de divulgar seu falecimento na imprensa após 15 dias de sua morte, que aconteceu em 31 de agosto de 1949, a imprensa nacional não dispensou homenagens ao comerciante, dando-lhe o título de “pai da imprensa brasileira”, por ter organizado os jornais “O País”, “Jornal do Comércio”, “A Noite”, “O Globo”, “A Vanguarda”, “O Imparcial”, dentre outros. Contudo, seu renome não se restringiu apenas a esse adjetivo, visto que dedicaram-lhe homenagens, inclusive na seção de esportes, destacando sua atuação no hipismo.³⁷⁸

4.3. LISTA DO CONSULADO FRANCÊS NO RIO DE JANEIRO SOBRE OS PROFISSIONAIS FRANCESES

Um documento que comprova a hipótese de mudanças operadas no mercado de trabalho na cidade é a lista de profissionais circunscritos ao Consulado Francês no Rio

³⁷⁵ *Revue Franco-Brésilienne*, 15 de setembro de 1918.

³⁷⁶ Ocupou a matrícula de número 96 da Associação Brasileira de Imprensa, devido ao reconhecimento das atividades que desempenhou ao jornalismo brasileiro. Ver: *Jornal O Globo*, 23 de setembro de 1949, p. 12.

³⁷⁷ Segundo os registros preservados pela família Lambert, do casamento com Olga de Castro, nasceram Emílio, Valentim, Marcello, além de outro filho, que morreu cedo e cujo nome não foi revelado.

³⁷⁸ *Jornal O Globo*, 23 de setembro de 1949, p. 12.

de Janeiro, elaborado no ano de 1912³⁷⁹ Por iniciativa dessa mesma agência consular, foram enumerados os imigrantes, suas ocupações e Estados que estavam sob a tutela deste órgão. Dos 714 inscritos no documento, 610 trabalhadores atuavam no Distrito Federal, apontando para o fato de que o grupo era majoritário na cidade.

Tabela 32: Lista de profissões desempenhadas pelos franceses estabelecidos da circunscrição consular do Consulado da França do Rio de Janeiro

PROFISSÕES	TOTAL GERAL	LOCAL
Empregados do Comércio	68	Rio de Janeiro
Operários	46	Rio de Janeiro
Religiosos	38	Rio de Janeiro
Costureiras/ Modistas	32	Rio de Janeiro
Representantes do Comércio	29	Rio de Janeiro
Negociantes	27	Rio de Janeiro
Professores	26	Rio de Janeiro
Engenheiros	24	Rio de Janeiro
Contadores	20	Rio de Janeiro
Industriais	13	Rio de Janeiro
Joalheiros e relojoeiros	13	Rio de Janeiro
Casas de Pensão	12	Rio de Janeiro
Cozinheiros	10	Rio de Janeiro
Comerciantes	10	Rio de Janeiro
Empregados em bancos	8	Rio de Janeiro

³⁷⁹ O Consulado Francês no Rio de Janeiro englobava o Distrito Federal, mas também os estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás.

Padeiros e confeitadores	7	Rio de Janeiro
Proprietários	7	Rio de Janeiro
Arquitetos	6	Rio de Janeiro
Cabeleireiros	6	Rio de Janeiro
Empreendedores	6	Rio de Janeiro
Hoteleiros	6	Rio de Janeiro
Outros	196	Rio de Janeiro

Fonte: CADN

Assim, constatou-se que os negócios e estabelecimentos franceses estavam situados majoritariamente na capital brasileira, embora existissem casas comerciais situadas em outras capitais e municípios. Das 161 profissões listadas neste documento, observou-se a predominância de empregados do comércio (11%), operários (7%), religiosos (6%), modistas (5, %) e representantes do comércio (5%). Além dessas profissões, havia ocupações que, assim como no almanaque, eram novidades, como as manicures e pedicures francesas, as quais, apesar de pouco numerosas, foram adicionadas ao conjunto denominado outros (32%).³⁸⁰

A lista elaborada pelo Consulado, diferentemente do *Almanak Laemmert*, alude a um grupo profissional que não é contemplado pelo manual, que são os empregados de comércio. O fato de o almanaque anunciar o nome dos proprietários de casas comerciais/e ou de seus estabelecimentos indicou as limitações da utilização dessa fonte, no que diz respeito aos trabalhadores que estavam veiculados a esses espaços. Nessa direção, o documento consular soluciona, ainda que parcialmente, essa questão, ao apontar para esse conjunto, cujo número é bastante expressivo, quando comparado aos outros ofícios encabeçados pelos imigrantes.

Profissionais que aparecem destacadamente na lista de trabalhadores franceses no Distrito Federal, são mecânicos (27), que se inserem na categoria de operários. De fato, a presença desses representantes no documento consular e demais profissionais ligados ao ramo do automobilismo, como os *chauffeur-mecaniciens* (3), apontam para

³⁸⁰ Liste par professions des français établis dans la circonscription Consulaire du Consulat de France à Rio de Janeiro. 30p. setembro de 2012. Notação do Microfilme 2MI3171.

um processo mais amplo, isto é, da inserção do Brasil na dinâmica da modernidade europeia, ao importar os primeiros veículos originados da França.³⁸¹ Os carros fabricados pelas indústrias automobilísticas francesas, como a Peugeot e Renault, além dos pneumáticos vindos de Clermont-Ferrand, passaram a ser vendidos no início do século XX, nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, por imigrantes dessa nacionalidade.

Pertencentes à categoria de profissionais liberais, os religiosos, cujo número de 38, possui destaque quando analisado no total de franceses, apontam para a afluência de missionários ligados a congregações francesas, que se estabeleceram no Rio de Janeiro. Nesse sentido, observou-se que estavam representados nesse conjunto, os maristas (19) e lazaristas (4), além das irmãs do Sagrado Coração (1) e de São Vicente de Paulo (6), ordens religiosas, cujas instituições voltadas para a caridade, a exemplo de hospitais e asilos, e educação que estavam enraizadas na cidade.

Confirmando o que fora levantado através dos anúncios do Laemmert, a respeito das instituições de ensino fundadas pelas congregações religiosas francesas, bem como da Aliança Francesa, verificou-se que a listagem apresentava o número de 26 professores franceses fixados na cidade.

Por outro lado, foi possível observar no conjunto dos imigrantes listados, que o ofício de modistas (10) e costureiras (22), embora menos numeroso que no século XIX, era ainda uma das profissões em que as francesas mais se concentravam. Tal predomínio reafirma a posição de destaque que a moda europeia tinha no ideário da elite, durante a Belle Époque. Dessa maneira, o vestir-se à francesa teve um papel primordial neste período, em que a aparência e o comportamento no espaço público eram distintivos de uma classe social que se distinguia frente às demais.

Outro grupo apontado como numeroso na lista consular é o de representantes do comércio (29), cuja participação no mercado de trabalho se fazia presente no Rio de Janeiro, desde o início dos oitocentos. Embora a quantidade tenha sido expressiva, no que pese à colônia francesa, verificou-se que esse mesmo número, quando comparado aos anos anteriores, sofreu um decréscimo considerável. Paradoxalmente, a redução

³⁸¹ Segundo Milza & Bernstein, o setor automobilístico teve um expressivo crescimento durante o processo de industrialização francesa, no final do século XIX, com o surgimento de indústrias nesse ramo, como a Peugeot (1890) e Renault (1898). Esse mesmo autor ressalta a importância do surgimento dos automóveis, como estímulo para o desenvolvimento de outras áreas, como a mecânica e a metalurgia. A cidade de Clermont-Ferrand, por exemplo, contou com um desenvolvimento expressivo, a partir da implementação da Michelin, que “fornecia em pneus 80% do mercado francês”. Ver: Serge Bernstein & Pierre Milza. *Histoire de la France au XXe siècle. Tomo I: 1900 a 1930*. Paris: Éditions Complexe, 2008, p. 82-83.

desse quantitativo parece não ter eclipsado o prestígio da cultura e dos bens materiais franceses no Brasil, especialmente na Capital Federal.

Outro grupo indicado nesse documento é o dos negociantes de importação e exportação que atuavam no mercado de trabalho do Rio de Janeiro. Se, nos oitocentos, esse conjunto alcançou a cifra de 44 profissionais nessa área no *Laemmert*, no início do século XX, segundo a edição 1906, praticamente não houve variação, visto que foram encontrados aproximadamente 30. Em 1914, segundo o mesmo almanaque, esse número foi reduzido em cerca de 10%, alcançando o algarismo aproximado de 20 estrangeiros. Ainda em relação às informações indicadas pelo manual, esses imigrantes estavam circunscritos à região do centro, com destaque para os distritos da Candelária, de São José e Sacramento.

Complementando as informações presentes no manual e na lista de profissões desempenhadas pelos franceses estabelecidos na circunscrição consular do Consulado da França do Rio de Janeiro, o registro encontrado no acervo documental do *Centre des Archives diplomatiques de Nantes*, dividiu os franceses residentes no Distrito Federal em 3 grupos: “Empresas francesas, industriais agrícolas e bancos”, “comerciantes franceses importadores” e “Franceses dirigentes de casas de comércio”.³⁸²

A primeira categoria agrupou empresas e indústrias voltadas para o refino do açúcar (4), como a Sucreries Brésiliennes e a Sucrerie Rio Branco; o Banco Franco-italiano, sediado na Rua da Quitanda, com filial na Rua da Alfândega; fábrica de fundição de ferro (1), de C. Conteville; fábrica de construção de navios (1), F. Lèbre; fábrica de vidros e louças, de F. M. Ésberard; além das confeitarias Cavé e Lallet, situadas, respectivamente, na R. Uruguaiana e Praça da Carioca.

O segundo grupo incluía estabelecimentos diversificados incluindo lojas de automóveis (3), quinquilharias, armas de guerra (1), livrarias, exportadores de café, relógios, bijouterias, pedras preciosas, artigos fotográficos, instrumentos musicais, vinhos e licores etc. Do conjunto listado no documento, o grupo mais numeroso é o de profissionais judeus ligados à ourivesaria (4), como A. Gerson & C., que possuía estabelecimento à Rua da Alfândega, 83, e Levy, que possuía loja à Rua do Ouvidor, 109.

O terceiro quadro, por sua vez, contemplou as modistas, padeiros, floristas,

³⁸² Liste par professions des français établis dans la circumscription Consulaire du Consulat de France à Rio de Janeiro. 3p. setembro de 2012. Notação do Microfilme 2MI3171.

cabeleireiros, proprietários de hotéis e restaurantes, além de profissionais liberais, como os arquitetos Viret e Marmorat, e o advogado, Fessy Moyse, localizados no mesmo endereço, à Avenida Central, 131.

Certamente, a utilização da documentação consular reafirmou a presença francesa nos diversos braços da economia da capital brasileira, acrescentando/reafirmando os anúncios publicados por estes imigrantes no *Almanak Laemmert*. Por meio dos nomes compilados pelas listas do consulado francês do Rio de Janeiro, foi possível identificar nomes de franceses cuja atuação nos mundos do trabalho na cidade, remonta ao século XIX, como H. Garnier, da livraria e editora Garnier, o vendedor de pianos, Lebreton, dentre tantos outros que se estabeleceram no Rio de Janeiro.

Nesse sentido, o surgimento de novas profissões e serviços já anunciados no final da Monarquia, se imporia com o advento da ordem republicana, a exemplo dos mecânicos, engenheiros e contadores. A listagem elaborada pelo Consulado da França do Rio de Janeiro amplia, portanto, a visão acerca desse processo, ao aludir profissões que não eram contempladas pelo *Laemmert*, como os empregados de comércio e os religiosos, além, é claro, dos não anunciantes do manual.

CONCLUSÃO

Por fim, através dos setores analisados (marcenaria, funilaria, saúde, moda, cabeleireiros e barbeiros, negociantes e ourives) a partir das edições de 1906 e 1914 do *Almanak Laemmert*, verificaram-se as variações dos números elevados em cada setor, sua visibilidade e representação dos franceses. Se no setor de moda, presente na memória social, os franceses não eram maioria no *Laemmert* nos anos iniciais do século XX, na proporção dos demais anunciantes do anuário, na listagem do cônsul aparecem como o 4º setor mais numeroso, indicando que no conjunto dos imigrantes dessa nacionalidade, elas permaneciam significativas. Outro ramo outrora desempenhado pelas francesas, era o ofício de parteiras que sofreu grande redução nos novecentos, assim como os cabeleireiros. Ao mesmo tempo, o *Laemmert* revela a predominância francesa, no setor de negócios de brilhantes, diamantes e pedras preciosas, especialmente no ano de 1914, além é claro do aumento considerável de instituições francesas, tanto voltadas para o idioma francês, como a Aliança Francesa, bem como das escolas francesas que se estabeleceram no final do XIX e que permaneceram ao longo do século XX na cidade. Era um novo tempo no Rio de Janeiro e com ele, o surgimento de profissões que dialogavam com a modernidade que se instaura na capital.

Capítulo 5: OS FRANCESES E AS FORMAS DE SOCIABILIDADE NO RIO DE JANEIRO

INTRODUÇÃO

Os franceses constituíram um grupo coeso no Rio de Janeiro. Entre os anos de 1850 e 1914, verificou-se que esses estrangeiros se relacionavam entre si, estabelecendo laços familiares, de compadrio e vizinhança, participavam de associações como, por exemplo, a *Société de Bienfaisance Française*, a *Société Française de Secours Mutuels*, a *Société Alsace Lorraine*, *Chambre du Commerce*, além de espaços voltados para o lazer e o entretenimento, como a *Société de Gymnastique Française* e o *Club 14 juillet*, os quais reforçavam os vínculos de sociabilidade entre seus membros na cidade

5.1. AS ASSOCIAÇÕES FRANCESAS NO RIO DE JANEIRO

Retomando o argumento inicial da pesquisa, isto é, de que houve um processo e/imigratório francês, ao invés de uma simples “presença”, esse item objetiva reforçar essa ideia a partir da análise do processo de enraizamento desses imigrantes no Rio de Janeiro, entre os anos de 1850 e 1914. Através do mapeamento dos espaços destinados ao convívio social e/ ou amparo dessa mesma população, buscou-se compreender como os franceses se relacionavam entre si e no interior da comunidade que formaram durante esse período na cidade.

Para esse fim, recuperaram-se algumas informações indicadas pelo *Almanak Laemmert*, que comprovam a existência de núcleos voltados para a sociabilidade desses estrangeiros na cidade. As pistas encontradas nesse material constituíram-se em um primeiro esforço, na direção de tomar contato com essas entidades. Contudo, ao compulsar a documentação existente no *Centre des Archives Diplomatiques de Nantes* (CADN) e no *Centre des Archives Diplomatiques du Ministère des Affaires Étrangères*, foram encontrados importantes materiais que fornecem informações sobre a *Société de Bienfaisance Française*, a *Société Française de Secours Mutuels*, cuja as histórias se entrecruzam, a *Chambre du Commerce* e a *Société Alsace-Lorraine*. Além dessas associações, verificou-se que existiam sociedades destinadas ao lazer e ao entretenimento dessa comunidade, como a *Société Française de Gymnastique* e o *Club 14 juillet – Société Chorale Française*, em que as atividades se inseriam no quadro da programação das três primeiras.

5.1.1. A SOCIÉTÉ DE BIENFAISANCE FRANÇAISE E A SOCIÉTÉ FRANÇAISE DE SECOURS MUTUELS

Durante o século XIX, os franceses fundaram associações voltadas para o auxílio mútuo e previdência no Rio de Janeiro. Embora criadas em anos diferentes, considerou-se que a *Société de Bienfaisance Française* e a *Société Française de Secours Mutuels*, importantes entidades criadas para essa finalidade, estão intimamente ligadas, no que diz respeito à história e atuação desses imigrantes na cidade.

Em 1836, surgiu a *Société de Bienfaisance Française*, primeira associação composta por franceses radicados no Rio de Janeiro. Sob a justificativa de auxiliar os "compatriotas necessitados" e realizar tudo o que fosse "útil e honroso para a nação", no que concerne aos serviços de beneficência, sua criação constituiu-se em um desdobramento das ações do governo francês na cidade, tendo como um de seus idealizadores, o chanceler Théodore Marie Taunay (GUIMARÃES, 1883, p. 62).

A escolha pelo primeiro comitê da sociedade se deu em Assembleia geral, de 26 de maio de 1836, tendo como membros imigrantes que tinham certo prestígio no Rio de Janeiro, como o próprio cônsul Taunay, que ocupou a função de presidente honorário; o Dr. Sénéchal, como presidente; Baudinot aîné, como secretário; Ch.Fontaine, como tesoureiro; e como conselheiros, o negociante Auguste Lehéricy³⁸³, Darpantigny, Louis Farrouch, Marc Antoine Déroche. Além desses integrantes, a instituição contou com o apoio de Edouard Pontois, ministro da França à época, assim como do farmacêutico, Soulié e de Dr. Cuissart (IBIDEM, p. 62).

De acordo com sua proposta, a *Société de Bienfaisance Française* era responsável por prestar socorros aos imigrantes por ela assistidos, através de cuidados médicos; conceder pensões permanentes aos seus contribuintes e repatriação aos necessitados (IBIDEM, p. 62). Havia, ainda, por parte dessa mesma associação, projetos voltados para a educação de órfãos no Asilo São Vicente de Paulo (ver item 5.1.1), tal qual a preocupação com o recolhimento de idosos.

Segundo o boletim de prestação de contas da sociedade, de 1852-1853, existia certa inquietação em relação à situação financeira da sociedade, por conta do aumento

³⁸³ Augusto Lehéricy possuía estabelecimento de Armazens de fazendas secas de importação por atacado, à Rua da Alfandega, 34. Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial. Ano 1870, p. 535.

atendimento da petição enviada pela entidade ao Imperador Napoleão III, para obtenção de subsídios por parte do governo franco para o suprimento de necessidades da associação e dos franceses que se recomendavam aos cuidados da beneficência.³⁸⁶

Conforme assinalado no documento de prestação de contas da *Société de Bienfaisance Française*, do exercício de 1852-1853, as expensas do Asilo Saint Vincent Paul eram avaliadas de acordo com capital empregado por pessoa (400 réis por dia), levando o comitê da SBF a transferir o gerenciamento do abrigo a uma esfera autônoma, de modo a não só amortizar os gastos da associação, mas que pudesse contemplar a dimensão moral e devocional, que é própria do espírito caritativo. Nessa direção, verificou-se que, já nessa época, a ideia, por parte do comitê, em recorrer à congregação religiosa Filhas de São Vicente de Paulo se encontrava em fase de discernimento.³⁸⁷

Certamente, uma das principais preocupações do comitê da *Société de Bienfaisance Française* foi o Asile Saint Vincent Paul, apontado como a face “mais interessante” do trabalho dessa associação, por se dedicar exclusivamente à educação de meninas. Inicialmente dirigido pela instituição, o abrigo mudou de direção na década de 1850, quando se tornou um estabelecimento privado, embora ainda subvencionado pela SBF, e administrado pelas Irmãs da Caridade de Paris, que tinham como reponsável Caroline Brisacy³⁸⁸, religiosa que chegou ao Brasil, em 1855, para assumir essa função.

De acordo com Letícia Canelas, o surgimento da *Société Française de Secours Mutuels* estaria intimamente ligado a uma dissensão ocorrida no interior da comunidade francesa, em junho de 1856, quando foi publicado no periódico *Courrier du Brésil*, um artigo de autoria de Adolphe Hubert, denunciando a aproximação da *Société de Bienfaisance Française* com a Igreja Católica, por conta da transferência da direção do asilo de órfãs francesas para a Confraria São Vicente de Paulo, causando o repúdio entre os imigrantes (2007, p.164-165).

Nessa direção, a *Société Française de Secours Mutuels* foi fundada em 1º de setembro de 1856, no Rio de Janeiro, sob a prerrogativa de não renunciar aos princípios

³⁸⁶ Société de Bienfaisance Française: *Compte – Rendu du Comité pour l'exercice de 1852-1853*. Centre des Archives Diplomatiques du Ministère des Affaires Étrangères. Correspondance Consulaire et Commerciale,

³⁸⁷ Société de Bienfaisance Française: *Compte – Rendu du Comité pour l'exercice de 1852-1853*. Centre des Archives Diplomatiques du Ministère des Affaires Étrangères. Correspondance Consulaire et Commerciale,

³⁸⁸ Caroline Brisacy (Lille, 1827 – Rio de Janeiro, 1892) foi apontada pelo Visconde de Taunay, como uma “estrangeira ilustre”, viveu no Rio de Janeiro durante 37 anos, destacando-se na atividade de religiosa. TAUNAY, Visconde de. *Estrangeiros Ilustres e Prestimosos no Brasil (1800-1892)* e outros escritos. São Paulo: Melhoramentos, 1932.

básicos do mutualismo, tampouco de se “reunir a outras sociedades”, por ser “essencialmente francesa”.³⁸⁹ Tendo por objetivo primeiro auxiliar os “membros que adoeceram ou se tornaram inválidos e que, por consequência, se acham impossibilitados de trabalhar”³⁹⁰, a associação que funcionava à Rua do Hospício, n.133, assistia aos franceses que viviam na cidade.

Em seu estatuto, a sociedade admitia como sócios homens e mulheres franceses, com idade ativa de 18 e 45 anos, domiciliados no Rio de Janeiro após terem se estabelecido, em um período mínimo de 6 meses na cidade. Além dessas exigências, o candidato a associado deveria apresentar sua demanda ao comitê que, após a avaliação deveria aceitar ou não a admissão, segundo as informações declaradas pelo solicitante. Outro imperativo para participação da *Société Française de Secours Mutuels* era apresentar, no ato do requerimento a data e o lugar de nascimento; e um atestado comprovando que é “livre de toda e qualquer tipo de doença orgânica, crônica ou incurável”, submetendo-o aos exames do médico da sociedade Dr. José Manuel da Silveira, que, curiosamente, não era francês.

Dentre os deveres e encargos destinados aos associados da SFSM estão, por exemplo, o cumprimento do pagamento ao caixa da sociedade. Se caso algum sócio deixasse de pagar algum trimestre, deveria se acertar pessoalmente com o tesoureiro da associação. Em caso de atraso de dois trimestres, é considerado demissionário se após quinze dias o prazo de tolerância se tenha completado. Todavia, se esse se justificasse a tempo, poderia voltar a ter o nome na lista dos associados.

Financeiramente eram três as formas de contribuição a *Société de Secours Mutuels*: a cota de entrada de 1\$000 para cada ano completado; o excedente das receitas, caso ultrapassasse a *quantia de 500\$000*; assim como, as doações e legados dos membros. Todavia, cabia aos associados pagar “uma cota trimestral de 4\$500 réis, a partir de 1º de setembro, 1º de março e 1º junho,”³⁹¹ iniciando o pagamento no trimestre correspondente à entrada.

³⁸⁹ Centre des Archives Diplomatiques du Ministère des Affaires Étrangères. Correspondance Consulaire et Commerciale, microfilme, p. 380. *Status de la Société Française de Secours Mutuels, révisés dans la séance du 18 octobre 1866.*

³⁹⁰ Além desses objetivos, a *Société Française de Secours Mutuels* prestava serviços de assistência médica aos seus associados, fornecendo-lhes medicamentos prescritos pelo médico responsável pela associação; se responsabilizavam em indenizar seus sócios, em caso de “incapacidade de trabalho”; cobria despesas funerárias; assegurava aos membros sexagenários e aqueles que possuíam algum tipo de doença incurável, uma pensão de aposentadoria.

³⁹¹ Centre des Archives Diplomatiques du Ministère des Affaires Étrangères. Correspondance Consulaire et Commerciale, p. 380.

De acordo com as normas previstas pelo estatuto revisto em 1866, eram os membros da comissão que tinham a incumbência de nomear o médico responsável pela sociedade, podendo ou não acrescentar mais profissionais da área, para substituí-lo em caso de ausência por algum tipo de doença. Dessa maneira, cabia ao profissional redigir um relatório semanal sobre os pacientes que foram assistidos durante a semana, a fim de informar o comitê da associação.³⁹²

Logo, observou-se que, em paralelo aos serviços de medicina, havia nessa mesma sociedade, a presença de um ou mais farmacêuticos que auxiliavam na distribuição de medicamentos “em condições mais vantajosas”.³⁹³ A cada trimestre, esse especialista deveria prestar contas sobre o fornecimento de materiais, organizados pela data e o nome da enfermidade. Os critérios para o recebimento de remédios estavam restritos aos residentes no Rio de Janeiro, doentes ou impossibilitados de trabalhar, segundo prescrição médica.³⁹⁴

Em relação aos beneficiados portadores de quaisquer tipos de enfermidades, especialmente os que possuíam limitações para o exercício de suas funções profissionais, eram concedidas uma indenização de 1\$000 por cada dia de “incapacidade de trabalho, constatado pelo médico da Sociedade”.³⁹⁵ Toda renda indenizada deveria, ainda, ser recolocada todas as semanas aos indenizados, aos cuidados dos comissários.

Havia, entretanto, uma regra clara para os sócios que se recusavam em receber atendimento pelo médico responsável e optasse por ser examinado por um profissional fora da sociedade, deveria receber um seguro pecuniário de 2\$000 por dia, comprovando o tipo de doença e a sua duração ao serviço de medicina da associação, enquanto que os medicamentos e visitas médicas ficariam por conta própria. Além disso, os que comprovassem enfermidade ou invalidez, caso não justificasse a ausência por um atestado de saúde, seria privado de indenização.

³⁹² IBIDEM, p. 380.

³⁹³ IBIDEM, p. 380.

³⁹⁴ IBIDEM, p. 380.

³⁹⁵ IBIDEM, p. 380.

Imagem 5: Quadro dos pensionistas de 1º setembro de 1866 a 31 de agosto de 1876

Tableau synoptique des Pensionnaires, du 1^{er} septembre 1866 au 31 août 1876

N ^o de matricule	NOM DES SOCIÉTAIRES	ADMISSION	DATE DE NAISSANCE	DATE D'ENTRÉE EN PENSION	OBSERVATIONS
1^{re} année — Du 1^{er} Septembre 1866 au 31 Août 1867					
14	Chambellan (P.)	1 Septembre 1856	10 Mars 1804	1 Septembre 1866	
29	D ^r Gassier	1 Septembre 1856	15 Janvier 1803	1 Septembre 1866	
31	Gierkens (Albert)	1 Septembre 1856	13 Mars 1802	1 Septembre 1866	
32	Gauthier (M ^{me})	1 Septembre 1856	3 Septembre 1804	1 Septembre 1866	
33	Guimberteau	1 Septembre 1856	23 Décembre 1805	1 Septembre 1866	
34	Gaillard (M ^{me})	1 Septembre 1856	13 Février 1802	1 Septembre 1866	
53	Martin	1 Septembre 1856	12 Novembre 1804	1 Septembre 1866	
58	Olive	1 Septembre 1856	27 Juillet 1804	1 Septembre 1866	
59	Parcor	1 Septembre 1856	19 Novembre 1805	1 Septembre 1866	
	Malzac	1 Septembre 1856	3 Mai 1807	1 Juin 1867	Décédé le 28 Juillet 1867
2^{de} année — Du 1^{er} Septembre 1867 au 31 Août 1868					
81	Thaumur	1 Septembre 1857	5 Décembre 1795	1 Septembre 1867	
84	Binot (A.)	1 Octobre 1857	2 Août 1802	1 Décembre 1867	
86	Leiden (Henri)	10 Novembre 1857	19 Janvier 1803	1 Décembre 1867	
12	D ^r Chomet	1 Septembre 1856	17 Mars 1808	1 Juin 1868	
80	Lépine (J. P.)	1 Août 1857	28 Mai 1808	1 Juin 1868	
3^{de} année — Du 1^{er} Septembre 1868 au 31 Août 1869					
28	Ferrand	1 Septembre 1856	23 Juillet 1808	1 Septembre 1868	
38	Huger (Christ.)	1 Septembre 1856	26 Novembre 1808	1 Décembre 1868	
4^{de} année — Du 1^{er} Septembre 1869 au 31 Août 1870					
25	David (Ant.)	1 Septembre 1856	1 Septembre 1809	1 Septembre 1869	
60	Prébois	1 Septembre 1856	29 Avril 1810	1 Juin 1870	
5^{de} année — Du 1^{er} Septembre 1870 au 31 Août 1871					
67	Videau	1 Septembre 1856	19 Juillet 1810	1 Septembre 1870	
104	Sizeler	1 Décembre 1859	21 Octobre 1810	1 Décembre 1870	
119	Neiderer	1 Décembre 1860	23 Janvier 1811	1 Mars 1871	
122	Baguet	26 Décembre 1860	1 Février 1811	1 Mars 1871	
57	Nectoux	1 Septembre 1856	16 Avril 1811	1 Juin 1871	
6^{de} année — Du 1^{er} Septembre 1871 au 31 Août 1872					
96	Burgain	20 Juillet 1859	1 Janvier 1812	1 Mars 1872	
7^{de} année — Du 1^{er} Septembre 1872 au 31 Août 1873					
20	Chrétien (M.)	1 Septembre 1856	28 Juillet 1812	1 Septembre 1872	
10	Bonnefoy (Louis)	1 Septembre 1856	28 Octobre 1812	1 Décembre 1872	
11	Bourrelle	1 Septembre 1856	24 Octobre 1812	1 Décembre 1872	
103	Baudigny	1 Décembre 1859	15 Février 1813	1 Mars 1873	
8^{de} année — Du 1^{er} Septembre 1873 au 31 Août 1874					
9	Bourne (M ^{me})	1 Septembre 1856	24 Juin 1813	1 Septembre 1873	
39	Juvanot	1 Septembre 1856	10 Septembre 1813	1 Décembre 1873	
49	Loth	1 Septembre 1856	19 Janvier 1814	1 Mars 1874	
9^{de} année — Du 1^{er} Septembre 1874 au 31 Août 1875					
136	Cauilliaux	4 Août 1862	17 Juin 1814	1 Septembre 1874	
37	Houssé	1 Septembre 1856	18 Août 1814	1 Septembre 1874	
88	Tarr	1 Juillet 1858	14 Décembre 1814	1 Mars 1875	
10^{de} année — Du 1^{er} Septembre 1875 au 31 Août 1876					
65	Seigne	1 Septembre 1856	15 Septembre 1815	1 Décembre 1875	
57	Forast	1 Septembre 1856	25 Novembre 1815	1 Décembre 1875	

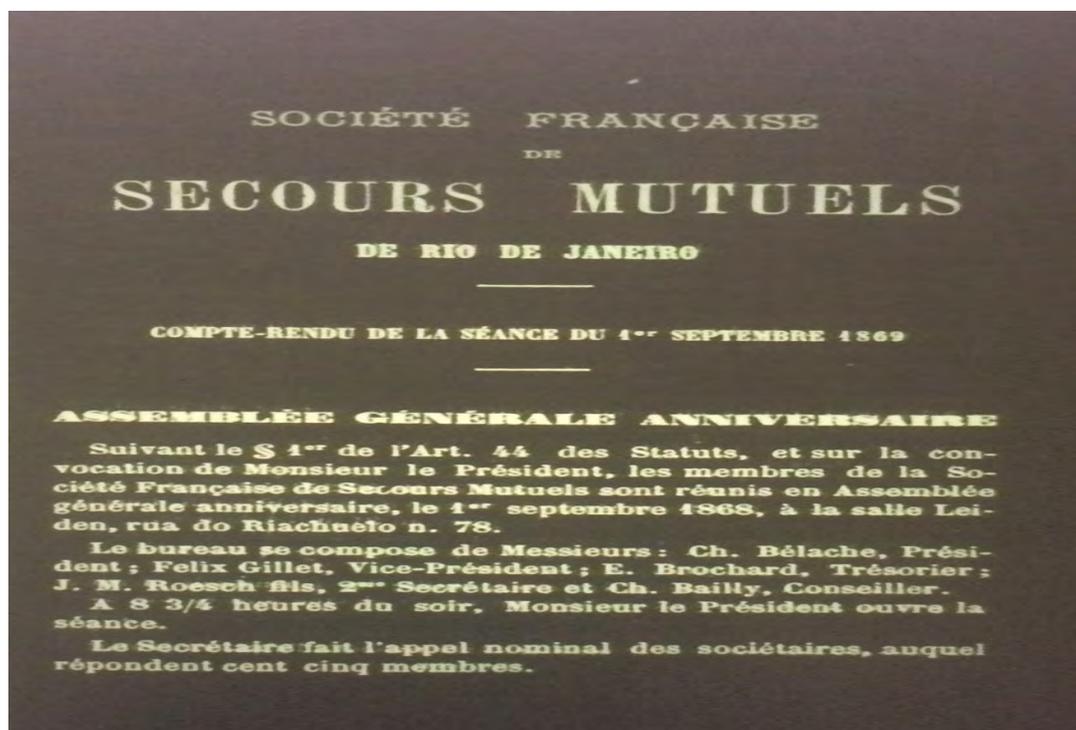
Quanto aos pensionistas, por seu turno, verificou-se que os sexagenários que tivessem contribuído com a associação durante 10 anos consecutivos, teriam direito a uma aposentadoria, que não poderia passar a quantia de 200\$000 por ano. Outra informação veiculada a esses aposentados, fornecida pelo estatuto é a possibilidade desses idosos residirem na sede da associação, podendo, inclusive, reivindicar pensão.³⁹⁶

Em todo mês de setembro, quando era comemorado o aniversário da *Société Française de Secours Mutuels*, eram convocados seus membros para uma Assembleia Geral, onde ocorria a eleição para o comitê de administração, que era composto por

³⁹⁶ Centre des Archives Diplomatiques du Ministère des Affaires Étrangères. Correspondance Consulaire et Commerciale, microfilme, p. 380.

presidente, vice-presidente, dois secretários e dois conselheiros, como também das cinco comissões, cada uma cumprindo um mandato de sete meses, que auxiliavam na administração da associação.³⁹⁷

Imagem 6: Imagem do livreto da prestação de contas da Assembleia Geral de 1869.



Fonte: Centre des Archives Diplomatiques du Ministère des Affaires Étrangères.

Outra atividade importante que se realizava nas assembleias gerais da *Société Française de Secours Mutuels* era avaliação das ações empreendidas durante o ano, momento de relevar possíveis falhas no atendimento aos indenizados, mas também de traçar novas diretrizes para a associação. Era a hora de prestar contas dos gastos com a casa de saúde, observando, através do balance anual, o quanto entrou de capital para a sociedade, como era apresentado os gastos com indenização dos doentes, inumações, anúncios nos jornais e demais impressos que propagandeavam os serviços empreendidos pela sociedade.³⁹⁸

³⁹⁷IBIDEM, p. 380.

³⁹⁸Centre des Archives Diplomatiques du Ministère des Affaires Étrangères. Correspondance Consulaire et Commerciale, microfilme, p. 380.

Tabela 33 : Membros da *Société de Secours Mutuels* listados à cópia dos originais do Estatuto que se encontram nos CADMAE (1868-69)

Amodru	Gaillard
Andriot	Gassier
Arnaud (Joseph)	Gaupin (Mme.)
Autéage	Gauthier (Mme.)
Bailly	Gillet (Eugène)
Bailly (Mme.)	Guimberteau
Bernachot (Etienne)	Halbout (François)
Blanchard	Hermann Georges
Bonniard (Michel)	Hubert (Adophe)
Bonniard (J. Antoine)	Isnard (J.B.)
Caillaux	Isnard (Mme.)
Cathiard (Claude)	Laruelle (Victor)
Charbonnier	Lecomte (Charles)
Charbonnier (Mme.)	Malet
Cherencq	Maupied
Conteville (Phillippe)	Maupied (Mme.)
Conteville (Mme.)	Nectoux
Conteville (Régis)	Orset
D`Aubigny (Mme.)	Pascal (Marc)
Dager	Petit (Auguste)
David	Renault (Léon)
Delmas	Roulland
Doux	Rozenvald (Marc)
Dreyfus	Sarthou (J.B.)
Espagnac	Sarthou (Léopold)
Estouegt	Sisson
Estruc	Sommier
Falentin	Ticoulac
Falque	Valé
Féraudy	Vallet (Louis)
Forré (Henri)	Videau

Gabriel (Joseph)	Voigt
------------------	-------

Fonte: Centre des Archives Diplomatiques du Ministère des Affaires Étrangères.

A afluência de imigrantes para a *Société Française de Secours Mutuels* impulsionou a *Société de Bienfaisance Française* a rever suas linhas de ação logo no início da década de 1860, ao aprovar um estatuto que reafirmava seu caráter de entidade oficial da comunidade francesa radicada no Rio de Janeiro. Certamente, tal decisão indicou a iniciativa por parte da beneficência francesa, em demonstrar suas prerrogativas frente à sua congênera, já que para além da chancela do consulado francês, recebia também o apoio financeiro do Conde d'Eu e da Princesa Isabel (GUIMARÃES, 1883, p. 63). Dessa forma, em seu funcionamento, a SBF permaneceria ao encargo do chefe da Legação Francesa, devendo o delegado ou chanceler participar das reuniões, mantendo-se a par das decisões, assim como poderia transmitir quaisquer tipos de comunicados ou indicações essenciais para a associação⁴⁰⁰ (CANELAS, 2007, p. 170).

Observou-se, através das páginas do Jornal do Comércio, que existiam estratégias de captação de fundos para a *Société de Bienfaisance Française*, como se verá mais adiante no item referente às sociedades voltadas para o esporte e entretenimento. Isso porque, nesse mesmo periódico, em 02 de setembro de 1863, foi encontrado um aviso, informando que as multas recebidas pelos artistas do teatro francês Alcazar Lyrique deveriam ser entregues ao cônsul de modo que fossem revertidas em obras de benefício para a associação, como se observa abaixo:

Alcazar Lyrique

Par le règlement en usage à l'Alcazar depuis as créations les amendes retenues aux artistes sont déposées chez le consul de France pour qu'il en dispose selon son bon plaisir em oeuvres de bienfaisance.

Reçu de M. Martin, de la part de MM. J. Arnaud & C., directeurs de l'Alcazar, la somme de 40\$, produit d'une amende appliquée à M. Chéri, artiste. La dite somme destinée à la société de bienfaisance française er russe.

Le chancelier de France, Taunay Rio de Janeiro, 2 Septembre
1863.⁴⁰¹

⁴⁰⁰ Ao se debruçar sobre esse assunto, Letícia Canelas destacou que tal decisão fora contemplada no estatuto de 1861.

⁴⁰¹ Tradução: Pelo regulamento em uso no Alcazar desde sua criação, as multas retidas aos artistas são enviadas ao cônsul da França para que ele disponha das mesmas segundo seu prazer em obras de

De fato, no início da década de 1870, a *Société de Bienfaisance Française* novamente atravessava um período difícil, em que seus sócios estavam em vias de retorno à França, como foi o caso do secretário M. Viollier, que havia deixado o Rio de Janeiro em novembro de 1872, e do presidente da associação, M. Bensa, em março do ano seguinte. Além desses fatores, o surto de epidemias de Febre Amarela na cidade, já referido anteriormente nesse texto, demandou maiores esforços por parte da sociedade, no sentido de preservar a vida de seus associados e de suas famílias.⁴⁰²

Essa mesma aproximação da *Société de Bienfaisance Française* com o mundo dos *divertissements* na cidade pode ser percebida por meio da iniciativa da SBF, em promover eventos como a Fête de Charité, que, durante os anos de 1860, ocorreu no próprio Alcazar Lyrique.⁴⁰³ Entretanto, durante a década de 1870, como se observou no *Rapport de l'exercice de 1872-1873*, essa parceria foi interrompida, pois, segundo o que foi exposto no relatório, a associação durante esse período, havia perdido a permissão de obter benefícios por meio de companhia teatral.⁴⁰⁴ Isso porque, o proprietário da casa de espetáculos, Joseph Arnaud, havia se desvinculado sociedade, para, então, fazer parte do quadro de associados da *Société Française de Secours Mutuels* (ver tabela 1).

Contudo, notou-se que a iniciativa em levantar fundos para a SBF, por meio de festivais, permaneceu em um espaço localizado à Rua da Guarda Velha,⁴⁰⁵ através da iniciativa de negociantes e comerciantes de grande visibilidade na cidade, como MMrs. Auguste Lehéricy &C., destacado negociante, e Mr. Noël Décap, proprietário do Magasin Notre Dame, dentre outros.⁴⁰⁶

De acordo com o *Rapport de l'exercice de 1872-1873*, apresentado em Assembleia Geral aos sócios, em 10 de junho de 1873, o asilo, segundo lista deixada pela madre superiora, possuía 119 crianças, das quais 69 tinham gratuidade, enquanto

beneficência.

Recebido de Senhor Martin, da parte de Senhor J. Arnaud e C., diretores do Alcazar, a soma de 40\$, produto de uma multa aplicada ao Senhor Chéri, artista. A dita soma destinada à sociedade de beneficência francesa e russa. Notícia extraída do Jornal do Comércio de 03 de setembro de 1863, p. 2.

⁴⁰² *Rapport de l'exercice de 1872-1873*. Fonte: Centre des Archives Diplomatiques du Ministère des Affaires Étrangères.

⁴⁰³ Durante a década de 1860, os festivais em benefício da *Société de Bienfaisance Française* ocorriam no Alcazar Lyrique.

⁴⁰⁴ Embora o estatuto não tenha nomeado, os indícios encontrados no Jornal do Comércio indicam que a Companhia Teatral aludida no *Rapport de l'exercice de 1872-1873*, tenha sido o Alcazar Lyrique.

⁴⁰⁵ Ainda que o anúncio da Fête de Charité tenha explicitado apenas o endereço onde se realizaria o evento, verificou-se que o espaço aludido na chamada era a sede da *Société de Gymnastique Française*. Jornal do Comércio de 19 de outubro de 1883, p. 4.

⁴⁰⁶ Jornal do Comércio de 29 de abril de 1887, p. 3.

que as outras 59 pagavam apenas uma parte da mensalidade.⁴⁰⁷

Entretanto, a fim de obter maiores informações sobre a quantidade de alunos sob a tutela da sociedade, foi instituída pelo comitê da associação, uma comissão composta por dois membros encarregados de listar a quantidade de crianças, para acompanhar com mais afinco os trâmites com o abrigo.

Assim, a partir dessa nova orientação, decidiu-se que o número de assistidos pelo *Asile Saint Vincent Paul* que se estariam sob a responsabilidade da *Société de Bienfaisance Française* havia se reduzido para 30. Por considerar importante para o conhecimento e gerenciamento de receita da associação, acordou-se que a mesma se encarregaria apenas das crianças de origem francesa, ao passo que, as de outras nacionalidades deveriam ficar aos cuidados da administração do asilo.⁴⁰⁸

Tal medida implicava uma nova forma de organização, cujos limites entre as ações da sociedade e do asilo tornavam-se mais precisos. Dessa maneira, a elaboração de relatórios com a identificação das crianças admitidas pelo comitê facilitaria o acompanhamento destas pela associação, de modo que a direção do abrigo deveria aceitar uma nova convenção, cujas regras se dividiam em 3 categorias: 1) Pensão mensal para cada criança – Rs10\$000; 2) Suplemento trimestral para cada criança cuja sociedade forneceria o auxílio completo – Rs15\$000; 3) Suplemento trimestral para cada criança cuja sociedade forneceria a lavagem – Rs9\$000.⁴⁰⁹

Embora tal proposta estivesse em vias de acordo, verificou-se que havia certa preocupação em relação aos gastos com as órfãs, de modo que a sociedade buscou apurar, por meio de entrevistas com jovens de 18 anos, o interesse em se manterem ou não no asilo.⁴¹⁰

Para além dos serviços destinados às órfãs francesas, o asilo foi um importante espaço destinado à comunidade, de um modo geral. Conforme se observou nas *Actes d'État Civil Consulaire*, a capela destinada ao culto religioso era utilizada para o batismo e reconhecimento de filhos de imigrantes, a exemplo das certidões de Marie Céline Lagarde, Louise Lagarde e Léon Lagarde, filhos de Dorothee Pemartin e Vincent

⁴⁰⁷ Rapport de l'exercice de 1872-1873. Fonte: Centre des Archives Diplomatiques du Ministère des Affaires Étrangères.

⁴⁰⁸ Rapport de l'exercice de 1872-1873. Fonte: Centre des Archives Diplomatiques du Ministère des Affaires Étrangères.

⁴⁰⁹ Rapport de l'exercice de 1872-1873. Fonte: Centre des Archives Diplomatiques du Ministère des Affaires Étrangères.

⁴¹⁰ Rapport de l'exercice de 1872-1873. Fonte: Centre des Archives Diplomatiques du Ministère des Affaires Étrangères.

Lagarde, cujos registros datam de 1870.⁴¹¹

Imagem 8: Quadro demonstrativo de receitas e despesas durante o exercício de 1872-1873.

RECETTES		DÉPENSES	
Reçu en espèces du précédent Comité.....	1:8812300	Payé pour fourniture de pain à l'Asile, d'octobre 1871 au 30 septembre 1872, suivant convention des Comités précédents.....	2:3952004
+ aquita de cotisations.....	7:7702300	* à l'Asile pour la pension et entretien des enfants à la charge de la Société, d'octobre 1872 au 31 mai 1873, suivant convention de septembre 1872.....	2:3432000
+ divers dons.....	4452000	* pour secours mensuels à cinq familles.....	6242000
+ 37 et 38 dividendes de 30 actions de la Banque du Brésil.....	4902000	* " temporaires à treize personnes..	1032000
		* pour loyers de chambres à sept familles.....	862000
		* soixante-seize bons pour repas.....	482200
		* à Soulié, pharmacien, son compte.....	32420
		* pour quinze rapatriements.....	684200
		* traduction et frais pour l'approbation des Statuts	97200
		* 2,000 souches à talons et divers imprimés	91200
		* pour commission de recouvrements.....	409226
		* " diverses insertions aux journaux.....	2102730
		* " une boîte en fer-blanc et cadenas.....	42500
			8:1522500
		Soldé en caisse le 31 mai 1873.....	2:4422120
TOTAL.....	Rs. 10:5942600	TOTAL.....	Rs. 10:3022000

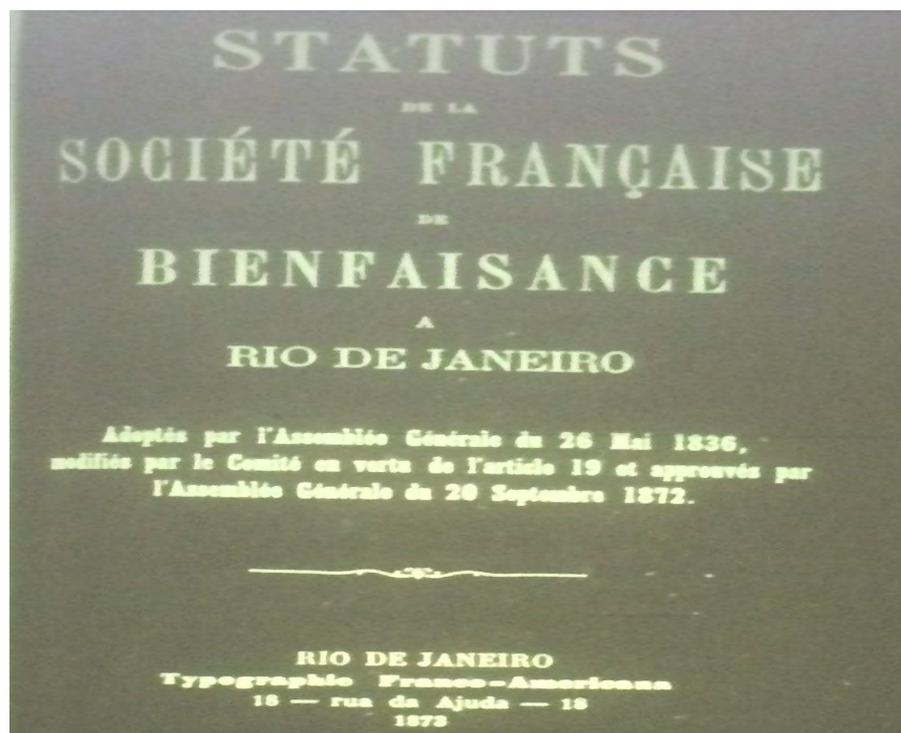
Ainda que o documento não explicita, verificou-se que à época de sua produção, momento, apontado pelo comitê da sociedade, de maiores despesas e de reduzido número de societários (105), foi o período em que sua congênere, a *Société Française de Secours Mutuels* contava com 322 associados, portanto, uma quantidade muito superior à SBF. Será que a polêmica suscitada pela aproximação dessa associação com a Confraria São Vicente de Paulo ainda ecoava entre os imigrantes?

Por necessidade de mudança em suas estratégias e linhas de ação junto à comunidade francesa radicada no Rio de Janeiro, foi submetido ao Conselho de Estado um novo regimento e estatuto para a *Société de Bienfaisance Française*, aprovado em 1873. Composto por 19 artigos, o novo código previa que a sociedade teria duração de 30 anos, “sendo prorrogável por direito, por igual tempo”, “desde que a maioria não decida de outra forma”. Contudo, para que houvesse tais extensões, era necessário submeter esse pedido à aprovação do governo imperial. Em caso de dissolução da instituição, caberia à Assembleia Geral decidir o que fazer com as propriedades pertencentes a associação e com os fundos arrecadados pelo caixa.⁴¹²

⁴¹¹ *État Civil Consulaire*, actes de baptême de Marie Céline Lagarde, Louise-Marie Léontine Lagarde e Léon Pierre Vincent Lagarde, em 19 de novembro de 1870.

⁴¹² Estatuto aprovado pelo Conselho de Estado em 1873. Fonte: Centre des Archives Diplomatiques du Ministère des Affaires Étrangères.

Imagem 9: Capa do estatuto aprovado pelo Conselho de Estado em 1873.



Fonte: Centre des Archives Diplomatiques du Ministère des Affaires Étrangères.

No que se refere à Assembleia Geral, verificou-se que a mesma ocorria sempre em 1º junho, ou às vésperas dessa data, e podia ser convocada pelos jornais de época. Por meio dela, eram nomeados os sócios que faziam parte do comitê administrativo, que era composto por sete membros, que poderiam escolher entre eles o presidente, o tesoureiro e o secretário que, após um ano, poderiam ser reeleitos. A esse seletivo grupo, ficaria o encargo de gerenciar a sociedade e o emprego de seus capitais.⁴¹³

Ainda em relação à Assembleia Geral, verificou-se que ela só poderia deliberar algumas decisões mediante a presença de 21 membros da sociedade, caso não tenha alcançado a média de 10% dos sócios inscritos. Se a cota se mantivesse inferior, seria necessário convocar outra sessão, independente do número de presentes, a fim de obter resoluções a respeito da incorporação de novos artigos no estatuto, gerenciamento financeiro etc.

O capital da sociedade era composto pelo auxílio dos sócios e benfeitores, que poderiam contribuir com legados e donativos, de um modo geral. Em caso de excedente

⁴¹³ Estatuto aprovado pelo Conselho de Estado em 1873. Fonte: Centre des Archives Diplomatiques du Ministère des Affaires Étrangères.

na receita, esse valor deveria ser revertido em fundos públicos. Caberia, portanto, à Assembleia Geral o gerenciamento desse patrimônio, seu emprego e tudo o que dizia respeito à gestão da associação. Em caso de insuficiência de recursos ao longo do ano, essa mesma instância deveria deliberar meios plausíveis para o suprimento das necessidades.

Tabela 34: Membros da *Société de Bienfaisance Française* listados à cópia dos originais do Estatuto que se encontram nos CADMAE (1872-1873)

Albert (E.J.)	Masset (G.)
Aubret (Louis)	Mathuron (Mme.)
Audoubert (Gabriel)	Mensageries Maritimes
Baguet (A.)	Nicole (Santiago)
Balleux (Ch.)	Naura & Ce.
Bazin (C.)	Oliver (Vernant)
Binoche (A.) & Ce.	Orset
Carruette (Am.)	Parisot (Bernard)
Carrière (Em.)	Petit (Auguste)
Cassemajou	Pierre
Cherencq (Cyprien)	Pingard (Th.)
Décap & Autéage	Poey (Jules)
Dol (Adolphe)	Poirson
Dreyfus (Ab.)	Ripoche (A.)
Dreyfus (H.)	Robin
Dreyfus (Léon)	Rezard (Mme.A.)
Estienne	Rouchon frères
Estruc	Salaberry
Fabron	Salaberry (Mme.)
Féraudy (F.E.)	Salé (Joseph)
Garnier(B.L.)	Salingre (Emmanuel)
Guérin (Victor)	Salingre (Léon)
Guignard (Ch.)	Simonard
Hallier (Th.)	Sire

Heim (F.H.)	Stocky
Hoffmann (E.)	Taizon
Hue (Ch.)	Tanière
Jacomet	Tingry
Kauffamann (E.)	Tisnés
Kahn (J.)	Tribouillet
Lacaille	Vallais
Lagarde	Vallet
Lehérecy (A.) & C.	Vallier (Etienne)
Martin (Sully)	Vimenez (P.A.)

Fonte: Centre des Archives Diplomatiques du Ministère des Affaires Étrangères.

As mudanças operadas no estatuto da SBF possibilitaram o melhor funcionamento de suas atividades. Segundo o exercício de 1877-1878, a associação contava com 190 associados e seu patrimônio estava avaliado em 17:100\$00, ou seja, quantia superior aos anos anteriores (GUIMARÃES, 1883, p. 63).⁴¹⁴

Complementando a ideia de que a *Société de Bienfaisance Française* atravessava uma nova fase, verificou-se que, na década de 1880, foi-lhe concedida a licença para realização de atividades em prol de seu funcionamento, no Teatro Imperial D. Pedro II.⁴¹⁵ Inclusive, na “Publicações a Pedido”, de 18 de junho de 1888, da Gazeta de Notícias, o tesoureiro da Sociedade, em um calorosa chamada, convidava a “colônia francesa do Rio de Janeiro” para participar da apresentação do prestigiado ator Coquelin aîné⁴¹⁶, da *Comédie Française*, cujo cachê seria convertido em favor das obras da sociedade.⁴¹⁷

Se na década de 1880 a SBF conseguiu se recuperar financeiramente, garantindo a sua longevidade, verificou-se que sua congênere, a *Société Française de Secours Mutuels*, experimentou uma progressiva adesão de membros da comunidade francesa, conforme observado nas listas de associados entre os anos de 1867 e 1871. Dessa forma, compreendeu-se que em 1867-1868, havia 277 sócios, aumentando para

⁴¹⁴ Antes da adoção do novo estatuto, a receita anual da *Société de Bienfaisance Française* era de 4:100\$000.

⁴¹⁵ Em 1887, por exemplo, este espaço passou a sediar a Fête de Charité.

⁴¹⁶ Benoît Constant Conquelin (Boulogne-sur-Mer, 23 de janeiro de 1841 – Couilly-Pont-aux-Dames, 27 de janeiro de 1909) foi um importante comediante do século XIX, chegando a participar de tounées pela Europa e nas Américas, especialmente no Brasil.

⁴¹⁷ Gazeta de Notícias, 18 de junho de 1888, p. 2.

302, em 1868-1869. Já em 1870-1871 esse número sobe para 326 franceses, estabilizando-se em 322, em 1872-1873. Embora não se tenha obtido todos os registros dos anos subsequentes, mas somente uma prestação de contas do ano de 1913, foi observado um declínio considerável de imigrantes, alcançando o número de 155 indivíduos, como se depreende da imagem abaixo.

Imagem 10: Lista de despesas da Société Française de Secours Mutuels (1913).

179

MINISTÈRE
DU TRAVAIL
ET
DE LA PRÉVOYANCE
SOCIALE.
STATISTIQUE GÉNÉRALE
DE LA FRANCE.
Quai d'Orléans, n° 67, Paris.

RÉPUBLIQUE FRANÇAISE.
POSTE DE Rio de Janeiro
AGENCE CONSULAIRE DE France

ENQUÊTE
SUR LE NOMBRE DE FRANÇAIS
RÉSIDENTS À L'ÉTRANGER
ET
SUR LES INSTITUTIONS
QUI LEUR SONT DÉDIÉES.
ANNÉE 1913.

ASSOCIATION DE PRÉVOYANCE.
(SOCIÉTÉS DE SECOURS MUTUELS, SOCIÉTÉS D'ÉPARGNE, DE RETRAITES, ETC.)

1° Nom de l'Association: *Société française de Secours mutuels* Date de fondation: *1^{er} Sept. 1856*

2° Nature de l'association, but poursuivi. *Secours médicaux et pharmaceutiques, indemnités pour incapacité de travail à tous ses associés, pensions à tout sociétaire ayant atteint l'âge de 65 ans*

3° La société admet-elle comme membres
des Français exclusivement? *Français et fils de Français nés à l'étranger*
des personnes de langue française?
des personnes de toutes nationalités?

4° Nombre de membres à la date du 31 décembre 1913:

	FRANÇAIS.		PERSONNES D'AUTRES NATIONALITÉS.	
	Hommes	Femmes	Enfants	Total
Membres honoraires	<i>aucun</i>			
Membres participants	<i>89</i>	<i>63</i>	<i>3</i>	

5° Placements de Français en 1913

6° Dépenses et recettes de la société au cours de l'année 1913:

Dépenses.		Recettes.	
Frais d'administration	<i>1552.70</i>	Cotisations des membres honoraires	
(1) Frais médicaux et secours divers	<i>8693.55</i>	participants	<i>5786.65</i>
Pensions viagères de retraites	<i>4910.10</i>	Subventions	<i>0</i>
Autres dépenses	<i>403.55</i>	Autres recettes	<i>Intérêts de 180 obligations de 1000 fr. 7533.55</i>
TOTAL	<i>15889.50</i>	TOTAL	<i>13120.60</i>

130-95-1913. [186817] T. S. V. P.

(1) Sans le chapitre frais médicaux et secours divers, la somme de 15889.50 francs correspond à l'année 1913 et par conséquent au maximum de la 1^{re} partie des dépenses, par décision du conseil.

Fonte: Centre des Archives Diplomatiques du Ministère des Affaires Étrangères.

5.1.2. SOCIÉTÉ ALSACE-LORRAINE

Seguindo uma tendência de meados do oitocentos no Rio de Janeiro (FONSECA, 2008, 15-29), a partir da qual um grupo de indivíduos se reúne em torno de um objetivo em comum, surgiu, em 15 novembro de 1872, a *Société Alsace-Lorraine*, cujo estatuto aprovado no dia 26 desse mesmo mês, convocava todos os “amigos da França”, a se unirem em favor da causa da Alsácia-Lorena, destacando que nos jornais “centenas de mil Alsacianos-Lorenos estão sob nossas fronteiras, em um estado de miséria medonha.”⁴¹⁸ Tal convite revelou a preocupação de seus concidadãos radicados no Rio de Janeiro, com a situação de muitos franceses após a Guerra Franco-Prussiana, que culminou com a perda dos territórios em questão para a Alemanha, mas, também para as relações que esses imigrantes mantinham com a sua nação, ao expressar claramente o desejo “patriótico e humanitário” que os impulsionava.

Nesse sentido, a associação tinha por objetivo principal auxiliar a sede geral da associação Alsácia-Lorena, estabelecida em Paris, com vistas a manter as redes de solidariedade e de fraternidade entre as províncias perdidas para o Estado alemão e a França. Ao recolher os fundos e doações na filial do Rio de Janeiro, o montante arrecadado deveria ser encaminhado para a capital francesa, a fim de auxiliar os alsacianos-lorenos.

Em seu pronunciamento, o presidente da *Société Alsace-Lorraine*, G. Taizon, ao se reportar aos franceses que, “por uma dolorosa necessidade”, foram obrigados a se anexarem, considerou que, ao tomarem ciência dos esforços empreendidos em lhes auxiliar, veriam que essa iniciativa não esteve restrita à França, mas a outros locais, onde há população francesa e outras sociedades que estão unidas à Associação Geral de Paris para ajudar a manter as relações de fraternidade entre essas províncias à sua mãe-pátria.

Assim, verificou-se que nesse mesmo pronunciamento de G. Taizon havia um estímulo por parte do Comitê diretor da Associação geral de Paris para aqueles que desejassem se “expatriar momentaneamente para vir ao Brasil”, como se observa nesse fragmento: “Se você deseja por vontade própria ir ao Rio de Janeiro, existe uma associação importante que tem a mesma finalidade que a nossa e com a qual temos relação, ela vos prestará ajuda e proteção.”⁴¹⁹

⁴¹⁸ Centre des Archives Diplomatiques du Ministère des Affaires Étrangères. Correspondance Consulaire et Commerciale, microfilme, p. 450.

⁴¹⁹ IBIDEM, p. 450

Dentre as atribuições, os associados deveriam ajudar e proteger independente das opções religiosas ou políticas, os imigrantes da Alsácia-Lorena que desejassem se estabelecer no Rio de Janeiro ou em outras cidades brasileiras, desde que apresentassem à Sociedade o certificado da Comissão Central da Associação Geral da Alsace-Lorraine em Paris, ou com documentos que comprovassem o cumprimento do dever como cidadãos franceses. Indubitavelmente, essa informação reforça aquilo que foi mostrado anteriormente a respeito de fluxos e/imigratórios do Leste da França.

De acordo com Fania Fridman, já na primeira metade do século XIX, o Rio de Janeiro recebeu imigrantes de origem alsaciana, sendo, portanto, comum, reconhecê-los em estabelecimentos dessa origem na cidade. Assim, pode-se considerar que o afluxo de emigrantes franceses, da década de 1870, oriundos da Alsácia e da Lorena, constituiu-se em um segundo movimento. Tais imigrantes, segundo a autora, eram em sua maioria judeus e, participavam ativamente da União Israelita do Brasil. Atuavam no comércio informal e formal, na educação, ensinando a língua francesa, música e desenho, como guarda-livros, dentre outras ocupações (FRIDMAN, 2009, p.174-190).

É interessante observar que, em 1871, foram encaminhados ofícios para o Rio de Janeiro, a fim de informar aos alsacianos-lorenos que se radicaram no exterior⁴²⁰, sobre os termos previstos pelo tratado de Francfort⁴²¹, a respeito da escolha pela nacionalidade francesa. Segundo o primeiro artigo da convenção adicional desse acordo, o governo francês deveria remeter ao Império alemão, em períodos trimestrais, uma lista nominativa dos declarantes. Os imigrantes que desejassem manterem-se franceses deveriam recorrer ao chanceler diplomático ou ao consulado do país onde estavam residindo, em até 01 de outubro de 1873.

⁴²⁰ O documento intitulado “Option de nationalité des Alsaciens Lorrains résidant à l'étranger” destacou que o procedimento que deveria ser tomado para a permanência da nacionalidade francesa para as crianças implicava apenas a declaração de seus responsáveis, enquanto as mulheres casadas deveriam expressar seu desejo em manterem-se francas ao lado de seus maridos. As viúvas, segundo o ofício, tinham a obrigação declarar.

⁴²¹ O Tratado de Francfort, assinado em maio de 1871, foi um acordo firmado entre a França e a Alemanha após a Guerra Franco-Prussiana.

Imagem 11: Formulário para a requisição da nacionalidade francesa

581

Modèle n° 2. TRAITÉS DU 10 MAI ET DU 11 DÉCEMBRE 1871.

OPTION POUR LA NATIONALITÉ FRANÇAISE.

(1) Dates du jour et du mois. Le (1) 1872.
par-devant nous,

(3) Nom et prénoms du déclarant. est comparu (3)

(4) Indication du lieu de naissance. né à (4)

(5) Date de la naissance ou au moins indication de l'âge du déclarant. le (5)

(6) Ajouter pour les mineurs, quand leur déclaration sera faite séparément :
« Assisté de son père ou de son tuteur. »

(6) lequel, conformément aux articles 2 du Traité du 10 mai et 1^{er} de la Convention additionnelle du 11 décembre 1871, a déclaré opter pour la nationalité française, qu'il entend conserver.

(7) Ajouter, quand la déclaration sera faite collectivement par le père et ses enfants mineurs :
« Leditte déclaration faite tant au nom personnel du sieur que comme représentant légal de ses enfants mineurs. »
Nota. Indiquer les noms, lieux et dates de la naissance de chacun des enfants.

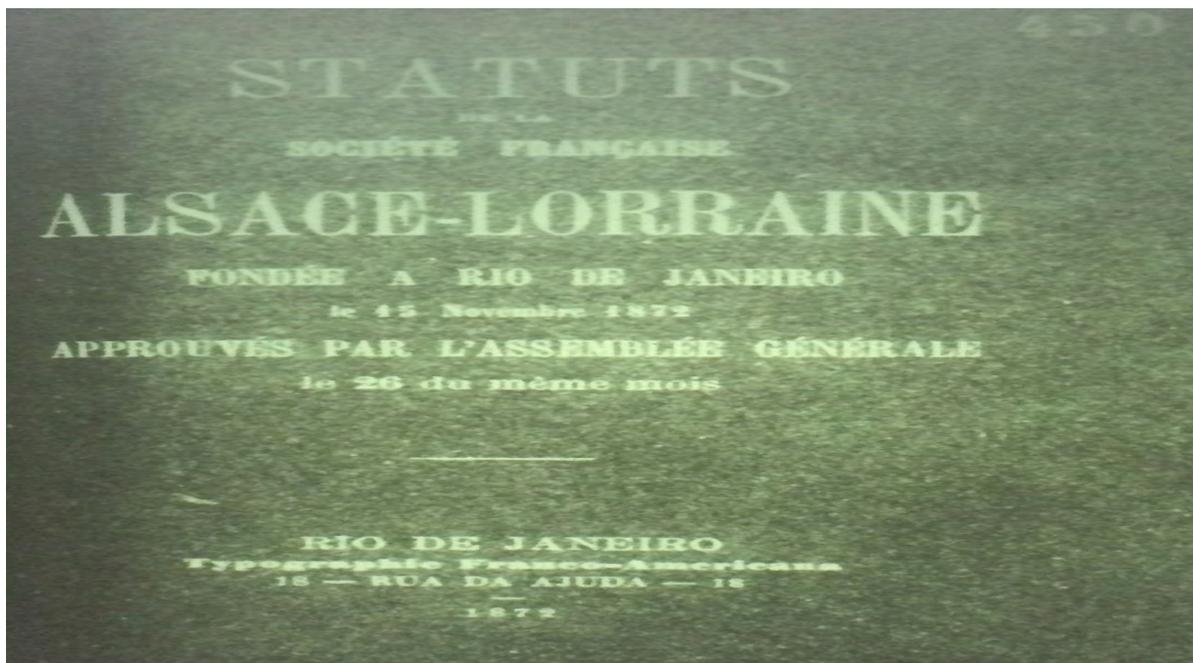
(7)



(8) Ou attestation par le maire qu'il ne sait pas signer. Signature du Déclarant (8). Signature du Maire.

Em seu estatuto, poderiam fazer parte da associação todos os franceses que quisessem contribuir com uma cota mensal voluntária. Assim, seriam aceitas todas as doações e legados dos “amigos da França”. Em cada um dos inscritos, viria um registro especial aos empenhados nesse objetivo. No tocante aos capitais, verificou-se que a sociedade poderia receber em doação pura e simples, acordando que o excedente das receitas sobre os gastos incorridos pelo escritório será colocado quando for além de um conto de réis ao Banco do Brasil. Além disso, os fundos só poderiam ser retirados com a autorização do comitê, mediante a assinatura do presidente, secretário e tesoureiro da sociedade.

Imagem 12: Imagem do estatuto da Société Alsace-Lorraine.



Fonte: Centre des Archives Diplomatiques du Ministère des Affaires Étrangères.

Em se tratando de administração da *Société Alsace-Lorraine*, foi possível observar, através das normas de seu estatuto que os sócios deveriam nomear anualmente em escrutínio secreto um comitê composto por: presidente, tesoureiro, secretário e quatro conselheiros, que seriam encarregados pela gestão da sociedade. Cabia à presidência da associação, convocar os membros da sociedade para as reuniões ordinárias, presidir assembleias e dirigir debates, além de convocar o comitê sempre que julgar necessário. Além disso, não podia ser reeleito e deveria se encarregar de prestar contas perante os membros.

Em caso de dissolução da associação, caberia ao Comitê convocar uma Assembleia Geral extraordinária para decidir como deveria empregar os fundos existentes em caixa. E, se, por ventura, houvesse modificações no estatuto só poderia ser feita durante esse mesmo conselho, ao menos um mês antes da convocação da mesma.

Tabela 35: Tabela de membros do comitê da *Société Alsace-Lorraine*

G.Taizon	Presidente
M.Rosenwald	Tesoureiro
Ab.Dreyfus	Secretário
G. Hermann	Conselheiro
M. Hirsch Levy	Conselheiro
J. Steinbach	Conselheiro
S.A. Sisson	Conselheiro

Fonte: Centre des Archives Diplomatiques du Ministère des Affaires Étrangères.

Era comum perceber, por exemplo, a circulação desses imigrantes da *Société Alsace-Lorraine*, tanto na *Société de Bienfaisance Française* quanto na *Société Française de Secours Mutuels*, comprovando a tendência desses imigrantes de se agruparem em torno de um objetivo comum. Dessa forma, verificou-se que o presidente Sociedade da Alsácia-Lorena, G. Taizon era membro das três associações⁴²², assim como M. Hirsch Levy e G. Hermann. Já Marc Rosenwald, se integrou à SFMS, em 1868-1869, à mesma época que Sisson, que no ano seguinte se tornou presidente da entidade. Embora ele não tenha o nome figurado na SBF, verificou-se através do registro do *État Civil Consulaire*, que seu filho Henry Eugène Sisson foi registrado na capela do Asilo da Beneficência Francesa, em 1870. Abel Dreyfus, por exemplo, fazia parte da SFB, enquanto que J. Steinbach, por seu turno, não era sócio das outras sociedades.

Por fim, o fato de ter apenas encontrado informações sobre o funcionamento da *Société Alsace-Lorraine* no acervo documental do *Centre des Archives Diplomatiques du Ministère des Affaires Étrangères*, sugere que a existência dessa associação esteve restrita à comunidade francesa, hipótese que se confirma através da ausência de dados relacionados a sua atuação no Rio de Janeiro nos periódicos de grande circulação.⁴²³

⁴²² Verificou-se em registros da *Société de Bienfaisance Française* que G. Taizon fazia parte do comitê dessa associação, ocupando o cargo de conselheiro, no ano de 1873.

⁴²³ Para obtenção de informações relacionadas à *Société Alsace-Lorraine*, recorreu-se à Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Buscou-se nos periódicos: Diário do Rio de Janeiro, Gazeta de Notícias e Jornal do Comércio.

5.1.3. CHAMBRE DU COMMERCE FRANÇAIS

O processo de criação das câmaras de comércio está intimamente ligado ao contexto de internacionalização das relações comerciais no mundo contemporâneo, posto em marcha no final do século XIX. Nesse sentido, a prática de comerciantes e industriais se vincularem através de um órgão capaz de defender seus interesses no mercado, fornecendo informações sobre as condições locais, a legislação e os regulamentos do país para o qual deseja se estabelecer parceria, tornou-se comum na Europa, durante o período em tela.

No Rio de Janeiro, embora tenham apontado que as primeiras juntas comerciais tenham sido instituídas a partir da fundação da Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria (CPCI)⁴²⁴, em agosto de 1912, constatou-se que, antes mesmo de sua institucionalização, já havia uma entidade voltada para a regulamentação das atividades entre o Brasil e a França, na cidade.

“Prière aux électeurs de la Chambre de Commerce de voter pour le suivants: MMrs. Karl-Valais, Oliver, Rougeot, Bonniard, Lachaud, Rouchon, Décap, Delforge e Alaphilippe”⁴²⁵. O aviso publicado no *Jornal do Comércio*, em 25 de janeiro de 1885, convocava a comunidade francesa para as eleições da câmara de comércio francês no Rio de Janeiro, constituindo-se, portanto, em um primeiro esforço para a criação dessa junta na cidade.

Dias depois, esse mesmo periódico noticiaria que o escrutínio realizado no *Club 14 juillet*, havia não só eleito a chapa que havia sido proposta para a gestão da câmara, conforme publicado anteriormente, como viabilizou as discussões sobre o estatuto e as normas de funcionamento da câmara comercial, que tinha por objetivo “favorecer o desenvolvimento do comércio e tornar conhecidas suas ideias relativamente aos meios de aumentar a prosperidade da indústria.”⁴²⁶

Logo nos primeiros anos de sua criação, a *Chambre du Commerce* era ainda vista com certa desconfiança, como se observou em uma pequena nota assinada pelo pseudônimo *Un juif*, que ironizava a criação da câmara:

⁴²⁴ Ver: Alda Mourão. “Portugal, Brasil e Câmara de Comércio e Indústria: uma relação triangular na representação dos interesses dos empresários portugueses no Rio de Janeiro.” *Convergência Lusitana* n. 29, janeiro - junho de 2013, p. 22-38.

⁴²⁵ Pedido aos eleitores da Chambre de Commerce para votar pelos seguintes: MMrs. Karl-Valais, Oliver, Rougeot, Bonniard, Lachaud, Rouchon, Décap, Delforge e Alaphilippe. *Jornal do Comércio*, 25 de janeiro de 1885, p. 3.

⁴²⁶ *Jornal do Comércio*, 28 de janeiro de 1885, p. 1.

Dis-donc, Gugusse, à quoi que ça sert une chambre du commerce?

T`em demande trop, Polyte, puisque la chambre n`le sait point et est toute emberlificotés d`savoir à quoi qu`ele peut bien servir.

Mais alors, Gugusse, qu`y commerce-t`on dans c`te boutique qu`on surnomme chambre?

T`es bête, Polyte, on y rôtit les des dindons que les autres plument et les allemands les bouffent en rigolant. C`est eux qui sont les malin.

Un juif.⁴²⁷

Para além das críticas recebidas, a junta comercial francesa enfrentou desafios que ameaçaram a sua reputação, como se observou através das publicações de seus membros, que traziam a público, questões relacionadas a irregularidades produzidas nas reuniões da junta.⁴²⁸ Entretanto, a comissão responsável por seu funcionamento não esperava que um de seus gestores fosse acusado de ter sido conivente ao furto da residência do Dr. Lopo de Albuquerque Diniz. Isso porque, o secretário dessa associação, Augusto Julio Coulon, tinha comprado uma pedra de brilhante, que fora roubada no delito em questão e que se negava a devolver sem, porém, consultar seu advogado.⁴²⁹

É curioso observar certo silêncio por parte do mesmo Jornal do Comércio, no que pese à *Chambre du Commerce*, durante a década de 1890. Embora não se tenha explicações, verificou-se que é somente em 1900, que são veiculadas novas publicações a respeito da junta, ano que, apontado pelo relatório da *Statistique Générale de la France*, como do surgimento da junta.⁴³⁰ Recorrendo a uma outra fonte, isto é, ao conjunto documental *Correspondance Consulaire et Commerciale*, verificou-se que em 1891, a câmara exercia livremente suas atividades no Rio de Janeiro, chegando, inclusive a publicar um boletim, contendo as demandas dos agentes e representantes, busca por empregos na cidade, informações sobre os pagamentos dos direitos na alfândega, além das listas de vapores entrados pelo porto do Rio e dos navios à vela que

⁴²⁷ Gugusse, pra que serve uma câmara de comércio?

Você tá pedindo demais, Polyte, já que a câmara não o sabe e está embaraçada em saber para quê ela deve servir.

Mas então, Gugusse, o que se comercializa nessa loja que se apelida câmara?

Você é idiota, Polyte, lá se assam os perus que os outros depeçam e os alemães os comem rindo. Eles que são espertos. Um judeu.

⁴²⁸ Jornal do Comércio, 17 de fevereiro de 1887, p. 1.

⁴²⁹ Jornal do Comércio, 12 de março de 1887, p. 1.

⁴³⁰ Bulletin de Statistique Générale de la France. Tome IV. Fascicule II. Paris: Librairie Felix Alcan, 1915.

descarregaram pelo mesmo embarcadouro.⁴³¹

Imagem 13: Boletim n. 24 da Chambre du Commerce Française.



Fonte: Centre des Archives Diplomatiques du Ministère des Affaires Étrangères.

O panorama no início do século XX foi praticamente o mesmo de anos anteriores, isto é, de pouca publicação a respeito das decisões da *Chambre du Commerce* nos periódicos de grande circulação, noticiando apenas questões relacionadas à mudança de estatuto e de gestão.⁴³² Contudo, na década de 1910 esse panorama parece ter se modificado devido ao aumento de notícias sobre a junta e sua participação em grandes eventos da colônia francesa, como a visita do estadista francês Georges Clemenceau⁴³³, à sede da câmara de comércio. Tal encontro revelou-se importante, sobretudo, no que diz respeito às ponderações feitas pelo presidente da câmara R. Geslin, que fez um pronunciamento analisando a situação econômica da França no Brasil, destacando o descuido francês em abandonar “os mercados às outras nações”, que em sua visão, “não perdem ocasião de se apoderarem deles”. Além desse assunto, ressaltou-se a precariedade da navegação mercantil francesa para a América do Sul, a ponto de cair no descrédito pelos próprios franceses. Ainda em seu discurso, Geslin analisou a situação do serviço militar e a situação dos imigrantes francos no exterior, encerrando sua fala com um apelo à nação francesa de voltar os seus olhos para

⁴³¹ Centre des Archives Diplomatiques du Ministère des Affaires Étrangères. Correspondance Consulaire et Commerciale, microfilme X, p. 20 e 21.

⁴³² Jornal do Comércio, 27 de março de 1900, p. 2.

⁴³³ Jornal do Comércio, 06 de outubro de 1910, p. 4 e 5.

a América do Sul.⁴³⁴

Em resposta às interpelações de Geslin, Clemenceau reconheceu as falhas da marinha mercante francesa e, sobretudo, sua ignorância em relação à América do Sul e suas colônias, já que, naquele contexto, a França se empenhava no mundo colonial, especialmente na Indochina e na Tunísia, locais que desmandavam maiores esforços e despesas para o país. Em relação ao alistamento militar, o estadista reconheceu-se limitado em intervir nesse assunto, por se tratar de uma questão eminentemente patriótica.⁴³⁵

Todavia, o Rapport do biênio de 1911-1912, apresentado por seu presidente R. Geslin, em Assembleia Geral, em abril de 1913, insinuou uma nova relação entre os franceses e *Chambre du Commerce*, quem sabe até mesmo com o Brasil. Conforme observado no relatório, o período em questão contou com um aumento considerável de membros que se desligaram da câmara, por motivos de retorno à França, como foi o caso de M. Guilliot, que fazia parte do comitê, ou por razões diversas, que não foram explicitadas no documento. Ao mesmo tempo, o número de sectários (15) à junta foi inferior à quantidade dos demissionários (18).⁴³⁶

⁴³⁴ Jornal do Comércio, 07 de outubro de 1910, p.3.

⁴³⁵ Jornal do Comércio, 07 de outubro de 1910, p.3.

⁴³⁶ O documento trabalha com quatro divisões: “membros ativos demissionários”, “membros aderentes demissionários”, “membros ativos novos” e “membros aderentes novos”. Optou-se, no entanto, por utilizar apenas duas categorias: “sectários” e “demissionários”.

Imagem 14: Relatório apresentado à Assembleia Geral em abril de 1913



Fonte: Centre des Archives Diplomatiques du Ministère des Affaires Étrangères.

Ainda que o número de membros tenha se reduzido, verificou-se, através desse mesmo relatório, que houve um crescimento expressivo na quantidade de demandas por produtos franceses, como instrumentos musicais, tecidos e demais artigos de indumentária, materiais de construção, objetos de iluminação, produtos farmacêuticos, bebidas, batatas, alimentos para animais, artigos para impressão, maquinários, pneus, aparelhos para automóveis etc.

De acordo com o balanço dos biênios de 1911-1912 e 1912-1913, houve um crescimento no número de receitas nos anos em exercício. Grande parte do aumento gerado nesse período se deveu às despesas gastas com material destinado à publicidade, especialmente os boletins informativos da *Chambre du Commerce*. Outro tipo de gasto que influenciou no acréscimo das despesas, segundo o *rapport*, foi o preço da locação do escritório da junta, que estava localizado à Rua Sete de Setembro, n. 67, no “coração” do comércio do Rio de Janeiro.

Imagem 15: Quadro comparativo das despesas da Chambre du Commerce, durante os biênios de 1911-1912 e 1912-1913.

Chambre de Commerce Française de Rio de Janeiro
EXERCICE FINANCIER 1912-1913
Comparaison des exercices 1911-1912 et 1912-1913

	Exercice 1911/2	Exercice 1912/3		
RECETTES:	Membres actifs.....	3.433\$000	3.435\$000	—
	Membres adhérents et fondateurs.....	953\$250	1.294\$670	+ 341\$420
	Annonces et publicité.....	4.342\$000	5.124\$400	+ 782\$400
	8.730\$250	9.854\$070	1.123\$820	
Sans compter la subvention du gouvernement français et les intérêts des fonds en Banque.				
DEPENSES:	Appointements du Secrétaire et frais de bureau., } Loyer.....	3.799\$900	4.239\$000	+ 439\$700
	Bulletin et collaboration.....	2.872\$800	3.414\$200	+ 541\$400
	Commissions.....	572\$600	539\$640	— 32\$960
	Subventions.....	253\$000	215\$500	— 37\$500
		7.498\$300	8.409\$000	910\$700

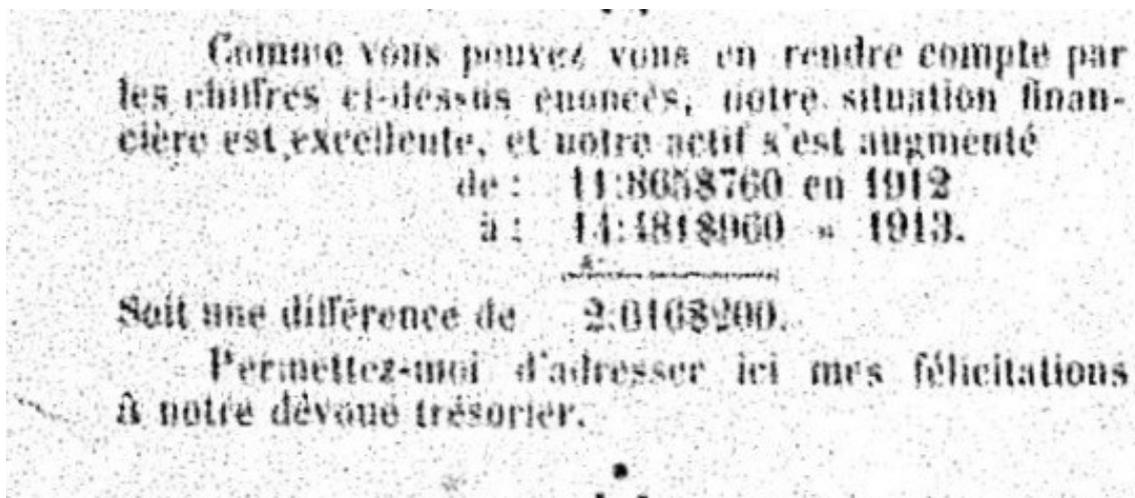
Il y a eu une augmentation de recettes entre les deux exercices de Rs. 1.123\$820, due en grande partie à l'augmentation de la publicité, et une augmentation de dépenses de 910\$700, due en grande partie à l'augmentation du prix de revient du bulletin, en vue de l'accroissement des publications. Les frais de bureau augmentèrent aussi dans une assez large mesure, en vue du développement des services du Bulletin.

A. HAGENAUER
Trésorier.

Fonte: Centre des Archives Diplomatiques du Ministère des Affaires Étrangères.

Ainda que as receitas tenham sido aumentadas, o saldo apontado pela tesouraria da *Chambre du Commerce* era considerado excelente, tendo uma pequena variação entre os anos de 1912 e 1913, isto é, de 14.865\$760 para 14.481\$960. Acompanhado dessa avaliação, havia um estímulo por parte da comissão na manutenção das linhas de ação empreendida por esses comerciantes, no que diz respeito à representatividade francesa no exterior, especialmente no comércio brasileiro.

Imagem 16: Prestação de contas da situação financeira da Chambre du Commerce nos anos de 1912 e 1913.



Fonte: Centre des Archives Diplomatiques du Ministère des Affaires Étrangères.

Todavia, o relatório buscou demonstrar os desafios enfrentados pelo comércio francês no Brasil, em um contexto em que a indústria nacional buscava se desenvolver plenamente, lançando mãos de dispositivos protecionistas em sua economia, aplicando taxas elevadas em produtos importados. Tais medidas representavam a preocupação do governo brasileiro frente ao crescimento dos gêneros agrícolas asiáticos no mercado mundial, levando, inclusive, o próprio Ministério da Agricultura a tomar decisões, no sentido de valorizar os aspectos econômicos nacionais, sobretudo após a crise do café, que culminou com a política de valorização dessa mercadoria no cenário internacional.⁴³⁷

A despeito de todos os impasses econômicos vivenciados pelo Brasil, a avaliação da *Chambre du Commerce*, no que diz respeito às trocas comerciais com a França, permaneciam favoráveis, a ponto de vislumbrar a intensificação das relações entre ambas. Nessa direção, foram destacados os principais produtos cultivados no país, que figuravam a pauta de exportação para a nação europeia, com destaque para a borracha, o algodão, o açúcar, o cacau, dentre outros artigos.

⁴³⁷ O convênio da Taubaté foi o acordo firmado entre as oligarquias de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais para o desenvolvimento de uma política de valorização dos preços do café, culminando, em 1911, com o êxito desse plano.

Tabela 36: Os principais produtos de exportação brasileira de 1911

Caoutchouc, kil	13.293.433	+	1.130.413
Coton, kil.	569.321	—	248.660
Sucre, kil.	53.609	—	189.617
Cacao, kil.	1.072.371	—	172.743
Café, sacs.	35.747.256	+	3.241.300
Cuir, kil.	1.713.887	+	166.269
Tabac, kil.	1.352.069	+	435.495
Maté, kil.	1.507.309	+	1.201
Peaux, kil.	662.990	+	117.207
Autres articles kil. 2.538.913.			

Às vésperas da Primeira Guerra Mundial, o *Bulletin de Statistique Générale de la France* destacou que a *Chambre du Commerce* contava à época com 176 membros, dos quais apenas 70 eram franceses. Demonstrando que a câmara congregava não apenas franceses, mas também de nacionais e estrangeiros aqui radicados, interessados no comércio com a França.

5.2. ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE FRANCESES: A *SOCIÉTÉ DE GYMNASTIQUE FRANÇAISE* E O *CLUB 14 JUILLET*

Conforme dito anteriormente, a colônia francesa radicada no Rio de Janeiro possuía espaços destinados ao lazer e ao entretenimento de seus concidadãos. Embora não se tenha obtido informações mais precisas sobre as normas que regiam o funcionamento desses espaços e/ou listas de associados, recorreu-se aos periódicos de grande circulação, como o *Almanak Laemmert* e o *Jornal do Comércio*, a fim de observar de que modo tais locais constituíram-se em importantes ambientes de sociabilidade para esses imigrantes no Rio de Janeiro.

A *Société de Gymnastique Française* apareceu pela primeira vez no *Jornal do Comércio*, em uma chamada para reunião extraordinária, que aconteceria na noite de 18 de março de 1868, para a revisão de seu estatuto. No ano seguinte, um novo aviso convocava a comunidade francesa para a Assembleia Geral da sociedade, que se realizaria no dia 4 de março. Assim, compreendeu-se que tais indícios apontam para os primórdios do surgimento dessa associação no Rio de Janeiro, que teria sua primeira

Soirée trimestrielle, em maio de 1869.⁴³⁸

De maneira diversa, o *Almanak Laemmert*, em 1870, publicou, na seção “Sociedade, institutos, etc.”, importantes informações sobre a sociedade ginástica, indicando sua localização, os nomes dos responsáveis pelo comitê e seus respectivos endereços na cidade.

Imagem 17: Propaganda da Société de Gymnastique Française

402 **SOCIEDADES, INSTITUTOS, ETC.**
 Sociedade Françeza de Gymnastica. [362 a
 Rua da Guarda-Velha, Fabrica de Cerveja.
Presidente.— Charles Muller, becco das Escadilhas, 2.
Vice-Presidente.— Paul Vidal, r. Sete de Setembro, 25.
 1.º *Secretario.*— Henri Lombaerts, r. dos Ourives, 17.
 2.º *Secretario.*— Charles Audouin, r. do Ouvidor, 122.
Thesoureiro.— Theodore Pingard, r. do Rosario, 103.
 1.º *Commissario.*— George Taverne, r. dos Ourives, 58.
 2.º *Commissario.*— Cyprien Cherineq, r. do Ouvidor, 93.

Fonte: Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial. Ano 1870, p. 402.

Em 1874, por exemplo, foi encontrado um anúncio da *Société de Gymnastique Française*, no Jornal do Comércio, convidando aos sócios que desejassem fazer o curso de ginástica, que se dirigissem à sala da biblioteca da associação, onde se encontrava a lista dos interessados. Nessa mesma propaganda, havia a chamada para o baile, que ocorreria em 16 de maio do referido ano.⁴³⁹ Tais informações sugerem certa diversidade na pauta de atividades da sociedade, de modo que a mesma não se restringia apenas à formação corporal, mas a grandes eventos.

O *Club 14 juillet – Société Chorale Française*⁴⁴⁰, por seu turno, foi fundado em 6 de maio de 1878. Seu surgimento está intimamente ligado às reuniões ocorridas nos salões da Maison Chesneau, à Rua do Ouvidor, 94.⁴⁴¹ Embora as informações publicadas nos anúncios do Jornal do Comércio, não apontem para uma sede fixa da

⁴³⁸ Segundo o anúncio de 03 de abril de 1869, a primeira *Soirée trimestrielle* da *Société de Gymnastique Française* estava prevista para acontecer em abril deste ano, porém foi remarcada para o mês seguinte, em maio. Entretanto, não foi possível encontrar anúncios sobre este evento no Jornal do Comércio.

⁴³⁹ Jornal do Comércio, 26 de abril de 1874, p. 3.

⁴⁴⁰ A informação de que o *Club 14 juillet - Société Chorale Française* foi fundado em 6 de maio de 1878 foi encontrada no Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial de 1885. No jornal do Comércio, porém, verificou-se que no ano de 1878, havia apenas anúncios da *Société Chorale Française*, sugerindo que o nome do clube foi adicionado posteriormente.

⁴⁴¹ Jornal do Comércio, 24 de abril de 1878, p.

sociedade, observou-se que a mesma se apresentava no *Alcazar Lyrique Français*⁴⁴² e no *Théâtre Phenix Dramática*⁴⁴³, bem como na organização de eventos destinados à memória e cultura francesa, como, por exemplo, a festa de centenário da morte de Voltaire, cuja renda se destinaria a *Société de Bienfaisance Française*.⁴⁴⁴

Contudo, foi somente em novembro de 1882, por exemplo, que os anúncios da *Société Chorale Française* passaram a ser veiculados com o nome do “Club 14 juillet”, quando na ocasião do concerto e baile em honra à Santa Cecília, foram inaugurados os novos salões da associação.⁴⁴⁵ A partir de então, as propagandas publicadas pelo *Jornal do Comércio* parecem indicar uma nova fase da agremiação, marcada pela sua institucionalização e autonomia. Nessa direção, torna-se mais comum ver avisos convocando a colônia francesa para assembleias⁴⁴⁶, reuniões semestrais⁴⁴⁷, eleições para a diretoria geral⁴⁴⁸ e para a comissão executiva que ficaria encarregada pela organização da festa anual de 14 de julho⁴⁴⁹.

Imagem 18: Anúncio do Club 14 juillet.

Club 14 Juillet, Societé Chorale Francaise .
Funciona na rua Sete de Setembro, 41.
Société fondée le 6 Mai 1878.
Musique instrumentale, chorale, bibliothèque, billards, bals et concerts.

Fonte: Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial. Ano 1885, p. 1.192.

⁴⁴² *Jornal do Comércio*, 10 de junho de 1878, p. 6.

⁴⁴³ *Jornal do Comércio*, 04 de setembro de 1879, p.5.

⁴⁴⁴ *Jornal do Comércio*, 29 de junho de 1878, p. 4.

⁴⁴⁵ *Jornal do Comércio*, 25 de novembro de 1882, p. 3.

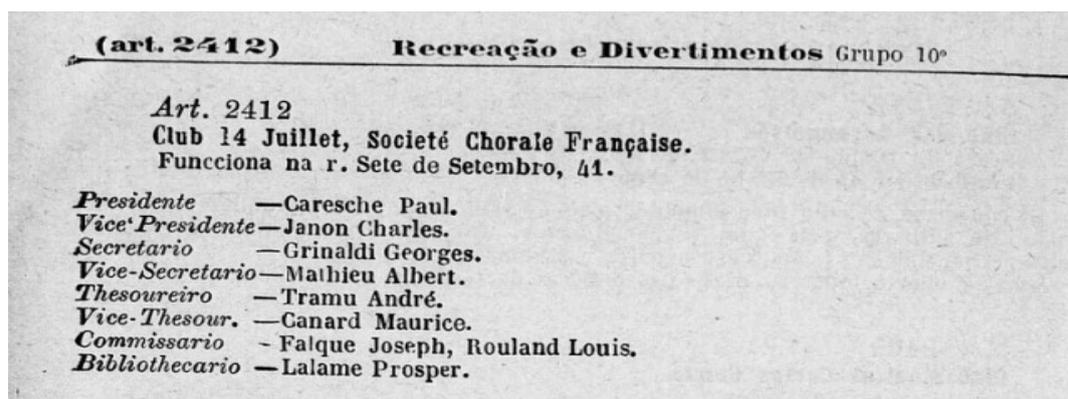
⁴⁴⁶ *Jornal do Comércio*, 13 de abril de 1884, p. 4.

⁴⁴⁷ *Jornal do Comércio*, 24 de outubro de 1891, p. 6.

⁴⁴⁸ *Jornal do Comércio*, 15 de janeiro de 1892, p. 3.

⁴⁴⁹ *Jornal do Comércio*, 10 de março de 1883, p. 3.

Imagem 19: Comitê do Club 14 juillet.



Fonte: Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial. Ano 1891, p. 1.518.

No que se trata dos festejos em homenagem à queda da Bastilha, compreendeu-se que havia certo protagonismo do *Club 14 juillet* na organização da “Fête Nationale Française”, no Rio de Janeiro. Ao lado da agremiação, havia também a Societé de Gymastique Française e importantes comerciantes e casas de comércio francês, como a Maison Cailtau, a Maison Lachaud, a Maison J.B. Isnard, dentre outras que se empenhavam em comemorar a data em solo brasileiro.⁴⁵⁰ Em um desses anúncios, observou que:

A comissão dos festejos de 14 de julho está desenvolvendo uma atividade que faz assegurar para essa gloriosa comemoração um esplendor excepcional as três sociedades francesas trabalharão no mais perfeito acordo: a de Ginástica, encarregando-se do comissariado; o *club 14 juillet*, incumbindo-se dos coros; e a sociedade *Francs Gaulois*, prestando a sua excelente fanfarra. Sendo o local escolhido – O Cassino Fluminense – o melhor salão da corte para uma grande festa como a projetada, há tudo a esperar de tantos a tão fraternais esforços.⁴⁵¹

A *Gazetilha*, do Jornal do Comércio, dedicou uma resenha avaliando a festa francesa. Ao destacar a magnificência do evento, ocorrido em local “vistosamente ornado por dentro e por fora”, com iluminação a gás e lanternas venezianas, a seção traçou um panorama das atividades ocorridas durante o festejo, que contou com a participação do coral do *Club 14 juillet*, da banda *Francs-Gaulois* e das artistas Delmary e Donizetti, que cantaram *Salut à la France*. Além dessas atrações, observou-se que houve um momento cívico, em que se cantou o Hino da França e a música *La*

⁴⁵⁰ Jornal do Comércio, 18 de junho de 1886, p. 3.

⁴⁵¹ Jornal do Comércio, 10 de julho de 1883, p. 4.

Marsellaise, pela Sr^a Preziosi. Em seguida, houve um pronunciamento do encarregado dos negócios da França, que homenageou o Brasil e o imperador D. Pedro II. O baile que teve início à meia-noite, de 14 de julho, encerrou-se às 6 da manhã do dia seguinte.⁴⁵²

Para além da importância da celebração dessa data pela colônia francesa, compreendeu-se que, de igual modo, havia outros eventos voltados para esses imigrantes, como, por exemplo, o centenário da Revolução Francesa, cujas reuniões em preparação para este evento, ocorreram tanto nas instalações do *Club 14 juillet*⁴⁵³ quanto na *Société de Gymnastique Française*⁴⁵⁴, bem como da *Fête Civique*, prevista para 7 de dezembro de 1889, em honra à República brasileira. Tais festejos eram organizados pelas associações francesas que, além do próprio clube e da sociedade de ginástica, contava com a participação da *Société de Secours Mutuels*, da *Société de Bienfaisance Française*, da *Alliance Française*, da *Chambre du Commerce* e de comerciantes franceses, a frente destes eventos.⁴⁵⁵

Era comum, também, observar a participação tanto da *Société de Gymnastique Française* e do *Club 14 juillet* em atividades desportivas como as “Grandes Corridas”, a pé e em velocípedes, que ocorreu no Club Atlético Fluminense. Além dessa programação, haveria um momento de ginástica, conduzido pelos alunos da agremiação que sediou o evento, além do concurso de outras sociedades.⁴⁵⁶ Dessa maneira, pode-se verificar a maneira pela qual as associações francesas se relacionavam com as demais agremiações existentes na cidade, entendimento que se ampliou através de uma nota publicada na coluna “Gazetilha”:

Société Française de Gymnastique – Para comemorar o aniversário da sua instalação, realizou-se anteontem esta sociedade nos seus salões uma festa. A concorrência foi numerosa: entre os convidados notavam-se o Sr. Bacour, atual encarregado de negócios de França, o Sr. Cônsul francês e vários oficiais da fragata francesa *Minerva*. O divertimento começou às 9 ½ horas da noite pelos exercícios de ginástica e esgrima, conforme o programa. Os exercícios foram limpamente executados, em presença dos professores da sociedade, os Srs. Casali e Barros. Em seguida foram distribuídas pelo Sr. Ministro francês medalhas de recompensas aos alunos que mais se

⁴⁵² Jornal do Comércio, 16 de julho de 1883, p. 1.

⁴⁵³ Ver: GERSON, Brasil. História das Ruas do Rio (e da sua liderança na história política do Brasil). 6ª ed. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi, 2013, p. 54.

⁴⁵⁴ Jornal do Comércio, 27 de julho de 1888, p. 3.

⁴⁵⁵ Segundo o anúncio publicado pelo Jornal do Comércio, em 2 de dezembro de 1889, a *Fête Civique* contaria com a presença do Ministro da França. Jornal do Comércio, em 2 de dezembro de 1889, p. 6.

⁴⁵⁶ Jornal do Comércio, em 2 de dezembro de 1886, p. 6.

distinguiram.(...) Achavam-se representadas por comissões as seguintes sociedades: Club Beethoven, Novo Cassino Fluminense, Club Mozart, Real Club Ginástico Português, Congresso Brasileiro, Congresso Ginástico Português, Club 14 juillet, Franc Gaulois, Secours Mutuels, Société de Bienfaisance Française, Club dos Democráticos e Fenianos e outras.⁴⁵⁷

O trecho acima descrito apontou não só o caráter oficial no que se reveste à presença do Cônsul e do Ministro francês ao distribuir medalhas de mérito aos alunos mais aplicados, mas também para a capilaridade étnico-social alcançada pelo evento que reúne um grupo constituído por uma gama diversificada de entidades que congregam indivíduos de nacionalidades e segmentos sociais diversos.

A partir da análise da *Société de Gymnastique Française* e do *Club 14 juillet*, foi possível observar, o modo pelo qual essas agremiações constituíram-se em importantes espaços de sociabilidade para a comunidade francesa no Rio de Janeiro. Por meio das atividades promovidas por esses locais, verificou-se o protagonismo desses imigrantes na organização e promoção de eventos que não se restringiam aos franceses, mas que se estendia à população residente na cidade. Sendo assim, compreendeu-se que esses eventos favoreciam na divulgação cultural da França.

5.3. A CIRCULAÇÃO DOS IMIGRANTES FRANCESES

Os itens anteriores demonstraram não só o funcionamento e/ou existência de associações francas no Rio de Janeiro, mas ensejaram iluminar a maneira pela qual as agremiações francesas tornavam possível a construção de relações interpessoais entre esses imigrantes, comprovados através dos vínculos de vizinhança, compadrio, matrimônio e amizade. Para compreensão dessas ligações, foram cruzadas as listagens de participantes dessas sociedades com os registros *do État Civil Consulaire* de alguns de seus sócios, bem como de anúncios encontrados no *Almanak Laemmert*.

5.3.1. OS FILHOS DOS IMIGRANTES FRANCESES

Tomando como base o registro de nascimento de François Emile Féraudy, foi possível, através do reconhecimento das testemunhas que assinaram o documento, estabelecer uma relação de vizinhança entre os franceses. Filho do negociante Joseph

⁴⁵⁷ Jornal do Comércio, em 20 de agosto de 1883, p. 1.

Marie Féraudy⁴⁵⁸ com a suíça Isabelle de Schueter, François nasceu em sua residência à Rua do Ouvidor, 106, em 04 de dezembro de 1842. Em sua certidão produzida pelo chanceler da Legação Francesa no Brasil, verificou-se que havia outros dois atestantes: Victor Laruelle, de 46 anos, morador à Rua do Ouvidor, 110, e M. Jules Boquet, de 67 anos, residente nesse mesmo logradouro, no número 33.⁴⁵⁹

A *acte de naissance* de Zoé Costrejean, por sua vez, permitiu compreender que seus pais, Eugénie Herval e Pierre Théophile Costrejean⁴⁶⁰, residiam à Rua do Ouvidor 66, muito próximos ao endereço do declarante Pierre Simonard⁴⁶¹, comerciante, de 38 anos, que habitava o domicílio de número 64. Ao constatar essas informações, reconheceu-se que Costrejean e Simonard, durante o exercício dos anos de 1872-1873, eram membros ativos da *Société de Bienfaisance Française*.⁴⁶²

O mesmo Pierre Simonard testemunhou, em 1852, ao lado de Victor Laruelle, o nascimento de Maria Laruelle, filha de Adolphe Jean Thibault Laruelle com Anne Chadoux, que morava à Rua do Cano, 42. O fato dos dois primeiros morarem à Rua do Ouvidor reforça, uma vez mais, a noção de proximidade.

Em relação aos judeus de origem francesa, notou-se que Abraham Dreyfus, negociante e esposo de Jenny Brissac, na ocasião do registro de seu filho Bernard George Dreyfus, contou como declarantes os negociantes Gustave Cerf e Edouard Samuel Hoffmann.⁴⁶³ Para além da participação de Dreyfus e Hoffmann nos quadros da beneficência francesa, compreendeu-se que o primeiro tinha em parceria com Cerf uma corretora de navios, além de encarregá-lo da função de agente na Companhia Franco Americana, que estava localizada à Rua da Alfândega, 40 (FRIDMAN, 2009, p. 182).

O nascimento de Pauline Marie Fernande Lèbre, filha do mecânico Joseph Florentin Lèbre e de Marie Honorine Rouanet, foi testemunhado, por exemplo, pelos negociantes Adolphe Hubert⁴⁶⁴ e Jean Adolphe Leduc, membros da *Société Française*

⁴⁵⁸ Joseph Marie Féraudy aparece no Almanak Laemmert como negociante de leilões, em 1850. Já em 1860, seu nome figura os anúncios de “Lojas de perfume e objetos de fantasia”. Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial. Ano 1850, p. 369; 1860, p. 648.

⁴⁵⁹ État Civil Consulaire, acte de naissance de François Emile Féraudy, de 1864.

⁴⁶⁰ Pierre Théophile Costrejean era armador-estufador e tapeceiro. Anunciava no Almanak Laemmert com o nome de seu estabelecimento A&T Costrejean. Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial. Ano 1860, p. 672.

⁴⁶¹ Pierre Simonard, por seu turno, era comerciante de relógio de algibeira e de parede, à Rua dos Ourives, 64 e 66. Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial. Ano 1860, p. 737.

⁴⁶² État Civil Consulaire, acte de naissance de Zoé Costrejean, de 1863.

⁴⁶³ État Civil Consulaire, acte de naissance de Bernard George Dreyfus, de 1875.

⁴⁶⁴ Cumpre destacar que o negociante Adolphe Hubert não é o mesmo Adolphe Hubert do periódico *Courrier du Brésil*. Segundo Letícia Canelas, o diretor da folha francesa se chamava Antoine Adolphe Hubert.

de Secours Mutuels.⁴⁶⁵ Embora os atestadores tenham sido membros da SFMS, não foi possível, entretanto, encontrar o nome de membros da família Lèbre nas listas de associados dos anos de 1867-1868, 1870-1871 e 1872-1873.

As *actes de naissances* apresentadas acima apontaram para a constituição de vínculos de vizinhança e de amizade travadas no interior do grupo de franceses no Rio de Janeiro. Reafirmam o que autores como Joaquim Manoel de Macedo e Lima Barreto postularam a respeito da Rua do Ouvidor, como o logradouro mais francês da cidade. Dessa maneira, compreendeu-se que muitos desses imigrantes não só possuíam estabelecimentos nesse endereço, como também residiam nele. Cumpre destacar que, os anos correspondentes aos registros analisados, esse local pertencia às freguesias do Santíssimo Sacramento, a mais numerosa em quantidade de estrangeiros dessa nacionalidade (745) e de Nossa Senhora da Candelária, a quarta mais numerosa (256).

466

5.3.2. AS RELAÇÕES MATRIMONIAIS ENTRE OS IMIGRANTES FRANCESES

Em relação aos matrimônios contraídos no interior da comunidade francesa no Rio de Janeiro, destacou-se a certidão de casamento do padreiro Jean Henry Lacoste com a brasileira Francisca Xavier Simões, viúva de Pierre Firmin Delmilhac, com quem tivera três filhos. Segundo o documento, os trâmites para a união do casal, primeiramente, tiveram que passar pelo consentimento dos pais dos noivos, para então ser confirmado pela leitura das “ditas partes na chancelaria da legação da França no Rio de Janeiro”, conforme previsto pelo capítulo VI, título V, do Código Napoleônico. O registro ainda destacou que a confirmação do matrimônio se deu também em cerimônia religiosa, na Igreja de São José, sendo testemunhada por Claude Capdeville, Pierre Edouard Guaqueral, Eugène Lamby e Taurin Dominique Parcos.⁴⁶⁷

Louis Alexandre Hénault, empregado de comércio, e Eugénie Isabelle Chesneau, filha de Isabelle Louise Claude e do falecido Jean Baptiste Chesneau. Como testemunhas do enlace, destacaram-se: François Mazon, capitão, agente geral da Compagnie des Chageurs Réunis; Jean Guillaume Soulé, mercador; Emile Alaphilippe cunhado de Eugénie, e Andre Joseph Tramu, negociante de perfumaria.⁴⁶⁸ Embora não

⁴⁶⁵ État Civil Consulaire, acte de naissance de Pauline Marie Fernande Lèbre, de 1881.

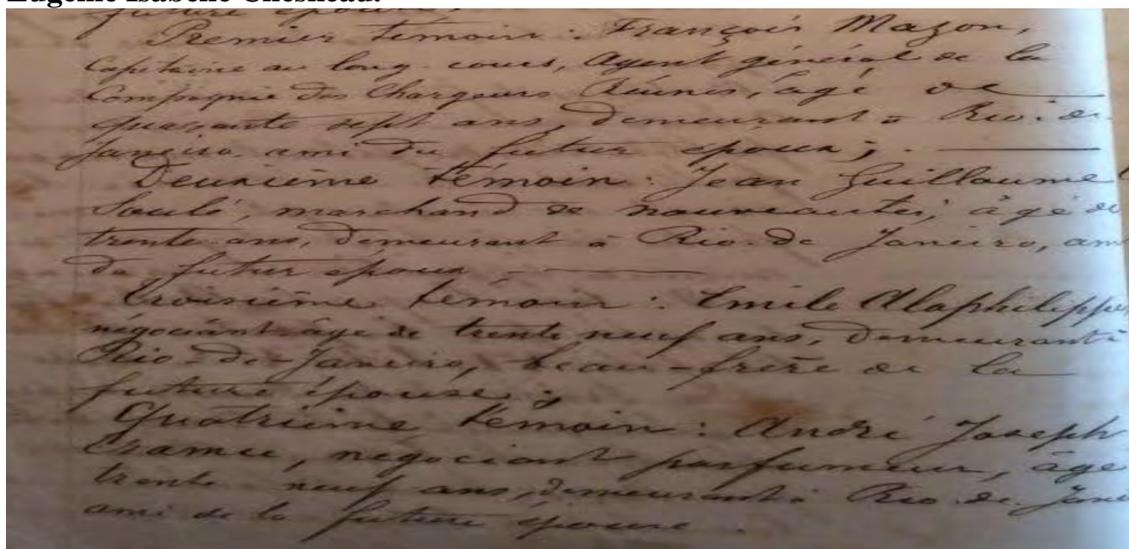
⁴⁶⁶ Recenseamento de 1872.

⁴⁶⁷ État Civil Consulaire, acte de mariage de Jean Henry Lacoste e Francisca Xavier Simões, de 1862.

⁴⁶⁸ État Civil Consulaire, acte de mariage de Louis Alexandre Hénault e Eugénie Isabelle Chesneau, de 1888.

tenha sido possível obter informações sobre as duas primeiras testemunhas, verificou-se que as outras se tratavam de pessoas que tinham certa notoriedade na cidade. Alaphilippe, por exemplo, além de ter sido tesoureiro da *Société de Bienfaisance Française*, em 1881-1882, era negociante e exercia a função de árbitro no Ministério dos Estrangeiros, além de ser membro do comitê da *Chambre du Commerce*. Já André Tramu, anos mais tarde, em 1891, se tornaria tesoureiro do *Club 14 juillet*.

Imagem 20: Fragmento da certidão de casamento de Louis Alexandre Hénault e Eugénie Isabelle Chesneau.



Fonte: *État Civil Consulaire*.

Outro caso bastante revelador encontrado nas *Actes de Mariage*, foi a certidão de casamento de Abel Dreyfus, que tendo nascido na Haute Saône, migrou internamente para Paris⁴⁶⁹, vindo posteriormente para o Rio de Janeiro, tornando-se negociante. Acredita-se, que na capital francesa, Abel tomou contato com Guetschel Haas, francês oriundo do departamento de Mosela, que decidiu adotar a nacionalidade francesa, emigrando mais tarde para o Brasil com sua esposa Clarisse Hass e sua filha nascida na Bélgica, Rosa Haas. Ela viria a se casar, em 1890, com Dreyfus, no Distrito Federal.⁴⁷⁰ Testemunharam a união do casal, os negociantes franceses que também moravam no Rio: Joseph Charles Valais, Henri Levy, Isidore Haas, com certeza, parente e uma das pontas dessa rede de solidariedade encontrada por esta família. Além deles, Alexandre Simon, negociante estabelecido em Campinas.

⁴⁶⁹ Sua mãe, Veronique Dreuyfus, chamada Fanny, até o momento da elaboração do documento vivia na cidade de Paris, à Rue Rocroy, 21.

⁴⁷⁰ *État Civil Consulaire*, acte de mariage de Abel Dreyfus e Rosa Hass, de 1890.

Jean Vincent Lafourcade e Anne Lafourcade, por exemplo, casaram-se em 15 de abril de 1884, na Igreja de Nossa Senhora da Glória. Tiveram como testemunhas Alexandre Lavignasse, Eugène Lacourt e Henri Lombaert⁴⁷¹ que, em 1885, tornou-se 1º secretário da *Société Française de Gymnastique*.⁴⁷²

Paul Adrien Guénon contraiu suas núpcias com Louise Julie Jeanne Conteville, em 1886.⁴⁷³ De acordo com o registro matrimonial, Guénon era engenheiro civil estabelecido em Petrópolis, enquanto que Louise, moradora da cidade do Rio de Janeiro, não possuía ocupação. As testemunhas pela parte do esposo foram Eduardo Guimarães Bonjean e o negociante Léonce Léonard Lachaud. Já as escolhidas para representar a noiva foram o negociante Henri Leuba e o coronel honorário da armada brasileira Francisco Augusto de Lima e Silva, revelando o ciclo de sociabilidade ao qual ela e sua família pertenciam, por ser filha de Régis Conteville⁴⁷⁴, importante comerciante francês da capital brasileira e tesoureiro da *Société Française de Secours Mutuels*, em 1866.

As certidões de matrimônio analisadas apontaram para o fato dos franceses serem um grupo fechado em si mesmo, visto que as uniões acima apresentadas são parte de uma rede de sociabilidade travada entre eles mesmos, seja por vínculo profissional ou familiar, como buscou-se demonstrar.

5.3.3. AS RELAÇÕES DE COMPADRIO ENTRE OS FRANCESES

A *acte de baptême* de Paul Cherencq, por sua vez, permitiu compreender outro aspecto das relações travadas entre os franceses na cidade, através dos vínculos de compadrio. Filho de Cyprien Cherencq e Geneviève Choubac, Paul fora apadrinhado, em 17 de abril de 1881, na Igreja do Santíssimo Sacramento, por Paul Lafourcade e Virginie Estoueiqt.⁴⁷⁵ Ao tomar contato com esses nomes, foi possível verificar que se tratavam de imigrantes, que em 1872-1873, faziam parte do quadro de associados da *Société Française de Secours Mutuels*. Ainda, em relação a essa certidão, verificou-se

⁴⁷¹ Acredita-se que, mesmo com erro de grafia na hora da redação do documento, Henri Lombaert e Henri Lombaets se referem à mesma pessoa. De acordo com o Almanak Laemmert, Lombaerts trabalhava com papéis e livros, possuindo estabelecimento à Rua dos Ourives, 7. Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial. Ano 1896, p. 981.

⁴⁷² État Civil Consulaire, acte de mariage de Jean Vincent Lafourcade e Anne Lafourcade, de 1884.

⁴⁷³ État Civil Consulaire, acte de mariage de Pierre Adrien Guénon e Louise Julie Jeanne Conteville, de 1886.

⁴⁷⁴ Stanislas Régis Conteville possuía à Rua São José, 101, uma fábrica de balanças romanas, pesos e medidas. Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial. Ano 1870, p. 573.

⁴⁷⁵ État Civil Consulaire, acte de baptême de Paul Cherencq, 1881.

que, anos mais tarde, C. Cherencq⁴⁷⁶ se tornou o 1º comissário da *Société Française de Gymnastique*.

Outro registro que revelou os vínculos entre os membros da comunidade francesa foi ata de batismo de Angèle Marie Amélie Petit⁴⁷⁷, filha de Auguste Petit e de Angèle Hosxe Petit.⁴⁷⁸ Certamente, o que mais chamou a atenção nesse documento foi a relação de proximidade travada entre Petit e a família Hosxe, sugerindo a existência de ligações profissionais entre o pintor A. Petit e o arquiteto Louis Hosxe, pai de sua esposa. No tocante ao apadrinhamento da criança, verificou-se que a escolha pelos padrinhos se deu no interior dos relacionamentos familiares, elegendo Marie Amélie Hosxe⁴⁷⁹ e seu esposo Edmond Colliat⁴⁸⁰.

Já a certidão de Esther Cathiard indicou a possibilidade de relacionamentos entre imigrantes de outras nacionalidades, visto que seu pai, Jean Cathiard⁴⁸¹, havia se casado com a brasileira, de origem franco-italiana, Rita Joséphina Cathiard⁴⁸². De igual modo, constatou-se através dos nomes dos padrinhos da criança, Manoel d'Almeida Cardozo e sua filha Peita Felizarda Cardozo, que eram de origem luso-brasileira.⁴⁸³

Na mesma direção, a certidão de Léontine Marie Jeanne Dol apontou para relação de imigrantes de nacionalidades distintas, posto que seus pais Adolphe Théophile Dol e Zélie Eugénie Walon eram, respectivamente, da França e da Bélgica. No tocante ao apadrinhamento, compreendeu-se que José Maria da Fonseca Marinho e Léontine Bertuville assumiram essa função.⁴⁸⁴

A ata de batismo de George Cantais, por sua vez, indicou a possibilidade de união entre franceses e portugueses, já que seu pai Aimable Cantais era francês e sua mãe Maria Carolina Silva era portuguesa. Os padrinhos, por sua vez, foram Ernest Tur e

⁴⁷⁶Cyprien Cherencq possuía um armazém de vinhos à Rua da Alfândega, 98. Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial. Ano 1880, p. 798.

⁴⁷⁷État Civil Consulaire, acte de baptême de Angèle Marie Amélie Petit, 1891.

⁴⁷⁸Angèle Eulalie Hosxe nasceu em 03 de junho de 1848, no Rio de Janeiro. État Civil Consulaire, acte de baptême de Angèle Eulalie Hosxe, 1851.

⁴⁷⁹Marie Amélie Hosxe nasceu em 27 de julho de 1851, no Rio de Janeiro. État Civil Consulaire, acte de baptême de Marie Amélie Hosxe, 1851.

⁴⁸⁰O nome de Edmond Colliat apareceu no Almanak Laemmert na seção de “Representantes”, com estabelecimento situado à Rua da Alfândega, 86. Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial. Ano 1896, p. 1005.

⁴⁸¹Jean Cathiard nasceu na França, no departamento da Saboia, região que fizera parte do território italiano e, que em 1860, foi definitivamente anexada ao território francês.

⁴⁸²Segundo o registro, Rita Joséphina Cathiard era filha de Giuseppe Depaolini e de Louise Depaolini. État Civil Consulaire, acte de mariage de Jean Cathiard e Rita Joséphina Depaolini, 1864.

⁴⁸³État Civil Consulaire, acte de baptême de Esther Cathiard, 1877.

⁴⁸⁴État Civil Consulaire, acte de baptême de Léontine Marie Jeanne Dol, 1861.

Victorine Bourgesse.⁴⁸⁵

Nas relações de compadrio, apesar de indicarem a existência de relacionamento com imigrantes de outras nacionalidades, considerou-se que esses casos, para além de pouco expressivos, quando analisados o conjunto de imigrantes franceses estabelecidos no Rio de Janeiro, assinalaram a proximidade nas relações entre os estrangeiros pertencentes ao mesmo tronco linguístico.

5.3.4. AS ACTES DE DÉCÈS

Quanto às certidões de óbito de imigrantes franceses, encontrados no conjunto documental *État Civil Consulaire*, foi possível observar que esses registros variaram em sua produção ao longo dos anos. Dos documentos reproduzidos na década de 1850 e de 1880, notou-se, por exemplo, a presença de testemunhas, enquanto que nos anos de 1870, foram raros os registros com atestadores, já que as atas que foram produzidas junto à Santa Casa de Misericórdia.

Através das atas de *décès* de Alexandre Herval e Louis Hosxe, ambos falecidos em 1871, embora em dias diferentes, contaram com as mesmas testemunhas: Adolphe Soyez, negociante, morador à Rua dos Ourives, 73, e Charles Armando, empregado, que habitava à Rua do Passeio, 40. De modo semelhante, o registro de óbito de Léopold Cahn, funcionário do negociante H. Hirsch, foi possível verificar que, novamente Soyez fora testemunha de um falecimento. Ao lançar um olhar para outros três registros deste mesmo ano, observou-se que o nome e a assinatura de Soyez apareceram. Resta a seguinte dúvida: será que esse imigrante era apenas um encarregado do consulado para auxiliar na confecção desses registros ou se tratava de indivíduo bem relacionado na comunidade francesa?

Um modelo de *acte de décès*, que pode ser tomado como exemplo de variação no modelo desses registros, é a certidão de Eugène Gay, francês, de 71 anos, casado. Morador do bairro da Glória, o imigrante, segundo o documento, faleceu de febre amarela na Santa Casa de Misericórdia. Então, compreendeu-se que tal certidão fora elaborada a partir da lista de falecidos dos anos de 1872 e 1873, produzida pelo hospital, o que se evidencia pelo número fornecido pela instituição.⁴⁸⁶

François Paul Marie Louis Couty, médico da Academia de Medicina Francesa, chegou ao Brasil, em 1879, estabelecendo-se no Rio de Janeiro. No país, conciliou suas

⁴⁸⁵ État Civil Consulaire, acte de baptême de George Cantais, 1861.

⁴⁸⁶ État Civil Consulaire, acte de décès de Eugène Gay, 1876.

atividades científicas com uma preocupação de ordem social: o fim do escravismo.⁴⁸⁷ Na Corte, Louis Couty publicou suas ideias sobre abolição e escravidão, nos jornais por ele criados, *Le Messenger du Brésil* e a *Revue du France et du Brésil*. Faleceu em sua residência, em 22 de novembro de 1884. A *acte de décès* desse imigrante reforçou os vínculos por ele estabelecidos na cidade, pois tiveram como testemunha Geoffroy d'Escragnolle Taunay, engenheiro civil, irmão do Visconde de Taunay, e Emile Deleau⁴⁸⁸, jornalista de uma das folhas criadas pelo próprio médico-cientista.⁴⁸⁹ Além dessas informações, observou-se que em 1881-1882, Couty e Deleau fizeram parte da administração da *Société de Bienfaisance Française*.

Imagem 21: Quadro administrativo da Société de Bienfaisance Française.

381]	<p>Sociedade Francaza de Beneficencia. (Installada em 1836, e aprovada por Decreto de 20 de Setembro de 1872.) <i>Secretaria</i> Rua Nova do Ouvidor, 36, 1º andar.</p> <p>ADMINISTRAÇÃO DE 1881—1882.</p> <p><i>Presidente.</i> — Aristides Farrouch, r. do Ouvidor, 67 A. <i>Secretario.</i> — Dr. Brissay, r. do General Camara, 14. <i>Thesoureiro.</i> — E. Alaphilippe, r. da Assembléa, 42. <i>Conselheiros.</i> — Arthur Marie, r. da Alfandega, 51. Dr. Couty, r. do Rosario, 79. J. Geraud, r. do Hospicio, 70. E. Deleau, r. de Gonçalves Dias, 47.</p>
------	--

402

Fonte: *Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial*. Ano 1882, p.561.

Conforme dito anteriormente, as *Actes de décès* apresentaram variações ao longo do tempo. Por essa razão, buscou-se demonstrar o modo pelo qual elas foram produzidas. Os 3 primeiros registros apresentaram uma testemunha em comum, Alfred Soyey, a qual não se sabe se possuía relação com os registrados ou era apenas um

⁴⁸⁷ A argumentação que girava em torno da abolição da escravatura, na visão de Louis Couty, não possuía um fundamento humanitário. Ao contrário, assinalava a necessidade de um componente étnico europeu para o povo brasileiro, além do claro atraso que a utilização dessa mão-de-obra causava para o país, que segundo ele impedia “a formação de um povo bem-amalgamado, econômico e ativo”. Louis Couty. Apud. SALLES, Ricardo. *Joaquim Nabuco. Um pensador do Império*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002, p. 34.

⁴⁸⁸ De acordo com Valéria Guimarães, Emile Deleau era responsável pela redação do *Messenger du Brésil*. GUIMARÃES, Valéria. *Le Messenger du Brésil (1878-84), continuação de Le Gil Blas com o mesmo editor, Émile Deleau (Fantasio)*. In: Site Jornais Franceses no Brasil, Programa Jovem Pesquisador – FAPESP Transferências Culturais na Imprensa na passagem do século XIX ao XX – Brasil e França, disponível em: <http://jfb.franca.unesp.br/publicacoes/verbetes/le-messenger-du-bresil-1878-84-continuaao-de-le-gil-blas-com-o-mesmo-editor>> Acessado em: março de 2018.

⁴⁸⁹ État Civil Consulaire, acte de décès de Louis Couty, de 1884.

funcionário ligado ao Consulado da França; já a quarta ata, por exemplo, responde a um modelo de certidão, cujas razões do falecimento são comuns: a febre amarela. Assim, foi observado que essas atas foram produzidas durante o surto dessa epidemia no Rio de Janeiro, da década de 1870. Já o último caso, tomado como representativo no conjunto documental, apontou para relação de amizade e profissionalismo estabelecida entre os franceses Couty e Deleau, com Geoffroy Taunay.

CONCLUSÃO

As informações contidas nas *Actes d'État Civil Consulaire* auxiliaram na compreensão das relações tecidas pelos franceses radicados no Rio de Janeiro, indicando o modo pelo qual esses estrangeiros conviviam entre si, através de vínculos matrimoniais, de vizinhança, compadrio e de amizade. Tentou-se demonstrar que, para além do fato de alguns desses imigrantes participarem das sociedades analisadas mais adiante e, as mesmas cumprirem um importante papel na sociabilidade francesa, observou-se que os membros dessa comunidade, apesar de enraizados no cotidiano da cidade, eram pouco abertos à constituição de relacionamentos com estrangeiros de outras nacionalidades. Dos 20 registros analisados, 16 apontam diretamente para formação de casamentos entre indivíduos desse grupo, das quais 8 foram estabelecidas com brasileiras de origem francesa (2) e/ou que possuía proximidade com a colônia (1), com belgas (2), suíças (2), portuguesa (1). Já a questão do apadrinhamento, dos 10 padrinhos, apenas 3 eram brasileiros; enquanto que, das 23 testemunhas apresentadas na documentação, apenas 1 era nacional.

Por fim, se a documentação encontrada nos jornais, a respeito das associações francesas aponta para a capilaridade desses imigrantes na sociedade carioca, entre os anos de 1850 e 1914, através das atividades por eles protagonizadas, as atas do Estado Civil Consular apontam para uma direção diversa, isto é, de um grupo que privilegiava ligações entre os membros da colônia ou de comunidades com quais mantinham certa proximidade, como o caso dos belgas e suíços, estrangeiros que tinham em comum a mesma etnia e idioma.

CONCLUSÃO

Ao recuperar o argumento inicial da pesquisa, isto é, de que houve um processo e/imigratório francês para o Rio de Janeiro, ao invés de uma simples “presença”, a pesquisa tentou demonstrar a complexidade desse fenômeno durante o século XIX e início do XX, apontando para possíveis soluções a respeito do tema da imigração francesa.

Se no século XIX postulou-se que esse mesmo fluxo era inacessível devido à incompatibilidade das informações fornecidas pelos passaportes que, quando cotejados aos números levantados pelo serviço de imigração, revelavam uma quantidade inferior à realidade. Na atualidade, a utilização da base de dados Entrada de estrangeiros pelo porto do Rio de Janeiro, solucionou em certa medida, tal problemática, indicando o algarismo de 18.920 franceses que entraram por esse embarcadouro.

As cifras levantadas a respeito desse movimento estiveram circunscritas aos anos de 1875 e 1910, momento em que vigorou a proibição da emigração para o Brasil (1875-1908). Dessa maneira, observou-se que, durante esse período, os franceses embarcaram de diversos portos europeus, mas, sobretudo americanos, com ênfase no porto de Buenos Aires. Seria esse um caminho alternativo para entrada na capital brasileira? Embora esse fato não tenha sido objeto de inflexões nessa pesquisa, os indícios encontrados na base de dados do Arquivo Nacional sugerem tal explicação.

No tocante ao fluxo emigratório francês, as *Actes d'État Civil Consulaire* auxiliaram na constituição de uma geografia da emigração francesa, ao indicarem a origem desses e/imigrantes. O fato de a documentação aludir para a predominância de emigrantes do departamento do Sena sugeriu o estreitamento das relações comerciais entre Paris e Rio de Janeiro, capitais dos dois países.

Por que os franceses emigravam? As decisões da partida desses estrangeiros estiveram relacionadas às questões de caráter político, mas, sobretudo econômico, o que se revelou através das profissões indicadas pelas *Actes d'État Civil Consulaire*, as quais apontaram para a afluência de negociantes e comerciantes. Nessa direção, compreendeu-se que os imigrantes dessa nacionalidade vieram para o Brasil em busca de melhores condições de vida e oportunidades de trabalho. A escolha pelo Rio de Janeiro, capital do Império, deu-se pelo fato de que, na qualidade de Corte, a cidade se transformava graças a sua inserção na dinâmica do capitalismo internacional, sendo, portanto um espaço propício à expansão do comércio francês.

A cidade que, entre os anos de 1850 e 1914, foi palco de importantes decisões políticas, econômicas e sociais, deixando de ser corte para se tornar distrito federal, exerceu atração desses imigrantes durante o período em tela. Os franceses que se radicaram no Rio de Janeiro se concentraram primeiramente nas freguesias do Centro, coração do comércio carioca, deslocando-se já no final do Império no sentido sul e norte da capital brasileira.

Concomitantemente, essa mesma população francesa que se estabeleceu na cidade, foi alvo de ações do governo francês através da atuação do Consulado da França no Rio de Janeiro, ao emitir circulares e decisões a respeito de seus concidadãos no Brasil, como os documentos sobre o processo de naturalização, o alistamento militar e os recenseamentos dos franceses e dos trabalhadores da mesma nacionalidade nessa referida circunscrição consular.

Através dos anúncios publicados pelo *Almanak Laemmert*, foi possível constatar que, durante o período imperial, esses estrangeiros eram atuantes no mercado de trabalho da cidade, de modo que eram majoritários em determinados ramos do mundo da moda, no ofício de parteiras, além dos cabeleireiros. No tocante aos ofícios manuais, verificou-se que ocupações como: marceneiros, latoeiros e funileiros, eram pouco representativas quanto à participação francesa. Ao mesmo tempo, verificou-se que o grupo desempenhava suas atividades profissionais nas freguesias do centro urbano, local caracterizado pelo dinamismo comercial, mas também onde estavam radicados outros grupos étnicos, como os lusitanos, africanos, italianos, etc.

Com o novecentos, foi constatada não só a redução no número de anunciantes franceses no *Laemmert*, mas também a diminuição desses imigrantes em setores que, ao longo do século XIX, em que o grupo possuía certa visibilidade, a exemplo de determinadas ocupações, como modistas e parteiras. Esses estrangeiros atuavam em outras funções do mercado de trabalho. Tratava-se de novos tempos, marcados pelo surgimento de novas profissões na cidade. Assim, observou-se que esse conjunto se destacava no domínio da educação, devido ao surgimento de instituições francesas na cidade, especialmente em escolas ligadas a ordens religiosas, e nos negócios de brilhantes e pedras preciosas, cujos anunciantes eram maioria de origem francesa.

O modo pelo qual esses imigrantes se relacionavam entre si, através de instituições voltadas para o auxílio mútuo, como a *Société de Bienfaisance Française* e a *Société de Secours Mutuels*, cujas histórias se entrelaçam, a *Société Alsace-Lorraine* e a *Chambre du Commerce* revelou o modo pelo qual essas sociedades se constituíram em importantes espaços de sociabilidade dessa colônia. Além dessas entidades, foi verificada a existência de locais destinados ao lazer e o entretenimento da população francesa na cidade, como a *Société de Gymnastique Française* e o *Club 14 juillet*, cujas atividades e celebrações mobilizavam os franceses, mas que indicavam a capilaridade desse grupo no Rio de Janeiro, visto que tais festividades contavam com a participação de nacionais e estrangeiros de outras nacionalidades.

O cruzamento das listas de associados e/ou dirigentes dessas sociedades com as *Actes d'État Civil Consulaire* apontaram para a existência de relações de vizinhança, compadrio, matrimônio e de amizade, entre esses imigrantes, indicando que esse mesmo grupo privilegiava estabelecer relações no interior dessa comunidade e/ou com indivíduos de uma mesma etnia e língua, como suíços e belgas.

Ao longo desse percurso, em que se analisou a e/imigração francesa para o Brasil, entre os anos de 1850 e 1914, compreendeu-se que esse processo não só refletiu o caráter fragmentário da França, como se revelou diversificado quanto aos fluxos para o Rio de Janeiro. A cidade, que se modernizava, exerceu atração sobre os franceses, que ao se enraizarem na Corte e, posteriormente, Distrito Federal, ocuparam diversos setores dos mundos do trabalho, tornando-se um grupo relevante na capital brasileira, não pelo seu quantitativo, mas pelo que representavam na sua relação com a cidade e com os demais habitantes.

ANEXOS

Consulat de France ¹³
 à Rio de Janeiro ^{Site par professions des Français établis dans la circonscript}
 non Consulaire du Consulat de France à Rio de Janeiro (District
 Federal - Etats de : Rio de Janeiro ; - Espirito-Santo ;
 - Minas-Geraes ; - Mato-Grosso ; - Goyaz).

Professions ou établissements	Noms et prénoms	Residence	Observations
Agence Navas	Gaget Clément	Rio de Janeiro	} Directeur } employés
	Guisnard André	do	
	Beauvion Pierre	do	
Agent de brevets	Leclerc	do	
aide ingénieur	Pourtier François	do	
ajusteurs mécaniciens	Borde Aglophile	Bells-Horizonta	
	Boutrand Pierre	Rio de Janeiro	
	Dugas Charles	do	
	Pourroy Louis	do	
	Rousselot Félix	do	
a architectes	Dural Roland	do	} payés
	Marmorat Gabriel	do	
	Raffin Antonin	do	
	Rémy Lucien	do	
	Viel Adolphe	do	
Viret Emile	do		

Professions ou établissements	Noms & Prénoms	Résidence	Observations
armes (négoce)	de Berlin René	Rio de Janeiro	} associés
	Lasserre Jean	do	
	Sammer Hippolyte	do	
armement	François Edgard	do	
	François Emile	do	
	Reymier Urbain	do	
artistes-peintres	Dumont Louis	do	
	Petit Auguste	do	
assurances	Haguenauer Alfred	do	1/10 ^e de compagnie Agent
	Haguenauer Jules	do	
automobiles (négoce)	Isnard Ernest	do	} associés
	Isnard Jules	do	
avocat	Fessy-Moyse Alexandre	do	
Bâches	Cheridre Jean	do	
Banquier	Concin Alfred	do	
Banques	Dumoulin	do	1/10 ^e Banque Française & Italienne 1/10 ^e Banque Hypothécaire 10 ^e d° d° 10 ^e d° d° 10 ^e d° d° 10 ^e d° d° 10 ^e Crédit Foncier représentants du Crédit Mobilier
	Lotar Alphonse	Victoria	
	Gatine Hyacinte	do	
	Sautherin Léonard	Bello-Horizonte	
	Varin d'Anville Charles	Rio de Janeiro	
	Soullemier Camille	do	
	Merier Jean Baptiste	do	
Charlat Eugène	do		

Professions ou Etablissements	Noms & Prénoms	Résidence	Observations
Bijoutiers	Daniel E.	Rio de Janeiro	124 
	Francfort Georges	do	
	Francfort Maxime	do	
	Lambert a C ^{ie}	do	
	Léon frères	do	
	Marce Etienne	do	
	Tour Serres Pierre	do	} ouvrier
Billards (fabricants de	Enyague Augustin Enyague Jean Elor	Rio de Janeiro do	} associés
Blanchisseuse	Savent Marthe	do	
Boucher	Bethézer Célestine	do	
Boulangers	Gardey Etienne	do	} ouvrier
	Vayssière Justin	do	
	Guitton Henry	Campos	
	Dideric Henri	Rio de Janeiro	
	Sabron Augustin	do	
	Vier Adolphe	do	
Boutons (fabricant	Lesèvre Camille	do	
Brodense	1 ^{re} Serravalle Augustin	do	
Cafés (commissionnaire en	Boher Louis	do	
Caissier	Anpetit Henry	do	

Professions ou établissements	Noms & Prénoms	Résidence	Observations
Car. es. postales Journaux, Jour- naux de Mode etc....	Bonnard Sylvain	Rio-de-Janeiro	
	Demareq A.	do	
	Frédère Alexandre	do	
Chaudronnier	Duvai Alphonse	do	
Changeurs	Haguenauer David	do	
	Haguenauer Simon	do	
Charpentiers (maîtres & ouvriers)	Blanc Charles	Bello Horizonte	
	Buznac Edouard	do	
	Buznac Frédéric	do	
	Crouzeilles Emile	Rio-de-Janeiro	
	Crouzeilles François	do	
	Séledan Jean Marie	do	
	Mezière Albert	do	
	Bernelle Louis	do	
chauffeurs- mécaniciens	Louvet René Emile	do	
	Imiro Sadia	do	
	Tridon Eugène	do	
chef de laboratoire	Maublanc André Pierre	do	
Cherance	Laval Antonin Emile	do	
Chimistes	Bennegent Raphaël	Urucachy	
	Loué Camille	Rio-de-Janeiro	
	Seylaz Georges	do	

Professions ou établissements	Noms & Prénoms	Résidence	Observations
Commis au Consulat de France	Barida Pascal	Rio de Janeiro	
	Lesage Maurice	d ^o	
	Praquin Albert	d ^o	
Compagnies de Navigation	Barouk Félix	Rio de Janeiro	employés aux transports Mari- times Agent Gén. Charg. R ^g Employés aux is
	Bélache Charles	d ^o	
	Coatalem Gustave	d ^o	
	Micelli Vincent	d ^o	
Comptables	Bouchet Victor	d ^o	
	Bruyère P. Maurice	d ^o	
	Burnet Joseph	d ^o	
	Capdevielle Emile Jean	d ^o	
	Clesio Gaston	d ^o	
	Costel Charles	d ^o	
	D'Espahingue Henri	d ^o	
	Glenadel Emile	d ^o	
	Guilhon Augustin	d ^o	
	Lader Albert	d ^o	
	Liabastre Georges	d ^o	
	Lopez Antoine	d ^o	
	Mabeo Louis	d ^o	
	Mallemont Georges	d ^o	
	Mallemont P.	d ^o	
	Memusier Emile	d ^o	
	Morand Léon	d ^o	
Pitez	d ^o		
Rondeau Alphonse	d ^o		
Trachez Frédéric	d ^o		

Professions ou établissements	Noms & Prénoms	Résidence	Observations
Costumière	Dugas Louise	Rus-de-Janeiro	
Couturières (maisons de couture)	Chérencq Geneviève	d ^o	
	Oeskais Marie	d ^o	
	Guyot	d ^o	
	Lépage Alice	d ^o	
	Magot	d ^o	
Couturières (cours-maîtresses)	Jhopp. Georgette	d ^o	
	Andrien Blanche	d ^o	
	Lucron Berthe	d ^o	
	Espinades Marie	d ^o	
	Ivadoon Anna	d ^o	
	Aubert Hortense	d ^o	
	^{1^{re}} Blois Marguerite	d ^o	
	^{2^{de}} Cazes Marie	d ^o	
	Chateau Renand Mathilde	d ^o	
	^{3^{me}} Coqueray Augustine	d ^o	
Couturières (ouvrières)	Guendin Marie	d ^o	
	^{4^{me}} Lasserre Pauline	d ^o	
	Lefevre Lucie	d ^o	
	Malcombe Hélène	d ^o	
	^{5^{me}} Queyroi Anna	d ^o	
	^{6^{me}} Sarrazin Esther	d ^o	
	Imonoff Marie	d ^o	
Cuisiniers	Ardilouze Jules	d ^o	
	Bois Paul	d ^o	
	Conio Georges	d ^o	
	Duplan Jean	d ^o	
	Duprez Louis	Petropolis	

Professions ou Etablissements	Noms & Prénoms	Résidence	Observations
Cuisiniers	Gowdon Pierre	Rio de Janeiro	127
	Kamckinger Paul	do	
	Krippeler Charles	Petropolis	
	Safon Joseph	Rio de Janeiro	
	Gione Louis	do	
Cuisinières	Boudard Marie	do	
	Brochet Léonie	do	
	Desroches Victoire	do	
	Senty Claire	do	
	Jistach Marie	do	
	Ceyehine Marie	do	
Cultivateurs	Bidier Emert	Barbacena	
	Castres Jean	Petropolis	
	Heimard Albert	Rio de Janeiro	
	Salisse Robert	do	
	Lambert Jean	S. João Nepomuceno	
	Menvielle Jean	Cherétopolis	
Dame de Compagnie	Felicie de Montemont Amelie	Rio de Janeiro	
Dactylographe	Parmentier Paul	do	
Dentiers alimen- taires	Lanneluc-Janson Pierre	do	
Dentiste	Mège Edouard	do	
	Boddaert Paul	do	
Dessinateurs	Decourt Jean	do	
	Escoffier Léon	do	
	Lebourdaid Xavier	do	

Professions ou établissements	Noms & Prénoms	Résidence	Observations
Docteurs ^(médecins) _(Hortepathie)	Duthu Vital Félicé Paulin	Bello-Horizonte Rio de Janeiro	
Docteurs	Noble Charles Provencal Edouard Reinond Lucien	Rio de Janeiro do do	
Ebenistes	Bernis Casimir Schoenacher Théodore	do do	
Economome	Dario Joseph	do	
Electriciens (ouvriers)	Chauderon Paul Gane Pierre Gury Henri Ramon Marcel	do do do do	
Employés de Banque	Abel Cindoze Auguste	Bello-Horizonte	
	Berthier Alleman de		
	Montrigand Guy	Rio de Janeiro	
	Cardi Celestin	do	
	Casanova Paul	do	
	Cazes Henri	do	
	Cousin de Monvaudin Albert	do	
	Cousin de Monvaudin Joseph	do	
	Fabre Joseph	Bello-Horizonte	
	Gatte Charles	do	
Glaizot Paul	do		
Lavaquerey Paul	do		
Philippot Henry	do		

Professions ou Etablissements	Noms & Prénoms	Résidence	Observations
Employés de banque	Borget Jacques	Rio de Janeiro	123
	Bellier Gabriel	d°	
	Uzac Roger	Bello Horizonte	
	Bickers	Victoria	
	ancely Paul	Nittheroy	
	Arnauld Louis	Rio de Janeiro	
	Aubaud Auguste	d°	
	Aubaud Léon	d°	
	Aymes Emile	d°	
	Barat Joseph	d°	
	Bellon Paul	d°	
	Bellon Pierre	d°	
	Bérard François	d°	
	Berenger Albert	Campob	
	Bergeret Celestin	Rio de Janeiro	
	Berreyer Edmond	d°	
	Employés de commerce	Besse Auguste	
Bessières Etienne		d°	
Bichon		d°	
Bichon (M ^{me})		d°	
Bigarel René		d°	
Bonisson François		Habua de Matt. Centro	
Cauillanc François		Bello Horizonte	
Cazes Raoul		Rio de Janeiro	
Charvillat Victor		d°	
Cheni Henri		d°	
Cherqui Isaac		d°	
Chevoleau Pierre	d°		
Coudirat Jean	d°		
Couste Pierre	d°		

Professions ou établissements	Noms & Prénoms	Résidence	Observations
Employés de Commerce (suite)	Damowrette Paul	Victoria	
	Damoy Jules	Rio de Janeiro	
	Decourt Gabrielle (Mlle)	d ^o	
	Demau René	d ^o	
	Deserbelles Jean	d ^o	
	Dupeyrat Fernand	d ^o	
	Embiered Benoît	d ^o	
	Emoingt François	d ^o	
	Ermann Michel	d ^o	
	Espitalier René	d ^o	
	Etchegaray	d ^o	
	Etchegaray Victor	d ^o	
	Favoren Jean	d ^o	
	Ferdou Jules	Campob.	
	Foucault Marie	Rio de Janeiro	
	Frache René	d ^o	
	Fric Amaus	d ^o	
	Ganderats Albert	Guissamau	
	Goguelin Joseph	Rio de Janeiro	
	Gintard Maurice	d ^o	
	Hallier Albert	d ^o	
	Hallier Felix	d ^o	
	M ^{me} Humbert Stéphanie	d ^o	
	Hérand Camille	d ^o	
	Hutier Louis	d ^o	
	Ilhe Pierre	d ^o	
	Kaufmann Georges	d ^o	
	Labastie Victor	d ^o	
Labbe Albert	Bello-Horizonte		
Lader Jean	Rio de Janeiro		

Professions ou Etablissements	Noms & Prénoms	Résidence	Observations
Employés de commerce	Lasserre Edouard	Rio de Janeiro	129
	Lassecre Raymond	d°	
	Secoufle Auguste	d°	
	Léspinasse Nicolas	d°	
	Lévin Arnaud	d°	
	Lévy André	d°	
	Ligneul Victor	d°	
	Lion Edmond	d°	
	Mougey Charles	d°	
	Moyes Adrien	d°	
	Nicod Alphonse	S. Eduardo	
	Rocher Pierre	Rio	
	Saintive Louis	Rio de Janeiro	
	Salles Victor	d°	
	Salomon François	d°	
	Séribé Mathieu	d°	
	de Stoutz Charles	d°	
	Vardy Louis	Cocos	
	Boussaint Alfred	Rio de Janeiro	130
	Vayer Fernand	d°	
Villon Emile	d°		
Villon Victor	d°		
Entrepreneurs de Construction	Bordenave Daniel	d°	
	Bouzin Victor	d°	
	Broca Jacques	d°	
	Lacoste Firmin	d°	
Entrepreneur de travaux	Lahé Louis	d°	
Entrepreneur de travaux	Cante Jules	d°	

Professions ou établissements	Noms & Prénoms	Résidence	Observations
Exportateur	Talaid Karl Joseph J ^{rs}	Rio de Janeiro	
Femmes de Chambre	Castanet Anicé	do	
	Ozubin Marie	do	
Seclantier	Antier Michel	Bello Horizonte	
Fil de fer, toitures etc.	Bonavita Charles	Rio de Janeiro	
Financier	Gouin	do	
Fleurs artificiel. les, couronnes mor- tuaires, fleuristes	Alexandre Ernest	Mithéroff	
	Rosenwald (M ^{me})	Rio de Janeiro	
	Coqueray Marie	do	
	Guy Elise Pindud Louis	do Mithéroff	
Fondeur	Lébre Florentin	do	
Forgeron	Ducros Elie	do	
Fromagers	Etienne	do	
	Robert Edouard	Caxambu	
Garçon de Bureau	Iser Joseph	Rio de Janeiro	
Garçons de Café	Bourcis Edmond	do	
	Passabet Victor	do	
	Trouillot Elie	do	
Garçon de cer- cle	Secoutey Louis	do	

Professions ou Etablissements	Noms & Prénoms	Résidence	Observations
Cargons d'Hôtel	Dublineau François	Rio de Janeiro	130
	Favre Lucien	do	
	Lacoste Firmin	do	
	Sambesty Jean	do	
Géomètres	Gilot Léon	Montes Claros	
	Legay Léon	Rio-Claro	
Grammets	Fabre Auguste	Rio de Janeiro	
Graveurs	Bravari André	do	
	Conqatimon Ernest	do	
Horlogers	Bailly-Comte Jean	do	
	Garnier Charles	do	
	Labouriau	do	
	Leiden Auguste	do	
	Lévis Gaston	do	
Horiculteur	Popoize Pierre	Jacarepagua	
Hôteliers	Bourdalis Eugène	Rio de Janeiro	
	Cunninge Arsène	do	
	Dupont Alexandre	do	
	Larribet Jean	do	
	Ledueur Gustave	do	
	M ^{re} Rosand	do	
Importateurs	Gerson Armand	do	bijoux modes
	Meghe Paul	do	
	Rouchon Adrien	do	horae- associés} laines
	Rouchon Camille	do	

Professions ou établissements	Noms & Prénoms	Résidence	Observations	
Imprimeurs	Besnard H.	Rio de Janeiro	} associés	
	Besnari O.	do		
Industriels	Asty Victor	do	} verrerie	
	Bodaine Louis	Quissaman		Sucrerie
	Cathiard Jules	Rio de Janeiro		} chaussures
	Cathiard Just	do		
	Dupont Jean	do		beurre
	Esberard Alfred	do		} verrerie
	Esberard F. A. M.	do		
	Esberard Jean	do		
	Esberard Paul	do		
	Gay Emile	do		
	Hamburger Charles	Campes		
	Lambert Emile	Rio de Janeiro		boîtes en fer blanc
	Levy Paul	do		
	Ott Georges	do		
Richer André	do			
Sellier Jules	Campes			
Infirmiers	Mérigon Henri	Rio de Janeiro		
	Moutiad Léon	do		
Ingénieurs	Bernad Jacques	Rio de Janeiro		
	Bodin Joseph	do		
	Bourgeois Georges	Cataguazes		
	Carayon Charles	Rio de Janeiro		
	Chuberre François	do		
	Colin Marcel	do		
Delavergnas Antoine	do	Ponts & Chaussées		

Professions ou Etablissements	Noms & Prénoms	Résidence	Observations
Ingénieurs	Duclou Jean	S. Gonzales de Sapu- cahy Brewerahes	131
	Dyot Claude	Rio de Janeiro	
	Eygabier Albert	do	
	Gardel Léon	do	
	Grandmasson Emile	do	
	Lafon Eugène	do	
	Lapellerie François	do	
	Lecurieux Léon	do	
	Leyret Adolphe	do	
	Loiseau Gabriel	do	
	Norbert Justin	do	
	Palluel Emmanuel	Coicos	
	Pedarrieu Paul	Rio de Janeiro	
	Proust Alexandre	S. João d'El Rey	
	Saillant Jules	Rio de Janeiro	
	Tenet Gustave	do	
	Zoude Léon	Pureza	
Ingénieurs civils	Bourgoin William	Rio de Janeiro	
	Robert Philippe	do	
Ingénieurs é- lectriciens	Duflos Paul	do	
	Gidde Jean	do	
	Mugnier Julien	do	
Ingénieur des Mi- nes	Abeloud Jean	do	
Jardiniers	Branlard Eugène	Petropolis	
	Calando Maxime	Rio de Janeiro	
	Mercier Louis	do	
	Morodoly Charles	do	

Professions ou établissements	Noms & Prénoms	Résidence	Observations
Journaux	Lambert Emile	Rio de Janeiro	Revue Franco Brés. Laine
	Morel Charles	d°	Etoile du p ^{est}
	Morel Henri	d°	- d° -
Libraires	Briguet Ferdinand	d°	Gérant librairie Garnier
	Lansac Julien	d°	
Lingère (ouvriers)	M ^{re} Cognet Marie	d°	
Litographes	Randon Jules	d°	
	Riger Louis	d°	
Maçons	Aymard Louis	d°	
	Blanc Jean	Niteroi	
	Francaise Arthur	Bello Horizonte	
Magasins de Nouveautés	Dor Georges	Rio de Janeiro	
	Raunier	d°	
Maîtres d'Hôtel	Borde Gaston	Petropolis	
	Preel Eugène	Rio de Janeiro	
Mameures	Capdevielle Anna	d°	
	Doret (M ^{me})	d°	
Marchands (ouvriers)	Bon François	d°	
	Klinard Louis	d°	
Marchand au détail	Ladoca Cheophilite	d°	
Masseur	Seoubet François	d°	

Professions ou Etablissements	Noms & Prénoms	Résidence	Observations
Mécaniciens (ouvriers)	Abgrall Pierre	Rio de Janeiro	132
	Agarrat Marius	Urubatinga	
	Caude Alfred	Rio de Janeiro	
	Denot Georges	do	
	Desfonds Jean	do	
	Ducand Claude	do	
	Elicondo Martin	do	aide-monteur
	Gault Abel	do	
	Gault Louis	do	
	Herand Jules	do	
	Hiley René	do	
	Anart Charles	do	
	Kratz André	do	
	Laquerbe Germain	do	
	Simon Jules	Quissarnau	
	Lozèa Martin	Rio de Janeiro	
	Maire Arsène	do	
	Martin Joannès	do	
	Mausroy Emile	do	
	Petit Paul	do	
	Poimiroo Jean	do	électricien
	Pourcain Amaël	do	
	Roche André	do	
	Ropers Joseph	do	
	Rougeot Louis	do	
	Serres Pierre	do	
	Sypierre Henri	do	
	Sosgien Albert	do	
Suillaumie Jules	do	électricien	

Professions ou établissements	Noms & Prénoms	Résidence	Observations
Menuisiers (maîtres & ouvriers)	Beryes Victor	Rio de Janeiro	
	Bidart Jean	do	
	Gaultier Joseph	do	
	Molnier Louis	do	
	Moctera Jean	do	
	Moctera Omer	do	
	Pochet Marcel	do	
	Signal Henri	do	
Meubles (fabricants)	Gros Gustave	do	
	Gros Louis	do	
	Orgaert Auguste	do	
Meubles marchands	Lion Abraham	do	
	Lion Edouard	do	
Modelleur	Bowdon Georges	do	
Modiste maison de modes	Soussan (M ^{me})	do	
Modistes (contre-maitresses)	Andubert Marie	do	
	M ^{me} Bordeauze Amélie	do	
	Dedorge Marie	do	
	Ramel Marie	do	
	Soulier (M ^{me})	do	
Modistes (ouvrières)	Bodin Marie	do	
	M ^{me} Canard Louise	do	
	Dreul Alice	do	
	Laborde Jeanne	do	

Professions ou Etablissements	Noms & Prénoms	Résidence	Observations
Négociants	Artyges Maurice	Rio de Janeiro	Représentant de la maison Lorcil- leux 133
	Barthel Auguste	do	
	Beaumont Charles	Bello-Horizonte	
	Ben Hamou Abraham	Rio de Janeiro	
	Bernage Joseph	do	dit Lenoir
	Blacheyre Etienne	Cuiresello	
	Blinn David	Rio de Janeiro	
	Brigniet Justin	do	
	Caillaux Marcel	do	associé de la maison Rau- mer.
	Costel Arnet	do	
	Debonne Henri	do	
	Escudier Marie	do	
	Falque Jean	do	
	Falque Léon	do	
	Honckeringer Delui	do	
	Jamain Georges	Rio Branco	
	Jauréguibet Pierre	Rio de Janeiro	
	Levy Georges	do	
	Mahieu Fernand	Vassouras	
	Méziat Laurent	Rio de Janeiro	
	Montias Léon	do	diarante associé de la maison Rau- mer.
	Rannier Edouard	do	
	Reymer Louis	Corumbá	
	Robichez Léon	Rio de Janeiro	
	Sagot Joseph	do	Gérant de la mai- son Gerson
	Seigneurret Stéphane	do	
Schwob Marcel	do		
Van Quackebecq Gustave	do		
Watteau Henri	do		

Professions ou établissements	Noms & Prénoms	Résidence	Observations
Parapluies	Chereneq Alexandre	Rio-de Janeiro	} associés
	Chereneq Pierre	d°	
	Jund Felix	Petropolis	} associés
	Jawregumber Felix	Rio-de Janeiro	
	Robin Edouard	d°	
Parfumeurs	Bazin Léon	Rio-de Janeiro	
	Bizet Léon	d°	
Pâtisseries (ouvriers)	Ferrieu Pierre	d°	
	Lallet Alexandre	d°	
Pedivree	Labalme Alphonse	d°	
Peintres	Haeffner Henri	d°	} ouvrier entrepreneur.
	Lamothe Pierre	d°	
Pensions	Berthelet Alexandre	d°	
	Bourhis Jeanne	d°	
	M ^{re} Chabad Louise	d°	
	Dubuisson Camille	d°	
	Gabriel Charles	d°	
	M ^{re} Sepage Jeanne	d°	
	Marquerite	d°	
	Martin Pauline	d°	
	Molinari Emile	d°	
	Molinari Marie-Louise	d°	
Vigouroux	d°		
Walborn	d°		

Professions ou Etablissements	Noms & Prénoms	Résidence	Observations
Photographes	Armerlla André	Rio de Janeiro	B4 
	Donnet Pierre	Suctheroy	
	Leterce Aristide	Rio de Janeiro	
Photographeur	Eymard Paul	do	
Pianos	Lebreton	do	
Planteurs	Edrich Georges	Anchieta	
	Spaeth Louis	Quissaman	
Plumassier	Pudent Maurice	Rio de Janeiro	
	D'Estybaire Jean	Suctheroy	
Prêtres	Destouches	Campes	
	Frayse Jean Baptiste	Laon Família do Quiquá	
	Lacomme Etienne	Uberaba	
	Lafarque J. P.	Poco de Caldas	
	Lamarque Pierre	Rio de Janeiro	
	Maddon François	Macahe	
	Mouton	Bello Horizonte	
	Peyronné Léopold	Carmo do Rio Claro	
Poutou Dominique	Itaqueta		
Prêtre 1/2 gaga	Hoffmann Julien	Rio de Janeiro	
Professeurs	M ^{lle} Bapicot Blanche	do	
	M ^{lle} Bocage Catherine	do	
	Boisgés Maurice	do	
	Briet Alphonse	do	

Professions ou établissements	Noms & Prénoms	Résidence	Observations
Professeurs	Bugole Alexandre	Rio de Janeiro	D ^r Ecole Reilly
	Brun Emile	do	
	Cazanave Jean	do	
	M ^{lle} Chazeaud Suzanne	do	
	M ^{lle} Chevillard L.	do	
	Delahaye Georges	do	
	Delpesch Adrien	do	
	Gabalda L.	do	
	Glenadel Alphonse	do	
	M ^{lle} Jung Victoire	do	
	S'abbé Pierre	do	
	M ^{lle} Lardi Jeanne	do	
	Latgé Antoine	do	
	Lepelletier Anais	do	
	Levy Alphonse	do	
	M ^{lle} Moisy Marguerite	do	
	Mouchel Ernestine	do	
	Moquères Charles	Laras	
	Régis de la Colombière	Rio de Janeiro	
	Shire ^{jean} Arthur	do	
Tisserandot Eugène	do		
Tortel Honoré	do		
de Warren	do		
Propriétaires	Calabure Suzanne	do	dite Castera
	Berthon Louis	do	
	Briffault François	Bello Horizonte	
	Deheuric Georges	Rio de Janeiro	
	Dumortout Emile	do	
Dupeyrat Alphonse	do		

Professions ou Etablissements	Noms & Prénoms	Résidence	Observations
Propriétaires	Garnier Jules	Conceição da Boa Vista	135
	Gaymard Julie	Rio de Janeiro	
	Lacoste Louis	do	
	Perris Jules	Penha	
Publierste	Bloch	Rio de Janeiro	
Publicité (agence)	Godot	do	
Religieuse	Agasse Prosper	Mendes	unionistes des ^{Maristes} Maristes
	Auffret Emile	Rio de Janeiro	Mariste
	Bore	do	Lazariste
	Boudon Vidal	Mendes	Mariste
	Castelin Paul	Rio de Janeiro	Lazariste
	Châtenet Hippolyte	do	Mariste
	Dequidt Bobie	Caraga	Lazariste
	Doce Albert	Rio de Janeiro	do
	Dubrenil Joseph	Mendes	Mariste
	Durand Louis	do	do
	Duverger Alphonse	Rio de Janeiro	do
	Forestier Prosper	do	do
	Fougerat Pierre	do	do
	Gagne Baptiste	Mendes	do
	Gartner Joseph	Petropolis	Lazariste
	Gautheron Benoit	Mendes	Mariste
	Gueylard Octave	Rio de Janeiro	do
	Lavastrou Amédée	do	do
	Lévite Jean	do	do
	Liabeuf Victorin	Mendes	do
Maraval Louis	do	do	

Professions ou établissements	Noms & Prénoms	Résidence	Observations
Religieuses	Maronie Leomar	Rio de Janeiro	Mariste
	Matha Marcus	Victoria	Lazariste
	Mazet Marcus	Mendes	Mariste
	Mignot Laurent	Rio de Janeiro	d ^o
	Mouton Etienne	d ^o	d ^o
	Hogé Arnaud	d ^o	d ^o
	Pandrand Jean	Mendes	d ^o
	Planche Alphonse	Uberaba	d ^o
	Picot Jean	Rio de Janeiro	Lazariste
	Pouchet Georges	d ^o	Mariste
	Puget Camille	d ^o	d ^o
	Rivière Frédéric	Sutheroy	Salésien
	Renault Emile	Caraca	Lazariste
	Reissedre	Sutheroy	Salésien
	Thomas Claude	Rio de Janeiro	Mariste
	Thomas Pierre	d ^o	d ^o
	Thoor Albert	Caraca	Lazariste
	Tauzelle Jean	Rio de Janeiro	Mariste
	Vergue Jean	Uberaba	d ^o
	Voyer Joseph	Rio de Janeiro	d ^o
	Artus Tanchette	d ^o	Ordre de St Vincent de Paul
	Audibert Philomène	d ^o	d ^o
	Bernès Joséphine	d ^o	d ^o
	Bernard Marie	Bello Horizonte	O. de la Providence
	Camaly Sophie	Passa Quatro	O. du Sacré-Cœur
	Combe Augustine	Rio de Janeiro	O. de St Vincent de Paul
Combed Bernarde	Carmo do Rio Claro	O. de la Providence	
P. Azambuje Marie	Rio de Janeiro	O. du Sacré-Cœur	
Devos (œur)	d ^o	Visitatrice St V. de Paul	
Gulhempey Marie	d ^o	O. St. V. de Paul	

Professions ou Etablissements	Noms & Prénoms	Résidence	Observations
Religieuses	Hillairet Camille	Rio. de Janeiro	o. S. V. de Paul ¹³⁶
	Lassus (sœur)	do	do
	Nouviale Angéline	Uberaba	Supérieure poste de Dominicains
	Nouviale Marie	Porto Nacional	do
	Paul (sœur)	Rio. de Janeiro	o. S. V. de Paul
	Pipelier Honorine	do	o. Sacré-Cœur
	Rey Marie	do	o. S. V. de Paul
	Rouchez Cecile	do	o. Sacré-Cœur
	S ^r Raymond Amélie	do	o. S. V. de Paul
	Savin (sœur)	do	do
Thole Seraphine	do	do	
Renseignements Commerciaux (agence)	Bellanger	do	
Représentants de commerce	Albanse Henri	do	Fonderies de Pont à Mouron.
	Andrien Louis	do	
	Aubertel Raymond	do	
	Bertholet Georges	do	
	Brunneau Paul	do	
	Cauzard Raoul	do	
	Descone Auguste	do	
	Durgeat Pierre	do	
	Dutén Jean	do	
	Enoch Joseph	do	
	Gardier Ernest	do	
	Guillot Maurice	do	
	Hénault Alexandre	do	
Jéchoux Alfred	do		
Julien Fernand	do		
Lallemant François	do		

Professions ou établissements	Noms & Prénoms	Résidence	Observations
Représentants de Commerce	Lambert	Emile	Rio-de-Jausiers
	Seclere	Adrien	do
	Lucas	Arcadius	do
	Masset		do
	Monameq	Georges	do
	Micot	Emile	do
	Pandou	Georges	do
	Périgois	Robert	do
	Joussan	Victor	do
	Uzac	Emile	do
	Vantelet	Charles	do
Sivien	Rasul	do	
Matteau	Jean Baptiste	do	
Restaurateur	Labarthe	Pierre	do
Sage-femmes	Delcher		do
	Morand	Emilie	do
Sculpteurs	Lavoie	H.	do
	Romme	Antoine	do
	Serdie	Petrus	do
Scierie mécanique	Ruffier		do
Serruriers	Dupont	Jules	do
	Pourroy	André	do
	Queyroi	Eugène	do
	Siméney	Pierre	do

Professions ou Etablissements	Noms & Prénoms	Résidence	Observations
Société anonyme des transactions et entreprises au Brésil	Pivin Jules	Nittheroy	Géant 137 4/19 ^e Rue à Gaz
	Pestre Henri	de	
	Pestre Lucien	de	
Société des Entre- prises françaises au Brésil	Fontemilles Jean	de	Chef de service
Steno-Dactylogra- phe	Sermeylen François	de	
Stéréotypiers	Dounguy Laurent	de	
	Sarrat Hippolyte	Bello-Horizonta	
Carpentiers	Deshaïs Lucien	Rio de Janeiro	pour dames et coupeurs
	Poulet Joseph	de	
	Reynaud Henri	Petropolis	
Canneux	Léger Camille	Juz-de-Fora	
Carpentiers	Dubos Auguste	Rio de Janeiro	
	Salichon Georges	de	
Teinturiers	Barrenne Pierre	de	
	Couchon Charles	de	ouvrier.
	Galbois Léon	Nittheroy	
	Galbois Louis	de	
	Galbois Paul	de	} ouvriers
Transport (agence de)	Perrin Henri	Rio de Janeiro	
Valets de Chambre	Codin Eugène	Rio de Janeiro	
	Rouzière Jean	de	

Professions ou établissements	Noms & Prénoms	Résidence	Observations
Vétérinaire	Brosac François	Linhares	
Vins (négociant)	Dhélonne Édouard	Alfié	
Agriculteur	Decauxe Rasul	Rio de Janeiro	
Artisans	Laborde Adrien	Rio de Janeiro	
Voyageurs de Commerce	Javogue Fernand Obéyl Armand	Rio de Janeiro do	
Langueux	Saulnier Ernest	Rio de Janeiro	

Rio de Janeiro le 30 septembre 1912

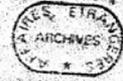


Le Consul de France

[Handwritten signature]

193

Entreprises françaises, industrielles, agricoles, banques.



<u>Noms</u>	<u>Entreprise industrielle, agri. banque</u>	<u>Adresse</u>
Sucreries brésiliennes	S ^{te} Anonyme, Capim, Cacao	64 r. General Camara
Sucreries de St. Eduardo	Société	Ingenho Central d'Eduardo
Sucreries de Rio Branco	Société sucrière R.B.	10 av. Central
Sucreries de Brasilia	" " B	10 av. Central
Banque française de l'Amérique du Sud	r. l'Amérique du Sud	r. Custoda et Alfandega
Carlos Conteville	Fonderie fer et acier	78 r. d'Alfandega
E. Lambert	Fabrique ferblanterie émaillée	60 av. Rio Branco
C. Lefèvre	Fabrique de boutons	36 r. S. Pedro
F. Lebe	Fonderie, construction de machines	152 r. Floriano
Bordenave G.	Entreprise de constructions	20 Becco de Magan
Esberard (P.A.M.)	Fabrique verrerie et poterie	6 r. General Bruce
Cavé A.	confiserie	11 r. Urugayana
Lallet J.	confiserie	praque Carioca

Commerçants français importateurs

C. Conteville	Solanas, autos, quincaillerie, chaux, dronniers, huiles minérales, etc.	78 r. Alfandega
Isnard et C.	autos, balances, coffres-forts, articles p ^o selliers	75 r. 7 de Setembro
Lambert E.	Ciments, chaux, briques, papiers divers, sucres, confitures	60 av. Rio Branco

Nègre et c ^o	craps, tissus, mode, mercerie	93. r. Alfandega
Wateau (jean)	Drapons, tissus fins	89. r. General Camara
Picheu (J. H.)	Costumes	137. r. Ouridor
F. Sobie	autot, balancas, mach. app. aut. noves	156. r. Hospicio
Falque	Parapluies	71. r. Santauda
Laport et c ^o	armes de guerre et chasse	83. r. Ouridor
A. Gerson et c ^o	bijoux, horlogerie, bijoux finis	83. r. Alfandega
Daniel & fins	" " " "	98. r. Gonzalez Elias
Sambert, m ^c	" " " "	106. r. Hospicio
Sery (Arthur de Quard)	" " " "	109. r. Ouridor
Mars (André)	" " " "	133. r. Ouridor
Outran Tilland & c ^o	choussons, lingerie	133. av. Central
Pouchon et c ^o	crisane, verres, porcelaine	141. r. Alfandega
e. Jonnard & c ^o	craps, tissus, mercerie	93. r. Alfandega
H. Garnier	librairie, editours	109. r. Ouridor
Fréguet	" " " "	69. r. Sactet
J ^o Barago	Horlogerie, articles fins	73. r. Hospicio
Dor & c ^o	Magasin de nouveautés	182. r. Ouridor
Kaunier & c ^o	articles nouveautés, lingerie	172. r. Ouridor & Uruguayas
Bodin (Léon)	Impression, objets de fantaisie	131. av. Central
Chiers & c ^o	Parapluies	54. r. 7 de Setembro
Escudé (M ^o)	articles de dessins	" " " "
Loubet, Chéneux & c ^o	Parapluies	64. r. 7 de Setembro
Marc Ferrez	articles photos, cinesmas	112. r. S. José
J ^o Barandier	articles photographes	10. r. Gonzalez Elias
Lebreton	pianos	14. r. do Sacramento
Delomez & c ^o	vin, hygiène	55. r. Assembla

194
 Boher, Louis, exportateur de saies 8. r. S. Bento
 Hoffmann fourniture de automobiles - cycle. 25 r. Assombré
 Bonavita Ch. quincaillerie 238. r. Topique

Français dirigeant des maisons de commerce

Peterre	articles de photos	145 r. 7 de Setembro
Baronne & Anton	couturerie	65 r. 7 de Setembro
Soussan	Modiste, chapeaux dames	21 r. Gonçalves Dias
Lesage	couturière	19 r. Gonçalves Dias
Mercier	confections, modes	Rua Carioca
J. Henry	coiffeur, art. p ^o dames	78 r. Urugayana
Dauvergne J.D.	imprimerie	120 r. General Canard
Garbey (Madame)	boulangerie	121 r. do Porsario
Palbois	teinturerie	20 r. Marchal Beodre
Alexandre (Madame)	fleurs artificielles	20 r. "
Henault	représentant de commerce	162 r. Sultanda
Canolles & Julien	" " "	132 r. General Canard
François Louis	armement	Edifício de la House
Viret & Harmonat	architecte	134 - av. Central
Essy - Moysse	avocat	131 - av. Central
Berthelin Alex	Hôtel	r. do Catete
Mad ^e Chérenoy	couturière	22 r. Sackit
1 ^o Magot	"	93 - r. 7 de Setembro
Ch. Schmitt	coiffeur, parfumeur	51 r. Gonçalves Dias
Coulon E.	fleurs artificielles	114 r. S. Radio

Janny Dupont	fleurs en plumes, curiosité	27. r. 13 de Março
Kohrenwald & Co	" " couronnes	134. av. Central
Sarribas Dupont	Hôtel de Bayuca	1045. r. Conde de Solfino
Bernard frs	Imprimeurs	120. r. Hospicio
Bernard (H)	ingén. constructeur	247. av. central
Bonnard. S.	journaux étrangers	105. r. Ourives
Wassiere & Co	boiseries	Praca Machado
Souza & Fernandes	chapeaux de dames	112. r. Ourives
Pison A.	meubles	79. r. S. José
Oestonier & Manheim	Représ. de commerce	117. r. Genral Câmara
Lamothe	peintures	10. r. S. José
L. Dupuy	architecte	avenida atlântica
Sabarthe	restaurant	30. r. J. Cesar
Cumingo	hôtel	St. Theresa
Coychin	restaurant	20. r. San marcel
Bissot	hotel des ambassadeurs	16. r. Carlotta de Sá
Martin (Paulus)	Bureau meubles	79. r. São Carlos

FONTES

Almanak Laemmert

1850 – 1855 – 1860 – 1865 – 1870 – 1875 – 1880 – 1885 – 1891 – 1896 – 1901 – 1906
1911 – 1914

Jornal Diário do Rio de Janeiro

1825, 1842, 1843, 1844, 1845, 1848, 1849, 1850, 1851, 1852, 1853, 1854, 1855, 1856, 1857,
1858, 1860, 1861, 1862, 1863, 1864, 1867, 1869, 1871 e 1877.

Jornal do Comércio

1850 – 1855 – 1860 – 1863 – 1865 – 1868 – 1870 – 1871 - 1872 - 1874- 1878 – 1882– 1883
– 1884–1885 – 1887– 1891– 1892–1870, 1871, 1892, 1895, 1896, 1900, 1910, 1912, 1913 e
1993.

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ)

BR AGCRJ 58.4.33 – FUNDO CÂMARA MUNICIPAL- SÉRIE COMÉRCIO
ESTRANGEIRO

BR AGCRJ 58.3.47 – FUNDO CÂMARA MUNICIPAL- SÉRIE CASAS COMERCIAIS-
1832-33

BR AGCRJ 58.3.49 – FUNDO CÂMARA MUNICIPAL- SÉRIE CASAS COMERCIAIS-
1832-1904

BR AGCRJ 58.3.54 – FUNDO CÂMARA MUNICIPAL- SÉRIE CASAS COMERCIAIS-
1843-94

BR AGCRJ 58.3.54 – FUNDO CÂMARA MUNICIPAL- SÉRIE CASAS COMERCIAIS-
1843-94

BR AGCRJ 59.1.6 – FUNDO CÂMARA MUNICIPAL- SÉRIE COMÉRCIO DE JÓIAS

BR AGCRJ 60.1.5 – FUNDO CÂMARA MUNICIPAL- LICENÇAS COMERCIAIS E
INDUSTRIAIS

BR AGCRJ 11.3.25 – FUNDO CÂMARA MUNICIPAL- SÉRIE INSTRUÇÃO PÚBLICA-
1870

BR AGCRJ 11.4.18 – FUNDO CÂMARA MUNICIPAL- SÉRIE INSTRUÇÃO PÚBLICA-
1874

BR AGCRJ 11.4.19 – FUNDO CÂMARA MUNICIPAL- SÉRIE INSTRUÇÃO PÚBLICA-
1874

BR AGCRJ 12.4.19 – FUNDO CÂMARA MUNICIPAL- SÉRIE INSTRUÇÃO PÚBLICA-
1874

BR AGCRJ 12.4.19 – FUNDO CÂMARA MUNICIPAL- SÉRIE INSTRUÇÃO PÚBLICA-
1876 – 78 ; 1879-1880

BR AGCRJ 12.4.20 – FUNDO CÂMARA MUNICIPAL- SÉRIE INSTRUÇÃO PÚBLICA-
1874 –1878

BR RJAGCRJ 10.4.23 - FUNDO CÂMARA MUNICIPAL - SÉRIE INSTRUÇÃO
PÚBLICA

BR RJAGCRJ 12.2.27 - FUNDO CÂMARA MUNICIPAL- SÉRIE INSTRUÇÃO PÚBLICA

Arquivo Nacional

Junta do Comércio – Fundo: 46

Livro: 411 – Registro: 52055

Livro: 203 – Registro: 31201

Livro: 45 – Registro: 15420

Livro: 223 – Registro: 33222

Livro: 142 – Registro: 25184

Base de Dados Entrada de Estrangeiros pelo Porto do Rio de Janeiro (1875-1910)**Revue Franco-Brésilienne**

1909 – 1910 – 1911 – 1912 – 1913 – 1914 – 1915 – 1916 – 1917 – 1918

Recenseamento

1872 – 1906 – 1920

Centre des Archives Diplomatiques de Nantes (CADN)

- État civil et généalogie - Rio de Janeiro (1846-1899)

- Microfilme

Centre des Archives Diplomatiques de Ministère des Affaires Étrangères (CADMAE)**Immigration – Nouvelle Serie**

1. 144CPCOM/ 1 – 1892 – 1896 (juin)
2. 144CPCOM/ 2 – 1896 (juillet) – 1896 (octobre)
3. 144CPCOM/ 3 – 1897 (novembre) – 1907 (Faltam os anos de 1899 e 1903)
4. 144CPCOM/ 4 – 1908 – 1909 (mars)
5. 144CPCOM/ 5 – 1909 – 1910 (mai)
6. 144CPCOM/ 6 – 1910 (juin - décembre)
7. 144CPCOM/ 7 – 1911 – 1912 (avril)
8. 144CPCOM/ 8 – 1912 (mai) – 1913 (juin)

Chancellerie

Rio de Janeiro: 430QO/ 219, 220: 1861 – 1868; 1869; 1870; 1872; 1873

430QO/ 220: 1874, 1875, 1876, 1877, 1878, 1879, 1880, 1881, 1882 – 1885, 1886 – 1887, 1888-1890

Correspondance Consulaire et Commerciale

1. P /16020: 1850-1853
2. P /16021: 1854-1856 (août)
3. P /16022: 1856 (septembre) - 1858
4. P /16023: 1859-1861
5. P /16024: 1862-1865
6. P /16025: 1866-1869
7. P /16026: 1869 (juillet) – 1872
8. P /16027: 1873-1874
9. P /16028: 1875-1877 (Tomo 18)
10. P /16029: 1891 (juillet) - 1892 (mars); 1892 (avril); 1893 (février)
11. P /16030: 1895 (juillet) - 1896; 1897 (janvier-juin)
12. P /16031: 1897 (juillet-décembre)
1898 (janvier-juillet)

Documentos Lexicográficos

AULETE, Caldas. Dicionario Contemporaneo da Língua Portuguesa. Feito sobre um plano inteiramente novo. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, Livreiro-Editor, 188

BERTHELOT, Mm. [Et Al.]. La Grande Encyclopédie inventaire raisonné des sciences des lettres et des arts. Paris: H. Lamirault et Cie., Editeurs, 1886.

BLUTEAU, Rafael, 1712-1728, Vocabulario Portuguez, e Latino, Aulico, Anatomico, Architectonico, Bellico, Botanico, Brasilico, Comico, Critico, Chimico, Dogmatico, Dialectico, Dendrologico, Ecclesiastico, Etymologico, Economico, Florifero, Forense, Fructifero, Geographico, Geometrico, Gnomonico, Hydrographico, Homonymico, Hierologico, Ithyologico, Indico, Isagogico, Laconico, Liturgico, Lithologico, Medico, Musico, Meteorologico, Nautico, Numerico, Neoterico, Ortographico, Optico, Ornithologico, Poetico, Philologico, Pharmaceutico, Quidditativo, Qualitativo, Quantitativo, Rhetorico, Rustico, Romano; Symbolico, Synonimico, Syllabico, Theologico, Terapteutico, Technologico, Uranologico, Xenophonico, Zoologico. Autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes, e latinos, e offerecido a El Rey de Portvgval, D. Joaõ V. pelo Padre D Raphael Bluteau Clerigo Regular, Doutor na Sagrada Theologia, Prêgador da Raynha de Inglaterra, Henriqueta Maria de França, & Calificador no sagrado Tribunal da Inquisição de Lisboa. Coimbra No Collegio das Artes da Companhia de Jesu Anno de 1712. Com todas as Licenças necessarias. [Transcrevemos na íntegra a página de rosto do primeiro tomo. Os primeiros volumes foram publicados em Coimbra, no Colégio das Artes da Companhia de Jesus: I (1712); II (1712); III (1713); IV (1713). Os restantes imprimiram-se em Lisboa, em diferentes casas tipográficas: na Oficina de Pascoal da Silva: V (1716), VI (1720), VII (1720), VIII (1721); na Oficina de José António da Silva: Supplemento, Parte I (1727); na Patriarcal Oficina da Música: Supplemento, Parte II (1728)]

BOUGUIGNON, A. et BERGEROL, E. Dictionnaire Étymologique de la Langue Française. Paris: Librairie Garnier Frères.

CONSTANCIO, Francisco Solano. Novo Dicionario Crítico e Etymologico da Lingua Portuguesa. 8ª. edição. Paris: A. F. Carneiro Editor, 1863.

DAUZAT, Albert. Dictionnaire Étymologique de la Langue Française. Paris: Librairie Larousse.

Diccionario de la Lengua Española. Madrid: Espasa Calpe, 1932.

FIGUEIREDO, Cândido. Novo Dicionario da Língua Portuguesa. Lisboa: Tavares Cardoso e Irmão, 1899.

FONSECA, José da. ROQUETE, José Inácio, 1801-1870. Dicionario da Língua Portuguesa e Dicionario de Sinônimos. Paris: Guillard, Aillaud, s.d.

HOUAISS, Antônio. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 2001.

LITTRÉ, Émile. Dictionnaire de la Langue Française. Paris: Librairie Hachette et Cie., 1878.

LITTRÉ, Émile. Dictionnaire de la Langue Française. Paris: Librairie Hachette et Cie., 1885.

PINTO, Luis Maria da Silva. Dicionario da Lingua Brasileira. Ouro Preto. Typographia de Silva, 1832.

SILVA, Antônio de Moraes. Dicionario da Lingua Portuguesa Composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, Reformado e Acrescentado por Antônio de Moraes Silva. 1a. edição. Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

SILVA, Antônio de Moraes. Dicionario da Lingua Portuguesa. 2ª edição. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.

SILVA, Antônio de Moraes. Dicionario da Lingua Portuguesa. 3a edição. Lisboa: Typographia de M. P. de Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. Lacerda, 1823.

SILVA, Antônio de Moraes. Dicionario da Lingua Portuguesa. 4a edição. Lisboa: Impressão Régia, 1831. SILVA, Antônio Moraes. Dicionario da Lingua Portuguesa. 5ª edição. Lisboa:

Typographia de Antônio José da Rocha, 1844.

SILVA, Antônio Moraes. Dicionario da Lingua Portugueza. 6ª edição. Lisboa: Typographia de Antônio José da Rocha, 1858.

SILVA, Antônio Moraes. Dicionario da Lingua Portugueza. 7ª edição. Lisboa: Empreza litteraria Fluminense, 1877. (?)

SILVA, Antônio de Moraes. Dicionario da Lingua Portugueza. 8ª edição. Lisboa: Empreza litteraria Fluminense, 1890.

VIEIRA, Fr. Domingos. Grande Dicionario Portuguez ou Thesouro da Língua Portugueza. 3ª edição. Porto: Ernesto Chardron e Bartholomeu H. de Moraes, 1873.

PETRÒCCHI, P. Novo Dizioná Scolástico della Lingua Italiana. Milano: Fratelli Trèves, Editori, 1897.

TABELAS

Capítulo 1:

Tabela 1: A Entrada de Franceses no Rio de Janeiro segundo a Base de Dados do Arquivo Nacional (1875-1910)

Tabela 2: Distribuição dos imigrantes franceses por países

Tabela 3: Os principais fluxos emigratórios franceses entre os anos de 1821 – 1930

Tabela 4: Taxas de crescimento industrial

Tabela 5: Os capitais franceses no estrangeiro

Tabela 6: Os investimentos franceses na América Latina em 1902

Capítulo 2:

Tabela 7: Nacionalidades na Corte conforme o censo de 1872

Tabela 8: Nacionalidades presentes na Capital Federal em 1906

Tabela 9: Nacionalidades na Capital Federal conforme o censo de 1920

Tabela 10: Divisão das freguesias segundo o critério de cidade e subúrbios

Tabela 11: Franceses segundo as freguesias 1872, 1906 e 1920

Tabela 12: Localização residencial dos franceses segundo *État Civil Consulaire*

Tabela 13: A população da Glória de 1872 a 1920

Tabela 14: Número aproximativo de Franceses residentes no Brasil

Tabela 15: Lista por profissionais franceses estabelecidos na circunscrição consular do Consulado da França no Rio de Janeiro

Capítulo 3:

Tabela 16: Os profissionais do setor de saúde segundo o Almanak Laemmert de 1850

Tabela 17: Os profissionais do setor de moda segundo o Almanak Laemmert de 1850

Tabela 18: Os profissionais do setor de educação segundo o Almanak Laemmert de 1850

Tabela 19: As categorias profissionais segundo a divisão por freguesias do Almanak Laemmert de 1870

Tabela 20: Os profissionais do setor de saúde segundo o Almanak Laemmert de 1870

Tabela 21: Os profissionais do setor de moda segundo o Almanak Laemmert de 1870

Tabela 22: Os profissionais do setor de educação segundo o Almanak Laemmert de 1870

Capítulo 4:

Tabela 23: As categorias profissionais segundo a divisão por freguesias do Almanak Laemmert de 1906

Tabela 24: Os profissionais do setor de saúde segundo o Almanak Laemmert de 1906

Tabela 25: Os profissionais do setor de moda segundo o Almanak Laemmert de 1906

Tabela 26: Estabelecimentos escolares segundo o Almanak Laemmert de 1906

Tabela 27: Setor de educação segundo o Almanak Laemmert de 1906

Tabela 28: Os profissionais do setor de saúde segundo o Almanak Laemmert de 1914

Tabela 29: Setor de moda segundo o Almanak Laemmert de 1914

Tabela 30: Estabelecimentos de educacionais segundo o Almanak Laemmert de 1914

Tabela 31: Setor de Educação segundo o Almanak Laemmert de 1914

Tabela 32: Lista de profissionais desempenhadas pelos franceses estabelecidos na circunscrição consular do Consulado do Rio de Janeiro

Capítulo 5:

Tabela 33: Membros da Société de Secours Mutuels listados à cópia dos originais do Estatuto que se encontram nos CADMAE (1868-69)

Tabela 34: Membros da Société de Bienfaisance Française listados à cópia dos originais do Estatuto que se encontram nos CADMAE (1872-1873)

Tabela 35: Tabela de membros do comitê da Société Alsace-Lorraine

Tabela 36: Os principais produtos de exportação brasileira de 1911

IMAGENS

Capítulo 1:

Imagem 1: Ficha da base de dados do Arquivo Nacional

Imagem 2: Principais portos franceses entre os anos de 1875-1910

Imagem 3: *État civil consulaire: actes de naissance* de 1863.

Capítulo 5:

Imagem 4: Situação financeira da Société de Bienfaisance Française 1852-1853. Fonte: Centre des Archives Diplomatiques du Ministère des Affaires Étrangères.

Imagem 5: Quadro dos pensionistas de 1º setembro de 1866 a 31 de agosto de 1876

Imagem 6: Imagem do livreto da prestação de contas da Assembleia Geral de 1869. Fonte: Centre des Archives Diplomatiques du Ministère des Affaires Étrangères.

Imagem 7: Prestação de contas da Société Française de Secours Mutuels de 1869-1870. Fonte: Centre des Archives Diplomatiques du Ministère des Affaires Étrangères.

Imagem 8: Quadro demonstrativo de receitas e despesas durante o exercício de 1872-1873.

Imagem 9: Capa do estatuto aprovado pelo Conselho de Estado em 1873. Fonte: Centre des Archives Diplomatiques du Ministère des Affaires Étrangères.

Imagem 10: Lista de despesas da Société Française de Secours Mutuels (1913). Fonte: Centre des Archives Diplomatiques du Ministère des Affaires Étrangères.

Imagem 11: Formulário para a requisição da nacionalidade francesa

Imagem 12: Imagem do estatuto da Société Alsace-Lorraine. Fonte: Centre des Archives Diplomatiques du Ministère des Affaires Étrangères.

Imagem 13: Boletim n. 24 da Chambre du Commerce Française. Fonte: Centre des Archives Diplomatiques du Ministère des Affaires Étrangères.

Imagem 14: Relatório apresentado à Assembleia Geral em abril de 1913. Fonte: Centre des Archives Diplomatiques du Ministère des Affaires Étrangères.

Imagem 15: Quadro comparativo das despesas da *Chambre du Commerce*, durante os biênios de 1911-1912 e 1912-1913. Fonte: Centre des Archives Diplomatiques du Ministère des Affaires Étrangères.

Imagem 16: Prestação de contas da situação financeira da *Chambre du Commerce* nos anos de 1912 e 1913. Fonte: Centre des Archives Diplomatiques du Ministère des Affaires Étrangères.

Imagem 17: Propaganda da Société de Gymnastique Française. Fonte: Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial. Ano 1870, p. 402.

Imagem 18: Anúncio do Club 14 juillet. Fonte: Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial. Ano 1885, p. 1.192.

Imagem 19: Comitê do Club 14 juillet. Fonte: Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial. Ano 1891, p. 1.518.

Imagem 20: Fragmento da certidão de casamento de Louis Alexandre Hénault e Eugénie Isabelle Chesneau. Fonte: *État Civil Consulaire*.

Imagem 21: Quadro administrativo da *Société de Bienfaisance Française*. Fonte: Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial. Ano 1882, p.561.

Referências Bibliográficas

AIMARD, Gustave Aimard. *Le Brésil Nouveau*. Paris: E. Dentu Paris, 1886.

ALENCAR, José. *Ao correr da pena*. São Paulo: Global Editora, 2003.

ALENCASTRO, Luiz Felipe e RENAUX, Maria Luiza. “Caras e modos dos migrantes e imigrantes.” IN: Novais, Fernando (dir.). *História da vida privada no Brasil*. v. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ASSIS, Machado de. *Crônicas*. Rio de Janeiro: Jackson, Vol. 20, 1951.

AZEVEDO, André Nunes de. *Da Monarquia à República. Um estudo dos conceitos de civilização e progresso na cidade do Rio de Janeiro entre 1868 e 1906*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2003. (Tese de Doutorado).

_____. “A Reforma de Pereira Passos: uma tentativa de integração urbana.” In: *Revista Rio de Janeiro*, n. 10, maio-agosto 2003.

BARRETO, Lima. *Correio da Noite*, Rio, 19-1-1915. In: Lima Barreto. *Vida Urbana*. <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000161.pdf> Acessado em: 25/10/2017.

BERSTEIN, Serge & MILZA, Pierre. *Histoire de la France au XXe siècle*. 2ª ed. Tomo I: 1910-1930. Paris: Éditions Complexe, 2008.

BILAC, Olavo. *Chronica*. *Gazeta de Notícias*, 13/03/1904. In: Antônio Dimas. *Bilac, o Jornalista: crônicas*. v.1. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Editora da Universidade de São Paulo; Editora da Unicamp, 2006, p.641.

BIVAR, Vanessa Dos Santos Bodstein. *Vivre à St. Paul: os imigrantes franceses na São Paulo oitocentista*. 1 v. Tese (Doutorado).

BONNAIN, Rolande. “Migration et inscription urbaine des Pyrénéens en Amérique du Sud au

XIXe siècle: Montevideo et Caracas.” *Annales de démographie historique*, 2000-1. *Les Français d’Amérique*. pp. 61-76.

BRITO, Angela Xavier de. “O bairro do Cosme Velho e o Colégio.” *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*. n.16, 2012, p. 97-113.

BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil – 1900*. Rio de Janeiro: José Olympio, Departamento de Cultura da Guanabara, 1975.

CARDOSO, Fernando Henrique. “Dos governos militares a Prudente – Campos Sales”. In: *História Geral da Civilização Brasileira*, vol. III. São Paulo: Difel, 1975.

CARMO, Maria Izabel Mazini do. *Do Mediterrâneo à Baía de Guanabara*. Curitiba: Editora Prismas, 2015.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

_____. *Teatro de sombras: a política imperial*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

_____. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República no Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. *A formação das almas: o imaginário da República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHARLE, Christophe. *Histoire sociale de la France au XIXe siècle*. Paris: Éditions du Seuil, 1991.

CHATELAIN, Abel. “Recherches et enquêtes démographiques. Les migrations françaises vers le Nouveau Monde aux XIXe et XXe siècle”. *Annales Économies, Société, Civilisations*. 2e année, N. 1, 1947.

CHEVALIER, Louis. “L’émigration française au XIXe siècle.” *Études d’histoire moderne et contemporaine*. Paris, 1947, p. 127-171.

COBBAN, Alfred. *A History of modern France*. Volume 3: 1871-1962. Inglaterra: Great Britain, 1965.

COLOMBO, Maria Alzira da Cruz. *Sion da Belle Époque aos nossos dias*. São Paulo: Editora Sion, 2013.

DÉMIER, Francis. *La France du XIXe siècle (1814-1914)*. Paris: Éditions du Seuil, 2000.

DEVEZA, Guilherme. *Brasil-França*. IN: HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.) *História geral da civilização brasileira*. Tomo II. v. 4. São Paulo: Difel, 1974.

DOSSE, François. *A história em migalhas: dos Annales à Nova História*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

DIEGUES JÚNIOR, M. *Etnias e culturas no Brasil*. Brasília: InL, 1976.

DUROCHER, Maria Josefina Matildes. *Ideias por coordenar a respeito da emancipação*. Rio de Janeiro: Typ. do Diário do Rio de Janeiro, 1871.

EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Vol. 1. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.

EXPILLY, Charles. *Le Brésil tel qu’il est*. Clichy : Impri. de Maurice Loignon et Cie, 1862, p. 68. Disponível em: <https://archive.org/details/lebrsiltelquil00expi>

FAUSTO, Boris (Org.). *Fazer a América. A Imigração em Massa para a América Latina*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

FILHO, Adolfo Morales de los Rios. *O Rio de Janeiro Imperial*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Topbooks editora, 2000.

- FOHLEN, Claude. “Perspectives historiques sur l’immigration française aux États-Unis. In: Revue européenne des migrations internationales”, vol. 6, n°1,1990. *L’immigration aux États-Unis*, pp. 29-43.
- FOUCHÉ, Nicole. *Émigration Alsacienne aux États-Unis (1815-1870)*. Paris: Publications de la Sorbonne, 1992.
- _____. *L’Émigration française, étude de cas: Algérie, Canada, États-Unis*. Paris: Publications de la Sorbonne, 1985.
- FOUCRIER, Annick. “La fin du voyage: les immigrants français à San Francisco et la mort, 1916 – 1930.” *Annales de démographie historique*, 2000-1. *Les Français d’Amérique*. pp.11-26.
- FREYRE, Gilberto. *Um engenheiro francês no Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1940.
- _____. *Inglês no Brasil: aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil*. São Paulo: José Olympio, 1948.
- FRIEDRICH, Otto. *Olympia: Paris no tempo dos impressionistas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- GAZE, Isabella Paula. *Imigração e Instrução no Município da Corte (1854-1889)*. Rio de Janeiro: UFF, 2018. (Tese de Doutorado).
- GEBOD, Paul. “Parisiens et parisiennes fors de France au milieu du XIXe. Siècle (1846-1860).” *Revue Historique*, n. 604, 1997.
- GERSON, Brasil. *História das Ruas do Rio (e da sua liderança na história política do Brasil)*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi, 2013.
- GREEN, Nancy. *Repenser les migration*. Paris: Presses Universitaires de France, 2002.
- GREEN, N.; WEIL, F. (Org.) *Citoyenneté et Émigration. Les Politiques du Départ*. Paris: Éditions de L’École de Hautes Études en Sciences Sociales, 2006.
- GUIMARÃES, Valéria. *Transferências Culturais na Imprensa na passagem do século XIX ao XX – Brasil e França*, disponível em: <<http://jfb.franca.unesp.br/publicacoes/verbetes/le-messenger-du-bresil-1878-84-continuacao-de-le-gil-blas-com-o-mesmo-editor>> Acessado em: março de 2018.
- HOBBSAWM, Eric. *A Era das Revoluções (1789 – 1848)*. 32ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.
- _____. *A Era do Capital. (1848 – 1875)*. 21ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.
- _____. *A Era dos Impérios. (1875 – 1914)*. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil monárquico, reações e transações*. v. 3. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil/Difel, 1987.
- JESUS, Ronaldo Pereira de. “A Revolta do Vintém e a crise da Monarquia.” *Revista História Social*. Campinas-SP: IFCH – Unicamp, n. 12, pp. 73-89, 2006, <http://ww.ifch.unicamp.br/ois/index.php/rhs/article/viewFile/197/189> Acesso: Outubro de 2017.
- LAGNEAU, Gustave. *De l’Immigration em France*, 1884.
- LESSA, Mônica. “Aliança Francesa no Brasil: Política Oficial de Influência Cultural. Clio Revista de Pesquisa Histórica. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco.” Nº 17, 1998, pp.115-133.
- MACEDO, Joaquim Manuel de. *Memórias da Rua do Ouvidor*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1988.
- MARTINS, Ismênia de Lima. “Os Portugueses e os “outros” no Rio de Janeiro: Relações socioeconômicas dos lusos com os nacionais e demais imigrantes (1890-1920).” *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, a. 174 (461):81-104, out./dez. 2013

MAURO, Frédéric. “La emigración francesa a la America Latina: fuentes y estado de la investigación.” Texto apresentado na IV Reunión de Historiadores Latinoamericanistas Europeos, Universidade de Colonia, RFA, 1-3 de octubre de 1975.

MENEZES, Lená Medeiros de. “Francesas no Rio de Janeiro: trabalho, sonhos e ousadias (1816-1822).” *Caderno Espaço Feminino*, Uberlândia: EDUFU, v. 12, nº 15, p. 61-82, ago/dez 2004.

_____. (Re) inventando a noite: o Alcazar Lyrique e a cocotte comedienne no Rio de Janeiro Oitocentista. Rio de Janeiro: Revista Rio de Janeiro, jan-dez 2007 Disponível em < http://www.forumrio.uerj.br/documentos/revista_20-21/Cap-5-Lena_Menezes.pdf> Acesso em 25.11.2017.

MILZA, Pierre. *Napoléon III*. Paris: Éditions Perrin, 2004.

NECTOUX. *Émigration pour le Brésil et tous les pays américains*. Autun: Imp. L. Duployer, 1874.

NEDELL, Jeffrey D. *Belle Époque Tropical. Sociedade e Cultura de Elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

OTERO, Hernán. *Historia de los franceses en la Argentina*. 1ª ed. Buenos Aires: Biblos, 2012.

O Censo de 1906 do Rio de Janeiro. Apresentação Nelson de Castro Senra. Rio de Janeiro: Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP), 2012.

PRADO, Décio de Almeida. *História Concisa do Teatro Brasileiro (1570-1908)*. São Paulo: EDUSP, 1999.

NETO, Helion Póvoa Neto & FERREIRA, Ademir Pacelli (Orgs.) *Cruzando fronteiras disciplinares: um panorama dos estudos migratórios*. Editora Revan/FAPERJ, 2005.

Rapport du directeur de la statistique générale de la France sur le nombre des Français a l'étranger et sur les institutions qui leur viennent em aide. Paris: Librerie Felix Alcan, 1915.

REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escalas: e experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RIBEIRO, Gladys Sabina. *Mata galegos: os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

SABATO, Hilda. *Historia de la Argentina (1852-1890)*. Buenos Aires: Editores Siglo Veintiuno, 2012.

SANTOS, Noronha. *As freguesias do Rio Antigo vistas por Noronha Santos*. Introdução, notas e biobibliografia por Paulo Berger. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1965.

SAYAD, Abdelmalek. *Imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: EdUSP, 1998.

_____. *La double absence. Des illusions de l'émigré aux souffrances de l'immigré*. Éditions du Seuil, 1999.

SENNA, Ernesto. *O velho comércio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: G.Ermakoff Casa Editorial, 2006.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Fazer a América: franceses no Brasil (1815-1822). Separata da Revista de Ciências Históricas, nº X. Universidade Portucalense, 1995.

SMITH, Neil. “A gentrificação generalizada.” In: BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine. Introdução. *De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos*. São Paulo: Annablume, 2006.

UNESCO. Migrant/Migration. Definição dos termos “Migrante/Migração” segundo o glossário da UNESCO. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/en/social-and-human-sciences/themes/international-migration/glossary/migrant/> Acessado em 20 de março de 2016.

VIDAL, Laurent & DE LUCA, Tania Regina. *Franceses no Brasil: séculos XIX-XX*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

VIOTTI, Emília da Costa. *Da Monarquia à República – momentos decisivos*. São Paulo: UNESP, 1999.

_____. Alguns aspectos da influência francesa em São Paulo na segunda metade do século XIX. *Revista de História*, n. 142-143, 2000.

WEIL, François. (Org). “Les migrations des France aux Amériques: histoire et mémoire.” *Migrance*, n.26, 2005.

_____. “Les Migrants Français aux Amériques (XIXe – Xxe siècles), nouvel objet d’histoire.” *Annales de Démographie Historique*. Paris: Belin, 2000c, n. 1.

_____. “French Migration to the Americas in the 19th and 20th Centuries as a Historical Problem.” *Studi Emigrazione*, n. 123, set. 1996.